TRATADO DE ASTROCARACTEROLOGIA

Parte II
Aulas 17-28

OLAVO DE CARVALHO

Agosto de 1990.

AULA 17

Iniciaremos por fazer uma revisão de todo o itinerário percorrido antes de passarmos para uma fase seguinte.

Todas as caracterologias estudadas até agora têm uma coisa em comum: não são propriamente caracterologias mas sim tipologias. Quando estudarmos a caracterologia de Klages isto ficará claro, pois perceberão a imensa diferença que há entre um enfoque tipológico e um enfoque caracterológico propriamente dito.

Ao dar a primeira rodada de aulas no Rio, reparei que havia saltado certas explicações : não no que o tema tem de fundamental -- pois as explicações no que há de fundamental no curso estão implícitas no que foi falado --, mas quanto a coisas que esclareceriam melhor o quadro até agora apresentado.

Partimos, no começo, de uma definição de astrologia: o estudo de todas e quaisquer relações entre as configurações celestes e eventos terrestres de qualquer natureza. Em seguida, tiramos algumas conclusões dessa definição:

1. Trata-se de uma ciência comparativa.

Neste sentido, o objeto desta ciência não é uma coisa dada, uma substância , mas uma relação entre eventos . Sendo assim, esse objeto tem de ser definido de antemão para que em seguida se possa encontra-lo, já que ele não salta aos olhos nem se oferece a nós como minerais aos mineralogistas, os seres vivos aos biólogos e assim por diante. O objeto da astrologia é um pouco mais sutil.

2. Trata-se de uma astronomia comparada.

3. Quando usamos a expressão "eventos terrestres" ou "acontecimentos terrestres em toda a sua extensão", estamos abarcando nada menos que a totalidade dos conhecimentos humanos.

Só podemos comparar configurações celestes com eventos que nos sejam conhecidos. Está subentendido naquelas expressões aquilo que conhecemos a respeito do que acontece. Seja na natureza, seja na cultura. A "totalidade dos eventos terrestres que chegaram até nós" equivale à "totalidade do nosso conhecimento". Portanto, temos então, como elementos de comparação, de um lado a figura do céu, e do outro, o sistema integrado das ciências.

Sendo assim, definimos então algumas áreas da astrologia:

1. Astrologia teórica, Geral ou Pura, que investiga o que é o fato ou fenômeno astrológico, sua natureza, suas causas e as possibilidades de estuda-los.

2. Astrologias especiais.

Passamos aqui de um enfoque teórico para um enfoque puramente experimental, pois só pode haver estudo de fenômenos determinados: não existe experiência ou conhecimento experimental do geral mas sim de alguma ordem de fenômenos especial, definida. Temos:

2.1. Astrologia psicológica.

2.1.1. Astrocaracterologia.

Em seguida, começamos a investigar quais seriam as condições para o estudo comparativo entre a configuração celeste e o caráter humano. Ao encetarmos o estudo da caracterologia, existe uma parte preliminar que ainda é astrologia teórica, ou geral, um estudo metodológico prévio. Tendo chegado a este ponto, saltei uma explicação, que estava implícita em tudo quanto tinha dito antes: a explicação que se referia ao método que vamos seguir para construir esta ciência.

Vimos que o caráter humano, tal como é definido correntemente pelas tipologias, caracterologias etc., parece não se prestar, tal e qual, a este tipo de comparação pelo fato de que a quase totalidade -- se não a totalidade -- das caracterologias o define como a resultante de uma pluralidade e fatores, resultante esta

que se estabiliza em certo momento da existência do indivíduo e que tende a permanecer constante -- mas apenas tende. Ademais, o caráter, em nenhuma dessas diferentes escolas, é considerado um dado que vem pronto, mas especificamente uma resultante de fatores que vão se acumulando até cristalizar-se numa certa figura, que daí por diante tende a permanecer estável. O tempo da estabilização desta figura é incerto e variável conforme a caracterologia de que se trate.

Aí já temos um problema gravíssimo. A figura do céu, da qual partimos em todos estudos astrológicos, é uma figura estática, que se obtém no instante do nascimento. Como poderíamos fazer a comparação entre essas duas estruturas, sendo que uma delas, o mapa, é dada, pronta e acabada no instante do nascimento, e a outra haverá de se formar algum dia numa data incerta, e estando sujeita ainda a outras modificações? Parece um problema insolúvel.

Temos também o problema inverso: se a figura do céu permanece a mesma ao longo da vida e a ela são reportados todos os movimentos celestes subseqüentes (trânsitos, revoluções, etc.), o aparato de que se serve os astrólogos para interpretar esta figura é enormemente elástico. Existe, para cada elemento do mapa astrológico, uma infinidade de significações possíveis. Não podemos fazer averiguação nenhuma sobre afirmações elásticas. Uma afirmação que pode significar três, quatro, cinco coisas, não havendo de antemão um critério que defina o que há de válido nesses diversos significados possíveis, não pode ser conferida cientificamente de maneira alguma.

Se, por outro lado, o horóscopo enquanto figura astronômica é estável e o caráter instável e, por outro lado, a interpretação astrológica do caráter com relação à relativa estabilidade do caráter. temos aí dois problemas opostos e complementares. A resolução desse problema me surge na seguinte forma: devemos operar uma dupla redução dos elementos antes de tentar compara-los -- foi exatamente isto que omiti nas aulas iniciais. Esta dupla redução consiste no seguinte: primeiro se o caráter tal como se entende nas caracterologias correntes é relativamente estável. todas as mudanças pelas quais ele possa passar devem refletir algo de absolutamente estável. Não podemos admitir uma relatividade absoluta, isto é, que não se fundamenta numa estabilidade qualquer. Não existe mudança absoluta, pois toda mudança só é concebível em função de algo que não muda, pois, se todas as coisas mudam ao mesmo tempo, não se dá, no fim, mudança alguma. Deve haver algum fundo perfeitamente estável no caráter, ainda que os vários procedimentos científicos destinados a delinear este caráter ainda não tenham permitido localiza-lo. Uma parte do nosso trabalho consistiria em operar essa redução do conceito de caráter à sua essência. Trata-se de usar aí um método fenomelógico, descritivo, que vai dos fenômenos patentes até a sua essência, que é fixa. Isto porque estamos vendo vários aspectos do caráter, delineados por várias caracterologias ou psicologias, e vamos tentar extrair deles algo absolutamente fixo que esteja presente em todos esses casos. Deve haver uma estrutura subentendida por trás do caráter tal como o descrevem Szondi, Le Scenne, Jung e outros. Trata-se simplesmente de descobrir o que é esta estrutura pressuposta em todos esses casos. Esta é a primeira redução que iremos operar.

A segunda redução refere-se ao ouro pólo da comparação. É preciso reduzir as várias interpretações astrológicas possíveis a umas quantas interpretações essenciais que estejam também subentendidas por trás de toda a variedade de critérios de interpretação fornecidos pelos astrólogos. Se no caráter encontrarmos finalmente os elementos fixos, poderemos chamar a isto de essência do caráter e se, por outro lado, nas interpretações astrológicas encontramos seus elementos essenciais, também serão elementos fixos. Nossa regra é, por outro lado, buscar o que é essencial para encontrar o que é fixo e, por outro lado, buscar o que é fixo para encontrar o essencial.

Fazendo essas operações preliminares estaremos definindo os dois objetos para que, assim, a comparação entre eles possa ser feita de modo evidente.

Dentro dessa dupla operação de redução, estamos agora quase no fim da primeira parte, ou seja, quase no fim da redução do caráter à sua essência. Quanto à outra operação, algo foi anunciado já na primeira rodada de aulas, quando coloquei na lousa um mapa e pedi que, com base nos livros que houvessem lido, os alunos oferecerem as várias interpretações possíveis, com a intenção de deixar claro como é grande o número de interpretações desnecessárias. Na maioria dos casos -- se não em todos -- eram interpretações contingentes ou mesmo acidentais, que podiam sr ou não verdadeiras. Do que averiguamos até agora nas caracterologias estudadas, vamos decantar um pouco para ver o que conseguimos cristalizar. Vamos ver

que conclusões já podemos tirar quanto ao que poderia haver de essencial e de fixo nos traços que essas caracterologias ressaltam.

No que diz respeito à caracterologia de Szondi, ou melhor, à tipologia de Szondi, vemos que todo o quadro que ela descreve é sempre mutável. Às várias colunas do teste de Szondi podem ser preenchidas por um número maior ou menor de crizinhas, conforme a época. O aspecto quantitativo dos vários componentes do caráter é elástico. Para Szondi, descrever o quadro caracterológico do indivíduo é justamente quantificar esses fatores: existe uma quantidade maior ou menor de um fator ou de outro. Quantifica-se então esses fatores para determinado tipo em particular, num dado momento em particular. Os traços a partir dos quais essa psicologia constrói o diagnóstico, as categorias ou fatores, são em número bastante limitado. São apenas quatro vetores: Sexo, Paroxismalidade, Ego e Contato Social, cada um desses vetores dividido em duas orientações, as quais por sua vez são polarizadas positiva ou negativamente, e isto é tudo: todas as demais variações que possam ocorrer são apenas variações quantitativas. É como se tivéssemos um vocabulário de dezesseis adjetivos para definir a figura total do indivíduo; como uma paleta com dezesseis cores, sendo ademais que cada cor sempre permanece ela mesma, não havendo conbinação. O que há apenas é que a acentuação de um fator pode resultar na diminuição ou acentuação de um outro. Os fatores permanecem distintos, não se misturando enquanto tais; só podemos acentuar ou diminuir cada uma das cores.

No caso de caracterologia de La Senne, vemos exatamente a mesma coisa: o critério descritivo se reduz a um certo número de linhas possíveis, que são a Emotividade, Atividade e Ressonância -- menos fatores que em Szondi.

Da mesma maneira, na caracterologia de Jung tudo terá de ser explicado em função de o indivíduo ser Introvertido ou Extrovertido; Intuitivo; Pensativo; Sentimental ou sensitivo. Temos um total de oito possibilidades, uma paleta mais limitada ainda do que a de Szondi.

O que há de comum entre essas três ciências é que elas tentam abordar o caráter do indivíduo enquadrando-o num conjunto de categorias bastante limitado, e distinguindo o indivíduo apenas pela quantificação maior ou menor desses fatores. Mesmo na categoria de Jung, onde ele não oferece um critério quantitativo explícito, a diferença também é quantitativa pois é uma diferença de acentuação. Segundo Jung, existe uma função que toma a dianteira, uma função que é permanente ativa e consciente, e outra função que é jogada à "lata de lixo" do inconsciente, de onde às vezes emerge com força redobrada, para tomar conta do terreno todo do consciente do indivíduo. Claro que Jung estabelece, em seguida, uma dinâmica entre a faculdade que vai para a frente e a que vai para o fundo. Porém, qual é o mecanismo que coloca essa dinâmica em ação? É um mecanismo quantitativo. Ele diz: "O abuso da faculdade consciente provoca a reação da faculdade inconsciente". A faculdade inconsciente tem por função primeira equilibrar a faculdade consciente, a faculdade de vanguarda. A retaguarda equilibra a vanguarda. Porém, se essa vanguarda for muito para a frente. superar-se muito a si mesma, passará mais para cima do que convém, então a função "atrofiada", que deveria ficar na retaguarda, deixa de ser uma função de equilíbrio para tornar-se antagônica. É um raciocínio tipo vasos-comunicantes: subindo um lado, desce o outro; subindo demais, cai tudo de repente. E isto nos evidencia um raciocínio quantitativo.

A caracterologia de Szondi é baseada na acentuação maior ou menor de tendências, sem perguntar as causas dessas tendências, desde que se enfoque é apenas descritivo, não causal, e é a acentuação maior ou menor dessas tendências o que diferencia os indivíduos.

Nestas três caracterologias só se falta em qualidades em relação à espécie; a diferença individual é quantitativa. As pulsões de Szondi são qualidades diferentes, as funções destacadas por Jung também são qualidades diferentes, mas essas qualidades existem em todos os seres humanos. Estes não diferem portanto por suas qualidades mas pela quantidade de participação nessas qualidades genéricas. É isto que estabelece o " " uma tipologia e uma caracterologia propriamente dita, que veremos quando estudarmos a caracterologia de Klages.

Cada uma das caracterologias estudadas até agora nos coloca na pista de algo que pertence ao caráter, de algo que sem dúvida está no caráter. Mas evidentemente nenhuma delas nos diz propriamente o que é o caráter, mesmo porque todo o raciocínio delas reduz o caráter singular a uma quantidade maior ou menor

de participação num tipo.

Sempre que uma ciência ou proposta científica qualquer sob o nome de "caracterologia" não ressalte outras diferenças entre os indivíduos a não ser diferenças de quantidade, demarcando as diferenças individuais pela menor ou maior participação do indivíduo nesta ou naquela qualidade genérica (e.g., Emotividade, Contato Social, intuição, etc.), não se trata rigorosamente de uma caracterologia, mas de uma tipologia, por mais que ela procure se aproximar das diferenças individuais precisas.

Existem algumas tipologias, a que poderíamos chamar tipologias propriamente ditas, que não têm o intuito de descrever os indivíduos, de fixar diferenças individuais, mas apenas de agrupá-los em tipos, como no caso da famosa tipologia de Kretschemer e Sheldon, que vai distinguir os indivíduos conforme a predominância neles do tecido muscular, adiposo ou nervoso, já as caracterologias de Szondi, Le Senne e de Jung procuram chegar a diferenças individuais, porém, mesmo assim, continuam sendo no fundo enfoques tipológicos, porque não vêem entre os indivíduos senão diferenças quantitativas. E este enfoque tipológico é extremamente simples, se comparado com um enfoque realmente caracterológico, como veremos quando estudarmos a caracterologia de Klages.

Para Klages, o caráter é a forma do ser individual. Esta forma, se pudesse ser reduzida apenas a variações quantitativas dentro de uma espécie, não seria uma forma singular. Aquilo que tem uma forma é uma essência; uma essência que não pode ser reduzida a outra. Uma coisa é olhar o indivíduo sob o aspecto genérico, ver nele traços que podem ser reduzidos a características que ele tem em comum com certas pessoas e outras que não tem. Por exemplo, se descrevo os indivíduos pela cor dos olhos, dos cabelos, cor da pele, cada um deles terá semelhanças e diferenças com outros indivíduos. Estarão agrupados dentro de certos tipos por certas características. Se agruparmos todas as pessoas que têm olhos claros, dentro desse grupo haverá pessoas com cabelos de tonalidades distintas. O indivíduo pertencerá então a um grupo pela cor dos olhos, a outro pela cor dos cabelos. Enquanto continuamos com esse raciocínio estamos diante de uma tipologia, por mais disfarçada que seja. Só chegamos mesmo à noção de caráter quando procuramos ver o indivíduo naquilo que tem de irredutível a um grupo, e procuramos encontrar aquilo que o singularizava. Isto certamente oferece dificuldades muito maiores porque o singular é inexpressável em termos genéricos. O singular só pode ser objeto de conhecimento intuitivo: toda pessoa que você conhece, você conhece intuitivamente.

Se pedirem para que vocês expliquem como reconhecem cada indivíduo determinado, que sinais distintivos há nele que permitem dizer que ele é ele e não outro, provavelmente mencionarão traços que poderiam ser encontrados em muitas pessoas: usa óculos, tem cabelo preto, é alto, etc. Então seria preciso ir somando traço após traço, descendo na escala das generalidades até que se acumulassem tantos traços que aquele indivíduo ficasse preso numa malha de qualidades cuja combinação tal e qual não se encontrasse em ninguém mais. Porém, não é possível que, por mais que se particularize a descrição, se encontre, dentro de um grupo-controle maior, alguém a que se possa aplicar todas essas características. Se o caráter é a forma individual, ele é objeto de conhecimento intuitivo, e só pode ser comunicado por uma reprodução artística, por meio de um desenho, por exemplo, a arte serve para transmitir a forma do particular, a arte reproduz uma intuição. Quando se faz um desenho, produz-se uma nova intuição. Um desenho é irredutível a qualquer outro desenho: o segundo desenho é também um desenho. O saber filosófico-científico transmite aquilo que se sabe em termos de generalidades, isto é, busca conceitos que se apliquem uniformemente a outros tantos casos iguais. Não reproduz a intuição: agrupa várias intuições num conceito único, por uma questão de abreviatura, de economia do pensamento. A arte, longe de saltar para esta esquematização abstrata, persevera na intuição. Ela reproduz o dado intuitivo -- re-produz: produz um análogo. Não pode produzir a mesma intuição, pois a mesma intuição, se repetisse, não seria mais a mesma. Este análogo funciona como retrato do ser porque ele também é um ser, ao passo que um conceito não é um ser absolutamente. Em toda obra de arte, o contato com o espectador, leitor ou ouvinte é uma experiência vivida, e vivida por um sujeito real. O que mais importa na obra de arte é justamente esta possibilidade de reproduzir experiências análogas para indivíduos análogos (análogos não idênticos). O conceito científico ou filosófico, pretende ser compreendido não de maneira análoga mas de maneira idêntica. Portanto, ao estudar um tratado científico e filosófico, pouco importa ao estudante a experiência pessoal que teve ao lê-lo, se ficou emocionado ou não: o que importa é, se com a experiência que teve, captou exatamente o mesmo esquema conceptual dos outros leitores. Se ficou emocionado mas entendeu

outra coisa, de nada valeu a leitura. Na arte interessa a experiência que análoga; nas ciências, na filosofia, a compreensão idêntica do mesmo conceito.

Se o caráter é forma individual, então ele aparentemente deveria ser mais o objeto de uma arte do que de uma ciência. Como descrever um caráter individual de maneira que fique inconfundível? A resposta é bastante simples: ninguém confunde Don Quixote com Ulisses; Raskolnikoff com a a Dama das Camélias. Uma vez mostrado, o caráter é absolutamente inconfundível. Parece que a disciplina certa para tratar do caráter individual enquanto forma singular do indivíduo teria de ser uma arte, como o que, creio, Klages até concordaria. Porém, toda arte requer um conjunto de meios expressivos que, por sua vez, são conhecidos através de uma ciência dessa arte. Por exemplo, se falarmos da arte narrativa, vemos que existe uma ciência narrativa, ciência cujo conhecimento é preliminar à elaboração de qualquer narrativa. Por exemplo, se pretendo escrever uma história, se pretendo ser um romancista, um novelista, desde logo surge um problema: quem conta a história? A história será contada do ponto de vista real, por um personagem que faz parte da história (caso em que teremos um narrador-personagem) ? Ou será narrada por uma figura que não faça parte da história, que esteja colocado na história a título de simples observador? Não seria um simples personagem central, mas um personagem periférico, que participa à distância. A história também pode ser narrada do ponto de vista "de Deus", ou do demiurgo, ou seja, os fatos que compõem a história podem ser simplesmente mostrados ao leitor sem que se informe quem a está contando, ou de que ponto de vista. Porém, se cada episódio de qualquer história terá um relevo, uma acentuação diferente, o foco da narrativa terá certamente de aproximar-se mais da consciência de certos personagens em certos momentos. Por exemplo, para contar que um sujeito caiu do cavalo basta dizer que ele caiu do cavalo; porém, se o que importa não é a queda do cavalo ou, dito de outro modo, se o personagem que interessa não é aquele que caiu do cavalo mas o que está vendo o outro cair do cavalo, aí há uma grande diferença. O que está realmente se passando não está ao alcance de uma simples descrição física, como cair do cavalo, porque é um acontecimento psicológico, ainda que sensorial. Se digo que uma mosca picou você na testa, apenas descrevi algo de um ponto de vista que não se identifica nem com a mosca nem com sua testa. Mas, e se o que importa não é o fato de que a mosca te picou mas sim de que, na hora em que ela picou, cortou a sua corrente de idéias? Estes pequenos exemplos bastam para perceber que escrever qualquer história é algo barbaramente complicado, e que requer uma ciência, um conhecimento prévio e sistematizado dos meios expressivos. Levantei apenas um problema da arte da narrativa, que é o do ponto de vista -- um dos problemas mais fascinantes em teoria da literatura. Este problema dá tanto trabalho que é uma ingenuidade imaginar que o artista resolve isto como quem respira -- ingenuidade muito característica do leitor brasileiro que pensa que arte é uma coisa espontânea. Toda arte pressupõe uma ciência ou pelo menos uma técnica. E esta técnica consiste sempre numa tipologia. Por exemplo, o que fiz neste momento? Explicitei alguns tipos de pontos-de-vista possíveis -- uma tipologia dos pontos-de-vista.

Uma caracterologia, uma arte da caracterologia, começaria a partir do momento em que conhecêssemos todas as tipologias que se podem fazer sobre o ser humano. Vimos que Szondi enfoca o caráter por um aspecto, Jung por outro, Le Senne por outro e assim por diante. Todos esses pontos de vista são possíveis, não são absurdos. Quando é que tal ou qual indivíduo deve ser descrito deste ou daquele ponto-de-vista, combinado com tal outro ponto-de-vista? A ciência que responde a esta pergunta chama-se caracterologia.

Tipologia é uma redução do particular ao geral, é uma catalogação de qualidades possíveis, onde os indivíduos se diferenciam pela quantidade da sua participação nessas qualidades. Tudo isso ainda não é uma caracterologia, mesmo que procure se aproximar do indivíduo particular. Não é uma caracterologia, pela sua limitação a um enfoque genérico. Tudo se fará ao descrever o indivíduo consiste em cataloga-lo e quantifica-lo. Feito isso, ela apenas nos dirá que ele pertence a tais ou quais grupos. Porém cada uma dessas tipologias só enfoca um número determinado de pontos de vista, um conjunto de diferenças possíveis. E essas diferenças nem sempre estão colocadas no mesmo plano porque todo sistema de diferenças só se constrói na hora em que se tem um princípio das diferenças, a razão das diferenças. Por exemplo, o quadro feito por Jung é simétrico no sentido em que está sempre falando da mesma coisa, está sempre falando de dificuldades cognitivas, de intuição etc. Ele não vai dizer que um indivíduo é intuitivo e o outro ativo. Ele não pode diferenciar os indivíduos em intuitivos e ativos, pois pertencem a categorias diferentes; do mesmo modo, dizer que um é sentimental e o outro tem paixão intelectual -- são planos diferentes de abordagem do indivíduo.

Cada uma dessas tipologias fornece um esquema de diferenças entre as quais existe uma relação lógica de composição, de complementaridade. Cada uma delas é um sistema de diferenças, e entre essas dificuldades existe uma relação lógica. Não são diferenças quaisquer, mas diferença dentro de um certo plano, que essa caracterologia em particular considerou importante ou da qual ela fez o centro de atenção. Isso significa que cada uma dessas caracterologias ou tipologias tem um ponto de vista fixo, enfoca o indivíduo sempre dentro das mesmas categorias. Basta isso para se perceber que com esse processo não se chega ao individual propriamente dito, por mais que dele se aproxime. Porque para captar a forma indivíduo seria preciso justamente reconhecer que certas categorias de diferenças não se aplicam a tal ou qual indivíduo porque não é relevante para aquele indivíduo em particular. por exemplo, quando comparamos a tipologia de Szondi com a tipologia hindu das castas, é fácil perceber que certos comportamentos ou certos hábitos podem ser explicados pela caracterologia de Szondi, pelo predomínio no indivíduo deste ou daquele impulso; mas que outros atos só poderiam ser explicados por motivação mais complexa que proviria por exemplo da sua pertinência a tal ou qual casta; ou que proviria do predomínio nele de tal ou qual faculdade cognitiva, que a tipologia de Szondi ignora completamente.

Surge a questão: quando empregar este ou aquele sistema de categorias? A caracterologia propriamente dita começaria a partir do momento em que tivéssemos uma tipologia das tipologias: uma coleção de tipologição de critérios que nos dissessem quando podemos descrever tal ou qual indivíduo por tal ou qual tipologia e quando descrever por outra, e quais devemos combinar com quais e em que circunstâncias. Por exemplo, pode-se compreender facilmente que a tipologia das castas não serve para os bebês. Como saber se o bebê é Kshtrya, Vaishya, se todos só pensam em mamar e dormir? Serão todos Shudras? Também compreendemos que certas tipologias não servem para descrever indivíduos que estão colocados sob condições anormais. Por exemplo, o tipo que na tipologia de Kretschmer e Sheldon seria o mesomórfico (no qual predomina o tecido adiposo) pode estar destituído de tecido adiposo porque adoeceu e, em consequência, emagreceu. Sabemos que esta tipologia em particular (que não vamos estudar por ser demasiado elementar) só serve para indivíduos sãos no momento em que estão sãos.

Uma caracterologia teria que conter um repertório das situações humanas possíveis dentro de um quadro social dado, e um repertório dos enfoques tipológicos cabíveis. Mesmo assim a solução jamais estaria dada de antemão. por exemplo, é bom que o artista da narrativa conheça todas as estruturas narrativas possíveis e todos os pontos-de-vista possíveis para que saiba escolher a mais adequada a cada etapa do desenvolvimento da sua história. Porém, mesmo este conhecimento, por mais extenso que seja, não resolveria totalmente o problema. É por isso mesmo que a caracterologia de Klages é uma ciência na sua parte descritiva e uma arte no seu emprego. O emprego da caracterologia de Klages não é uma decorrência imediata e lógica da sua técnica ou da sua ciência, assim como podemos dizer que a arte da pintura não é uma decorrência imediata e inevitável da ciência da pintura. A ciência é apenas uma condição indispensável para a arte mas não uma condição suficiente -- existe aqui uma taxa de fracassos muito maior do que na ciência. Hoje em dia entendemos como técnica apenas a aplicação lógica e, por assim dizer, mecânica de uma ciência de maneira que não haja possibilidade de erro. Mas a rigor a palavra técnica deve ser entendida num sentido muito mais amplo. A técnica é uma aplicação da ciência a um domínio prático, seja essa aplicação lógica, fácil e imediata, ou muito complexa, como no caso das artes.

A caracterologia de Klages na sua aplicação é uma arte. Não é o caso da astrocaracterologia, que é uma ciência e não uma arte, porque não vai tão longe quanto a caracterologia de Klages na direção do individual. Ela se detém um minuto antes, porque leva em consideração a diferença temporal e espacial, que são diferenças puramemente externas. O próprio objeto que usamos para comparação, o horóscopo, é definido por um momento e um espaço. Este é o ponto máximo de individualização onde podemos chegar. No caso de dois indivíduos terem o mesmo horóscopo, exatamente iguais -- o que é raro mas não impossível -- a astrocaracterologia não saberá o que fazer. Por exemplo, o caso de dois gêmeos nascidos na mesma hora numa cesariana e que não houvesse diferença nem de alguns segundos (isso em teoria, porque na prática, mesmo a diferença de alguns minutos já não torna mais possível ver qualquer diferença astrológica).

Por essa deficiência, por não poder chegar ao indivíduo com tal, não chegamos ao inefável -- chegamos apenas a um número assombrosamente diversificado de tipos. A astrocaracterologia estará num ponto qualquer antes da caracterologia de Klages, que é uma arte voltada para a apreensão do individual

propriamente dito. É, por assim dizer, uma técnica de intuição psicológica. A astrocaracterologia está num ponto intermediário entre os enfoques tipológicos e a individualidade total estudada por Klages. E dá para saber por que não podemos chegar ao individual: se tivermos mapas iguais, as diferenças entre os indivíduos não serão determináveis pela astrologia.

Não existe nenhum sistema descritivo que chegue a um número tão grandes de diferenças como a astrocaracterologia. Mesmo assim é limitado, ao passo que o enfoque de Klages é perfeitamente ilimitado, chega ao individual mesmo. Num dado momento inclusive, ocorre um salto: passa-se da dedução para a intuição. Este salto não haverá na caracterologia. Não estou dizendo com isso que não existam diferenças entre os indivíduos, mas sim que tais diferenças não são astrológicas. O enfoque astrocaracterológico -- nossa "máquina-fotográfica" -- não pode captar essas diferenças. Podemos saber delas por outros meios, por intuição, por já ter visto que as pessoas são diferentes, mas não pelo horóscopo. O enfoque caracterológico é científico no começo, meio e fim, sem que implique numa passagem, como em klages, da dedução para a intuição, ou mesmo numa arte. Pode haver uma arte, que é a arte da prática astrológica: se formos ler dois mapas iguais de duas pessoas diferentes, tais mapas terão que sr lidos de duas maneiras diferentes. Teremos que acrescentar à leitura -- que teórica e cientificamente deveria sr a mesma -- uma acentuação diferente conforme o conhecimento intuitivo que tenhamos de uma e de outra pessoa. Isto é uma arte psicológica, algo totalmente extra-caracterológico, sendo portanto um problema de astrologia prática, a qual inclui a astrocaracterologia mais uma infinidade de coisas.

Consideramos a hipótese de dois sujeitos com o mesmo mapa quase absurda, por ser pouco provável a sua ocorrência. Uma questão que se pode colocar é a dos gêmeos: eles são diferentes, e a diferença não é astrológica. Quando dizemos que dois indivíduos com o mesmo mapa terão o mesmo caráter, dizemos isso considerando apenas até o ponto onde podemos chegar com nosso instrumental. Certamente haverá diferenças, mas não temos como capta-las por meios astrológicos. A fixação do limite até aonde a astrologia pode chegar é o que permite manter o enfoque científico até o fim. O limite da cientificidade da astrologia (e da astrocaracterologia em particular) surge quando aparecem dois indivíduos com mapas absolutamente iguais, astrologicamente indiscerníveis.

Há muitas coisas em um mapa que o tornarão igual ao mapa de outras pessoas. Tal como no enfoque tipológico, a astrocaracterologia vai por acumulação de traços dentro do mesmo plano, e procedendo a uma diferenciação que não é exatamente quantitativa, mas puramente acumulativa. O número de tipos que se dispõe nesta ciência é muito grande, ao contrário do que acontece em Szondi ou Jung, que trabalham com poucos critérios de diferenciação. No enfoque astrocaracterológico há muitos critérios de diferenciação, e é justamente neste ponto que reside sua diferença em relação aos outros. Mas, mesmo assim, o enfoque caracterológico não escapa totalmente do enfoque tipológico e nem haveria como escapar pois, para isso, teríamos que entrar no enfoque caracterológico estrito, no sentido de Klages, o que implicaria uma franja de arte, de intuição.

Comparando as diversas tipologias, temos: Szondi admite um total de dezesseis qualidades diferentes; Jung um total de oito, fora das quais as diferenças seriam meramente quantitativas. A astrocaracterologia utilizará seis faculdades cognitivas, sendo que a diferenciação dessas faculdades não se dá quantitativamente, mas direcionalmente, ou seja, elas estarão voltadas para certos objetos e não para outros. Para cada uma dessas faculdades temos doze direções possíveis, assinaladas pelas doze casas, o que dará um número enorme de qualidades. O número de combinações será potencializado como se tivéssemos mais cores na nossa palheta, enquanto em Szondi temos somente dezesseis, só nos restando mistura-las com o preto ou o branco para reforça-las ou atenua- las. Por um lado estamos muito mais próximo do indivíduo que as demais tipologias, porém um passo atrás da caracterologia de Klages, mesmo porque esta sai do estritamente científico e entra no intuitivo, no prático-artístico (somente na sua prática, evidentemente, não na sua formulação).

Na prática, a aplicação da caracterologia permitirá saltos, embora tais saltos não façam parte da ciência astrocaracterológica. Isto será por sua vez problema de cada um, pois teremos uma só ciência para muitas artes. Cada um terá que ter sua própria arte, com um embasamento científico comum a todos, caso contrário não faria sentido falar em ciência.

Com o que já foi dito, compreendemos que uma caracterologia no sentido estrito pretende aprender a

forma individual, que só é apreensível por intuição, por conhecimento direto, porque toda tentativa de transmiti-la em linguagem conceptual certamente irá reduzi-la ao que nela há de genérico, de semelhante a outros da mesma espécie. Portanto essa apreensão do caráter individual só seria transmissível por uma arte, por uma descrição artística que, sendo ela própria uma forma, pudesse ser também apreendida intuitivamente. Não alcançamos este limite da caracterologia. Este limite, este passo atrás, é definido justamente pelo lugar e momento. Não chegamos à individualidade humana, e sim à individualidade de um lugar e um momento, e isso é tudo. Se no mesmo lugar e mesmo momento há dois indivíduos, o discernimento das diferenças entre ambos não é possível por esta ciência.

Temos que situar precisamente então o que entendemos como caráter, como um conceito que está entre o conceito de tipo e o conceito que Klages chama de caráter. Assim, se uma caracterologia no sentido estrito é uma arte, e toda arte pressupõe uma ciência, o conteúdo da ciência caracterologia seria então a tipologia das tipologias. Seria conhecer todos os enfoques possíveis e na hora certa selecionar o que interessa -- o que Klages fazia com maestria, grande gênio e grande artista que era.

Uma vez que procedemos à dupla redução (do que se entende por caráter a noção de uma estrutura fixa; redução das interpretações astrológicas a um núcleo, a uma interpretação essencial), passamos a verificar a possibilidade de encontrar, para cada elemento do horóscopo (planetas, sinos, casas etc.) uma correspondência no caráter humano. Isso nos levará a encontrar uma faixa de correspondência na qual todos os elementos astrológicos podem ser uniformemente interpretados, sem exclusão de outras interpretações possíveis que ficarão fora do terreno da astrocaracterologia.

Se Saturno corresponde aos ossos do sujeito, diremos que ossos não fazem parte da caracterologia; se corresponde ao pai, isto também nada tem a ver com caracterologia; se corresponde as dificuldades do destino, idem. Nenhuma dessas coisas é traço de caráter, de forma que tudo isto fica fora da caracterologia -- não da astrologia em geral. Com isso não estamos saindo nem um pouco do raciocínio astrológico tradicional, porque quando o astrólogo diz que Saturno é o osso, que é o pai, está distinguindo entre uma faixa de interpretação anatômica e uma faixa social. O astrólogo sabe quando Saturno não é ambas as coisas no mesmo sentido, no mesmo plano nem ao mesmo tempo; mas que Saturno poderá ser interpretado de uma forma ou de outra conforme o sentido da situação. Digo isso porque prevejo uma objeção: a de querer reduzir o horóscopo a uma interpretação fixa, o que seria a decretação da morte da astrocaracterologia, dado que astrologia é símbolo, e símbolo é multiplicidade de planos de significação. A resposta a esta objeção é muito simples: é multiplicidade, mas não confusão. Se um símbolo pode ter muitos planos de significado, a interpretação simbólica será tanto mais correta, tanto mais artística, quanto mais souber distinguir em que plano está falando. Caso contrário não se trata mais de simbolismo e sim de pastiche. Não se pode colocar o pai no lugar do osso; o Sol corresponde aos reis e aos leões, o que não quer dizer que as monarquias são governadas por leões, nem que o rei é feito de ouro. Tudo isso é mera confusão, como foi bem expressa por Rodolfo Hinostroza, astrólogo espanhol, que disse: "os astrólogos raciocinam da seguinte maneira: Saturno é pedra; Sagitário. fígado -- Saturno em Sagitário = pedra no fígado, ou pedrada no fígado." Isso nada tem a ver com simbolismo, e sim com burrice. O simbolismo não implica -- ao contrário, exclui -- a confusão entre os vários planos de significados: consiste exatamente no discriminante desses planos.

Se cada elemento astrológico, sendo um símbolo, pode ser interpretado em qualquer dos seus níveis, então não há absolutamente impedimento algum de que você demarque um desses níveis e diga: vou estudar esse nível exclusivamente. Aliás é o que o astrólogo faz quando diz que Saturno é osso, a Lua é estômago, Mercúrio os pulmões e assim por diante. O que está fazendo neste caso é uma série de interpretações no mesmo plano. Ao dizer que Saturno é pai, a Lua mãe, não dirá que Vênus é o dinheiro. Qualquer interpretação simbólica sempre admite a interpretação dos elementos num mesmo plano, depois noutro plano, depois noutro e assim por diante. É o mesmo que estamos fazendo aqui; não estamos reduzindo a interpretação possível a um único significado para todos os níveis, planos e situações. Ao contrário o que estamos procurando aqui é justamente o que Saturno, Júpiter, Marte, ou qualquer outro elemento astrológico pode representar ao nível do caráter. Para podermos responder isso precisamos estabelecer primeiro que nível é esse que chamamos de caráter. Sabemos que o caráter não pode estar ao nível das ditas tendências, pois tendência aparece e desaparece. Sabemos que se dizemos que Marte é a tendência x ou a tendência y, não estamos falando de caráter, mas de alguma outra coisa, de outro plano. A pergunta à

qual estamos nos encaminhando agora é justamente esta: ao nível do caráter, definido como estrutura permanente por trás de todos os outros caracteres que o sujeito possa ter no sentido das várias caracterologias, e como estrutura individual até o limite da distinção de tempo e espaço, a o quê, nele, podem corresponder os vários elementos astrológicos? Se no primeiro dia de aula eu perguntasse a que corresponde Saturno, Lua, Mercúrio, cada um teria respondido uma coisa em plano diferente de outra, de forma que um poderia associar a sexualidade a Vênus e a mercúrio a inteligência (duas em planos diferentes: anátomo-fisiológico e cognitivo respectivamente). A sexualidade é um meio de reprodução e a inteligência a aptidão para conhecer; teriam que, no mínimo, responder coisas de um mesmo plano: se Vênus se associa à sexualidade, Mercúrio devia ser associada a respiração.

Antes de haver este trabalho de desbastamento, todas as atribuições de significados dos signos, casas, a topografia toda será algo muito acidentado: é o que se vê nos estudos astrológicos e nas pesquisas destinadas a confirmar ou negar a validade da astrologia; um total desnivelamento. Para acabar com isso fixamos um nível, um plano: só nos interessa o que está no caráter entendido como a estrutura fixa da personalidade inteira, que se mantém desde o nascimento até a morte, e é uma forma individual. Ficando claro o conceito de caráter, a possibilidade e os meios de comparação com o horóscopo ficam também mais claros.

Com isso ganhamos um grande negócio, no sentido de que todas as interpretações, todas as significações atribuídas aos planetas e outros elementos do horóscopo terão de estar exatamente num mesmo plano do caráter tal como acabamos de definir. Fica patente que nenhum elemento do horóscopo pode corresponder a tendências ou forças, em suma, não podem significar nada de dinâmico, pois todo dinamismo tem altos e baixos; toda força diminui ou aumenta ao longo do tempo. Não podendo significar os elementos dinâmicos da personalidade, só pode significar os elementos estáticos. Assim, as funções designadas no horóscopo têm de ser constantes, de forma que se algo no horóscopo corresponde à intuição, esta só pode desaparecer com a morte do sujeito. Trata-se então de elementos estruturais, permanentes, diferente de afetividade ou atividade, que podem aumentar ou diminuir. Ora, a atividade e a afetividade requerem por trás de si uma função. De fato, o homem para ser emotivo ou não-emotivo precisa antes ter sentimento. Logo, esta é uma faculdade implicada naquele fator, da mesma forma que por trás da atividade está implicada uma outra função.

O que nas primeiras caracterologias aparece com o nome de tendências ou forças tem de ser traduzido para uma linguagem estática de faculdades ou funções.

Os elementos do horóscopo não podem corresponder nem a tendências nem a forças, mas as faculdades ou funções que permitem a existência dessas mesmas tendências, ou sua supressão. Por isso, quando falei de Jung, disse que o estudo de sua tipologia nos poria na posse de uma caracterologia semelhante à dele. Não que a caracterologia de Jung seja comparável ao horóscopo, porém fala de faculdades, as quais são estruturas, e não tendências. Quando Jung coloca as faculdades ou funções em pares de opostos, não são opostos excludentes, contraditórios, porém complementares. No sujeito sensitivo a intuição não se ausenta -- ele apenas não presta atenção na intuição. Uma função exige outra: quanto mais sensitivo o indivíduo seja no plano consciente, mais intuitivo será no plano inconsciente, o que não se dá quando organizamos tendências ou impulsos aos pares: a presença de um exclui a de outro. Aquilo com que se vai comparar o horóscopo tem de ser coisas que estão permanentemente presentes, como as faculdades, pois não há nenhum mapa onde Saturno, Marte ou qualquer outro elemento astrológico esteja ausente, por um único segundo que seja.

Nota sobre discurso, persuasão e programação neurolinguística:

Minha falta de voz não é um acontecimento de todo funesto. Porque é da tradição dos grandes estudos filosóficos que as aulas de matéria filosófica e científica sejam uniformes, sem uso da ênfase na voz e com redução do aporte físico da comunicação ao mínimo. Lembrei-me disto porque estou com um texto nas mãos que trata de programação neurolinguística (PNL), que é uma técnica de comunicação corporal, o que, do ponto de vista cognitivo é uma indecência: a comunicação corporal é usada com bichos, bebês e doentes mentais. No momento onde desejamos apelar à consciência, reduzir ao mínimo o aporte sensitivo. As pessoas deveriam falar para que o público ouvisse como se estivessem lido um livro. Como se diz em latim, recto tono, numa totalidade reta, constante, sem altos e baixos. A ausência de voz me obriga a

manter esta regra. Posso falhar com ela ainda devido ao entusiasmo com o assunto, sublinhando demais uma palavra ou outra.

A PNL existe e funciona efetivamente; brincar com ela é como brincar de roleta-russa: um belo dia dispara. Se não funcionasse, fosse apenas mais um charlatanismo não haverias problema. Mas é pior do que charlatanismo: é uma ofensa à dignidade humana. Os antigos já conheciam estas coisas e já sabiam que para o desenvolvimento da consciência intelectual o apelo ocorre em três níveis: físico, emotivo e intelectual. Mesmo o emotivo deve ser reduzido ao mínimo; o físico deve estar totalmente ausente, mesmo porque com o meio físico de comunicação o sujeito é convencido de qualquer coisa apenas por empatia física, sem conhecer o conteúdo que está sendo expresso. Se se fala num tom que se amolda às correntes cerebrais do indivíduo, ele se acomoda àquilo e recebe o conteúdo de maneira mais complacente, fica acessível à mensagem, sem reparar no conteúdo criticamente. A PNL é uma sistematização desse tipo de comunicação pelas costas.

Na comunicação, a leitura literária está a meio caminho entre o emocional e o intelectual. Não deve apelar para o físico, a não ser que se trate de teatro. No ensino de matéria científica ou filosófica não se admite de maneira alguma o apelo ao nível emocional ou físico. O emocional é quase inevitável, mas se recomenda reduzi-lo ao mínimo. A onda hoje é a de ganhar a simpatia do sujeito e não sua adesão intelectual, ganhar a simpatia física. Não que eu queira a antipatia das pessoas, mas sim que a concórdia ou discórdia de determinada tese se dê pelo seu conteúdo conceptual e não pela simpatia ou antipatia do professor, muito menos pela afinidade física.

Na PNL as palavras são selecionadas não em função do conteúdo a ser transmitido mas em função da abertura sublimar do sujeito a tais ou quais tipos de palavras, conforme a orientação sensorial dele. Se é um tipo visual, usa-se metáforas visuais o tempo todo. Isto deixará o sujeito à sua mercê sem que ele tenha idéia do que se piso nada tem a ver com a idéia da persuasão -- isso é manipulação pura e simples. Para tudo isso uma observação é indispensável: o uso na PNL é diverso, como o uso de um revólver: há quem o use para proteger a família, há quem o use para liquidar a família alheia. De qualquer forma, para usar o revólver, é preciso ter porte de nem todo uso que dele se faz é socialmente legítimo, e por isso mesmo não é entregue na mão de qualquer um. Mas a PNL é, sendo possível conhecê-la depois de um cursinho de três meses. A técnica em si funciona, tem embasamento científico; ela pode ter uma infinidade de usos, inclusive aplicações psicoterapêuticas para se estabelecer comunicação com um esquizofrénico não há outro meio, assim como com bebês de colo, cachorro de estimação, etc. Agora se há possibilidade de comunicação intelectual, é um deverético abdicar de outros instrumentos. Toda comunicação de natureza científica que pretende ter valor cognitivo deve evitar ao máximo o apelo emocional e não deve haver qualquer apelo físico. Isso é uma regra que sempre foi universalmente aceita. A qualidade do orador não é uma coisa que tenha sido importante no ensino da filosofia. Alguns grandes filósofos foram péssimos oradores, e nem por isso deixaram de ter seu público. Outros podiam ser bons oradores, mas não usavam este tipo de instrumento. Bergson era considerado um grande professor, que atraía grande público, mas nem se mexia quando falava, cruzava as mãos em cima da mesa e ficava duas horas absolutamente imóvel, falando sempre no mesmo tom.

Quando há menos presença física do indivíduo, é possível captar suas idéias em sua pureza maior. Eu não tenho, para dar aulas, o comedimento que gostaria de ter, mas quando acentuo certas passagens não é com alguma intenção sub-reptícia, mas é justamente devido à falta de intenção, à falta de controle, por entusiasmar-me com o tema e por isso acabar passando das medidas ideais.

A retórica é outra coisa. É uma adaptação do discurso a seu público. Conforme se vá falar com uma criança, um velho, uma pessoa simpática ou antipática à sua tese, deve-se montar o discurso de um ou de outro jeito. Quando falamos em retórica, estamos dentro do estudo dos meios de persuasão, onde se age às claras e conscientemente. Ao ouvir um discurso ou pregação sabemos que o orador vai tentar persuadir seu público de alguma coisa, não dando uma persuasão pelas costas, portanto.

Existem três níveis básicos de argumentação: o retórico, o dialético e o lógico. Sempre se deve usar o mais alto dos três; não sendo possível, dada a natureza do assunto, passa-se para o imediatamente inferior. Em matéria onde há certeza científica a argumentação deve ser estritamente lógica, e é o que chamamos demonstração; se for matéria de conteúdo ainda incerto, o raciocínio será então o dialético, de oposição de

idéias (é o que uso neste curso). Não sendo matéria científica, sendo matéria de opinião corrente onde não se quer chegar a uma certeza, mas a um consenso provisório suficiente na prática, a argumentação retórica basta.

Toda a ciência de retórica nada tem a ver com a PNL, se bem que estes meios modernos de persuasão e de manipulação usam muitos elementos da retórica antiga, como usam da gramática, da lógica e assim por diante. Mas sendo a argumentação retórica deve excluir o puro apelo emocional, e mais ainda o apelo físico.

As três funções da linguagem, conforme exposto pelo psicólogo e filósofo Karl Huber são a função denominativa (que serve para dar nomes aos objetos, dizer o que eles são), a função expressiva (pela qual o falante manifesta o seu estado interior) e a função apelativa (pela qual o falante procura atingir a psique do ouvinte). Uma coisa é a ênfase expressiva, outra é a apelativa. A expressiva é quase inevitável em quase todo discurso humano: basta haver entusiasmo, o orador ficar bravo, e o tom de voz naturalmente mudará. Quando passamos para a função apelativa o tom de voz muda não em função do que o falante está sentindo, mas do efeito que deseja desencadear no ouvinte. Este é o que predomina no teatro: o ator não tem que ter as emoções que está representando, mas tem de fazer com que o público acredite que ele as tem.

O ideal do ensino filosófico e científico ao longo dos tempos tem sido o das funções denominativas, de maneira que o discurso permaneça o mais estritamente grudado ao objeto, de modo que um outro orador pudesse fazer um discurso bastante semelhante.

Evidentemente que nesta nossa matéria, como não estamos fazendo puras deduções científicas, mas estamos investigando quais seriam os princípios dos quais deveria partir uma certa ciência, a argumentação não pode ser inteiramente lógico-analítica, tem que ser uma argumentação dialética, por confronto de idéias. A argumentação dialética leva em conta muitos pontos de vista possíveis, que é o que estamos fazendo: examinamos as coisas de certo ponto de vista, contrastando com outro, contrabalanceando um lado com outro.

A isto se chama dialética. A retórica não tem sentido aqui porque sempre visa uma decisão prática, e o que queremos alcançar aqui não é uma decisão prática, mas um consenso intelectual. Todo o caudal de recursos da retórica para nós não serve de nada, aqui. A retórica visa inclusive um efeito contrário ao da dialética e da lógica: a lógica e a dialética pretendem oferecer o maior número possível de motivos para a crença; pretende provar o mais que possa, ao passo que a regra número um da retórica é diminuir o número de provas. Se se pode persuadir o ouvinte com meio argumento, para que fazer um argumento inteiro?

Quando se trata de um público com consenso absolutamente contrário ao do orador, pode ser que não haja condições de discussão, nem dialética nem lógica, mas algo pode ser tentado pela retórica, se valer a pena. Às vezes o público está abaixo da retórica, sente uma repugnância física pelo orador, condição essa em que a retórica do mundo seria em vão. Mesmo a retórica pressupõe no ouvinte alguma disposição de escutar. Uma coisa são os meios de prova, que dizem respeito à dialética e á lógica; outra coisa são os meios de persuasão. Em retórica, se é possível persuadir com suas palavras, não se deve dizer três, porque a terceira pode por tudo a perder (como se vê em propaganda, que requer o máximo de concisão). Na II Guerra os alemães fizeram uma constatação desalentadora: nos territórios que ocupavam soltava o maior número de propaganda nazista que podiam. Descobriram que nos lugares onde tinham gasto mais dinheiro com propaganda menor era o número de adesões, enquanto que nos lugares onde a propaganda era discreta as adesões eram maiores: haviam falhado quanto a uma regra áurea da retórica, a de não falar muito. Como estamos numa discussão científica, podemos falar o máximo, não devemos deixar ficar nada no escuro. Uma coisa que tenha sido provada de um jeito deverá ser provada de outro, de outro e mais de outro. Damos a prova lógica, a prova dialética, a prova por absurdo, a prova experimental, a contraprova, etc.

A captação de atenção é um problema que existe na retórica; na demonstração dialético- científica deve-se ficar totalmente alheio a isso. Particularmente nesses assuntos que tratamos, se vejo que não há atenção perco o entusiasmo de dar o curso e vou embora.

Tudo isto foi bom para saberem que tipo de comunicação uso aqui: comunicação dialética. Há uma certa troca de idéias. Se fosse uma comunicação puramente lógica, seria uma questão de todo o público sentar e

escutar, acompanhando mentalmente todos os passos do raciocínio, sem se manifestar. Nos momentos onde a demonstração é estritamente científica, de fato não tem cabimento a discussão de idéias. Desde que são todos seres racionais, a partir da hora em que aceitam premissas, o encadeamento lógico é feito de maneira absolutamente rigorosa e todos tem de concordar, podendo surgir discordâncias quando houver algum salto lógico, uma premissa duvidosa, momento em que entramos no discurso dialético.

AULA 18

A única comparação possível entre o horóscopo e o caráter seria aquela baseada em funções, as quais, fazendo parte da estrutura da psique humana, estariam sempre presentes. Já impulsos e tendências não só podem estar ausentes, como também se definem justamente por oposição a um outro impulso.

Quando as faculdades se estruturam no organismo psíquico, mesmo que disponham-se em pares de opostos, não são oposições contraditórias como no caso dos impulsos. A atividade e a não atividade, estudadas na caracterologia de Le Senne são opostos contraditórios, auto-excludentes, ao passo que a função do sentimento não anula a do pensamento , a intuição não anula a sensação e assim por diante. Elas são ditas não-contraditórias, e são opostas-complementares.

Na caracterologia de Jung elas apenas invertem de polaridade. Quando diz que uma função e a outra inconsciente, isto significa que quando uma está se manifestando numa direção, a outra está na direção contrária. Quanto mais uma delas está em ação, mas a outra estará funcionando numa direção contrária. Já quando falamos em impulsos e tendências verificamos que quanto mais uma tendência é manifesta, mais a tendência contrária é anulada. Ela não é jogada para o inconsciente : o aumento da atividade não pode ocasionar o aumento da inatividade, isto seria absurdo.

Os elementos que compõe o horóscopo são fixos, e mesmo que a sua organização aconteça em pares, nunca será por oposição contraditória. Os planetas, signos etc. estão sempre presentes ao mesmo tempo, e a presença de um não exclui a presença do outro. Então, a única comparação possível seria com as funções.

Essas funções representam os modos e aspectos da manifestação da atividade psíquica. A distinção entre elas é do tipo real-mental, pois para perceber essas várias faculdades precisamos observar as diferenças de tom de voz, expressões faciais, gestos, no comportamento de um mesmo indivíduo. Elas não existem separadamente, e não podem ser percebidas isoladamente, em si mesmas.

Todas as funções ou faculdades da psique são percebidas de um modo indireto. A sua distinção será real-mental porque, embora elas possam ser analisadas, distinguidas entre si, nunca poderão existir separadamente do sujeito que as porta. Elas são separadas entre si, porém não são autônomas. Só faz sentido falar de funções da psique dentro de uma psique, e a psique não existe sozinha, mas num ser humano completo.

Quanto aos elementos da comparação entre a figura do céu e o caráter podemos concluir que nenhum deles é um dado intuitivo, mas sim construído. Sempre que alguém faz uma interpretação astrológica opera em cima de elementos construídos logicamente.

O primeiro elemento construído é o próprio mapa, que baseia-se num esquema de medições. A sua interpretação é realizada com base numa série de parâmetros e esquemas que jamais poderiam ser percebidos intuitivamente, embora muitos acreditem estar agindo por pura intuição.

O que se pode intuir é somente a presença viva , posso intuir o estado de ânimo de uma pessoa por uma captação intuitiva imediata de sua totalidade. No caso do horóscopo nada pode ser intuído, porque tudo de que você irá falar não está presente na sua frente. Astrólogos clássicos do passado diziam que a astrologia é uma atividade puramente dedutiva. Ela parte de certos princípios universais e, por dedução, chega ao caso particular. Nenhum deles disse que a astrologia é uma atividade intuitiva; o parecer deles devia ser levado em conta.

Quando afirmamos que os elementos da comparação que compõem a astrolo- gia -- o quadro do céu e o

caráter -- são construídos racionalmente e não são objetos de intuição, não estamos acrescentando nada de novo, não estamos inventando uma nova astrologia, mais elucidando coisas que já estavam implícitas na astrologia tradicional.

Um indivíduo pode iludir-se, quando consegue fazer deduções rápidas, e achar que este ato foi intuitivo. Um ato intuitivo é por exemplo quando eu olho para esta classe e vejo vocês na minha frente. No ato intuitivo existe uma ligação direta do objeto e os sentidos que . O que caracteriza o ato intuitivo é a ausência de intermediário , que é a visão e a luz, mas não são levados em conta, porque fazem parte da condição mesma da realidade.

Se existe um sistema simbólico, então já não se trata de um ato intuitivo. Uma dedução análoga é diferente de uma dedução lógica, mas também é dedução , e é racional.

A interpretação de símbolos não é ato intuitivo, mas um mas um sujeito que tenha investigado por muitos anos as causas em torno de um mesmo objeto poderá chegar a adquirir uma visão intuitiva da estrutura inteira do fenômeno. Também ocorre que um aluno a quem você explica o sistema astrológico de casas, planetas e ângulos capte, por um ato instantâneo (intuitivo) a unidade do todo , e torna-se capaz de ler um mapa. Mas no momento que passa a aplicar tudo que captou à leitura do mapa , já não age por intuição, mas por simples dedução. Atualmente a intuição foi elevada a algo sagrado , como algo superior à razão. As pessoas não tem a menor idéia do que estão falando, pois é a mesma coisa afirmar que a respiração é superior à circulação sanguínea.

O mapa é uma representação gráfica de certas medidas expressa, analogicamente, as proporções entre os astros no céu. Nem todas as proporções estão contidas no mapa, pois o homem faz abstração de uma porção de coisas , como por exemplo a profundidade e a distância que os planetas e os outros astros estão da Terra, etc. Esta é uma crítica que os astrônomos vivem fazendo: eles reclamam que a representação do céu na astrologia é incompleta, que ela só leva em consideração distâncias angulares e não as distâncias lineares em relação à terra; mas na verdade. qualquer representação do céu não será total, fará abstração de inúmeras medidas.

O mapa é uma abstração e também uma seleção da realidade, feita em função de um certo tipo de medidas. Então, dos vários tipos de medição que podemos estabelecer num mapa, levaremos em conta somente a sua distância angular em relação ao Ponto Vernal. O Ponto Vernal é o começo do zodíaco, é o começo do signo de Aries, dado pela interseção entre o Equador celeste (projeção do Equador terrestre) com a Eclítica (o percurso aparece no Sol). Toda a medição astrológica e astronômica se faz a partir deste ponto.

Dissemos que o mapa é uma abstração e uma seleção operada pela inteligência racional. Por intuição diríamos que o céu é a aparência em si. Mesmo que eu fique observando o movimento do céu por vários dias não terei a intuição de seu movimento , porque é muito lento. O que poderei obter é uma comparação entre as suas fases sucessivas, ou seja, que a Lua estava aqui e agora está acolá. Poderei concluir que ela se moveu , mas não foi por intuição e sim por dedução. Aliás todo o fundamento que temos funda-se em alguma intuição, mas vai parar muito longe dela.

O nosso próximo passo seria enumerar todas as funções e distinguir na atuação da psique as diferentes funções. Se a psique fosse um bloco indecomponível -- não apenas realmente mas também conceitualmente -- ou, ainda , fosse um tipo de unidade simples, nós não poderíamos desmembra-la em aspectos, e não poderíamos compara-los com o mapa, que é composto de vários elementos. É também nosso problema saber se entre as funções e astros existe um tipo de relação de analogia.

A analogia entre as funções da psique e os astros não pode ser estabelecida diretamente com os astros , mas sim com os astros tal como aparecem no horóscopo, ou seja, um sistema de medições angulares. Se não existir analogia alguma a pesquisa estará acabada.

Analogia é a possibilidade de uma relação casual ou simultânea. É o começo de todo o conhecimento, mas não a finalidade -- outro monstro sagrado do mundo astrológico atual. Nós podemos dizer que o raciocínio analógico tem uma certa superioridade em comparação com outros tipos de raciocínios. A superioridade é intrínseca, pois a analogia permite alcançar um domínio que por outro raciocínio seria impossível. Dizia São Tomás de Aquino que conhecemos Deus através de analogias, pois não podemos conhecê-lo por

raciocínio lógico.

Caso tivéssemos um conhecimento extensivo de Deus não precisaríamos fazer nenhuma analogia -- seria o mesmo que fazer uma analogia de mim mesmo. Eu me conheço o suficiente para saber que sou idêntico a mim mesmo; mas se você tem dois fenômenos e não sabe se eles são idênticos ou diferentes, então é necessário abrir mão da analogia.

A analogia é uma mistura de identidade e diferença, não dosada explicitamente.

Temos que verificar se a psique humana permite uma analogia com o sistema solar tal como é tal como é retratado no horóscopo. Certas características ou planetas que não levamos em conta no horóscopo também podem ter uma relação analógica com a psique mas, por enquanto, isto não nos interessa. Nessa comparação o número de elementos que vamos discernir na psique tem que ser igual e idêntico ao número de elementos que nós discernirmos no sistema solar. Esta comparação irá até um certo ponto, e dali para diante se abre o terreno para o desconhecido. Porém, supondo-se que já estivesse feita esta relação analógica entre a estrutura da psique humana e a do Zodíaco, ainda nos restaria verificar se ela é uma relação analógica real ou é uma curiosa coincidência.

Este ponto já foi levantado no início de nosso curso , quando explicamos a teoria da Tripla Intuição. Estamos querendo afirmar que entre os dois elementos da comparação existe um elemento onde a relação entre o céu e o caráter é necessária. A Tripla Intuição nos revela que existe uma relação que é mais que simples coincidência entre o ato intuitivo e a presença do Sol.

Então, se a correspondência entre o Sol e a faculdade da intuição está firmemente estabelecida, temos apenas que deduzir as outras faculdades. Será necessário verificar uma por uma, e ainda observar se nesta dedução existe uma analogia clara com os planetas. Não precisaremos ter este trabalho, porque os astrólogos já o fizeram ao longo da história (teoria das Regências).

Agora iremos observar em quantas partes poderá ser dividida a psique e em seguida vamos partir para uma distribuição tradicional das faculdades.

Esta distribuição poderá estar certa ou errada, mas o que nos importa é saber se um dos pontos coincide firmemente, que é justamente a ligação do Sol com a intuição. Estamos levantando um corpo de hipóteses e saindo da astrologia puramente teórica para entrarmos na astrocaracterologia propriamente dita.

A primeira hipótese é que existe uma coincidência entre o Sol e a intuição em geral. Porém a astrocaracterologia não vai lidar com o Sol genericamente falando e nem com a intuição em geral, porquê estamos falando de caráter , e ele é uma forma de individualidade humana. Tem de existir um princípio de diversificação dos elementos da psique que seja o mesmo princípio da diferenciação dos planetas. Vemos que eles não se transformam, são sempre eles mesmos, o que muda são apenas suas posições. Será que existe na psique um princípio de diversificação similar ao dos planetas?

Verificamos que de fato há. O que vai ser análogo aos movimentos dos planetas na psique terá de ser um "movimento" que possa ser comparável ao dos planetas . Isto significa que estas faculdades ou funções estarão em relações variáveis umas com as outras, como também estarão em várias "posições" em relação ao objeto.

Qual é o objeto das faculdades, o objeto do conhecimento? É o mundo, o real. Tudo que não é sujeito cognoscente é objeto, e o próprio sujeito pode ter objeto de cognição para ele mesmo.

Já temos muitas hipóteses caracterológicas. A primeira é que o Sol corresponde à intuição. A segunda. que os outros planetas devem corresponder às outras faculdades, que são cognitivas. A intuição é um ato cognitivo, portanto já limitamos a faixa que nos interessa: a cognição.

O que nos interessa é a relação do conhecimento entre o homem e o mundo. Existem vários planetas, portanto existem várias funções cognitivas. Estas funções devem estar e poder se colocar em várias relações umas com as outras.

A terceira hipótese é para cada planeta deve haver uma faculdade. Isto já foi demonstrado na primeira aula, quando vimos que o Sol corresponde à intuição, e somente à ela, e que não é uma relação casual, mas literal. Não haveria ato intuitivo sem a fonte de luz, ou seja, na intuição da fonte de luz os três aspectos da

intuição se unificam num só ato. A intuição.

A intuição mais plena e pura é a intuição da fonte de luz. Descartes, por sua vez, diz que a intuição mais pura é aquela que o sujeito tem de si mesmo -- é o famoso provérbio cogito ergo sum: todas as coisas na qual eu acredito e penso acontecem por uma inter mediação, que pode ser do raciocínio, da memória, etc; porém, o eu pensante, no ato em que pensa e que se intui como pensante, capta a si mesmo. Ele conhece, e no instante em que conhece, conhece que conhece. Quem não sabe o que sabe, não sabe; se você conhece, necessariamente conhece que conhece.

Nós fomos além de Descartes porque se a intuição mais firme , mais direta, fosse efetivamente a intuição do eu pensante não haveria meio de provar que existe, fora esse eu pensante, um objeto qualquer. Esse é o ponto onde a filosofia de Descartes esbarrou. Descartes. procurando encontrar um ponto firme no conhecimento, julgou tê-lo encontrado no próprio eu.

O ponto firme e o ponto de partida do conhecimento tem que ser evidentemente intuitivo. Então, onde estará este ato intuitivo que fundamenta todos os demais conhecimentos? Descartes acreditou encontrar a resposta ao constatar que o sujeito pensante é imediatamente conhecido por si mesmo. O pensamento de Descartes é brilhante, porém tem um problema, pois uma vez que o ponto firme é o próprio sujeito cognoscente, a única coisa da qual você pode ter certeza é que esse sujeito se conhece a si mesmo; você não poderá ter certeza de que conhece um objeto , portanto o objeto terá de ser deduzido. O objeto e a experiência do mundo exterior objetivo já não seria um dado imediato, mas sim uma intuição de segundo Grau.

Como a intuição de si mesmo não tem meio de pular para o objeto, então Descartes apela para Deus. Para ele o conhecimento não será seguro se for busca-lo no mundo exterior; o conhecimento terá que ser buscado no eu pensante. Entretanto posso estar certo de mim mesmo, mas como saber se não estou sendo iludido pelo mundo exterior? É aí que Descartes escapa dizendo que Deus não pode ser mau, a ponto de fazer com que o mundo exterior seja feito de aparências ilusórias. Arrumou uma resposta teológica para um problema filosófico.

Características da intuição:

- IMEDIATEZ: Imediato é aquilo que não tem intermediário, é direto com o objeto; pode ser compreendido como sinônimo de direto.

- RECEPTIVIDADE: Ela recebe o objeto num sentido de passividade, porque sendo um ato cognitivo, não pode ser passivo jamais.

- INCONTROLÁVEL: Não nos é possível saber quando ocorrerá a intuição. Ela é incontrolável. Porém por trás dela pode ter um longo trabalho. Podemos força-la, mas isto não garante que iremos tê-la efetivamente.

- TOTALIZANTE DO SINGULAR: Ela procede por uma intuição direta do todo do objeto. Totaliza o singular mesmo que este singular seja muito grande.

Sob o ponto de vista lógico ela é sintética, mas sob o ponto de vista psicológico não, pois já pega o objeto direto como um todo, tem partes, porém dela não procede sinteticamente. Ela é totalizante, com uma ressalva; dissemos que ela é intuição do presente, mas o todo, o Um, já esteve presente diante de alguém? Não; já estiveram vários todos, o que prova que não era o todo enquanto tal. Podemos dizer assim que ela totaliza o singular.

A intuição é uma expressão em si mesma, do sujeito para o sujeito. Quando captamos algo saímos daquele fundo obscuro e mudo das sensações, e algo se objetiva à nossa frente. A intuição nos dá o conhecimento do objeto; e todo conhecimento é expressivo.

Seu conteúdo é irreproduzível enquanto tal, mas a intuição pode ser transmitida por um análogo, como por exemplo numa forma de arte. Este análogo por sua vez provocará uma intuição em cada pessoa. PESSOAL: Dizemos que ela é pessoal, instransferível, com a ressalva de que não é incomunicável, pois a intuição é a base de toda comunicação.

Todo ato cognitivo é subjetivo pois se passa no sujeito; por outro lado, dependendo de sua referência ao

objeto, ele tem uma qualidade objetiva ou não. Não é possível que o sujeito tenha uma intuição errada; se intuiu, intuiu certo. A intuição é evidência. Se ela é evidente, não pode ter erros. A intuição pode ser certa e as conclusões que o sujeito tira dela podem ser todas erradas.

Freqüentemente quando se chega de um raciocínio a uma conclusão iluminadora -- em psicologia e particularmente em psicoterapia -- diz-se que o sujeito teve um insight, mas isto não é intuição. Conforme estas características apresentadas, e não conforme seu valor ou seu caráter mais iluminador ou menos iluminador. Tem coisas que são acompanhadas de sentimento de descoberta e que não são intuição, são mera imaginação, ou que apenas a conclusão de um longo raciocínio. FUGACIDADE: Por outro lado há intuições que são evidentíssimas, inequívocas e que você nem se quer se dá conta delas. Tem a intuição e segue em frente; a intuição é fugaz.

Se as pessoas conservassem na memória todas as suas intuições, seriam gê- nios. Este é um método que recomendo aos alunos: verifiquem se conseguem , ao terminar a aula, lembrar de tudo o que você descobriu durante a aula. Ao anotar , anote o que você descobriu, não tudo o que eu falei. À medida que vou falando certas coisas elas te recordam outras, você cria associações em sua mente, conteúdos que são ou não meus. Se você anotar com duas ou três palavras a intuição ou recordação que teve, provocada pelo que eu falei, cada vez que você evocar estas palavras, todo o conteúdo da aula estará novamente em sua posse.

Uma das maneiras de conseguir a melhor conceituação de alguma coisa é tentar achar as características contrárias às dela. Façamos isto com a intuição:

Contrário de EVIDÊNCIA é possível -- o que não é evidente é possível.

Contrário de IMEDIATO é MEDIATO -- aquilo que usa do intermediário.

Contrário de PRESENÇA DO OBJETO é AUSÊNCIA DO OBJETO. Note que isto não quer dizer que esta faculdade não possa operar sobre um objeto que esteja casualmente presente, mas sim que vai trata-lo como se estivesse ausente. Não existe faculdade cognitiva que só possa operar na ausência do objeto. Ocorre que o objeto pode estar presente ao sujeito, mas ausente a esta função em particular. Seria melhor dizer que a intuição é dependente da presença do objeto, a razão independente.

O objeto da intuição pode ser imaterial, mas não será conhecido como abstrato, será conhecido concretamente. Por exemplo, você pode ter a intuição de uma identidade: você percebe que uma coisa é ela mesma. Isto se aplica a coisas imateriais. Mesmo a conclusão de um raciocínio implica uma passagem que é intuitiva.

Contrário de INSTANTANEIDADE é SUCESSIVIDADE.

Contrário de FUGACIDADE é DURABILIDADE.

Contrário de DIRETA é INDIRETA.

Contrário de RECEPTIVO é POSITIVO. É positivo no sentido de por; um recebe, o outro põe.

Contrário de INCONTROLÁVEL é CONTROLÁVEL, no sentido de que está à mercê do homem coloca-la em ação.

Contrário de TOTALIZANTE DO SINGULAR é ANALÍTICO-SINTÉTICO ou SINTÉTICO-ANALÍTICO. Sempre que estamos fazendo uma síntese estamos fazendo uma análise também, e vice-versa: interessa aqui o todo e as partes do objeto. Porém, quando temos uma intuição e captamos um todo singular, não estamos fazendo nem síntese nem análise: a intuição capta o todo como tal, independente de suas partes , no momento da intuição não nos interessa suas partes. O analítico é o que vê uma coisa desmembrada em suas partes, e o sintético é uma resolução das partes do todo. Porém se dissermos somente analítico estará errado, ,pois tudo que é sintético é analítico e vice-versa, pois como se pode fazer análise sem ter o todo?

Contrário de CONHECIMENTO DO SINGULAR é CONHECIMENTO DO GERAL.

Contrário de PESSOAL é IMPESSOAL.

Todas estas características contrárias poderiam pertencer a alguma função, que seria por sua vez contrária

á intuição no mesmo sentido. Vamos tentar descrever esta outra função cognitiva:

Ela nos dá o conhecimento do provável, através da inter mediação de alguma coisa. Ela trata de seu objeto através de seu intermediário, porque ela precisa de um meio, e não de um objeto. Subentende-se que ela precisa de uma linguagem, de um signo, ou seja, ela pode conhecer o que não é objeto da experiência.

Ela procede independente da presença do objeto; mesmo que o objeto esteja presente a função vai trata-lo como ausente. Se ela independe da presença do objeto, pode ir muito além dos objetos experimentados, desde que tenha signo para representar tais objetos.

Não opera num ato instantâneo mais sim numa SUCESSIVIDADE de operações. Os seus produtos são duráveis -- e o que demorou para ser produzido demora para ser esquecido . Ao contrário da intuição, que simplesmente capta a presença dos objetos, ela constrói, cria, age.

Opera voluntariamente, sob o controle da vontade. Procede de maneira sintética-analítica, juntando partes do todo e todos numa parte. Não existem casos isolados para esta função; quando se fala em operação sintético-analítica tudo está sendo ligado, uma parte está sendo conectada a um todo e o todo por sua vez é visto como todo em função de suas partes ou em função de um outro todo, do qual ele faz parte. Isto nunca pára.

Dá o conhecimento do geral, ou seja, de vários objetos que lhe sejam apresentados , vai captar o que há de comum entre eles, fazendo abstração do restante. A intuição também faz abstração neste sentido porque a intuição objeto de seu fundo. Na hora em que pega um todo, pensa nele como uma rodinha luminosa que aparece sobre um fundo totalmente preto. Já esta outra função capta o que há de comum entre vários objetos. Portanto cada um de seus objetos em particular deixa de ser todo para ser sempre uma parte. Por exemplo, se nós conhecemos uma vaca intuitivamente, olhamos para aquela vaca e a vemos como um todo. Porém, esta outra função, que é a razão, irá olhar a vaca enquanto vaca. Portanto fará abstração de tudo que singulariza a vaca em particular. Esta função racional opera por signos, e estes signos expressam um conjunto determinado de qualidades ou notas. A razão fica nesta faixa comum aos vários objetos, apagando a singularidade e a totalidade de cada um. Devemos entender aqui que para a razão nada é total -- este é o ponto mais importante para distingui-la. Para a intuição tudo é um todo em si mesmo, e para a razão tudo é parte, porque nada a satisfaz como todo.

Nós sabemos que a razão corresponderá a Saturno. Porém não sabemos o porquê. Dissemos que estas duas funções, intuição e razão, são opostas, porém em que sentido podemos dizer que o planeta Saturno é oposto ao Sol dentro do sistema solar? Não poderíamos dizer que o oposto do Sol é a Lua? Sim. Então porque não é a Lua que representa a razão?

P.- Seria por causa da luminosidade? A intuição é análoga ao Sol, e o Sol é o que mais brilha; em contrapartida Saturno é o planeta mais distante, mais afastado e o que menos aparece.

Saturno é oposto ao Sol no sentido que um está no centro e o outro na máxima periferia. Porém isto é só uma das maneiras ser oposto, existindo outras, e algumas delas se aplicam perfeitamente à Lua. A analogia tem que ser perfeita. O que é que Saturno tem que a Lua não tem?

Não podemos tratar das várias analogias que vão surgindo como se fossem identidades. Estes traços tais e quais não vão ser encontrados no Sol nem em Saturno. Porque o Sol não é evidente nem não-evidente: durante a noite inteira ele não é evidente. Ela não é imediato, está bem longe de nós. Para acharmos a analogia chave temos de esquecer estas características aqui. O que nos interessa nesses dados é a relação entre eles. Não estamos procurando analogia entre cada uma destas listas de características e um planeta em particular, estamos procurando a analogia entre a relação razão-intuição e entre a relação Sol-Saturno, e isto do ponto de vista astronômico.

Nós temos uma pista: O Sol está no centro e Saturno está na periferia. Isto é verdade, mas por que este tipo de oposição que se refere ás oposições respectivas? Por que é exatamente este tipo que devemos ressaltar e não a oposição de suas cores, por exemplo? Porque o tipo de analogia que procuramos tem que nos colocar na pista da posição dos planetas e não de outras características suas?

…

Aluno: Entendendo estrutura como a organização de vários elementos, é só através de uma

localização no espaço que você cria um primeiro fundo.

Muito bem. Porque, em primeiro lugar, a analogia mais óbvia para estrutura é uma estrutura espacial. Excetuando-se o Sol e a Lua, as demais características físicas que podemos saber de outros planetas, além de suas posições, são quase irrelevantes, são diferenças mínimas. Júpiter e Saturno, por exemplo: um brilha um pouco mais, o outro um pouco menos; se estiver apenas um deles no céu não se distingue qual dos dois é.

Tudo o que sabemos dos planetas, em astrologia, são suas posições, mais nada. Portanto, ou existe uma analogia com as posições ou então só podemos fazer uma astrologia do Sol e da Lua,

P.- Outra coisa além da estrutura espacial é a temporalidade, não é, mesmo porque se não fosse pelos movimentos no tempo não poderíamos concluir das distâncias.

Sim, o tempo, o ritmo. O mapa astrológico é constituído disto: a posição no tempo.

O Sol astrológico não brilha, ele é um pontinho no espaço -- não é propriamente o Sol astronômico. A astrologia faz abstração de muitas características dos planetas e afirma outras características que ainda estão para ser comprovadas. Uma sonda espacial esteve presente em Marte e, curiosamente, descobriu que lá há muito ferro, o que se afina com a tradição da regência astrológica dos metais; mas se Marte fosse feito de queijo, astrologicamente daria no mesmo. A analogia que se faz é sobretudo de posições e movimentos, ou seja, o céu astrológico é feito de pontos que se deslocam no espaço e que tem uma precisa relação espacial e temporal entre si. É só isso que nós temos que saber.

Por que o céu astronômico e astrológico tradicional tem apenas sete planetas? Porque só sete planetas eram visíveis a olho nu. Saturno é o último desses planetas. E um dado astronômico muito interessante, observado aqui por um dos alunos, é que o movimento de Saturno, dentre os planetas, é o menos afetado pela posição relativa ao Sol. A Lua, por exemplo, tem fases -- a cheia acontece quando existe oposição e a nova quando existe conjunção com o Sol. O movimento retrógrado dos planetas também acontece existe oposição, o que afeta fortemente Mercúrio e Vênus. Já o movimento retrógrado de Saturno é muito menos importante do que os dos demais.

Por tudo isso fica muito mais difícil falar a respeito de Saturno do que a respeito do Sol. Seu conhecimento fica mediado por um série de raciocínios. O conhecimento do Sol é imediato; já a Lua leva mais tempo para ser conhecida, porque primeiro é preciso saber que esses três objetos diferentes que aparecem no céu -- o crescente, a lua cheia e a minguante -- são a mesma coisa, e que há uma fase em que ela desaparece, e você precisa de pelo menos um ciclo inteiro para identifica-las como fases de um mesmo corpo, portanto só é possível raciocinar sobre a Lua considerando o tempo.

Já sabemos algo sobre o Sol, algo sobre a Lua e algo sobre Saturno. Mas há uma outra questão importante: dissemos que o que está no centro não se move em relação ao sistema, e o que está mais longe é o que se move mais. O que isto significa?

Aí vemos uma analogia concreta, uma mistura de semelhança e diferença: um está parado, e o outro está devagar quase parando. Se procurarmos correspondências deste tipo entre o movimen- to do Sol e o da Lua certamente não vamos encontra-las.

Vamos tentar fazer as analogias entre o Sol e a Lua:

A Lua parece um Sol, parece ter o mesmo tamanho -- isto é importante. Existe a partir daí uma tendência natural e de se estabelecer um paralelismo entre eles, como se fossem marido e mulher. Eles se destacam nitidamente dos outros planetas. São os mais óbvios.

A lua, em função de seu ciclo, às vezes não aparece; ainda assim sabemos que está lá, mesmo sem enxergá-la. Para saber isto foi necessária observa-la durante um tempo. Agora, como já foi dito na primeira aula, a tomada de consciência de que existe um Sol ou foi instantânea, ou nunca teria acontecido. portanto o que é particular à Lua é que durante o tempo de observação ela vai mudando de aparência: esta mudança é progressiva -- cada dia aparece diferente, some, e torna a aparecer, para se perceber tudo isto é preciso ter olhado todo dia, ter retido na memória o que viu, ou seja, é preciso ter o sentimento do transcurso do tempo.

Dito tudo isto, concluímos que a função representada pelo Sol é absolutamente independente de tempo. A função representada pela Lua, ao contrário, já tem uma relação com o tempo. E a função representada por Saturno? Ela também é independente de tempo, embora se desenrole na sucessividade.

AULA 19

Esta aula será iniciada com um comentário ao meu texto "A Dialética Simbólica" (Astros e Símbolos, Cap. II, p. 29).

O texto expõe as analogias entre o Sol e a Lua, e sua relação com certos fenômenos da mente. Estuda também as relações lógicas entre esses mesmos símbolos. Tomaremos o texto parcialmente, sem adentrar às conclusões que, para este estudo, não interessam. Estaremos comentando o texto no sentido de estabelecer uma diferença entre a ligação Sol-Saturno e Sol-Lua.

Vistos da terra, o Sol e a Lua têm o mesmo diâmetro aparente: meio grau de arco. Em contrapartida, todas as suas demais qualidades sensíveis - cor, temperatura, etc. - são simetricamente opostas. Isto faz deles o emblema por excelência de todas as oposições máximas e irredutíveis, modeladas pelo esquema de dois pontos divergentes e equidistantes de um terceiro ponto central: por ocasião da Lua cheia, a Lua se põe e o Sol que se levanta, ou a Lua que se levanta enquanto o Sol se põe, formam a imagem perfeita do equilíbrio dos contrários, com a terra no meio como fiel da balança.

É uma imagem que nos ocorre naturalmente, quando queremos evocar a idéia de equilíbrio, a propósito, digamos, do ativo e do passivo, do masculino e do feminino, do claro e do escuro, de tudo quanto, enfim, a cultura chinesa resumiu sob os conceitos do Yang e do Yin.

Sendo uma imagem fácil de gravar, e dotada de grande poder evocativo e mnemônico (proveniente, aliás, da homologia estrutural entre a psique humana e a esfera celeste, como veremos), era natural que, em nosso tempo, os meios de comunicação se apossassem dela, utilizando-a como instrumento para fixar na imaginação do consumidor a mensagem das novas dietas, programas de ginástica e outros gadgets ideológicos que entraram no mercado através do naturalismo hippie e das doutrinas pseudo-orientais. O abuso do emblema luni-solar veio junto com a vulgarização do Yin e do Yang.

Apesar da vulgarização, a imagem e o conceito que evoca são perfeitamente adequados à realidade que pretendem expressar; a lei da mútua compensação dos contrários não é uma pura fantasia, mas algo que efetivamente vigora em muitos planos e setores da experiência, e que aliás pode ser observado e deduzido da natureza, por exemplo no caso dos vasos comunicantes ou do equilíbrio ácido-básico. Dentro dos seus limites, é um princípio explicativo perfeitamente válido, que funciona para um certo número de casos.

O primeiro tópico da comparação que vemos fazer implica averiguarmos o tipo da relação. O emblema do Sol e da Lua evoca o tipo de equilíbrio que se vê no caso dos vasos comunicantes. Jung ressalta esse tipo de equilíbrio com relação às funções, como já vimos: quando um elemento sobe à consciência, o outro desce, quando um avança numa direção, o outro tende a recuar. Teremos que ver se é este tipo de relação -- não apenas complementar mas também compensatória -- que aparece entre intuição e razão, ou se tal relação é ainda de um outro tipo.

Tão logo passamos, porém do conceito abstrato de equilíbrio para a tentativa de equilibrar realmente alguma coisa concreta - por exemplo, quando aprendemos a andar de bicicleta, verificamos que a nossa imagem de perfeita simetria se esboroa ao solavanco de sucessivas desilusões: de fato, não existe equilíbrio perfeitamente estático em parte alguma do mundo sensível. Uma vez atingido o momento de equilíbrio, o ponto central desliza, o conjunto escapa da simetria fugaz e cai; e voltamos a enfrentar a oscilação dos contrários.. Notamos assim que, na experiência vivida, o ponto de equilíbrio não é propriamente um ponto, mas uma linha; e não é mesmo uma linha reta, mas uma linha sinuosa, que, gingando aos lados de um eixo meramente ideal, vai compensando as tensões de cá e de lá e compondo com o jogo do equilíbrio das partes o padrão do equilíbrio instável do todo.

O equilíbrio entre a função predominante e aquela que Jung chama de função arcaica, ou entre função consciente e função inconsciente, nunca é um equilíbrio perfeito como nos pratos de uma balança. " Equilíbrio " está sendo usado aqui no sentido metafórico; na verdade ele é apenas aparente, é um equilíbrio

feito de desequilíbrios. O equilíbrio nunca é estável, define-se por uma dinâmica. Na somatória fina resulta um efeito de equilíbrio para o todo, mas, em cada um dos momentos, não houve equilíbrio algum. O equilíbrio do todo, ao longo do tempo, é conquistado à custa dos desequilíbrios das partes a cada momento.

Na homeopatia, por exemplo, raciocina-se freqüentemente assim. Um sintoma aparentemente alarmante - febre, sangramentos, supurações - manifesta certamente um desequilíbrio, mas o homeopata poderá não medica-lo de maneira alguma se julgar que esse desequilíbrio parcial, terminará por reconstituir o equilíbrio do organismo total. Inversamente, ele poderá receitar um medicamento que rompa um estado de equilíbrio aparente, para induzir desde o fundo das tendências orgânicas a formação ascensional de um novo e mais arraigado padrão de equilíbrio.

Convenhamos que esse raciocínio é bem mais sutil e completo do que o anterior. Ele permite ir mais fundo na compreensão dor real. Por exemplo, se nossos "naturalistas" pseudo-orientas estudasses um pouco do método hahnemanniano, acabariam constatando - antes tarde do que nunca - que não existem alimentos yin nem alimentos yang, mas sim alimentos que , num certo quadro preexistente, assumem provisoriamente um papel ying ou yang, o qual também pode inverter-se com a evolução posterior do quadro; aliás a tradição chinesa é categórica ao afirmar que a dualidade ying-yang é "o extremo limite do cosmos"; que, portanto, um e outro só existem como tais no plano dos cosmos total (1); e que os entes individuais não somente são compostos de distintas dosagens desses dois princípios, mas que essa dosagem vai sendo progressivamente mais complexa e indireta à medida que descemos do plano universal para os planos mais particulares; de modo que para avaliar se um ente qualquer - digamos, um nabo - é ying ou yang, seria preciso ponderar uma quantidade praticamente indefinida de variáveis, entre as quais, obviamente, o momento e o lugar. Tais finuras jamais escaparam aos chineses. É somente a tola grosseria da nossa "cultura de massas" que imagina poder espremer conceitos cosmológicos em quadros e tabelinhas dialéticas de correspondências rasas, lineares e, ademais, puramente fictícias.

Mas, voltando atrás, qual é a diferença precisa entre dois raciocínios que acabamos de presenciar? No primeiro, os dois termos eram opostos estaticamente pela eqüidistância a um centro. Mas, se passamos da idéia de equilíbrio estático à de equilíbrio dinâmico, isto é, se passarmos do conceito abstrato a experiência concreta e assim verificamos que o equilíbrio dinâmico, isto é, se passamos do conceito abstrato à experiência concreta e assim verificamos que o equilíbrio não é feito somente de simetria e eqüidistância, mas também de interação, de conflito e de colaboração entre os dois pólos, então estes já não são opostos, e sim complementares. Já não são apenas as extremidades de um contraste, mas as matrizes de uma harmonia, tão adequadas e complementares entre si quanto o sêmen e o óvulo, o arco e a corda, a vibração sonora e a resistência do tímpano. Já não nos falam somente pela sua eqüidistância fixa, por assim dizer cristalizada no céu, mas por seu convívio amoroso, grávido de tensões e possibilidades.

Uma força que se define por oposição à outra nada é sem essa outra. deve haver, portanto, um conceito comum que possa absorver uma e outra. A relação de tipos opostos - compensatórios certamente pressupõe um eixo comum, como nos pratos da balança, onde a relação decisiva é dada pelo fiel da balança. Como no caso do ying - yang, por exemplo -- que aliás não são propriamente contrários --, os dois conceitos se reabsorvem num só. Pode-se dizer que tudo é Yang, e que o Ying é uma maneira diferente de se dizer Yang: é a ausência de Yang. Também em relação ao masculino e feminino, se pensarmos bem, vemos que é assim. Toda mulher é "homem" e o homem não é mulher. Mulher é uma maneira diferente de ser homem. São dois conceitos reuníveis em um. Em alemão há a palavra Man para designar o varão e Mensch para designar o ser humano em geral. Em português nos falta uma tal palavra, e usamos sempre "ser humano".

Aprofundando mais a diferença, verificamos que, ao trocarmos de ponto-de-vista, introduzimos a variável tempo. Em termos de lógica, podemos dizer que o primeiro raciocínio é um raciocínio de identidade e diferença, em quanto o segundo é um raciocínio dialético (no sentido hegeliano do termo). Os hegelianos sempre acusaram a lógica de identidade de ser puramente estática, de avisar antes as abstrações formais do que as coisas concretas, imersas no fio do tempo, submetidas a transformações incessantes. O raciocínio dialético pretende apreender o movimento - por assim dizer, vital - das transformações reais fenomênicas. A verdade, segundo este método, não está no conceito fixo dos entes isolados, mas no processo lógico-temporal que ao mesmo tempo os revela e os constitui. É o sentido da famosa fórmula de Hegel: Wesen ist

was geworden ist. " A essência (de um ente) é aquilo em que (esse ente) se transformou ". Ou, em outros termos: ser, é devir.

O primeiro emblema que nos surgiu, o do equilíbrio entre o Sol e a Lua no horizonte por ocasião da Lua cheia era estático. Tal posicionamento, no entanto, era apenas um momento de um ciclo e, como símbolo, não abarca o ciclo inteiro. Aliás é apenas o pedaço de um símbolo. Só será símbolo quando abarcar o ciclo inteiro: o Sol permanece o mesmo e a Lua passa por uma série de transformações. Mas temos aí uma nova dualidade -- a do estático e do dinâmico --, que são também aspectos de uma mesma coisa, pois o estático absolve o dinâmico. Se um movimento inteiro é descritível, entendemos que sua estrutura é fixa, e vemos que, dentro de seu dinamismo ele é perfeitamente estático.

É preciso ver agora se entre razão e intuição existe esta relação em que a oposição inicial é apenas uma aparência ou se, ao longo do tempo, uma se reabsorve na outra.

Na astrologia, o símbolo que evoca esse segundo enfoque é o do ciclo lunar. Este projeta na tela dos céus o espetáculo da permanência na mudança, do ser que se revela e se constitui no devir. De fato, são as mutações da face lunar que acabam por mostrar ao homem a unicidade da fonte de luz: o Sol. Ora, o Sol quase nunca pode ser olhado diretamente. Na fórmula preciosa de Chesterton, "a única coisa criada à luz da qual olhamos todas as coisas é a única coisa para a qual não podemos olhar". O Sol é, assim, uma invisível luminosidade. A Lua, por seu lado, pode ser vista com seu claro perfil recortado no céu, mas, para compensar, este perfil não é constante. Assim, cada uma das luminárias aparentes tem algo de esquivo, para não dizer de equívoco: um foge ao olhar direto por seu brilho excessivo, outra foge à cristalização conceitual, por sua forma cambiante. Ora, esta forma atravessa nitidamente três fases, ou faces (a quarta face, a Lua nova, é invisível): na primeira, ela parece crescer como fonte de luz progressivamente independente. Aí atinge uma plenitude: temos a equivalência plena de dois círculo luminosos de meio grau de arco. Se ela se detivesse nesse ponto, diríamos: há duas fontes de luz no céu. Mas o momento da sua plenitude já anuncia o declínio, já contém o germe da sua supressão; e vem a minguante, e enfim a Lua desaparece: o Sol, que durante todo esse tempo permanecera constante sob a sua capa luminosa, revelou-se - para o intelecto observador: constitui-se - como fonte única real de luz; expressa e desdobrada temporalmente pelo compasso ternário da sua superfície refletante, a Lua.

Pelo símbolismo astrológico tradicional (2), o Sol representa a intelecção, a verdade, e a Lua a mente, o raciocínio: na dialética, uma verdade latente se constitui no espírito humano pelo processo do devir que a patenteia, que a verifica.

Se a balança do Sol e da Lua no horizonte, contemplada estaticamente na ocasião da Lua cheia, figurava o equilíbrio estático dos contrários, e portanto, a lógica de identidade e diferença, o ciclo lunar integral, contemplado na sua sucessão temporal, estampa nos céus a andura ternária do pensamento dialético e o "sempiterno fluir" das coisas da natureza.

O raciocínio dialético tem um parentesco próximo com o raciocínio de causa e efeito, com a idéia de continuidade da mesma causa latente por sob a processão dos efeitos. O ciclo lunar pode, assim, representar indiferentemente o enfoque dialético ou o enfoque causal.

A analogia que coloca o Sol representando a intelecção e a Lua o raciocínio foi feita pelo grande filósofo místico Ibn' Arabi. Quando ele faz esta comparação não está levando em conta os demais planetas e sim os dois zodíacos, solar e lunar. O zodíaco solar é a demarcação das direções do espaço e o zodíaco lunar é a sua subdivisão em vinte e oito etapas. Diz ele o seguinte: o espírito, o intelecto humano, que não é propriamente humano mas é o divino no homem, demarca as possibilidades da mente. Estabelece os pontos máximos até aonde a mente pode ir e, portanto, as suas direções de operação. Ela percorre este espaço como os ponteiros percorrem os quatro quadrantes do relógio. Os ponteiros são posteriores aos quadrantes; estes por sua vez são fixos, e demarcam o padrão do movimento. Os ponteiros percorrem sucessivamente as regiões que já estavam dadas desde o início.

Esta é a distinção que ele faz entre intelecto e razão -- no sentido de raciocínio. Mas adiante vocês verão que não é este o sentido que estou usando. Ibn' Arabi designa por razão a região inteira do pensamento humano. É o pensar, a mente em geral. O que nós chamamos de mente vai incluir o pensamento, a razão, o sentimento, a imaginação etc. No caso, ele quer dizer que o homem possui " duas " mentes, uma mente

não-humana, divina, que é o intelecto, e uma mente propriamente humana, carnal, presa ao mundo dos cinco sentidos -- o que eu chamo de pensamento ou razão. Nós vamos discriminar as funções, mas como nos colocamos desde o ponto de vista estritamente psicológico, o conceito de divino não é pertinente aqui.

Se o raciocínio de identidade e diferença (3) é simples, direto baseado numa constatação de correspondências imediatamente oferecidas aos sentidos ou à inteligência, o raciocínio dialético demanda operações bem mais complexas, e o acompanhamento de todo um ciclo de transformações.

Houve, assim, uma passagem de plano, uma subida de nível: ao passarmos da oposição estática à complementaridade dinâmica, do raciocínio estático ao dialético, mudamos de posto de observação e um novo sistema de relações se evidenciou no espetáculo das coisas. Parecemos ter chegado mais perto da realidade efetiva, abandonando os esquemas meramente formais e as armadilhas da nossa própria subjetividade.

Parecemos, assim, ter chegado a uma solução para a oposição colocada inicialmente: ao introduzirmos a variável "tempo", a oposição resolveu-se numa complementação.

Mas, bem examinadas as coisas, verificamos que a dialética só resolveu um problema à custa de criar outro: ao resolver a oposição entre o Sol e a Lua instalou em seu lugar a oposição entre o estático e o dinâmico. Se é uma fatalidade que todas as oposições estáticas possam se resolver pelo raciocínio dinâmico, não é menos verdade que elas só podem se instalar, inicialmente, pela formulação estática e abstrata dos seus conceitos de seus elementos. Como poderíamos "fluidificar" dialéticamente a oposição entre o Sol e a Lua se não soubéssemos o que é Sol e o que é Lua, isto é, se os conceitos destes dois astros não fossem estáticos? Doravante estamos condenados a uma dualidade radical, que separa com um biombo de ferro o pensamento e a realidade: nossos conceitos serão sempre estáticos, a realidade será sempre dinâmica. A dialética desemboca no dualismo lógico de Bergson (4) e Bachelard (5).

Ao passarmos do conceito de equilíbrio estático ao de dinâmico, ou seja, do plano abstrato ao da sua realização, verificamos que não é feito somente de simetria e eqüidistância, mas também de interação, de conflito e de colaboração entre os dois pólos, estes já não sendo mas opostos e sim complementares. Os conceitos de Sol e Lua são partes de um processo total que é ciclo lunar, porém isso não nos permite dizer que o Sol é nada, a Lua é nada e que só o que existe é o ciclo. Os elementos que são subordinados ao ciclo todo também são alguma coisa cada um em si mesmo, e devem ser considerados independentemente um do outro.

Para piorar ainda mais as coisas, a própria dialética, para entrar em ação, tem de introduzir novos conceitos, que serão igualmente estáticos, inclusive o próprio conceito de dialética. Estes conceitos poderão ser em seguida dialetizados por sua vez, e assim por diante interminavelmente. Se, na sentença de Heráclito, avô da dialética, "nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio" , podemos perguntar se essa sentença de Heráclito chega a ter duas vezes o mesmo sentido.

A dialética vê-se, desse modo, ante um trágico dilema: optar por um discurso interminável - o qual, não possuindo limites, deixa de ter qualquer conteúdo identificável, como bem o assinalaram os críticos neo-positivistas de Hegel (6) - ou determinar arbitrariamente, e irracionalmente portanto, um ponto final qualquer para o processo dialético. Hegel, como se sabe, fez de si mesmo o ponto final da história da filosofia, e a filosofia teve o desplante de continuar existindo depois dele.

Urge, portanto, passar acima da dialética, galgar mais um degrau, subir a um enfoque mais vasto e abrangente. E, novamente aqui, será um modelo celeste que vai nos socorrer, seguindo a advertência de Platão de que, sem nos orientarmos pelos lineamentos de inteligência divina cristalizada nos ciclos planetários, nossos pensamentos não cessam de vagar de erro em erro.

Ocorre que os dois pólos da nossa oposição inicial só podem ser ditos contrários - ou, em seguida, complementares -, quando vistos no mesmo plano, isto é, quando, medidos pelo mesmo padrão, resultam em grandezas similares. Na passagem do raciocínio estático ao dinâmico, algo certamente se alterou - o modo de representação -, mas algo permaneceu tal e qual: o ponto de vista do observador; em ambos os casos, supusemos que este estava instalado na Terra; primeiro, contemplando o equilíbrio do Sol e da Lua no horizonte; depois, acompanhando o ciclo de transformações durante um mês lunar; mas sempre desde o mesmo lugar. Ao passarmos do raciocínio de identidade estática para o raciocínio dialético, entramos

como fator tempo, porém, nesta passagem, o fator especial permanece constante. Temos que perguntar se o equilíbrio entre razão e intuição ocorre pelo fato de existir um terceiro ponto entre elas que permanece estável. O Sol e a Lua só são iguais se visto desde a Terra e quando vistos desde a Terra. É este o tipo de equilíbrio que existe entre a razão e a intuição? Este equilíbrio é meramente aparente?

Todas as oposições (e todas as complementaridades portanto) fundam-se em alguma característica comum, que se polariza inversamente num elemento e no outro; isto é, as oposições são diferenças acidentais que resultam de um fundo de identidade essencial; a complementaridade consiste apenas em reconstituir, em seguida, esse fundo de identidade essencial, que um momento do processo havia velado, e que o acompanhamento do processo todo volta a desvelar, tal como o Sol e a Lua podem velar-se um ao outro no momento do eclipse, voltando depois a mostrar-se como são realmente. Este jogo que vai da identidade à diferença e novamente à identidade só se desenrola perante um observador estático, firmemente instalado em seu posto de observação.

Ora, o homem não pode normalmente abandonar seu posto de observação; não pode transportar-se corporalmente para fora da Terra. Pode apenas viajar mentalmente; mas, deixada à si mesma, a imaginação vaga entre os espaços celestes e cai na fantasia informe. A astronomia (que é a parte descritiva e substancial da qual a astrologia é a parte interpretativa e essencial), a astronomia é o antídoto de tais errâncias. Pela correta medição, o homem restabelece na sua representação a figura correta dos céus. E já tem o apoio de um novo modelo intelectual calcado, segundo Platão, na inteligência divina - para buscar um ponto-de-vista que lhe permita ultrapas- sar a dialética vulgar, penetrando num enfoque que poderíamos denominar a dialética simbólica.

Se, na dialética vulgar, havíamos introduzido o fator "tempo", aqui lançaremos mão do elemento " espaço ", completando, portando, um modelo em que se apoiavam nossas representações. Podemos dizer que o ponto-de-vista dialético correspondia a uma observação meramente "agrícola" dos céus: tudo quanto captava era a idéia de transformação e de ciclo. A dialética simbólica, agora, vai partir de um entendimento propriamente astronômico, e lançar-se à compreensão do entrelançamento espacial dos vários pontos de vista e dos vários ciclos que eles desvelam.

Ora, se abandonamos o ponto-de-vista terrestre e levamos em consideração o sistema solar como um todo (7) - isto é, o quadro maior de referências no qual se estatuem e se diferenciam os vários elementos em jogo - verificamos que, na realidade, a Lua não está nem oposta ao Sol, como no raciocínio de identidade estática, nem coordenada a ele, como no raciocínio dialético mas sim subordinada. Aliás está até mesmo duplamente subordinada, desde que é o satélite de um satélite. A Terra está para o Sol assim como a Lua está para a Terra. Formamos assim uma proporção, e aqui pela primeira vez atingimos um enfoque racional de pleno direito, desde que "razão", ratio, não que dizer originariamente nada mais que proporção. É a proporção entre nossas representações e a experiência; que assegura a racionalidade dos nossos pensamentos.

Imediatamente a oposição inicial e a complementação que a seguiu revelam-se aspectos parciais - e portanto insuficientes - de um conjunto de proporções, que se absolve no princípio arbitrário que as constitui. Porque todas as proporções, como veremos adiante, são variações da igualdade, do mesmo modo que os jogos entre os ângulos e posições dos vários planetas entre si se reabsorvem e resolvem no posicionamento de todos em torno de seu eixo único central, que é o Sol.

Esta terceira modalidade denomina-se raciocínio de analogia.

Tópicos para verificação:

1) Verificar se a relação entre intuição e razão é do tipo compensatório, ou seja, se a atualização de uma implica a potencialização da outra.

2) Verificar se existe verificação quantitativa entre intuição e razão. Caso não se verifique buscar com qual outra função a intuição poderia manter esse tipo de relação.

3) Verificar se intuição e razão podem ser reabsorvidas uma na outra ou, ainda, se podem ser definidas por um terceiro conceito.

4) Verificar se entre intuição e razão existe um tipo de relação onde a oposição inicial é apenas uma

aparência ou se, ao longo do tempo, uma se reabsorve na outra.

5) Verificar se o produto cognitivo da intuição e da razão se parecem, se um pode ser tomado pelo outro.

6) Verificar se, visto de um ponto de vista diferente, o equilíbrio entre intuição e razão se dá de forma permanente, ou se é aparente, como o caso do equilíbrio Sol-Lua.

…

A relação entre intuição e razão, tal como definida e descrita na lista elaborada anteriormente pode ser uma relação compensatória? Ou seja, sempre que temos o conhecimento do provável podemos ter no mesmo nível o da evidência? Sim. Um provável pressupõe uma evidência -- não uma evidência latente. Tem-se um conhecimento do provável em função de alguma evidência. Do mesmo modo, cada conhecimento de uma evidência implica também inúmeras probabilidades. Todo conhecimento que temos é sempre assim: em parte é imediatamente evidente, em parte provável, no mesmo instante. Só deixaria de ser assim em duas hipóteses: primeira, não temos mais evidência alguma; segunda, se tivéssemos uma evidência total sobre tudo. Vimos que não se trata de uma relação compensatória, do tipo vasos comunican- tes, mas de uma relação onde as duas funções atuam ao mesmo tempo. Não é uma relação em que uma atue enquanto a outra se torna potência ou em que uma atue e outra se esconda.

Presença do objeto e ausência do objeto.

O conhecimento do objeto torna virtual o conhecimento do mediato? Não. Dentro do mesmo quadro há uma parte imediata e outra mediata. Neste momento por exemplo tenho o conhecimento imediato da presença da classe e tenho toda uma relação mediatizada com ela através da linguagem. As duas coisas estão atuando aqui, não estão guardadas no subconsciente. A razão trata o objeto como ausente quer ele esteja presente, quer não. Podemos ter ao mesmo tempo a intuição do objeto e raciocinar sobre ele como se estivesse ausente. Aliás fazemos isso o tempo todo. Quando se tem a evidência da coisa temos também o seu conceito. Intuição e razão operam ao mesmo tempo e no mesmo plano, sem que uma interfira na outra.

Instantaneidade e sucessividade.

A sucessividade o que é senão uma sucessão de instantes? Tem-se o conhecimento instantâneo e se para de ter o sucessivo? Tem-se o sucessivo sem instantes? Isso não é possível. Spinoza definia raciocínio, dedução, como uma sucessão de intuições encadeadas. Aí estão presentes as duas funções ao mesmo tempo.

Fugacidade e durabilidade.

O que é fugaz? O instante. Como ele é tornado durável? O conhecimento racional o torna durável. O que ele conserva? Nós dissemos que ele é um conhecimento indireto, mediato. Ele é mediato através de signos. O que ele conserva são os signos. Conservando os signos na memória, cada uma das intuições fugazes é retida dentro do esquema racional pelos seus signos. A intuição é fugaz, porém algo dela se conserva: o signo. E a razão vai conservar, manipular e elaborar os signos. Assim, não há contradição entre uma coisa ser sucessiva e ser fugaz. A sucessividade é a sucessão de instantes fugazes.

Os instantes anteriores continuam retidos no presente através dos seus signos -- é assim que nós pensamos. Tudo que você sabe está retido através de signos aos quais pode se reportar a cada instante. Através desses signos pode refazer, a todo momento, o análogo de certas intuições. Quando você se recorda, está fazendo isso. Como o raciocínio e a razão poderiam prosseguir seu trabalho sem a possibilidade de recordar, de trazer de novo ao presente, através de uma intuição análoga, conhecimen- tos que em outras épocas foram obtidos por intuição? Ela está o tempo todo se apoian- do nesse processo.

Isto já basta para entender que não se trata de vasos comunicantes. A atuação de uma não impede a atuação da outra; as duas operam no mesmo plano e ao mesmo tempo, mas não se confundem. Seria como dois olhos; não como pé direito e pé esquerdo, onde você anda com um pé e depois com outro. A melhor analogia seria com os olhos: a função das imagens dos dois olhos é instantânea. Não se dá no tempo, como ocorre com o movimento dos pés, que se fundem depois na totalidade da marcha. Com os olhos não é assim.

Para mantermos a mesma simetria, se postulamos que um dos itens da comparação é o Sol, a Lua não

poderá ser o outro item de jeito nenhum. Porém se entendermos que temos de um lado a intuição, e temos um oposto que é a razão, agora aparece uma terceira função, representada pela Lua. Esta função tem algumas coisas em comum com a razão, mas que não se reduz a ela, e tem caracteres próprios. Vamos ver se conseguimos fazer uma lista.

GRÁFICO

Dá para se perceber que temos aí dois vazios. Temos o Sol correspondendo à intuição; temos a razão sem correspondente planetário e temos a Lua sem função correspondente.

Vamos começar a preencher este quadro pela Lua. Podemos até saber o nome da função que lhe corresponde, e neste momento vamos enumerar suas características. Sabemos tratar-se de uma função que mantém com a intuição uma relação de oposição compensatória. Temos no quadro dois símbolos planetários, duas faculdades cognitivas, e apenas uma única correspondência estabelecida -- o Sol e a intuição. Se acharmos uma faculdade que corresponda à Lua, disso não se deduzirá imediatamente qual é o símbolo planetário da razão, mas reduzirá o esquema de possibilidades. Sabemos que a intuição e a razão são opostas e que esta oposição não é do tipo compensatório. Se entendermos que entre os símbolos planetários e Sol e Lua existe uma relação de compensação, perguntamos: que função seria compensatória em relação à intuição?

Vamos listar as características da função cognitiva que seria representada pela Lua.

1. -- Ela tem uma equivalência aparente com a intuição: parece uma intuição e pode ser confundida com ela. Parece uma evidência. Pela categoria da semelhança, vemos que esta função parece evidente, parece imediata, parece ter um objeto presente, parece instantânea, parece fugaz. A parecença com todos esses itens que definem a intuição é a sua primeira característica.

2. -- Alternância. Sempre que ela está presente a intuição não está, isto é, ela se alterna com a intuição e, eventualmente, a substitui.

A Lua vista da Terra parece equivalente ao Sol; de outro ponto de vista não parecerá. Que é a Terra no mapa astrológico senão o centro da representação, o centro do desenho? Desde este ponto de vista, que é o lugar e o momento do nascimento do indivíduo, existe esta semelhança. Isto quer dizer que, desde que a sua individualidade concreta e corporal existe, esta semelhança existe. Mas ela existe do ponto de vista do indivíduo, e não do ponto de vista do objeto de conhecimento -- a semelhança com a intuição é meramente subjetiva. Para o indivíduo que tem a intuição de verdade, aquele simulacro de intuição não é intuição; a função representada pela Lua não está funcionando. E quando se tem essa função, não se tem intuição. A presença de uma exclui a presença da outra.

3. -- Ela teria algo análogo às fases da Lua: é uma função cíclica que, em momentos diferentes, funciona de maneiras completamente diferentes. É uma função que aumenta e diminui com a Lua.

4. -- Fazendo outra analogia entre o Sol e a Lua, vamos examinar a nitidez. O Sol não pode ser olhado diretamente, enquanto a Lua sim. Neste sentido, essa função é nítida. Quando ela opera, sabemos que está operando, ao passo que a intuição acontece e muitas vezes não tomamos nota disto.

5. -- Esta função não é fugaz como a intuição. Embora seja mutável, o conhecimento que se adquire por ela é retido, e é por isso que é nítida. Ela opera de maneiras diferentes em instantes diferentes, com intensidades muito diferentes, independentemente da presença maior ou menor do objeto. Se o objeto é sempre o mesmo, a função pode estica-lo ou comprimi-lo, aumenta-lo ou diminuí-lo. Portanto é uma função elástica. Ela é teoricamente quantificável, embora na prática não possamos medi-la.

Que função é esta? Uma coisa que está na memória. Quando é recordada, é recordada intuitivamente ou não? Se não for intuitivamente você não recordará nada. Isso significa que memória e intuição funcionam ao mesmo tempo, a primeira implica a segunda, sendo que o inverso não é verdadeiro. Como é que vamos defini-la?

Esta função vamos chamar de sentimento. Sentimento é ressonância. O sentimento ressoa uma intuição, uma sensação, um pensamento, ressoa sempre alguma coisa. Você teve uma intuição e ela foi embora. O que fica retido? O sentimento. A emotividade tem no sentimento um dos seus componentes. Quando ocorre um sentimento não há intuição. O sentimento é uma função em que o sujeito é dominado pelo

próprio estado, não há objeto, por assim dizer, não há ligação direta entre sentimento e objeto.

Claro que sem a intuição não haveria sentimento algum. Se você nada intuir, nada poderá sentir. Por exemplo, você vê um tigre e tem medo. Este medo está em você, não no tigre; você poderia vê-lo e não sentir medo algum. Por outro lado você pode ter o sentimento, e daí "produzir "um tigre. Esta função simula a presença de um objeto, e o faz subjetivamente.

O sentimento é a ressonância que os objetos internos ou externos têm para o indivíduo. É o valor que essas coisas têm. Portanto é o sentimento que vai determinar a quantidade de atenção que eu vou prestar em cada coisa. Ele introduz um elemento qualitativo. Veja que o mesmo tigre é para mim uma coisa, e para Orlando Orfei outra completamente diferente, embora objetiva e intuitivamente seja o mesmo. Só que ele mete a cabeça na boca do tigre, e eu não. O sentimento é valorativo, indica a intensidade de uma ressonância. Por causa da intensidade, o sujeito às vezes se equivoca, e supõe a presença de um objeto. Portanto o sentimento, ao mesmo tempo que dá a medida do seu estado -- dá a medida da ressonância que uma coisa tem para você --, também te engana. Imagina objetos onde não existem, ora objetos agradáveis, ora assustadores. Por que a imaginação ora faz uma coisa e ora outra? O sentimento tem esta outra característica: provoca atividade da imaginação.

Dissemos que o sentimento simula um objeto. Como faz isso? Não pode fazê-lo diretamente pois não é uma faculdade representativa. O sentimento é complementar e compensatório em relação à intuição, ao passo que a razão é oposta num outro sentido, como veremos mais tarde.

Aos poucos o sistema de correspondência vai aparecendo à nossa frente. As correspon- dências que temos definidas até agora são: o Sol com a intuição, a Lua com o sentimento, sobrando uma misteriosa razão no meio, cuja correspondência com Saturno já foi anunciado, mas não demonstrada.

O quadro das correspondências tradicionalmente utilizada é mais ou menos o seguinte:

Sol e intuição.

Lua e sentimento.

Mercúrio e pensar (faculdade discursiva; linguagem)

Vênus e imaginação e memória.

Marte e razão.

Para podermos fazer a dedução completa e verificarmos se estas coisas estão certas realmente é preciso um estudo prolongado de cada uma delas, inclusive da intuição, que por enquanto foi meramente esboçada.

Podemos dizer que estas faculdades estão presentes em todos os seres humanos, e que elas poderiam servir de princípio de diferenciação entre os indivíduos, isto de duas maneiras diferentes:

Primeiro, quantitativamente. O indivíduo pode ter mais inteligência ou menos inteligência, mais vontade ou menos vontade, mais sentimento ou menos sentimento que outro, etc. Porém esta maneira de diferenciar nos interessa pouco pois com ela saímos do raciocínio propriamente caracterológico para entrarmos no raciocínio tipológico, quantitativo. Além disso não existe uma maneira objetiva de medir essas coisas ainda.

Uma segunda maneira requeria o estabelecimento de um princípio de diferenciação em tipos de inteligência intuitiva, tipos de razão, tipos de imaginação, tipos estes distintos qualitativamente, mais cada um deles sendo sempre ele mesmo, embora mais acentuado neste ou mais acentuado naquele indivíduo. Esta é uma das condições para que haja uma astrocaracterologia.

Vamos dar uma definição rápida de cada uma das funções para que vocês saibam do que vamos falar nestas aulas:

Intuição: já está descrita, porém não definida, o que é até mais conveniente pedagogicamente.

Sentimento: significa a ressonância subjetiva dos dados; se é subjetiva, entenden-se que nos fornece algum dado sobre sujeito, sobre sua constituição, estado, mais não sobre o objeto.

Pensamento: é a habilidade que o homem tem de discorrer de uma idéia a outra, opor uma ligação lógica

ou analógica. É o encadeamento de uma representação à outra. Quando damos nome à alguma coisa temos um objeto, numa recordação, e não um objeto presente: temos um som. Quando articulamos este som não precisamos recordar explicitamente o objeto a que ele se refere, a referência está implícita. Quando elaboramos um conceito é a mesma coisa: no nome ou termo que designa o conceito já temos o conceito inteiro. Ao fazermos uma analogia é a mesma coisa: um símbolo evoca uma série de coisas. O pensamento funciona sempre por este processo triangular: existe um signo, existe um significado e existe uma referência de um a outro. O pensar é a capacidade de se reportar a uma coisa mediante outra.

Como não confundir pensar com razão? Ao dizer que qualquer processo simbólico já é pensamento, em alguns casos poderemos falar em pensamento racional, mas em outros não. Porém, racional ou irracional, o processo simbólico é pensamento sempre. Pensar se identifica com o falar e com a linguagem, não necessariamente com a linguagem oral, com as palavras; pode ser uma linguagem de qualquer tipode sinal. O processo simbólico é a função linguística de modo geral e da maneira mais extensa possível.

Imaginação: é a faculdade de produzir análogos internos dos dados externos recebidos dos sentidos. Memária é a mesma coisa que imaginação. A escolástica dividia a imaginação em duas (e não chamava imaginação, mas fantasia): fantasia memorativa, quando é elaboração de um análogo de uma experiência vivida, de um dado conhecido; e fantasia combinatória, quando com todos estes dados o sujeito os arranja de forma nova, ainda não experimentada pelo sujeito. A imaginação não é propriamente criativa, mas apenas combina dados de maneiras diferentes. Usamos o termo criativo num sentido metafórico, e neste sentido, o sujeito criativo é o que combina dados em novas maneiras com facilidade; mas esses dados ele não tira do nada. Imaginação e memória são duas direções possíveis de uma mesma função. Chamaremos os dois casos de imaginação pois em ambos trata-se de imagem, ídolos.

Conjetura: é um pouco difícil explica-la. Os escolásticos a ilustravam com o seguinte exemplo: "se uma ovelha vê um lobo pela primeira vez, ela sai correndo. Ora, se ela nunca viu um lobo antes e ninguém lhe disse que é perigoso, porque sai correndo?" O passarinho junta pedacinhos de madeira para fazer seu ninho embora nunca tenha feito um ninho antes nem lhe tenham ensinado. A esta faculdade os escolásticos chamavam estimativa.

A estimativa é uma faculdade que está presente nos animais, é um instinto do que lhe convém e do que não lhe convém. É muito desenvolvida nos animais e comporativamente no homem parece atrofiada. Veja por exemplo um bebê: Assim que começa a andar se expõe a uma infinidade de riscos que um animal evitaria com naturalidade. Mesmo preso em seu bercinho, ele é capaz de cometer algum atentado à sua pessoa, coisa que um passarinho ou cachorro não fazem. Se a tese evolucionista está certa, quando passamos do estado de antropóide para o estado de antropos pagamos alguma coisa na entrada: deixamos a estimativa para trás. Ela se conserva para nós sob a forma cultural, ou seja, é transmitida não pela natureza, mas pela cultura. Mas ainda que sob forma atrofiada ela deve ter deixado resquícios, sem os quais não estaria apta a receber estas informações: e este resquício é justamente o desejo de sobrevivência puro e simples. Precisamos da memória, da imaginação e da razão para completar a faculdade de estimativa, que nos animais funciona de maneira pura.

O desejo de sobreviver, instinto do sobreviver, está mais diferenciado nos animais, enquanto indivíduos, do que no homem, mas não enquanto espécie. Enquanto espécie o homem tem um instinto de sobrevivência muito maior do que qualquer outra. A prova é que as espécies animais se deixam extinguir pelo homem e este, ao contrário, tem sido um sucesso de sobrevivência, às vezes à custa de outras espécies animais. Esse instinto de auto conservação, atrofiado no indivíduo mas super desenvolvido na espécie humana, é transmitido ao indivíduo através da cultura, formando um elo entre ele e a espécie, e se traduzirá, mais tarde, por uma capacidade que nós chamamos capacidade conjectural. O que nos animais é estimativa em nós é a conjectura.

A conjectura é a faculdade que nos permite antecipar o que está para acontecer e reagir de antemão, mesmo sem ter uma intuição clara do que seja o perigo. Por exemplo, quando você ao atravessar a rua pressente que vem vindo um carro e salta imediatamente. Essa é uma faculdade complexa, que deve ter se formado à custa de milhões de reflexos condicionados já sedimentados e que se coloca depois em ação automaticamente. A faculdade conjectural é matriz de quase todas as nossas ações e reações no quotidiano. Se fôssemos usar o pensamento, a imaginação etc., para tomar todas as nossas decisões, acabaríamos não

fazendo nada, levaríamos muito tempo. Se tudo isto não estivesse "abreviado" numa capacidade de reagir quase que instintivamente, nossas reações seriam muito demoradas.

A capacidade de reagir a estímulos é o que se chama reflexo condicionado. Pode se explicar o ser humano por reflexo condicionado? Não. Para que um reflexo possa ser condicionado é necessário que exista uma força que impulsione o sujeito a reagir. Por exemplo esta mesa não reagirá a quaisquer estímulos que eu lhe der. O que o reflexo condicionado pressupõe é a estimativa.

Essa faculdade cognitiva que equivale a Marte nos revela a potência imediata das situações; quando você um objeto não vê apenas a fórmula mas tem também uma espécie de antecipação do que é possível fazer com esse objeto. Cada um dos objetos que nos cercam tem uma força latente e nós a percebemos pela estimativa: percebemos por exemplo que esta porta pode se fechar, que o muro está frio mesmo sem o tocar. Neste sentido, nenhum objeto que nos cerca é perfeitamente inerte. A percepção antecipada dessas potências nos dá a noção da realidade dinâmica do mundo exterior. Não precisamos estar a todo momento experimentando os objetos; não preciso sentar em todas as cadeiras para saber que elas geralmente não caem. Esta capacidade de antecipar as relações ou interações possíveis entre seres e objetos, isto é a conjectura. De certo modo, é um processo que nem passa pela representação intuitiva. É completamente muda; é uma faculdade cognitiva mas não-representativa.

É comum chamarem sentimento e a conjectura de intuição. Conjectura é também uma faculdade animal, e qualquer gato a tem mais desenvolvida que você. Não deixa de ser trágico que hoje tantas pessoas estejam se esforçando para desenvolver a conjectura, que é uma faculdade animal, o que acontecerá às custas da intuição, razão etc. Não precisamos dessa faculdade tão desenvolvida por que vivemos num meio que é definido pela cultura, pela sociedade. Se vivêssemos no mato precisaríamos desta faculdade mais desenvolvida. Porém o índio mais esperto, solto no meio da cidade, é atropelado ao atravessar a primeira avenida. Sua conjetura não abarca este tipo de perigo.

A conjetura não se desenvolve somente em função dos perigos, mais também em função do objetos a conquistar. Não é somente a percepção do inconveniente, mas também do útil que faz com que o passarinho construa o ninho. Assim, conjetura não é propriamente percepção do perigo mas do útil e do nocivo.

Vontade: a vontade, como dizia Kant, é a faculdade cognitiva que cria seu próprio objeto. É a faculdade de determinar alguma coisa que está indeterminado. Este é um domínio exclusivamente humano: os animais nada podem acrescentar ao que já está dado, ao passo que o homem pode tentar algo que sai completamente do repertório de seus reflexos condicionados, do aprendizado, etc., de tudo o que está sedimentado nele, colocando algo novo tirado do nada. A ação voluntária é aquela onde as causas não estão totalmente dadas, onde o indivíduo enquanto tal se torna causa de alguma coisa. Abstraída a liberdade humana, a ação voluntária seria inexplicável. Ações não- voluntárias são redutíveis às suas causas: por exemplo, por que você come? Como porque tenho fome. Reduzimos a fome a um mecanismo biológico dado, por isto comer não é uma ação voluntária. Já deixar de comer pode ser uma ação voluntária; embora levada por certas situações, nada determinada que o indivíduo faça jejum.

Razão: é uma faculdade que busca juntar, somar e articular toda a experiência e todos os dados numa representação final, total e coerente. Em última análise, é o senso do todo e das proporções entre as partes. A razão é quase um instinto que faz com que o homem não se contente em ter experiências, conhecimentos, dados, mas busque incessantemente articula-los uns aos outros até formar uma imagem total. Não só total em seu perfil exterior, mas total internamente também, para que nada falte e tudo esteja em relações proporcionais. Podemos entender razão como o senso do todo, o senso da proporcionalidade.

É comum a identificação de pensamento com razão; o pensar é bem diverso. A intuição fornece elementos, intuições de coisas separadas; o sentimento sente uma coisa e sente outra; o pensamento pensa uma coisa e pensa outra; imagem e conjecturo também coisas separadas; tive uma decisão de vontade hoje e amanhã terei outra.

O que faz com que tudo isso não se perca para o homem é a razão. Ela busca cobrir tudo isto numa imagem única. Essa é a necessidade que os animais não têm. Podemos mudar totalmente o comportamento natural do animal sem que ele revele nenhuma perda. Por exemplo, fazemos um urso dançar,

transformamos ele em palhaço de circo, e ele continua intacto, não ressente a transformação por que passou.

Já o homem precisa da coerência de entre um estado posterior e um estado anterior. O animal em circunstâncias contraditórias simplesmente esquece um dos lados. O homem em geral não se conforma com essas coisas. Ele quer poder possuir um objeto mental que lhe mostre a totalidade do que sabe, com conexões evidentes; o animal só deseja conservar a forma física, não a integridade da sua representação do mundo. Como necessidade exclusivamente humana, a operação da razão é a mais decisiva para nós.

As duas faculdades mais importantes são a razão e a intuição, desde que a intuição é a base de todas, mas esta mesmo os animais têm, diferindo da humana em riqueza quantitativa -- para o homem existem mais objetos.

A razão também é um sendo de autoconservação, mas não autoconservação física, mas psíquica, subjetiva.

A razão está em todos os seres humanos, mas em intensidades diferentes. Se ela é o traço distintivo humano, então quanto maior a racionalidade, maior a participação do homem na humanidade. Esta necessidade de autoconservação subjetiva chega a tal ponto no homem que alguns chegam a sacrificar sua autoconservação física por ela. O sujeito que morre por uma causa está abdicando da sua existência física para não abdicar da coerência de seu pensamento.

Esta é uma autoconservação subjetiva, a perseverança na identidade subjetiva, na história do eu. Um urso pode ter quatro, cinco ou mais eus em etapas sucessivas sem que nisto haja algo de errado. O homem também pode mudar -- através de lavagem cerebral, por exemplo --, mas provavelmente estará faltando algo nele, estará desempenhando mal suas funções normais.

Podemos dizer então que a razão se opõe à plasticidade, ela limita a adaptabilidade às mudanças. O homem não se adapta a tudo, enquanto indivíduo, mas enquanto espécie a plasticidade é assombrosa, pois na medida em que desenvolve esquemas racionais, pode prever novas situações e oferecer uma solução premeditada a elas.

Sabemos que é através dessas funções que o homem se relaciona consigo mesmo, com seus semelhantes e com o meio onde vive. Sabemos isso por uma visão fenomelógica, e não por abordagem das causas; constatamos que elas existem e que não precisamos de outras funções. Se houver outras dificuldades, poderão ser reduzidas a estas.

Cada faculdade é um princípio formal de organização dos dados. Elas diferem segundo o princípio que as constitui. Vamos conhecer esses sete princípios.

Dissemos que há intuição quando a atenção singulariza um dado. Dissemos em seguida que há sentimento quando esse dado provoca retentivamente uma mudança em nós. Uma criança vê uma chupeta e uma seringa de injeção: nos dois casos houve intuição, porém o que as diferencia. No primeiro caso o objeto foi destacado de um fundo confuso, foi notado, foi intuído; no outro o conteúdo da intuição desperta uma reação de temor, então houve sentimento.

Cada um pode saber o que é intuição quando acorda de manhã, emerge da confusão de semi-vigília e vê alguma coisa: pode ser a janela, pode ser uma garrafa de pinga. Essa primeira coisa que você vê de manhã lhe dá, de maneira inequívoca, o que é intuição. É um dado que chega novo, fresco, embora tenha sido preparado por todo o se passado.

Porém isso que você reparou pode desencadear uma mudança. Por exemplo, o bebedor viu a garrafa de pinga: "Oba, vamos começar tudo de novo!" Ou pode ficar triste: "Puxa, eu não me livro desse negócio!" Conforme o dia ele pensará uma coisa ou outra. A mesma intuição então pode desencadear diferentes sentimentos. "O que os olhos não vêem o coração não sente." Isto é certíssimo.

Depois que você está envolvido no sentimento, não tem mais a intuição mas sim a retenção do efeito subjetivo dela; pode ter uma outra intuição, que é a do seu estado subjetivo. mas aí entre a mediação da linguagem: "Foi isso que provocou em mim tal sentimento".

A passagem do pensamento para a imaginação se dá pelo acúmulo de coisas que foram intuídas, sentidas, pensadas, que vão se depositando, formando grandes coleções. O pensamento encadeia coisa com coisa; a

memória conserva grandes conjuntos. Na memória ou imaginação eu mesmo sou a causa eficiente, pois essa faculdade é a capacidade de repetir análogos de intuições para nós mesmos -- isto é, sem causa externa. Na intuição a causa eficiente é o objeto. Ela não pode se explicar apenas pelo sujeito; ela é o único elo entre o que se passa dentro de mim e o mundo exterior. É a única faculdade que tem uma conexão necessária e inquebrantável com o mundo exterior. É a porta de entrada de tudo.

Nas outras funções tudo se passa dentro de nossa cabeça, e tudo poderia ser puramente imaginário. Por que os filósofos quebraram tanto a cabeça com a idéia de uma prova racional da existência do mundo exterior? Ela é quase impossível.

O indivíduo pode ser pouco intuitivo e, não obstante, ser muito inteligente. Pode pensar e saber muita coisa, mas não tem o vislumbre da realidade ou irrealidade daquilo que sabe. A intuição é decisiva: ele é final, ela julga, ela enxerga, ela sabe límpida e instantaneamente o que sabe -- e isto nem a razão pode.

A imagem do mundo que construímos pela razão, pode ser um complexo, não pode ter todas as suas partes atualizadas e manifestas ao mesmo tempo. Essa imagem também é constituída de coisas latentes, ocultas. Se perdemos dentro dela a capacidade de distinguir o que é afetivo e o que é possibilidade, estamos doidos. O doido tem muitas razões em coisas que fala, só não sabe se aquilo está presente ou não, se aquilo se manifestou ou não. Por exemplo, o sujeito diz: "tudo está em tudo". Cabe perguntar: tudo está em tudo atual e efetivamente, ou somente se considerarmos o mundo em sua totalidade, até seu termo? O sujeito que acha que vê tudo em tudo atual e efetivamente está doido: ele acredita que está tendo intuições de coisas para as quais não existe intuição, que só se conhece racionalmente.

É fácil saber se ele está doido, embora muitos psicólogos nunca o saibam, mas para o senso comum normal é fácil, e também para uma filosofia com a cabeça no lugar. Mas para a psicologia atual pode ser muito difícil. Wilhelm Retch, por exemplo, não ficou doido? Quando passava um avião sobre o presídio onde estava preso, achava que o avião vinha bombardeá-lo. Onde é que ele tinha razão? De fato, não é uma impossibilidade absoluta que o avião bombardeie um presídio. Ademais ele não pertencia ao exército americano? Por sua vez o governo americano não representa a sociedade americana, a qual estava a fim de destruí-lo? O raciocínio não está errado; a razão não é incompatível com a loucura.

A rigor nem a loucura faz o homem perder a razão. Tampouco a exarceba: não se pode dizer que um louco seja mais racional que Aristóteles.

O que acontece ao louco é que a intuição se apaga. Se você olha torto para um paranóico ele vai achar que você está querendo matá-lo; você pode até estar querendo matá-lo, mas ele não sabe o que está acontecendo no momento, o que você realmente está fazendo; ele acha que sabe.

Como é que estragamos a intuição? Quando não queremos os dados, e os substituímos incessantemente por coisas construídas. As exigências da razão são muito fortes, e a intuição traz a seu conhecimento coisas horríveis, que você não queria enxergar nem em você nem no outro. Só quando chega à maturidade é que o sujeito consegue equilibrar as exigências do presente -- da intuição -- com as exigências da totalidade de sua vida -- da razão. Por exemplo, vendo que tem certos objetivos na vida, e racionalmente articula um plano de vida naquela direção. De repente você intui que está, no presente momento, inclinado a fazer algo totalmente destrutivo para seu plano -- e entra num dilema. Para resolver essa tensão é somente com uma razão muito desenvolvida; a intuição não pode fazer nada, ela não muda nada, só registra aquilo que está na frente, quer eu goste ou não goste.

Desenvolver a razão leva tempo. Quando a pessoa não acredita nisso, em vez de desenvolver a razão acaba apagando a intuição. Para se desenvolver a razão é preciso continuar intuindo e pensando, buscando a coerência passo a passo; mas isto dá muito trabalho e leva muito tempo. Por isso eu acho que a razão ainda não está bem encaixada na espécie humana. O homem é racional de direito, mas não de fato.

O sentido da vida humana é chegar à posse da razão, da qual o homem tem a propriedade por direito. Os traumas causados pelo advento das exigências da razão são mais traumáticos do que os males psicanalíticos.

Há duas maneiras de equilibrar os dados da intuição e da razão: primeiro, limitar os danos que recebe, confinando-se para não ter seu esquema racional contraditado. A sociedade até certo ponto nos dá uma

proteção deste tipo, na medida que seleciona os dados e os fornece gradativamente mas, mais dia, menos dia, virão dados totalmente imprevistos. A segunda possibilidade é alargar o esquema racional, torna-lo mais abrangente, mais correto, mais adequado às situações.

Se a primeira solução falha e a segunda não está preparada, então apaga-se à intuição, ou melhor, tenta-se apara-la, fazer de conta que não viu o que viu. Este é o problema básico humano, o mal antropológico por excelência. Os outros males são no máximo sociológicos, existem numa sociedade e em outras não. Mas do problema da razão todos os homens padecem. É a sua cruz.

Através da razão o homem pode alcançar algo que os animais nem de longe aspiram, que é a visão potencial da totalidade. Ele sabe onde está, os animais não. O homem deseja isto, mas isto lhe custa muito caro; então faz de conta que não deseja. Começa a ser premeditadamente espontâ- neo (!)

Para fingir inocência é preciso já ter perdido toda inocência, porque o fundo de inocência que permanece em nós é justamente o que nos faz perceber que a razão está aí e tem suas exigências. No séc. XX houve muitos movimentos literários que pregaram esta ingenuidade, essa pureza -- baseados em parte no bergsonismo --, apagando a razão para que exista a intuição. Bem, mas a primeira coisa que a intuição lhe informa é que existe a razão.

O homem é intuição porque conhecer é ter intuições; porém ele é razão, porque não quer conhecer apenas partes singulares, mas a totalidade.

Não há como escapar de uma coisa ou de outra; não podemos abdicar da animalidade nem da racionalidade. Somos essa contradição viva, a qual se resolve somente ao nível da razão, não da intuição.

Foram feitas muitas tentativas para aliviar falsamente a dor da razão, ora tentando apagar a intuição, ora a razão. A filosofia de Spinoza é uma tentativa de apagar a intuição reduzindo tudo ao esquema racional, ao conhecimento das essências puras. O conhecimento acidental não vem ao caso, apenas o esquema racional do universo. Isso é uma fuga. Ele diz que o pensamento é um encadeamento de intuições, de intuições de essências; ao mesmo tempo diz que a experiência não nos traz conhecimento algum. Só não diz de onde tiramos essas essências. O spinozismo é uma coisa muito bonita, mas meio louca. Também pode-se fazer o contrário, suprimir a razão, então só o que interessa é o instante, a experiência viva.

São duas mentiras. Um chegou na experiência pura, mas continua tendo experiências contingentes como qualquer um de nós; o outro, por trás de toda pureza de sua intuição, continua raciocinando, tem conta no banco, faz um monte de coisas que com a intuição não poderia fazer.

O problema não tem solução fácil, e o melhor que podemos fazer é ajudar-nos uns aos outros a carregar nossa cruz. Se você tem intuição de coisas intoleráveis, que não consegue encaixar no seu esquema racional, podemos melhora-lo para que o dado se torne menos doloroso. Se seu esquema racional começa a formular exigências para as quais você não tem intuição, podemos coloca-lo em condições de ter uma experiência que lhe dê a intuição necessária. Isso é tudo o que se pode fazer.

Cada uma das funções é definida por um princípio pelo qual organiza os dados. A intuição organiza sob a forma de individualização clara das substâncias singulares; capta seres e coisas presentes externa ou internamente. O sentimento sob a forma da ressonância dos dados para o indivíduo, ou seja, o valor, a importância que aquilo tem para mim naquele momento: capta emoções. O pensamento organiza os dados conectando-os, reportando um ao outro, estabelecendo elos de significação. A imaginação organiza os dados produzindo grandes conjuntos dos seus análogos, ou combinando esses análogos de uma maneira nova, ou seja, funciona como fantasia memorativa e como fantasia combinatória. A conjectura organiza os dados desencadeando reações correspondentes ao estímulo.

Existe um paralelismo entre conjectura e sentimento: o sentimento é a ressonância que vem do objeto para mim; a conjectura, ao contrário, é a ressonância que se exterioriza e se traduz num ato, por exemplo, se a ovelha, ao invés de correr do lobo fica ali paralisada de medo, teve apenas um sentimento; não entrou em ação a função que a colocaria para correr, antes mesmo de sentir o que quer que seja.

Esta é uma regra: quanto mais estimativa, menos sentimento. Aquele evento ao qual ofereci uma resposta imediata não se deposita em mim como ressonância subjetiva, pois houve ressonância em direção contrária, de dentro para fora. Por exemplo, chega um sujeito e me dá um tapa, eu posso imediatamente

virar um tapa na cara dele; mas eu posso ficar perplexo, e dizer: "Por que ele fez isso comigo, nós éramos tão amigos, não fiz nada para ele..."

Na caracterologia de Le Senne a emotividade será justamente o predomínio do sentimento sobre a estimativa. A estimativa é uma reação para fora, age sobre o objeto. tanto a estimativa quanto o ressentimento fazem uma avaliação imediata, só que no sentimento essa avaliação volta-se para dentro.

Às vezes a estimativa não é suficiente para abolir o sentimento: o sujeito devolve o tapa, mas continua sentido. Tem gente que é assim. Esse é o ressentimento. Ressentido é um sujeito que não consegue se desfazer de um sentimento ruim, por mais que aja. Desconta o quanto pode, e ainda continua sentido com o outro. Está possuído pelos sentimentos, e nenhuma ação externa o satisfaz.

O que Le Senne chama de venusino não é correspondente do sentido. Cada uma das tendências de Le Senne é um composto onde entram várias funções; cada uma dessas tendências exige uma dosagem determinada de participação de cada função. Para que um indivíduo seja um secundário na caracterologia de Le Senne é preciso que atue a memória e o sentimento, e que se forme um quadro de relações entre essas funções. A relação entre a caracterologia de Le Senne e o horóscopo é muito indireta, porque nenhuma das tendências se reduz a uma das funções; ao contrário, são resultantes da ação conjugada de várias funções, da articulação delas num quadro complexo determinado.

A vontade organiza os dados sob a forma de sua superação, colocando algo para além dos dados.

Finalmente, a razão articula todos os dados, inclusive o dado livre, da vontade, numa representação total coerente.

Nem sempre a razão trata de coerência lógica -- isso é importante. A coerência estética (coerência das imagens formando uma harmonia) também é coerência. A forma mais rudimentar dessa coerência é a simples identidade, reconhecida por trás de duas coisas distintas. Quando o nenê conecta a segunda chupeta com a primeira está pensando, isso já é um rudimento da razão.

Por isso é que existe uma relação do pensar com a razão. Saturno é chamado na alquimia de "Mercúrio Velho". Quer dizer que aquilo que Mercúrio faz num plano menor, indo individualmente de signo a signo, a razão o fará com totalidades. Daí toda confusão entre pensamento e razão.

Mas o pensamento não precisa ser racional, e de outro lado existe uma racionalidade não- pensada, intuitiva. Isto é muito bonito: Racionalidade intuitiva é aquilo que você adquire quando, após ter examinado vários aspectos, feito vários raciocínios, repentinamente tudo se constela numa imagem global coerente. Isto é o que Hugo de São Vítor chamava "contemplação".

Ele divide o conhecimento em três etapas: pensar, meditar e contemplar. Pensar é simplesmente discorrer de uma idéia ou representação a outra. Meditar ainda é um pensamento, mas um pensamento dirigido pela vontade, que continua incansavelmente na mesma linha de raciocínio em busca da natureza ou da causa de alguma coisa; é um pensamento voluntário, mantido numa direção firme pela vontade.

Depois de você ter meditado muito sobre a natureza e as causas de muitas coisas, crian-se então as condições para o conhecimento contemplativo, onde tudo se constele numa macro- representação total e coerente. Isto não acontece por dedução. Se você simplesmente tira uma conclusão genérica de vários pensamentos, isso ainda é apenas pensar. O que Hugo de São Vítor chama de contemplar é quando, no conjunto total, você encontra mais conexões do que aquelas em que havia pensado. É o que se chamaria propriamente de intuição intelectual. Essa é uma intuição que só existe na cabeça de quem meditou muito.

O esforço da razão é no sentido de chegar a um estado contemplativo, onde não existe mais briga entre razão e intuição.

AULA 20

A intuição pode ser tanto favorecida como atrapalhada pelas outras funções. Como pode alguém ter uma intuição melhor do que outro? Ou como a intuição pode ser atrofiada? Para entender isso é preciso explicar a melhora e o processo do inconsciente e do consciente.

Existem diferenças entre a intuição de um e de outro indivíduo. Qualquer pintor intui mais e melhor o mundo das sensações visuais doe que eu. Se você tem o conceito de vaca, não apenas conhece como também reconhece: isto é propriamente conhecimento. O conhecimento efetivo se dá quando conceituo a intuição tida, porque a intuição lhe dá o modo de existência, seu grau abstrato de existência, seu lugar dentro dos gêneros e espécies: uma dá o conhecimento, a outra o conceito da coisa.

A mente humana busca quase instintivamente equilibrar conceito e intuição. Por exemplo, o que vocês estão fazendo aqui senão buscando conceitos com que possam colocar em ordem as intuições que tiveram, para que daí em diante possam ter intuições mais claras? Se organizarem todos os conceitos sobre algum assunto terão uma abreviação do trabalho. Uma vez tudo organiza- do, a intuição pode funcionar mais livremente.

Hoje em dia existe a apologia das sensações e do animalesco, de tudo que é inferior ao humano. A confusão é tamanha que se acaba identificando sensações prazeirosas, particularmente o sexo, com a animalidade. De todas as espécies animais, a única em que a fêmea tem orgasmo é a espécie humana. Se ser animal é o objetivo, então metade da humanidade vai sair perdendo.

Mas a propaganda exalta o "animal", o "visceral". Ora, esse é um mundo chato e repetitivo, coisa de bichos. O que é superior, como os prazeres do erotismo, tudo o que é humano, vai embora. Sexo até uma ameba tem, e isto é um exemplo bastante característico. Pela aprimoração do sexo sobe-se na escala animal até chegar ao humano. Tudo o que falamos de erotismo é humano, está dentro da faculdade da linguagem, uma vez que é um processo de significação. Retornando para o animal é exatamente isto que se perde.

A sexualidade no animal é um processo quase cego, seguido mecanicamente segundo as regras do instinto. O animal vai para o sexo assim como vai para o matadouro, sem muita idéia do que está acontecendo. Mas, como a propaganda é a alma do negócio, é preciso atrair as pessoas de algum modo, se se quiser animalizá-las.

Estas coisas são convicções que estão na praça para enganar trouxas. Pessoalmente, não tenho mais qualquer complacência com isso. Entrando no ponto da animalidade, deixo de ser educado e passo a me comportar como um "animal". Podemos discutir teses científicas; agora, quando se trata de pseudoteorias feitas com propósito nitidamente maligno para fisgar as pessoas, têm de ser varridas da sociedade. O responsável por uma delas deve ir para a cadeia, no mínimo.

O sujeito que é fisgado por uma das organizações de feitiçaria, e passa a praticar o que aprendeu naqueles que o cercam está cometendo um crime culposo. A distinção entre culposo e doloso é que neste não houve uma intenção prejudicial. Mas aquele que concebe um feitiço para dominar os outros sabe exatamente o que está fazendo. O monte de discípulos que angaria não tem a noção do que estão fazendo, acham que estão fazendo algo ótimo.

Não é absolutamente o caso de Cabala, que é estudada em qualquer sinagoga como tradição judaica. Dentro do vocabulário popular, esta palavra não é usada em seu sentido próprio. A perversão desta palavra bem pode ter sido obra dos nazistas, para acusar os judeus de bruxaria quando estavam apenas rezando. Cabala quer dizer simplesmente "revelação", vem de um verbo que significa "entregar", designa portanto aquilo que Deus deu ao homem. Fazem parte de Kabbalah a Torá, o Pentateuco, assim como os próprios Dez Mandamentos. O rabino não faz outra coisa senão estudar isso, assim como no mundo cristão. A feitiçaria é a manipulação de forças psíquicas geralmente com a finalidade de escravizar o ser humanos sem que este se dê conta. Isso mais do que nunca, mas não da maneira que as pessoas pensam: fígado de cobra, olho de sapo, etc. Funciona exatamente como em certos tipos de programação neurolinguística.

O homem não ganha nada sem perder alguma coisa. A partir do séc. XIII, no momento em que se formaram as ciências modernas, foi preciso deixar de lado, temporariamente, um monte de questões teológicas, metafísicas e religiosas, como se não existissem. Em troca disso ganhamos uma ciência e suas aplicações teológicas, que nos permitem hoje viver melhor. Porém teve o preço de nos tornar burros em todos aqueles assuntos. Qualquer índio está mais preparado -- não para atravessar uma avenida -- do que nós para tratar de coisas relativas à bruxaria e à magia. Elas foram esquecidas há cento e cinqüenta anos no mundo universitário acadêmico. Criou-se a civilização que decretou que a bruxaria não existe e que,

contraproducentemente, a fortaleceu mais que nenhuma outra. O que não existe oficialmente está livre para agir no escuro.

Isso é urgente saber, mas de longe. Não preciso ter experiência pessoal em tudo; ninguém estuda lepra através de experiência pessoal. Assim, se for tentada uma experiência com feitiçaria, provavelmente será uma ida sem volta. Tenho dezenas de conhecidos que tentaram e nunca mais os vi, só a alguns, e totalmente birutas. Espero que os alunos não entrem nessas coisas. De onde se fala de conhecimento espiritual ou secreto é melhor manter distância. Sou contra todas as organizações deste tipo, as que existem e as que virão a existir. E isto não é uma vaga suspeita, mas uma acusação fundamentada.

As pessoas não confiam em sua própria razão, e querem encontrar fora da razão um princípio de autoridade. Então você se dirige a um guru que possui um conhecimento que você pode julgar por ser secreto. Só vai julga-lo quando conhecê-lo, se chegar a conhecê-lo, pois o guru pode cozinha-lo por quanto tempo quiser; não há programa, não há data, e não sei ao quê o conhecimento se refere. Pode ser até que receba o tal conhecimento, mas nem vou percebê-lo. Se vocês quiserem entrar neste tipo de coisa, vou fazer péssimo juízo de suas inteligências.

Estamos num mundo muito esquisito. Quando nos prometem coisas superiores, geralmente não é algo popular. Mas hoje as bancas de Jornal estão repletas de publicações que podemos comprar, contendo a "ciência oculta" -- o "oculto" mais ostensivo que já vi.

Um dia vão rir de nosso tempo. As pessoas se jogam, não de joelhos, mas de quatro. Para se submeter a uma coisa dessas, das duas uma: o sujeito se encontra em um estado de insuficiência, necessitando de socorro, quando não está nem em condições de selecionar seu tratamento e alguém tem de escolher por ele. Se está assim já foi perdido. Se não está urgentemente necessitando de socorro, então é possível ter uma atitude um pouco mais céptica, e dar um pouco mais de tempo e ler bastante para poder analisar essas coisas e avalia-las.

Todo esse parênteses foi a propósito da passagem da sensação para a intuição. Porque tudo aquilo que distingue propriamente o humano, singulariza-o dentro do universo dos outros seres está sendo mal visto hoje em dia em certas camadas. E são justamente os cultores do animalesco que influenciam essa visão, influência que vai bem longe, mas não a todas as áreas do mundo, mas particularmente a lugares como o Brasil.

A sensação é apenas um material, sem o qual não ha intuição. Nenhum ser inerte tem intuição. Se o sujeito está vivo, tem sensações, alterações provocadas no organismo por mudanças da energia ambiente. A partir do momento onde há a forma humana, essas sensações já estão em parte selecionadas: tem uma forma humana. Porém essa seleção ainda não é suficiente para que se enxergue algo. É preciso uma segunda seleção, que se processa pela ruptura da sensação afetiva para a sensação cognitiva, onde a intensidade da primeira diminui. Enquanto o organismo ainda é sacudido pelas sensações, não consegue destacar nada entre elas e reparar no objeto que é sua causa. É preciso atenuar as sensações.

Dizemos que um pintor possui uma sensibilidade refinada ou afinada, mas ele começa a tê-la assim aos sessenta anos, justamente quando suas sensações estão em declínio. Beethoven, por exemplo, cuja compreensão musical aumentou barbaramente depois de ficar surdo. As estruturas musicais haviam se objetivado a tal ponto que não necessitava mais do suporte sensível. Também Degas, que depois que ficou cego, passou a fazer estruturas "pictóricas". Aqui no Masp há uma série sua de cavalos, de pequeno tamanho para que pudesse manipula-las sobre a mesa. Ele não tinha a sensação visual do que estava fazendo. Ele apenas os tocava enquanto os moldava. Não podemos tocar seus cavalos, mas podemos ter sensações visuais absolutamente perfeitas dos cavalos esculpidos por Degas. As sensações de movimento, de leveza e de força são uma coisa impressionante. portanto vejam a que ponto a intuição está desligada da sensação quando o conhecimento já está objetivado. E quando alguém propõe o aprimoramento das sensações, a consequência é perder tudo isso, e virar logos, gatos ou quase isso.

A passagem das sensações para a intuição não é possível sem um ambiente humano. O ambiente humano dará ao ser que está em formação paz e soessários para que ele possa atenuar suas sensações. Ninguém vai excitar ou fazer barulho para um bebê, mas dar-lhe calma e sossego, segurança, rotina, estabilidade e continuidade. Deste modo, a intensidade sensitiva vai se atenuando e começa uma atividade interior.

Porém se for educado noutras condições não terá nada disso. É o caso dos chamados meninos-lobos, crianças que foram perdidas e criadas por lobos. Os meninos- lobos recuperados não conseguiram nunca mais adquirir a linguagem: uma vez formado lobo, lobo para sempre. No meio onde se encontrava em formação, levou uma vida de lobo, uma vida demasiado móvel e agitada para um ser humano. desenvolveu as faculdades animais de adaptação ao ambiente físico imediato, não teve tempo para a interioridade.

Tudo o que é verdadeiramente interior se desenvolve no silêncio, no sossego e com o tempo. A intuição é a primeira coisa. Um bebê que não tenha essas condições na primeira infância pode ficar lesado permanentemente. De certa forma isto é mais importante do que o alimento que recebe. Estas são as idéias que estão por trás do parto Leboyer, cuja preocupação máxima é o silêncio e a penumbra para não chocar o nenê, provocar uma agitação sensitiva que demoraria para ser apaziguada. O silêncio é a primeira necessidade da criança pelo menos até cinco anos de idade.

Quando se relaciona e reduz o número de coisas externas para prestar atenção, começa a aparecer o produto interior. A partir do momento em que começa a objetivar, a intuição vai adquirindo uma autonomia cada vez maior. O cidadão médio consegue ter intuição mesmo em condições adversas, mesmo onde há excessiva estimulação, sua concentração lhe capacita para isso. De qualquer modo, o silêncio e a regularidade continuam sendo necessidades urgentes. por isso mesmo algumas seitas e gurus não deixam o sujeito dormir regularmente, e o sobreestimulam sensorialmente, cantando ou fazendo barulho para deprimir a faculdade intuitiva.

É preciso um certo equilíbrio: não pode haver uma privação sensorial completa: deve haver sensações harmônicas e de certa forma repetitivas no tempo. Em média as sensações da vida corrente já são suficientes.

As três primeiras faculdades -- intuição, sentimento e linguagem -- são difíceis de ser destacadas completamente. O primeiro movimento da linguagem ou da intuição está ligado ao sentimento ou ao desejo -- ou seja, há um moção ou movimento. Também a memória começa a entrar em jogo: falar da linguagem é como falar da memória. Ela não registra sensações soltas -- isso qualquer um pode verificar experimentalmente --; quanto mais articulados estão os dados, mais facilmente serão registrados; formas inteiras são melhor registradas que pedaços, e pedaços grandes mais facilmente que fragmentos. Mas para que a memória entrasse em ação foi preciso um primeiro lance bastante claro e nítido. A memória vai retroagir sobre tudo isso porque, a partir do momento onde o sujeito percebe várias essências, vários entes e desejos, isso tudo começa a ser combinado pela memória.

A memória é simplesmente a faculdade de repetir internamente um esquema abreviado de algo que se passou dentro ou fora do sujeito. Ela possui o aspecto combinatório, a que chamamos imaginação criativa, e o aspecto repetitivo, a que chamamos imaginação memorativa. Vamos nos ater ao estudo da memória, mais tarde falaremos sobre a imaginação criativa.

A partir de então entra em ação a estimativa ou conjectura. Não tem sentido falar de estimativa ou conjectura antes que o ser comece efetivamente a agir. A estimativa não é só faculdade cognitiva, mas também uma cognição que geralmente se expressa em ação quase que imediatamente. A estimativa pode ser confundida com o simples medo ou raiva, mas não é isto. Ela é a faculdade que diz do quê ter medo ou raiva quando você não sabe por outro meio. É uma faculdade de autopreservação.

Entendemos que a estimativa é uma faculdade que nos animais é patente: geralmente eles sabem o que lhes convém e o que lhes é lesivo. Vemos que no homem sobrou um resíduo disto na forma de um instinto de autopreservação. Porém não funciona tão naturalmente em nós como animais, mesmo porque nosso ambiente é consideravelmente mais complexo, e nada em nós funciona puramente por instinto, tudo pressupõe o aporte da cultura. Até a intuição precisa.

A estimativa falha em nós justamente porque o número e o tipo de perigos e conveniências que existem para o ser humano civilizado é enormemente complexo e variado, e seu conhecimento depende da linguagem e da memória. Acabamos de ver o caso da pessoa que se entrega de mãos atadas a um guru para que cuide de sua cabeça, faça qualquer coisa que ela não entenda. Isto é um sinal de que o ser humano não consegue perceber perigonismo. A estimativa aí não funciona bem.

A conjectura é a estimativa do ser humano. De onde vem esse mecanismo de pensar em várias hipóteses.

Por exemplo, no caso da invasão do Kuait pelo Iraque, nós perguntamos ou conjecturamos o que pode acontecer, fazemos várias hipóteses. Isto é uma operação racional. É o sentido de autodefesa que dispõe ao uso da razão neste sentido estimativo.

No animal essa faculdade é nitidamente uma estimativa ou avaliação, ou seja, fugir do perigo e buscar o útil. Também nele opera de modo imediato, sem que alguém precise lhe dizer o que fazer. No ser humano, por outro lado, a conjectura geralmente mobiliza também as outras faculdades. É mais complexa que nos animais.

O animal também tem intuição, embora não chegue a objetiva-la completamente, linguagem, memória e tem estimativa. A partir daí começa a diferença animal e o humano: o ser humano pode agir para além do estímulo recebido de dentro ou de fora, ou seja, pode fazer coisas sem ter recebido qualquer estímulo. O ser humano age "inexplicavelmente", sem que haja uma causa independente dele. Ele, muitas vezes, é a própria causa, selecionando o que incide sobre ele sem que essa seleção possa ser totalmente explicada. Em última análise, o ser humano existe como indivíduo. Um animal, em dadas circunstâncias, chegará a fazer um silogismo, mas não poderá optar livremente por fazer ou não alguma coisa.

Tenho usado aqui a palavra "intuição" no sentido que todos os filósofos usaram, desde Platão até hoje. No séc. XX Jung e Bergson deram, cada um, uma acepção muito particular a essa palavra. Como ambos se tornaram populares, hoje em dia se fala em intuição no sentido em que eles falaram dela.

Bergson dizia que a intuição é uma identificação empática com o interior do ser e, certamente, toda identificação empática é uma intuição. Mas nem toda intuição é isto. Para se definir um conceito é preciso atentar para seu contrário, para que o conceito perile-se mais claramente. Bergson conceitua "intuição" como o contrário do que conceitua como "razão" -- que também não é o que chamamos razão. Para ele razão é o raciocínio lógico-matemático, que é um conceito bastante particularizado.

Jung chama de "intuição" o que é contrário à sensação, que também possui um conceito particularizado. Como ambos saíram do uso corrente destas palavras em filosofia, acho que deveriam ter inventado outras palavras para denominar essas noções, evitando assim a confusão. Desde que o mundo é mundo, o que é intuitivo é aquilo que está patente sem intermediação discursiva.

No Brasil muitos se depararam pela primeira vez com o conceito de intuição através de Jung. A educação deveria situar o educando dentro da situação do debate universal, não dentro de escolas específicas. Aqui, se o professor for adepto de uma determinada escola, vai expor conceitos nos termos desta escola e sem explicar que pode haver outros enfoques até mesmo opostos. O princípio da educação é inserir o sujeito na humanidade da forma mais ampla possível. Claro que o professor tem o direito e mesmo o dever de defender suas posições, porém dentro de um quadro diante do qual o aluno possa escolher e situar-se.

Neste curso, apesar de limitado a uma disciplina em particular, estou usando todos os recursos explicativos que uso num outro curso mais abrangente. É importante saber tudo o que todos estão falando, pelo menos sobre o que interessa, E o que interessa é aquilo que sobreviveu ao crivo da crítica e da discussão.

Para falar o que é intuição é preciso examinar o que Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Descartes e Bacon falaram sobre ela. Estes são os que permaneceram, entre tantos outros que foram esquecidos. São aqueles que precisamos saber o que disseram, ao menos se quisermos uma conceituação mais abrangente. A especialização é posterior.

Em minha teoria baseei-me por um lado na velhíssima doutrina das faculdades da alma, fundamentalmente a de Ibn' Arabi e, por outro lado, na escolástica ocidental, em particular e, Sto. Alberto Magno, o maior psicólogo da Idade Média. Este mestre de Sto. Tomás, sem uma obra tão extensa e nem tão clara quanto a deste, dedicou-se mais particularmente a questões da ordem que se chamava então física. A física se dividia em dois campos: a cosmologia -- o estudo do cosmos em geral -- e a psicologia -- entendida como o estudo de tudo o que é vivo. A psicologia humana era, então, uma parte da psicologia geral, mas também incluía a psicologia animal, hoje chamada etologia.

A distribuição das faculdades está disposta aqui exatamente da mesma forma como em Alberto Magno e, em parte, como em Ibn' Arabi. Encontrei essa mesma doutrina das faculdades onde quer que estudasse, tanto em autores europeus como em árabes, das épocas em que havia uma astrologia em plena vidência. A

astrologia, não apenas como ciências das influências astrais mas também como simbolismo astrológico, era uma realidade cotidiana para eles. E isso não é coincidência. Se fosse, não haveria este esquema, claramente planetário, das faculdades, ainda que sem referências explícitas aos planetas, em toda escolástica. Todos esses autores se utilizam deste esquema, mas apenas Ibn' Arabi relaciona explicitamente os planetas às faculdades. Podemos supor que essa referência era algo tão do senso comum da época em que não havia a necessidade de explícita-la. Já literalmente a referência aparecia com frequência: Alberto Magno, quando fala do coração, diz "sol", falando de filosofia, não de astrologia.

Disso tudo deduzi que todos aceitavam, pelo menos implicitamente, esta catalogação das faculdades segundo os planetas. É justamente esta que estamos utilizando e que vamos testar. São dados da astrologia tradicional antiga que vamos dispor segundo uma certa maneira, de modo que possa se exprimir na forma de uma teoria científica, que possa ser verificada: ou seja, é a transformação de uma doutrina em teoria.

Do ponto de vista técnico, essa doutrina das faculdades é a parte mais importante da astrocaracterologia. Apesar de ser restrita apenas aos planetas visíveis, nada impede que sejam feitos raciocínios análogos, como de fato já foram feitos com os demais.

…

As sete faculdades são psíquicas, não corporais. Todas elas são cognitivas, isto é, expressam uma relação entre o homem como centro do conhecimento, e um objeto pode ser dado por qualquer ente externo ou pelo próprio sujeito. Cada uma delas se distingue porque organiza esses dados de uma maneira diferente.

Vamos fixar aqui os pressupostos desta teoria das faculdades:

1) A existência do homem.

2) O conhecimento do homem (ele conhece algo, independentemente de ser verdadeiro ou falso).

3) Existência do objeto de conhecimento, ou seja, do real (existe o real em torno de nós, e nós mesmos somos reais).

Essas são as condições sem as quais não poderia haver o processo cognitivo. Estes pressupostos devem ser aceitos por todos vocês, pois não vamos demonstra-los, uma vez que este não é um curso de metafísica mas, no máximo, de psicologia. Aqui todos concordam que existe o homem, existe o real e que algo o homem conhece.

Verificamos então que a teoria das faculdades não aborda o homem na sua mas apenas como ser cognoscente, como ser que estabelece uma relação de conhecimento com os objetos em torno dele.

É claro que existem outras relações e é certo que ele transforma o mundo, mas não é disto que estamos falando. A existência das faculdades psíquicas é uma precondição para que haja ação. Nós estamos recortando este pedaço e o enfocando exclusivamente.

Como já disse, cada uma das faculdades se distingue, se define, porque contém em si um princípio diferente de organização dos dados. As sete podem funcionar ao mesmo tempo, não exatamente no mesmo plano nem do mesmo modo, pois cada uma tem seu próprio modo de operar; se funcionassem do mesmo modo seriam a mesma. Faculdade significa facilidade, aptidão. Estamos tratando de sete aptidões, sete coisas que o homem pode fazer com os dados. A operação de todas elas se fundamenta objetivamente na primeira, na intuição, que é aquela que capta os dado.

A intuição registra o dado como presente, não o dado bruto dos sentidos dos seres individualizados; ela destaca o dado, o recorta. Não há meio de confundir a intuição com as sensações, pois estas por si mesmas não constituem conhecimento. Torna-se conhecimento no momento em que não estão nelas propriamente, porém em seu objeto. Para que a sensação se torne cognitiva é necessário que ela diminua de intensidade. A sensação começa como pura sensação afetiva -- não no sentido de sentimento, mas no sentido de afetar o ser humano. O centro do processo sensitivo é o sujeito: quando sentimos frio ou fome, com a repetição das mesmas sensações o organismo se acostuma, e aí passa a sobrar um pouquinho de energia psíquica, que se desvia da sensação para o seu objeto -- isto é importante -- e passamos da sensação afetiva para a sensação cognitiva. No momento onde há essa transição é que podemos começar a falar de intuição.

Todo mundo opera esta passagem, só que nem todos operam com a mesma amplitude. Por exemplo, o complexo de sensações que vão se tornar sentimentos sempre que tem alguma origem, algum objeto que, por mais longínquo que seja, foi intuído e desencadeou o sentimento. Assim, mesmo que intuído externamente ou internamente, sempre existe um objeto. No entanto é comum termos sentimentos que não conseguimos reportar a um objeto. Isto significa que o processo de objetivação das sensações é a raiz da cognição humana. Por isto mesmo é que a pobreza ou riqueza das sensações importa pouco no processo cognitivo.

Para reconhecer um objeto você não precisa ter uma sensação intensa. Se o está vendo agora não precisa olhá-lo obsessivamente, basta um relance para que você o reconheça. Na medida em que a sensação afetiva passa a sensação cognitiva existe uma economia de energia, sem a qual não seria possível o exercício da inteligência. Se todas as nossas energias fossem gastas com sensações, se tivéssemos sensações de impacto tão grande como nos animais não passaríamos ao processo cognitivo. Temos a noção de um mundo objetivo justamente na medida em que somos capazes de distinguir numa sensação, o que é sensação em si e o que é objeto, sua causa. Se você cutuca uma ameba ela reage, mas não tem noção da causa exterior, de um ente distinto; no máximo tem a noção de perigo, alguma estimativa. É a incapacidade de limitar as sensações que limita o aprendizado no animal, que não completam o processo de objetivação. Já no homem, a repetição da sensação acaba por leva-lo a destacar a sensação da sua causa, e é assim que as sensações são atenuadas. Este corte das sensações através da representação é propriamente o humano.

Existem algumas correntes que acham que os males humanos advêm de bloqueios sensitivos. Acho que um indivíduo pode viver perfeitamente bem, ser são e feliz mesmo com todos os sentidos deficientes. Não é a riqueza de estímulos que importa, mas a riqueza de objetos, produtos de cognição, que não depende da quantidade de sensações mas da capacidade objetivante.

Dois indivíduos colocados sob a mesma estimulação poderão ter percepções em graus muito diferentes; num o processo de objetivação se detém mais cedo, portanto intui menos coisas.

A intuição repara no objeto das sensações, externas ou internas, e a sensação mesma não repara em nada, ela vem e vai embora. As sensações são sempre misturadas, nunca isoladas: ao mesmo tempo em que vê, você ouve, tateia, saboreia, e não necessariamente relacionadas a um objeto.

Intuição é o ato no qual recortamos do mar de estímulos obscuros e confusos uma singularidade. Esta singularidade não tem que ser um objeto físico; se percebo que estou com frio, sei o nome disto, e já tenho aí uma intuição. Dar o nome é um processo que vem com a intuição. Mas se não ouver a intuição não saberíamos juntar os nomes com as coisas. Para dar nome a uma coisa efetivamente é preciso primeiro ter a intuição da coisa, segundo a intuição do nome, e depois, com a ajuda do pensamento, combinar uma coisa com outra. É por isso que Heráclito dizia: "Os homens que estão adormecidos vivem em mundos separados, e os homens que estão acordados vivem todos num só mundo". É justamente este mundo de entes reais que existe somente para a intuição.

É importante notar o seguinte: a intuição coloca os entes como presentes, mas não faz distinção entre o real e o imaginário. Essa distinção é puramente racional, e a intuição por si mesma não tem meio de fazê-la. Se tenho intuição de um cachorro concreto na minha frente, isto é intuição; se imagino na minha cabeça um dragão, também estou tendo intuição do dragão imaginado. A intuição não me diz que foi imaginado.

A intuição valoriza certos grupos de sensações e os destaca, não como seres (Nota: tenho utilizado a palavra "seres" metaforicamente, na realidade o que a intuição capta são essências), mas como essências. Essência é o que uma coisa é, independente de existir ou não. Existência ou inexistência são categorias da razão.

A intuição capta essências, e na hora em que as capta elas lhe estão presentes de alguma maneira. Essência é o que os seres são. Por isto mesmo não tem cabimento alguém dizer que não sabe o que são essências, a essência é a primeira coisa que você conhece, senão não conheceria coisa alguma. Porém somente com a categoria da essência não se pode obter muito conhecimento; é preciso a categoria da quantidade, da relação, etc. Isto tudo vem aos poucos, à medida em que se desenvolveu as outras faculdades cognitivas, culminando com a razão. Uma visão suficiente do conjunto só se realiza com as sete faculdades

organizadas pela razão. Podemos dizer que elas são alimentadas pela intuição e organizadas pela razão, ou seja, sem a intuição não há o quê, não há material, não há essências.

Quem faz o quadro do que é possível e do que é afetivo, real, é a razão. A intuição capta as essências com evidência. Não existe erro quanto ao conhecimento da essência daquilo que está manifesto; mas conhece que muitas essências diferentes podem se manifestar juntas: aquelas em que prestei atenção conheço com certeza, como um dado, mas as outras não são distintas claramente. É justamente a ordenação, a distinção das gradações e modos de existência das várias essências que não pode ser feita pela intuição. A intuição torna o real presente, tomando o real em toda a sua extensão -- incluindo o imaginário. O que minha imaginação concebe apresenta-se a mim e eu o percebo mesmo de olhos fechados. Minha intuição por si mesma não tem meio de saber se uma coisa é real ou irreal. A intuição nos diz apenas que isto está presente, e que isto é justo.

O problema da realidade ou irrealidade demora a ter importância na vida humana. Uma criança ouve uma historinha medonha mil vezes e sempre tem o mesmo pavor; mas se sabe que aquilo é apenas uma historinha, porque a vivencia como real? É que a emoção que está tendo é perfeitamente adequada à essência do que está sendo contado. A reação da intuição é perfeita, mas não existe julgamento. por que choram quando assistem E o Vento Levou ...? Porquê são humanos. Suspendemos o juízo de realidade e irrealidade, mas justamente não dissemos que a razão atua voluntariamente? Se é assim, ela pode ficar suspensa por quanto tempo quisermos.

Passamos agora ao sentimento. O sentimento marca uma ressonância. Como o sujeito continua a ser afetado depois que o objeto se retirou? O sentimento é uma ressonância, ele nada nos informa sobre o objeto propriamente dito, embora tenha sido provocado por ele. Ele informa a importância e o valor que aquele objeto teve e continua tendo para mim. A ressonância pode também mudar de sentido: você tinha medo de uma coisa, e agora não tem mais, isto às vezes por razões muito exteriores, como a ingestão de certas drogas, etc.

O sentimento é uma ressonância global do sujeito -- pode-se dizer até uma ressonância psicofísica. O sentimento é quase indiscernível da psique. A maior parte das pessoas, quase interrogadas, não sabe distinguir sentimento de sensação. Isto se dá porque as sensações, embora não mexam com o ser inteiro, podem mexer com o eu, podem intervir no seu sentimento, podem irrita- lo. A irritação não pode ser expressada, mas está no sujeito.

A passagem da sensação para o sentimento é sutil. O critério para distingui-las é sempre este: o sentimento abarca (e abala) o ser inteiro. Portanto, o sentimento serve como aferição do estado total do sujeito; ele mede a energia que está sendo mobilizada para este ou aquele estímulo. Desse modo, o sentimento é cognitivo no seguinte sentido:

1) É auto-cognitivo -- fornece informações importantíssimas para você mesmo. Se o sujeito fica sem sentimento simplesmente não sabe o quanto foi afetado a cada momento.

2) O sentimento, quando disciplinado, pode refletir valores reais. Por exemplo, você para de gostar de vulgaridades e passa a gostar de coisas boas; pára de gostar do que é lesivo para sua educação e passa a gostar do que é intuitivo, etc. O sentimento vai mudando conforme a maturidade física, cultural e social do indivíduo. Em suma, o sentimento acompanha a totalidade da evolução do indivíduo, e está sempre onde ele está.

Então o sentimento é o melhor índice para saber quem é o sujeito, aliás o único meio, pois o que tem importância, o que lhe afeta, o que te altera é aquilo a que você dá valor. Num grau avançado de evolução, será o sentimento a base da educação ética do sujeito, e a educação ética é justamente a educação do sentimento.

É o sentimento que vai ser educado; ela é uma função passiva, assim com a intuição: você não pode mudar na hora o seu sentimento, também não pode ter intuição do que não está dado de alguma forma. Tanto a intuição quanto o sentimento são faculdades passivas, e se limitam a registrar acontecimentos; apenas o fazem de modo diferente. A intuição registra de modo objetivante, fazendo da causa do estímulo, um ser (vaca, dragão, noite, serpente, nuvem), e o sentimento registra numa orientação subjetivante (bom, mau, gostoso, desagradável, temível). De cada uma dessas duas funções resulta um produto: a intuição produz

essências e se expressa através de nomes, substantivos; o sentimento produz valores e se expressa através de adjetivos.

A intuição é instantânea e o sentimento é retentivo. Nenhum dos dois é perfeitamente controlável. O sentimento é um pouco mais -- você pode reprimi-lo, a intuição não. No processo educativo o sentimento não deve ser condutor, porque ele induz você a reagir sempre da mesma maneira a que já está acostumado. Para modificar-se é necessário o concurso de outras faculdades.

O sentimento é uma faculdade conservadora e, por isto mesmo, uma faculdade muito importante para a autoconsciência. Ela lhe revela como você está, não como você desejaria estar. Se não fosse o sentimento não distinguiríamos o que somos do ideal do que deveríamos ser, gostaríamos de ser.

O pensamento articula os vários elementos e os vários estados (as várias essências e as várias qualidades através de um elo que se chama significação. A significação é uma das coisas mais estranhas que existe. Consiste em chamar uma coisa pelo nome de outra. Como começa o processo de significação?

Existe uma narrativa muito interessante relatada pelo filósofo Pe. André Marc, em Psicologia Reflexiva. Ele conta o que se passou com uma surda, cega e muda de nascença. Essa moça, até os vinte anos, não tinha nenhuma relação própria com o mundo exterior. Era alimentada, vestida, lavada, deitada pelos outros. No hospital onde morava havia uma freira que ficava o dia todo com ela. Um dia, por acaso, a moça pegou uma faca e, instantaneamente a freira tomou-a de sua mão para que não se cortasse. A moça ficou muito agitada e a freira teve a idéia de indicar a propriedade cortante da faca mediante um símbolo: raspou o dorso da sua própria mão em cima da mão da moça; esta no primeiro instante não reagiu. A freira repetiu aquilo por vários dias , até que um dia, ao ser tomada a faca da moça, ela ficou novamente irritada. A freira repetiu o gesto. Então a moça pegou a mão da freira e fez o mesmo gesto. Assim, a freira lhe deu a faca, e a moça se acalmou.

Este foi o primeiro signo -- para a moça foi aí que começou a existir linguagem.

Sem o apoio de um signo não é possível passar da sensação à noção de objeto. Este objeto se diferencia como uma coisa externa, que pode refletir uma intenção, no momento em que se introduz um elemento mediador, um signo. Isto me leva a concluir que a entrada em cena da linguagem e da intuição é simultânea, porque sem linguagem não haveria intuição -- linguagem enquanto significação, não unicamente linguagem de palavras. Entre o sujeito humano e o objeto tem de haver uma mediação, algo que manifesta, ao mesmo tempo, uma intenção do sujeito e do objeto a que se dirige esta intenção.

A origem da linguagem está num ato, por assim dizer, volitivo, um ato de vontade, não um ato representativo. A primeira palavra que a moça disse não foi faca, mas "quero faca". Este primeiro gesto de esfregar o dorso de sua mão nas costas da mão da freira não significava a faca em si mesma; ainda era uma amálgama subjetivo-objetivo; era um desejo voltado a alguma coisa.

Quando penso em vaca ou dragão não estou querendo agarrar a vaca nem o dragão, mas sim que a minha mente me reporte àquilo. Estou querendo pensar aquilo -- e esta já é uma segunda passagem. Se vocês observarem um bebê verão que os signos sempre se introduzem através de uma mediação. O signo não expressa a coisa propriamente dita mas um desejo: antes de haver linguagem ele já expressa desejo: ele chora, mas seu choro é difuso, sem objeto definido, expressa apenas seu mal estar físico. Ele não mamou, e está chorando. Até aí não há significação. Porém, na hora em que identificar uma fonte de leite (o peito da mãe ou mamadeira), aí terá desejo e o objeto externo ao qual se dirige esse desejo. Aqui começou a linguagem.

Podemos entender agora que o velho filósofo Benedetto Croce estava montado na razão quando falava de identidade, de intuição e linguagem. Não é uma identidade essencial -- de essências -- pois são coisas distintas. Podemos conceber que uma coisa é intuição e a outra linguagem. A identidade é funcional, uma começou onde começou a outra, e onde não tem uma não tem a outra. É uma distinção puramente real-mental, e é difícil separa-las, saber que é uma ou que é outra.

Estas três funções -- intuição, sentimento e linguagem (pensamento) -- são a base de tudo. podemos dizer também que intuição, sentimento e linguagem são, de fato, três aspectos de uma mesma coisa.

A passagem do mundo das sensações para o mundo da intuição é uma ruptura total. Uma passagem de

plano com uma mudança qualitativa. Aquilo que era uma simples excitação corporal se torna, agora, objeto de conhecimento, o qual independe totalmente da sensação corporal. Ë uma objetivação das sensações, não de sensações individuais, mas de constelações de sensações, e só ocorre a partir do momento em que se introduz a linguagem. Não dá para saber quem chegou primeiro. Somos capazes de distinguir linguagem de intuição pois são coisas diferentes, entretanto não existem separadamente. Estão juntas não só porque estão no mesmo sujeito, mas também no sentido de que quando uma opera, a outra opera instantaneamente. Isto fica meio difícil e perceber porque a pessoa sempre pensa na linguagem como linguagem de palavras, mas não é a isto que estou me referindo. Estou falando de todo o processo de significação, onde uma coisa representa outra. Por exemplo, se você imagina uma vaca, o que você possui dela neste momento? Um signo. Mas se você vê a vaca, você tem a realidade da vaca? Não, tem a presença da vaca. Antes dela ser ela foi Bezerra e antes disso teve de ser parida, ser gerada; além disso a vaca vai continuar vivendo, vai dar muito leite e um dia vai morrer. Você não vê tudo isso. Você tem um recorte, um instantâneo, um signo: esta essência representa toda a existência. Não temos a existência real da vaca porque esta se desenvolve no tempo e ninguém assiste a vida inteira de uma vaca, mas temos a essência, e ela representa essa existência inteira.

…

Gostaria de falar da consciência e do inconsciente. Todas as faculdades são cognitivas: basta dizermos isto para sabermos que todas operam conscientemente. Nem tudo no homem é cognição. Existem várias funções vegetativas, funções que mantém o homem vivo. Ele respira, anda, dorme e não faz isso conscientemente. Se fosse depender da consciência para suas funções vitais morreria na primeira semana. Tudo isto é feito por um complexo de mecanismo que podemos chamar de inconsciente originário -- o próprio saber do organismo. O organismo tem um saber dentro dele. Tem estrutura, conteúdo, forma, funciona. Isto no mesmo sentido em que a pedra tem um saber dentro dela. A pedra tem todo o conhecimento da mineralogia gravado em si. O ser humano tem o conhecimento da mineralogia, da biologia e muitos outros gravados em seu corpo, não sob a forma de saber mas sob a forma de ser. Este conhecimento está gravado em nós da mesma forma que o conhecimento está gravado num livro que não lemos. Está fisicamente, potencialmente presente. Está presente na forma de ser. A estrutura dinâmica do corpo humano, suficiente e necessária para continuarmos vivos, é inconsciente.

Mas há um outro inconsciente, aquele ao qual se refere. Esse é um outro mecanismo. Ele se formará mais tarde, depois que o indivíduo tiver começado a operar com intuição, linguagem, memória etc. Esse é o inconsciente que podemos chamar de degenerativo. Ele se forma por uma cisão da psique, pela separação de certos dados que são intuídos, colocados na memória e cujo mecanismo de recordá-los o sentimento ou o desejo inibe.

Uma coisa é a memória, outro é a recordação. A memória é o registro. A recordação é um complexo que envolve sentimento, vontade, intuição e linguagem. Ela promove um retorno dos esquemas já interiorizados. Esse retorno pode ser inibido porque é um ato parcialmente voluntário. Há uma rejeição dos dados intuídos. (Se eu não tivesse intuição desses dados não poderia rejeita- los, se tive a intuição, o dado foi para a memória automaticamente.) Se eu rejeito seguidamente a recordação, então tenho uma espécie de memória ao contrário. Cria-se uma área da memória que existe para não ser recordada. É a isso que Freud chama de inconsciente e, na esteira dele, toda a psicanálise, com exceção de Jung.

Jung forma um conceito de inconsciente que mistura os dois conceitos -- o inconsciente originário, orgânico, como o inconsciente freudiano. Para Jung, Freud estava errado quando dizia que o inconsciente era uma lata de lixo. Jung afirmava que o inconsciente é uma fonte de tesouros. Isso é o resultado da mistura que faz dos dois conceitos de inconsciente. Um deles, o inconsciente degenerativo, é uma lata de lixo mesmo, e o inconsciente originário, muito rico, só contém conhecimentos em forma de ser e não de saber. Portanto fazê-lo aflorar à consciência não adianta nada.

Para trabalhar com os conceitos de inconsciente vamos seguir Maurice Pradines e chamar de inconsciente degenerativo ou terminal aquele que se opõe à consciência e, portanto, impede o funcionamento das outras faculdades. O inconsciente terminal pode se tornar tão cheio de coisas que seus conteúdos podem começar a vir a tona sem que o indivíduo saiba o por quê. E isso ocorre quando se desorganiza o mecanismo da memória. temos um controle da memória e este controle chama-se recordação e esquecimento. Se

abusamos do mecanismo de esquecimento, com o tempo teremos mais trabalho para esquecer do que para recordar. Se a memória se desorganiza, os dados começam a vir a tona sem serem chamados. É o que se chama psicose. A explicação que estou dando articula explicações das psicologias de Tradines, Piagel, Freud e Jung. Essas psicologias ressaltam lados diferentes, todos eles existentes. Falta encadeei-los numa seqüência coerente.

Só o inconsciente inicial é ativo -- organicamente ativo. Mantém nosso corpo em funcionamento. O inconsciente terminal não é ativo. Coloco nele, por exemplo, um programa para que se apague sistematicamente determinados dados, poupando-me do trabalho de apagar conscientemente esses dados sempre que surjam. É uma espécie de reflexo autocondicionado, que impede que certos dados sejam recordados. Eles estão na memória mas não vêm à recordação. Entretanto, a vida pode me colocar em situações em que preciso daquele dado que programei para ser esquecido. Então faço uma segunda regra: esqueço sempre que isso não foi necessário ou útil. E assim o mecanismo vai se complexificando. Vou colocando regras sobre regras na memória, alterando-as. Por isso que, de tempos em tempos, é bom rever o que guardou nessa lata de lixo para que de repente ela não transborde sem seu consentimento.

Hoje algumas terapias afirmam que é necessário abrir essa lata de lixo e retirar lá do fundo os seus tesouros. Considero isso um grande engano. A questão não é abrir, mas assumir que foi você quem programou o esquecimento, ancorando-se sempre na regra de Müller: "a neurose é uma mentira esquecida na qual ainda acreditamos." O que precisamos, portanto, é revogar as mentiras e contar a história direito. No fundo o processo analítico inventado por Freud consiste em contar a história do eu. Aquilo que você diz que aconteceu mas que não aconteceu e vice-versa. Na hora em que você conta a história direito, está reorganizando o mecanismo de recordação de maneira que ele reflita efetivamente os conteúdos registrados.

Podemos comparar a memória de um neurótico a um arquivo em que o sistema de entrada e catalogação dos dados é diferente do sistema de consulta. Você guarda o material em gavetas com as etiquetas: história, geografia, música, etc. Quando pede esse material de volta vem: culinária chinesa, parafusos, pneus.

A razão têm essa tendência estabilizadora e totalizante. Ela pode, prematuramente, fixar determinados códigos, criar determinadas leis. Se você não as revoga, elas ficarão lá. O superego é um código moral arcaico, estabelecido pela razão que funcionava quando você tinha dois anos. Ela está cheio de Leis, muitas delas contraditórias, que você continua obedecendo. É necessário então fazer uma "assembléia constituinte" interna. Selecionar as leis que precisam ser mantidas e aquelas que precisam mudar. A mente do neurótico é como uma coleção das constituições brasileiras, um monte de leis empilhadas, princípios ocultos, princípios não-declarados etc. Então, é necessário estabelecer a democracia: estabelecer o que eu acredito mesmo e o que não acredito, o que vou obedecer, o que vou respeitar, o que eu temo. A mente está cheia de temores. Mas também tem uma regra que diz que não devo ter temor algum. Tem preconceitos e tem uma regra que diz que não se deve ter preconceitos. É necessário entrar num acordo.

Dentro da cabeça de cada um há um PT e um PFL. Mas eles nunca discutem entre si. Cada um baixa suas regras e as esconde do outro. O indivíduo transforma-se numa coleção ao invés de ser uma totalidade. Pôr ordem nisso tudo dá trabalho, assim como fazer uma constituição. Essa constituinte interna só pode ocorrer através de uma discussão franca consigo mesmo: eu acredito em determinadas coisas mas, na prática, faço outras. Isso é uma situação comum. E ela revela que eu também acredito nessa outra coisa. É necessário tentar um acordo: ou um lado suprime o outro, ou um serve de balisamento para o outro. Geralmente as pessoas não fazem isso, muitas vezes porque simplesmente não tem tempo para fazer. O homem hoje virou um animal de trabalho. Nunca se trabalhou tanto como no séc. XX. É um absurdo. É a civilização mais rica da história e todo mundo tem que trabalhar como louco. Não estou condenando isso, inclusive porque condenar o real é inútil. A sociedade contemporânea existe e nós estamos nela. Temos é que tentar melhorá-la.

Setembro de 1990.

AULA 21

Nenhuma faculdade atua sozinha. As faculdades são operações diferentes, e a distinção entre elas não é a mesma que se dá entre os seres. As distinção entre operações é uma distinção real-mental, o que significa que as operações podem ser distintas entre si, mas não podem ser distintas do organismo total do qual operam. Nenhuma delas opera sozinha, o que seria um contra-senso. São funções, e função é uma ação praticada pelos sujeito inteiro. Se digo que o homem respira com as narinas e os pulmões, não quero dizer que quando respira o fígado seja suprimido, o braço amputado, etc. Todo o resto permanece presente, e a simples presença, mesmo passiva, desses outros órgãos, é necessária para sustentar aquelas funções em destaque. trata-se portanto de uma funcional, não substancial.

Para chegar a uma distinção mais clara das funções é melhor não considerá-las juntas, uma por oposição a outra. O contraste as aclara. Descrevê-las cada uma individualmente é difícil, como seria por exemplo descrever o lado esquerdo casa sem fazê- lo por oposição ao lado direito. Devemos descrevê-las por meio de todas as relações que possam ter entre si. Cada função se define também por certas relações com as vizinhas.

As sensações estão pressupostas, são a base de tudo. Sem elas, não teríamos intuição. A diferença entre sensação e intuição é que, primeiro, toda sensação é uma alteração passageira; onde não há alteração, não há sensação. Segundo, toda sensação é especializada, ou seja, é uma alteração produzida primeiramente num determinado órgão, que pode repercutir nos demais. Não existe sensação generalizada: ou seja é auditiva, ou é tátil, ou é, visual, etc. Terceiro, nenhuma sensação por si mesma dá informação de um objeto, pois ela é uma alteração no organismo. Só com ela é possível saber se existe o objeto. Isto começa inicialmente com uma pura alteração do organismo e aos poucos, agrupando sensações diferentes, e com a ajuda da memória, estrutura um ser. A sensação deixa de ser casual ou, como considera Pradines, deixa de ser meramente afetiva -- afeto sentido pelo organismo -- e começa a ser uma sensação cognitiva, referida a um objeto externo. Por exemplo, posso sentir perfeitamente frio, sem saber de onde vem o frio. Um bebê de colo sente tanto frio quanto nós, mas nós temos a idéia de que o frio pode vir de fora, sob a forma de vento, de chuva, etc. Mas quanto tempo foi necessário para se estruturar essa sensação e conectá-la com um conceito abstrato? É entre a sensação e o conceito que surge então a intuição. Sua função consiste em delinear, distinguir seres individuais, mesmo antes de saber o seu nome. Podemos dizer que a intuição é uma espécie de senso da unidade do objeto; ela divide o mundo em objetos distintos, cada um dos quais com a sua unidade. No outro extremo, temos a razão, que vai estruturar essas várias unidades dentro de um senso de totalidade. Observem que unidade e totalidade são conceitos bastantes parecidos, porque totalidade também é unidade, e uma unidade, que não seja totalidade não é nada. A única diferença é que a intuição percebe a unidade dos seres singulares; a razão procurará estruturar essas várias unidades dentro de uma única totalidade, a quem vai chamar de "mundo", de "real".

Todas as funções interagem, porque isto é próprio da natureza das funções. Para ser mais exato, não se pode dizer que uma função interage a outra, pois isto já é substancializar demais as funções. Na realidade, uma não existe sem as outras. Se suprimir uma função, todas somem, porque são funções. Suponhemos que alguém vá comprar um trombone. O trombone, em primeiro lugar, é um objeto manufaturado, o significa que ele tem que ser fabricado, depois ter que ser vendido e, finalmente, ele é comprado e depois tocado. Ser manufaturado, vendido comprado são quatro funções distintas entre si. Fazer um trombone não é a mesma coisa que vender um trombone; vender um trombone não é a mesma coisa que comprar um trombone, e nada disso é a mesma coisa que tocá-lo. Mas quem conseguiria vender um trombone se ele não servisse para ser tocado? Como seria possível tocá-lo se ele não tivesse sido fabricado, e para quê fabricá-lo se não é nem para vender nem para tocá-lo? Tudo isso são funções, e não coisas, e cada uma dessas funções só pode ser compreendida justamente em função da outra. Por isso se chama função: é um modo de agir, de atuar.

Todas essas funções possíveis fazem parte da natureza do trombone. Funções são o mesmo que faculdades (= facilidades) , que o ser exerce facilmente, porque decorrem da sua natureza. Posso usar um trombone para rachar o crânio de alguém, mas não é especialmente apto para este fim, havendo outros objetos que se prestam melhor para tais fins; posso usar o trombone como peso de papéis, para evitar que o vento os disperse. Posso usá-lo para um monte de coisas, porém nada disso é função própria.

Podemos ver que a distinção entre trombone e violão não é da mesma espécie que a distinção entre comprar e tocar. Uma é distinção de substâncias, se seres; outra, funções do mesmo ser é uma faculdade; faculdade é uma propriedade; propriedades é um traço que, não fazendo parte da definição do ser, no entanto está sempre presente nele: um trombone que por sua própria natureza não posso ser tocado não é trombone; que não possa ser manufaturado, mas que nasça em árvores, também não é trombone. Chama-se faculdades porque são ações próprias do ser em questão e, sendo ações próprias, nenhuma pode ser concebida isoladamente. O marretar a cabeça de alguém com um trombone não torna isto uma propriedade sua, mas trata-se de um acidente. Isto não tem nada a ver com fato de ele ser trombone, mas um acidente devido à sua forma, e ao metal de que é composto.

O processo cognitivo inteiro deve ser treinado. Costumam fazer astrologia baseados na audição breve e superficial de definições toscas. Não é assim que vamos trabalhar, porque não deve ser assim, pois vamos usar este instrumento para diagnosticar estados reais vividos por pessoas reais, e que na maior parte dos casos acreditarão perfeitamente no que lhes falaremos, como se estivessem face-a-face com o oráculo de Delfos. Se pretendemos colocar este estudo no caminho de uma ciência, cada conceito tem de corresponder a uma coisa real. Entender um conceito até um computador entende. O difícil é, toda vez se vê um objeto do mesmo gênero, reconhecer que é daquilo que se trata. É saber, quando você está falando com uma pessoa, que a função que ela está em movimento naquele instante falar ou para se comportar daquele modo é a razão, é o sentimento, a intuição, a vontade, etc. Quando chegar neste ponto, aí você sabe o que são tais funções. O conhecimento do conceito apenas é uma possibilidade do conhecimento, conhecimento real é o conceito na coisa, e a coisa conceituada. As coisas por si só não são conhecimento porque são confusas, não são distintas e não estão hierarquizadas; o conceito apenas também não é conhecimento, porque é uma hierarquia potencial, possível, que tem sede ser preenchida com coisas reais. Portanto, não é de se estranhar que esses conceitos, tão logo indagados, se embaralhem todos na cabeça, e por longo tempo. Somente com o exercício clínico é que se desembaralharão, e também com o exercício de auto-observação. Em cada ato você coloca em ação uma determinada constelação de funções. E duas pessoas podem usar as mesmíssimas palavras numa discussão, o mesmo argumento, sendo que uma está falando pela razão, e outra pelo sentimento.

Pode ocorrer, no curso total de uma vida, a predominância do indivíduo de uma outra dessas funções. Porém, a cada instante, predomina em nós uma outra dessas funções, e nós temos que saber qual é a que está em jogo. Por exemplo, devo indagar por que fiz determinada coisa: agi por quê? Se não sabemos distinguir isso, então não adianta nada saber conceitos. Duas ou mais pessoas podem agir do mesmo modo, movidas por coisas diferentes, e você só saberá os motivos de cada uma se conhecer o contexto anterior. Porque se falamos dos motivos dos atos, é porque os motivos vêm antes dos atos. Os motivos são uma espécie de pano-de-fundo, e só contrastando com esse pano-de-fundo, que às vezes pode ser bem longo, que se compreenderá por que o sujeito fez isto ou aquilo naquele momento. E isto não é, em princípio, matéria astrológica. Como a astrologia é um resumo, um compêndio da psique humana, os astrólogos geralmente caem no engano de achar que, na hora que conheceram esse sistema simbólico, conheceram a psique humana. É o mesmo que comer o cardápio do restaurante pensando que é comida. Os elementos da astrologia são símbolos, e esses símbolos, se desenvolvidos, virarão conceitos, e o conceito, se desenvolvido, virará uma intuição real da coisa. Desta pasta simbólica que herdamos de cinco mil anos de astrologia, vamos tentar chegar a conceitos, e depois, a partir destes vamos ver se chegamos a uma intuição real Para isso é preciso educação, treino, enxergar as coisas como elas realmente são. As condições sociais que nos rodeiam, e nas quais um de nós foi educado, não facilitam isto em nada. O meio brasileiro não é um meio que incentive o sujeito a examinar as coisas realmente, de dar-lhes soluções reais. Temos uma longa tradição, que vem desde Portugal, que é uma tradição de verbalismo. Se alguém falacerto, dá impressão de que tudo que ele está fazendo está certo, pois as pessoas no Brasil são medidas pelo que falam, e não pelo que fazem.

O esquema das faculdades , em primeiro lugar, é um conjunto de conceitos. Os conceitos já foram dados. Acontece que conceitos existem isoladamente; porém, coisas não existem isoladamente. Para eu compreender o conceito, basta que ele tenha sido enunciado. Quando quero compreender a coisa da qual ela é o conceito, preciso ver quais são as relações que ela tem com outras coisas em volta. Preciso observar essa mesma coisa encaixada dentro do real, o que se chama concreto. O concreto é uma noção abstrata, que ajuda na distinção das coisas. Depois do abstrato, do conceito, preciso ter o concreto de novo, preciso encaixar essa parte que foi separada, dentro do conjunto que rodeia, e de certo modo amarrá-la. Por exemplo, posso compreender o que é tampo de mesa. O conceito de tampo de mesa é fácil de ser compreendido. Mas é fácil também entender o que o tampo de mesa não fica a esta altura se não houver os pés da mesa, e se embaixo da mesa não houver chão , e se alguém não tiver feito a mesa, e se alguém não a trouxesse até aqui. Compreender a essência de um, seria fácil, pois trata-se do seu conceito. Mas compreender as condições de existência real deste mesmo ser é outra coisa muita diferente. Se possível, com este curso, encetarmos um pouco de senso real no meio astrológico, diminuir um pouco o verbalismo reinante, teremos feito beneficio, pois a astrologia tem vivido de palavras, apenas. Eu tinha um professor que dizia o seguinte: se lhes ensino o que é bicho-de-pé, e quando pergunto o que é, respondem direitinho, mas depois chego na sua casa e vejo todo mundo fazendo cocô no quintal e você andando descalço, vejo então que não sabe o que é bicho-de-pé, por mais que responda certinho. Infelizmente não dá para ensinar o que é bicho-de-pé inoculando bicho-de-pé no estudante. Se fizesse isso, ele aprenderia. O ensino sempre fica um pouco no abstrato, disto não é possível escapar. Se está lidando com criação, é possível colocá-las em experimento, criar situações de vida das quais elas tirem algum proveito. Com o adulto isso é possível.

Quando se fala de astrologia, dizem: astrologia não é ciência. Outros dizem: pouco importa que seja ou não -- trata-se de um saber superior. Não sabem do que estão falando. Não há o mais mínimo padrão de entendimento, sendo tudo isso demência. Temos então que fazer uma reforma da astrologia. Como começar? Tentando primeiro nos entender a respeito do que está sendo falado, tentando fazer com que as coisas fiquem o mais claro possível. Depois de ficar claras, verificaremos também se são verdadeiras, pois há muita coisa clara que não é verdadeira, por exemplo as contas dos nossos governantes. Qualquer pessoa que tenha estudado aritmética sabe conferi esses dados -- porém trata-se de dados falsos. O que vem esclarecer que a sensação de evidência que você tem quando alguém explica alguma coisa não é prova de que o que foi explicado seja verdadeiro

Aplicando tudo isso ao assunto de que estamos tratando, vemos que, se falamos de funções cognitivas. é preciso que fique claro que trata-se de operações distintas com as quais o homem conhece. Deve-se notar também que as sensações foram abstraídas. A primeira função cognitiva sem dúvida é a sensação, pois sem essa nada mais funciona. O organismo morto, que não sofre mais alterações, que não é mais alterado pelas variações da energia ambiente --- portanto, que não tem sensações -- não tem cognição de nada. Tendo admitido que o homem tem sensações, então poderemos começar a distinguir outras funções cognitivas propriamente humanas, que elaboram o material das sensações de maneira mais rica. Se vamos descrever as funções cognitivas, o que estamos fazendo? Estamos distinguindo modos diferentes de o homem operar com os dados das sensações. Dado que o homem tem um corpo, e esse corpo sofre alterações -- tem sensações --, quais são os modos pelos quais ele trabalha essas sensações? Que tipos de informações diferentes recebe? Por exemplo, olhar para esta classe e destacar as individualidades não é a mesma coisa que olhar para a classe como um todo. Houve aí uma distinção de foco, de um foco mais geral para um mais particular. Fazendo isso, obtive duas intuições, dois seres: um ser coletivo chamado classe, e outro se individual chamado Stella, ou Henriete. Esta é a primeira coisa que posso fazer com as sensações: agrupá-las num ato instantâneo, ao qual eu confiro uma forma individual, à qual depois posso acrescentar um nome, ou não. Na hora em que a intuição destaca estes seres, eu gravo a sua imagem na minha memória. Depois disso a memória retroage sobre a intuição, evidentemente, porque para eu poder me lembrar de alguma coisa, preciso ter a intuição do que está na memória.

A operação de recordar, ou antes, a operação de arquivar, de reter na memória, isto é, a operação que possibilita a repetição se imagens (visuais, acústicas, motoras, etc.), é diferente da operação que simplesmente recorta individualidades, que recorta seres. São coisas completamentes diferentes. Posso ter a intuição de um ser que eu nunca vi na minha vida, que estou vendo agora pela primeira vez, destacando-o do fundo. Isto é intuição. Não precisei de memória alguma para isso. Dá para perceber que as demais funções pressupõem a intuição: porque nem a memória, nem o pensamento, nem a vontade agem

diretamente sobre sensações. Não tenho recordações de sensações, e sim se seres, de coisas. Mesmo quando recordo uma atmosfera vaga, é um todo, uma unidade, que estou compondo -- não coisas picotadas como as sensações. Sensações isoladas não se conservam na memória de jeito nenhum. Por exemplo, se você levou uma picada de abelha, você guarda a sensação daquela picada isoladamente do momento onde você a recebeu, ou a recordação vem junto com um monte de coisas, e às vezes misturadas com outras sensações? Isto significa que não recordo jamais sensações, e sim percepções. Percepções decorrem de grupos de sensações, que formam para mim um quadro, que me dá uma informação na qual se recortam seres distintos. A memória não opera diretamente sobre as sensações, porém sobre um material já elaborado pela intuição. O que a memória fará? Ela significa uma potência, uma capacidade de re-petire, repetir, ou pedir de novo. Você solicita a reexibição de certas imagens, destacadas das circunstâncias onde ocorreram. Você não repete o acontecido, e sim a imagem do acontecido. Esta imagem se obteve da intuição, que recortou do meio ambiente, da confusão das sensações, um quadro, e deu a esse uma unidade. Fazemos isso porquê somos uma unidade; o nosso organismo psicofísico também é uma unidade. Daí porque conferimos unidade a tudo aquilo que conhecemos. As funções seguintes operam sempre sobre o material das anteriores.

A ordem tradicional dos planetas corresponde quase que miraculasamente à entrada em cena das faculdades. A analogia entre os planetas e as faculdades é tão perfeita que deve ser algo mais que mera analogia. A ordem tradicional que colocamos é Sol, Lua, Mercúrio, Vênus, Marte, Júpter e Saturno. A ordem dos planetas aí corresponde à realidade astronômica, com exceção do Sol e da Lua. Não se pode dizer que o Sol esteja em órbita -- está no centro. Se fôssemos contar a partir da Terra, ele estaria em quarto lugar. Seria: Lua, Mercúrio, Vênus, Sol, Marte, Júpiter e Saturno. Seria errado contar a Lua nas órbitas, porque ela tem uma órbita própria em torno da Terra, e não em torno do Sol. Dadas essas contradições, podemos concluir que a adoação da ordem Sol, Lua, Mercúrio, Vênus, Marte, Júpiter e Saturno não se deveu a critérios de realidade astronômica. Todas as outras ordens, quando examinadas, implicam alguma contradição, se explicadas astronomicamente. Mas esta ordem mencionada corresponde exatamente à ordem de entrada em cena das faculdades. Sem intuição, não é possível haver mais nada. Qual é a segunda que tem de entrar em cena para que as seguintes sejam possíveis? Só pode ser o sentimento, porque, embora não faça parte do processo cognitivo em si, é ele que introduz o princípio da valoração, que vai ser o princípio da retenção na memória. Coisas que afetaram muito, retendo facilmente; outras que não tiveram importância, somem. Portanto, eu não poderia explicar a memória sem o sentimento, mas posso explicar o sentimento ainda sem memória., Posso supor um primeiro ato de sentimento, no qual não intervém ainda a memória. É concebível. E a memória sem sentimento? Seria um registro passivo. Mas a memória não é um registro passivo de tudo, indiferentemente. Toda memória é seletiva. Os dados da memória são selecionados em função do interesse, da atenção. O grau de atenção também está ligado ao sentimento. Sentimento significa valorização, que por sua vez significa importância, atenção. Atenção significa retenção na memória.

Em seguida temos uma função de linguagem, uma função de símbolo, onde começo a misturar uns dados com outros. Começo a chamar umas coisas pelo nome de outras. Introduzo portanto um segundo princípio de classificação, de hierarquização: tal coisa me lembra tal outra. Por exemplo, como o sentimento, sozinho, poderia introduzir uma hierarquia na memória, se não fosse possível para nós que um detalhe, por exemplo, lembrasse o todo? Quando alguém sente um perfume no ar, e este perfume lhe traz a recordação de toda uma situação vivida, por exemplo. A memória sempre funciona assim: um detalhe que remete ao todo.

Resumindo: sem intuição não haveria memória, porque não haveria dado; sem sentimento a memória não funcionaria, porque neste caso não haveria hierarquia de importância, o que deteria o princípio de retenção e exclusão; sem linguagem também não funcionaria, porque não haveria índice. A memória é como um arquivo, funciona através de um índice, com indícios. As coisas são puxadas da memória a partir de indícios, que é um detalhe que traz consigo um todo. Esta mesma idéia deu base à construção do computador.

A partir desta ordem -- intuição, sentimento, linguagem e memória -- é que torna possível conceber a entrada em cena da função decisória, isto é, de uma função que já é apenas cognitiva, mas ativa. Sem as primeiras não poderíamos conceber funções que expressem a capacidade humana de alterar o meio

ambiente. Sem a memória isso não seria possível: como posso alterar o meio ambiente se não me lembro mais o que sei sobre ele? Sem linguagem também isso não seria possível: como poderia fazer uma casa sem ter antes seu projeto? A primeira ação humana já pressupõe todas essas funções. Com isso não me refiro a ações meramente instintivas, reflexas, mas a ações humanas, voluntárias. Quando entramos na faculdade da estimativa ou conjectura, entendemos que ela só pode entrar em cena se aquelas anteriores já estiverem suficientemente desenvolvidas. A primeira coisa que um bebê faz em reação a uma situação externa significa que ele já tem intuição, sentimento, linguagem e memória. E, surpreendentemente, esta ordem das faculdades é a mesma ordem em que os astrólogos antigos dispuseram os planetas. A correspondência não é porém quanto à ordem cronológica de entrada em cena das faculdades, mas quanto à ordem lógica, à hierarquia lógica das faculdades. Pode ser que as faculdades surjam todas ao mesmo tempo, ou quase ao mesmo tempo, instantaneamente. Mas a ordem de dependência continua sendo aquela mencionada: é necessário haver o desenvolvimento das funções intuição, sentimento, pensamento e memória, para ser possível o desenvolvimento da conjectura.

Há inúmeros espelhismos também nas relações entre os planetas. Veremos depois como esses espelhismos magicamente se repetem quando estudarmos os signos e colocarmos os planetas nos signos segundo a teoria das regências. Estudamos as regências de acordo com os aspectos. Esse tem uma coerência quase paranóica. As relações que vemos entre as faculdades se repetem depois não só segundo estes espelhismos, mas segundo as relações entre signos regidos pelos respectivos planetas. Por exemplo, considerando as relações Leão-Aquário, Áries-Libra, ou os sextis Áries- Gêmeos, ou quadraturas (Áries-Câncer, por exemplo), vemos que isto corresponde a uma descrição quase exata da relação entre as faculdades. E isto é o que é assombroso na astrologia, ao mesmo que é o seu grande perigo. Não entramos na discussão a respeito de qual é a regência certa de cada signo, pois isto pouco importa. Limito-me a usar a regência que os antigos usavam, que permaneceu a mesma o tempo todo. Até o surgimento de Urano, houve consenso durante mais ou menos mil e quinhentos anos a respeito das regências, exaltações, quedas, exílios, etc. Quanto aos novos planetas recém-descobertos, não há quanto a que signo ou casa regem.

A astrologia durante muito tempo lidou com os sete planetas, atribuindo-lhes as regências consensualmente aceitas, nas quais se acreditou por muito tempo, e sempre na mesma forma. E este critério das regências possui uma coerência assustadora, quase demencial. As coisas que têm uma coerência assustadora, todas as cosmovisões que são muito coerentes, têm a virtude -- ou o perigo -- de constituir para nós um princípio de inteligibilidade universal. Visto o mundo através de tal visão, tudo parece se tornar explicável. E todas as cosmovisões possuem essa virtude, sem excessão. Quando lemos uma dessas cosmovisões e o mundo todo passa a nos parecer total e completamente explicável e explicado por ela e, depois, lemos outra, e vemos que o mesmo acontece, com isto percebemos, ao mesmo tempo, que cada uma dessas cosmovisões são contraditórias entre si, e começamos a ficar assustados. Concluímos, então, que a impressão de inteligibilidade, de evidência, pode ser muito enganadora.

Quando uma teoria torna os eventos inteligíveis, isso significa que ela é uma teoria lógica, uma teoria coerente, que não é uma teoria absurda; o que não significa que ela seja verdadeira. Apenas significa que ela tem hipóteses ponderáveis, que depõem a favor de sua seriedade, mas não de sua veracidade. Isto é algo que qualquer estudante que tenha estudado qualquer ciência deveria saber: que as hipóteses prováveis, todas elas, dão a impressão de inteligibilidade, porque senão não seriam prováveis. Só vale levar em conta as hipóteses prováveis; as absurdas devem ser imediatamente descartadas. Uma vez que sobre um assunto há várias hipóteses prováveis, dando essa impressão de inteligibilidade, certamente só uma delas é verdadeira.

A inteligência humana aprecia a luminosidade, aprecia a claridade. É como a flor que busca o Sol. Ela não vai se esconder na sombra. Mas é possível iludi-la: criando um Sol fictício -- uma lâmpada -- é possível fazê-la dirigir-se a tal direção, como no caso do girassol, que imita o percurso do sol. Utilizando-se uma lâmpada ela é enganada. Acendendo-se uma luz, as galinhas da granja põe ovos; apagando-se elas dormem. Tudo que é vivo busca a luz, e a inteligência humana, sendo viva, busca o inteligível, não o escuro, o confuso, a não ser que esteja doente. Nesta busca do inteligível, a inteligência pode se equivocar, indo na direção onde acredita haver luz, mas que não é luz afetivamente.

Pode ocorrer de alguém acreditar em cindo, seis ou dez cosmovisões, e se desiludir com todas elas. Pode ficar, por isso, perverso, em consequência da perversão de sua inteligência. Desiste então de buscar a luz, e

acaba buscando a obscuridade, afirmando para si mesmo que o que quer é a confusão mesmo. Passa a certas teorias justamente porque elas têm aquela aura de nebulosidade. É como pegar alguém e, cada vez que lhe der um doce, dar-lhe um choque -- ele fica esquizofrênico, porque cada sensação agradável está unida a uma desagradável. No fim, ele acaba buscando o desagradável, porque tenta fazer o mecanismo reverso: Quem sabe buscando cada vez mais o desagradável, serei cada vez mais feliz? A inteligência também pode ser pervertida, assim como o sentimento.

Os mecanismo instintivos em que a inteligência se apóia nos enganam. Precisamos corrigi-los. É para isto que existe o ensino, a cultura, que é a experiência acumulada de muitas gerações. Somente a cultura pode avisar o sujeito de antemão. O girassol não tem cultura, daí que uma geração não pode informar a seguinte de que nem tudo brilha é sol. O ser humano não é necessáriamente enganado, pois ele tem retenção cultural. Ele tem o espírito objetivo: ele objetiva o seu conhecimento e transforma-o em objeto, em livros, em monumentos, em obras-de-arte, em toda e qualquer coisa que lhe permita evitar a repetição de erros, e permita a manutenção dos acertos. Quando se perde a cultura, todos os erros já cometidos se repetem, ressurgem trazendo consigo todas asa bobagens há muito esquecidas. O que se viu no fim do Império Romano, no período chamado helenístico, alexandrino: as mesmas bobagens que se escutam hoje estavam presentes naquele período de decadência, questões como reecarnacionismo, seres de outros planetas, estados alterados de consciência, gurus em todas as esquinas. Tudo isso porque o sistema romano estava sendo esquecido. O sistema que havia ordenado, organizado o mundo durante séculos "caiu". O que significa "cair" uma civilização? Significa que as pessoas se afastaram do sistema organizador próprio dessa civilização. Uma vez que, hoje, podemos ler todos os clássicos e leis romanas, vemos que uma civilização não cai -- ela apenas é esquecida, dado que ela não é um ser materialmente existente. A civilização é uma série de normas, de costumes, que existem enquanto são conhecidos aceitos e seguidos. Quando se pára de seguí-los, vão sendo esquecidos, não mais estendidos. Da queda de uma civilização a um novo consenso, decorre muito tempo. Depois da queda Roma, passaram- se doze séculos até que se atingisse um novo consenso, consenso escolástico, que por sua vez foi esquecida a partir do século 16. Com a Revolução Francesa surgiu um novo sistema, o liberalismo, que também já foi esquecido. E o esquecimento vem ocorrendo cada vez mais rápido. Toda e qualquer civilização, quando estudada, se revela notável. A queda de qualquer civilização é uma coisa lamentável, porque os períodos de burrice que se intercalam entre uma civilização e outra são deprimentes, e eles constituem de fato a maior parte da história humana. A civilização romana no seu auge era uma maravilha, assim como a medieval-escolática, e o liberalismo europeu do século 19. Sé que entre a queda de uma dessas maravilhas e surgimento de outra, passam-se sete, dez séculos, e durante este período, o homem fica com que afundado no escuro, dormindo. Heráclito dizia: "os homens vivem todos no mesmo mundo; os homens adormecidos vivem cada um no seu mundo". Hoje estamos numa época de homens adormecidos, cada grupinho imaginando uma fantasia sem que haja consenso comum, sem que consiga falar claro. Há grandes quedas, de continentes inteiros, e quedas locais. Por exemplo, no Brasil, até a década de 60 estava- se construindo pelo menos um arremedo de civilização. Quando vieram os militares, caiu tudo. Duas gerações depois ninguém entende mais nada, e agora estamos tentando tudo de novo. Nesta tentativa de volta, houve um hiato, e os antigos erros cometidos estão se repetindo novamente, a mesma conversa. Não valeu a pena a queda -- a queda nunca vale a pena.

Retornado às funções, quando as combinaram com a teoria da regências no sistema zodiacal, chegou-se a uma maravilha. Temos a impressão então de que estamos entendendo tudo. mas se dá quando lemos Sto. Tomás de Aquino, ou quando estudamos mitologia grega. São cosmovisões, e é difícil escapar delas. Mas não quer dizer que sejam verdade no sentido científico da coisa, no sentido material. São princípios de organização da mente humana, e portando criam condição dentro da qual é possível descobrir verdades. A função das cosmovisões não é a de ser verdadeiras em si mesmas, mas a de criar um princípio de inteligibilidade, dentro do qual seja possível conhecer a verdade. A astrologia, neste sentido, é uma cosmovisão, talvez a maior que já foi inventada. O surgimento da astrologia, tal como nós a conhecemos, data dos grandes impérios, do império babilônico, formado-se a partir da agregação de muitas tribos. Na hora desta agregação, as mitologias das várias tribos foram absorvidas dentro de um imerso sistema científico-mitológico, que é a astrologia.

Este mesmo sistema ainda hoje é suficiente para produzir algumas verdades. Mas ele não tem que ser verdadeiro ou falso em si mesmo. A cosmovisão, quando tem uma luminosidade em potência, se tornará

enganosa se alguém achar que ela já está em ato. Casos achemos que aquela impressão de inteligibilidade traduz imediatamente uma verdade, uma veracidade, cometeremos um engano. O sistema astrológico não é em si mesmo nem verdadeiro nem falso. Ele é adequado porque é fecundo, dá fruto, nos ajuda aa descobrir verdades. Não a verdade pronta. A cosmovisão medieval, que é astrológica, e já traduzida em doutrinas, também nos ajuda a descobrir a verdade. Mas não se pode dizer que ela é verdadeira ou falsa em si mesma. Algo de tão imenso tamanho não pode ser verdadeiro nem falso. E este é um equívoco no qual se baseia todo o sistema astrológico: o equívoco de tomar uma cosmovisão como se fosse uma verdade científica, a ponto de tentar demonstrá-la como verdadeira. É algo que não tem o mínimo interesse.

Verificamos que pelos conceitos lógicos, a ordem lógica de entrada em cena das faculdades é precisamente esta que a astrologia antiga discerniu. Parece que no caso nós temos realmente uma verdade, mas não quer dizer que o sistema inteiro seja verdadeiro e, inclusive, através do mesmo sistema poderemos chegar a erros fantásticos. Raciocinando pelas analogias astrológicas chega-se a verdades como se chega a erros. Portanto, o sistema em si mesmo não é critério de veracidade. O conhecimento verdadeiro tem se ser verificado empiricamente. Estamos vendo apenas a logicidade das coisas. Percebemos que esta é uma teoria plausível, que faz sentido, é uma teoria que descreve a evolução cognitiva do ser humano. Teremos de ver isso de fato se verifica no real. Estas distinções que fizemos entre as funções são fáceis de ser feitas. Porque é simplesmente a cada momento: O que estou fazendo com os dados das sensações? Uma coisa que eu posso fazer é agir, por exemplo. Se entra aqui um sujeito de quem não gosto, e lhe digo para sair, a função que está em evidência é a reatividade. Não se trata de um ato de vontade porque não planejei que ele estivesse aqui: simplesmente deparei-me com ele. Tal reação não expressa a minha vontade, mas a minha reação a uma situação. Evidentemente tive de usar a memória, pois senão não me lembraria que é ele. Tive também que usar a razão: tive de ponderar se é justo ou injusto meu ato. Mas dá para perceber qual é a função decisiva. Existe uma hierarquia funcional neste caso. Uma das funções assume a dianteira, como no "palco" de Szcondi. As demais funções ficaram na retaguarda. Na hora em que estou colocando o sujeito para fora, não estou pensando se devo colocá-lo ou não, pois já pensei nisto, a razão já fez o seu trabalho, assim como a memória. Quando estava pensando se devia ou não colocá-lo para fora, não estava recordando quem era o fulano, pois eu já tinha feito. A cada momento tem uma função (ou duas) que está na frente do palco. Isto expressa, primeiro, a motivação real dos atos. Se não sei qual é a função que está em ação, não posso saber quem é que em mim está agindo. A mesma situação poderia ter sido planejada, assim como a pessoa pode fingir que ficou brava com alguma coisa, porque isto lhe interessa, de caso pensado. Isto é um ato de vontade. A combinação de razão e vontade ocorreria num caso assim: penso em dar um exemplo para alguém; não estou bravo no momento com ele, embora já tivesse há dois anos. Resolvo fazer uma cena com o propósito de me livrar dele para que nunca mais apareça.

Se não sei que faculdades se destacaram num ato meu, pouco sei de mim. Se vejo um sujeito dando bronca no outro, o que está dando bronca? É o sentimento, a reatividade, a vontade, ou a razão? Pelo menos aí se percebem quatro motivos diferentes para alguém fazer a mesma coisa. Na hora em que você destacou qual é aquela que está funcionando no momento, ainda falta restabelecer a relação dela com as outras, ou seja, a hierarquia. Vamos supor: ofendi-me com algo que o sujeito me fez agora, e o expulso da sala de aula. Neste caso não entrou a memória, senão secundariamente; entrou o sentimento e a reatividade. Por outro lado, o sujeito faz alguma coisa que me desagrada, e eu vou pensar se o que fez é justo ou injusto. Entrou sentimento e reatividade. Se decido adiar, pensando em não agir na hora, mas no dia seguinte, entrou a vontade. É aí que saberemos se uma pessoa está agindo como um sentimental, um volitivo, um racional, e assim por diante. E depois de muitos atos, vendo-se o sujeito agir por bastante tempo, você verá qual é a faculdade predominante nele.

A criatividade é a função da razão. Da razão e do pensar, este último não se confundindo com a razão, pois trata-se de uma faculdade simbólica: ver uma coisa na outra. É a linguagem. Em si mesmo o pensamento, enquanto faculdade, nada tem a ver com a razão. Quando o pensamento se estrutura segundo um padrão de coerência cujo módulo é o silogismo, dizemos que é um raciocínio, que é um pensamento racional. Mas o pensar é simplesmente transitar de uma idéia a outra. A livre associação de idéias, como se faz na psicanálise (o terapeuta fala uma palavra e o paciente lembra outra) é pensar, mas não é pensar racional, porque os elos são puramente imaginativos, de memória e de sentimento. Mas é um pensamento. O sujeito que conta uma história, isto é pensamento. Mas ele está contando na ordem cronológica, que é a ordem da memória, que não é a ordem racional. Quando reordeno os dados da memória numa ordem, para que o

entendimento fique melhor, tornar-se um pensamento racional.

A conjectura é a faculdade que permite transformar um estímulo numa ação, sem ser por puro reflexo condicionado, pois o reflexo condicionado está abaixo das funções cognitivas. Ele está no mundo das sensações afetivas, é biológico. Mas uma ação que você pratica sempre expressa naquele momento a totalidade do seu ser. Se trata de uma ação imediatamente desencadeada por um estímulo externo, do ambiente, mas por si mesmo não seria suficiente para provocá-la, a isso se denomina reatividade. Às vezes a reatividade vai muito além do estímulo: um estímulo pequeno pode causar uma reação muito grande. Como na história do sujeito cujo carro teve o pneu furado na estrada, distante do borracheiro e, a caminho, foi imaginando como seria recebido. Imaginou gradativamente o pior e, ao dar com o borrracheiro, o xingou e o agrediu. A razão levou o sujeito a uma reação desproporcional.

A possibilidade da ação crítica sobre as faculdades se deve ao fato de que uma das faculdades serve justamente para isto. Nunca é possível sair fora do mundo das faculdades. Faculdades são facilidades ação, são disponibilidades: o sujeito está disponível para agir desta ou daquela maneira. Não trem sentido você se sobrepor às suas faculdades; as faculdades se esgotam aí. No homem dá para dizer que não existe nada além das dificuldades. Apenas o próprio homem. Ele inteiro está acima de qualquer de suas faculdades, obviamente.

Para determinar qual faculdade está atuando no indivíduo, é preciso ter conceitos, as distinções, imaginar, e por dedução teórica conceber os modos de expressão possíveis de cada uma delas. Constituir uma espécie de tipologia da ação humana. Depois conferir isto com a realidades, a começar por si mesmo. Por exemplo, este é um teste terrível, que devemos aplicar a nós mesmos: quase todos nós agimos primeiro, e pensamos depois. Usamos a razão como uma fábrica de justificativas. Não é a razão que produz o ato, mas uma vez dado o ato, como ele já foi cometido, invento uma justificação para apaziguar minha consciência moral ou apaziguar o vizinho. Este exercício recomendo a vocês. É curioso: as pessoas se justificam tão bem quando fazem as coisas, quer penso que tivesse pensado tudo isso antes de fazer o que fizeram, não o teriam feito. S toda essa capacidade raciocinante fosse usada, não para justificar, mas para planejar, tudo daria certo. Faça cada um este teste consigo mesmo. A razão procura a totalidade, a coerência que se busca a priori ou a posteriori? Ou seja, você decidiu fazer tal ou qual coisa em função da coerência com o objetivo dado de antemão, com o reconhecimento da sua própria história, ou, ao contrário, foi um ato qualquer, levado qualquer levado por um sentimento que você teve, e que depois procurou coerenciar? Veja assim: quando um sujeito está desenhando, um artista de verdade, imagina primeiro, e vê primeiro, e vê aquilo no papel como se já estivesse desenhado; depois traça as linhas. O artista principiante primeiro faz um traço qualquer, e depois procura coerenciá-lo emendando, reforçando, passando borracha. As pessoas ficam admiradas com certos pintores japoneses que fazem quadros de bichos, como cavalos, gatos, com três traços -- ou mesmo um. Parece que vemos o gato em movimento. Há quem pense que isso saiu da natureza, espontaneamente, o que não tem cabimento. O artista concebeu tão bem o gato, que sabia, na hora de executá-lo, exatamente o que era para fazer; e com a prática, ele vai fazendo isso cada vez mais rápido.

No homem não precisa haver nada superior a essas faculdades. "Faculdades superiores" seriam perfeitamente inúteis; seriam redundâncias. Tudo o que se pode conceber como faculdades nada mais é que variantes de algumas dessas faculdades, seja como partes, seja como combinações destas. Se consideramos a intuição, se ela é capaz de dar unidade, realidade, objetividade aos seres sensíveis, por que ela será capaz de fazer a mesma coisa com grupos de idéias? Por exemplo, o sujeito lê a Suma Teológica inteira, que é uma operação de raciocínio, e passo a passo vai reconstituindo os vários raciocínios: monta, hierarquiza seu conteúdo, de forma a entender sua razão. De repente, enxerga tudo aquilo junto. Este é um ato intuitivo, cujos materiais foram dados pelo raciocínio e pela razão. Neste caso, isto seria uma faculdade superior a combinação de intuição e razão. Combinado-se estas faculdades, chega-se à definição de Scot Erígena, que dizia "existe o conhecimento intuitivo, existe o conhecimento racional, e existe o conhecimento intuitivo do racional, onde o racional fornece a matéria e o intuitivo a forma". Isto é o que há de mais superior, não podendo o homem ir além. O conhecimento intuitivo do racional ocorre quando enxerga alguma coisa que em circunstâncias normais demandaria longo raciocínio. É o que se chama contemplação, ou intuição intelectual.

Existe intuição de coisas sensíveis, intuição de coisas psíquicas e intuição intelectuais. Não se trata de

funções diferentes, mas da mesma função operando sobre objetos diferentes. Como dia o ditado chinês, "é um grande pecado multiplicar inutilmente seres", inventar novas espécies, além das que já existem. Quando se começa a inventar faculdades superiores desnecessárias, então é necessário ter para diversificar as funções, de forma que a cada objeto novo de intuição correspondesse um nome: intuição dos seres artificiais, intuição dos seres naturais, dos seres humanos, das obras artísticas, etc. Mas são tipos diferentes de intuição, porém objetos diferentes captados pela mesma função.

O desenvolvimento do homem vai numa certa linha evolutiva normal até o ponto da vontade. Quando entra a razão, tudo muda. Este é o grande tema que vamos estudar durante alguns meses.

A vontade é uma espécie de auto-expressão total. Porém, para que um ato seja plenamente um ato de vontade, não basta que ele seja uma auto-expressão. Não é qualquer arbitrariedade que é um ato de vontade, mas sim um ato que expresse a totalidade da situação real que está sendo vivida. O ato de vontade é magicamente adequado ao seu momento e lugar. E por isso mesmo entendemos que é a primeira faculdade que depende não só das antecedentes como das seguinte: a vontade depende da razão. A razão é que é o senso da totalidade, é que vai cruzar o encadeamento de causas no tempo, das causas passadas com os meus objetivos futuros, e costurar tudo numa única visão. É a razão que vai traçar o script conectando o drama que estou vivendo com as cenas já passadas, e com as seguintes, aonde ou espero chegar, dentro da totalidade do que se desenrola a minha volta com os outros seres humanos, tal como os vejo. Como a razão constrói esta visão total? Fazendo de tempos em tempos uma somatória da experiência toda, que ela reduza à sua quintessência, expressa sob a forma de leis e regularidades, que é fruto do agrupamento de todos os fenômenos semelhantes e sua redução a um conceito único. E ao mesmo tempo monta o quadro onde esse conceitos se articulam uns com os outros. Para fazer isso a razão detém a experiência atuais, e leva em conta somente a experiência passada. Ela fecha a experiência dentro de uma esquema lógico, porém pode ainda faltar muita experiência por viver. E nós podemos facilmente entender que quando mais pobre a experiência, mais pobre será o esquema racional resultante. Ademais não é somente a pobreza que pode limitar o esquema racional. Às vezes a ênfase expressiva de certos tópicos, como por exemplo experiências intensas que o sujeito teve, podem fazer com que, em sua imagem do mundo, o sujeito enfatiza indevidamente certos tópicos. Se um gato o arranhou quando tinha dois anos, conclui que todos os gatos são perigosos, e coloca isso dentro de seu esquema, um esquema deformado. A razão funciona como uma geladeira, como o frio; também às vezes como um forno, forno que condensa o barro, endurece, conserva, assim como a geladeira endurece a água. A qualidade do produto não depende do forno (ou geladeira) e sim dos materiais lá colocados. Não cabe à razão selecionar os materiais com os quais lida, pois já são dados de antemão pela intuição, conservados pela memória, trabalhados pela linguagem e assim por diante. Qualquer que tenha sido a sua experiência, é dela que a razão tira o seu material, e cria o seu esquema ou sistema. Esse sistema de conclusões se erige em crenças, atitudes, regras, leis, convicções, do qual quase tudo pode ser mentira. Portanto entra aí uma segunda operação da razão: corrigir-se de acordo com as novas experiências e reconstitui um novo sistema, esperando que ele seja mais adequado que o anterior.

O homem, a partir da razão, faz isso por questão, em primeiro lugar, de economia, para ter de repetir eternamente as mesmas experiências, e ao mesmo tempo progredir. Se de tempos em tempos não fizesse uma somatória das experiências e não tivesse dela leis que lhe permitissem esquivar-se de certas experiências, estaria sempre se repetindo. A razão é, portanto, inevitável. Em segundo lugar, sem ela não progredimos. Em terceiro lugar, ela geralmente funciona mal. Porque quando ela começa a funcionar, começa a fazê- lo com um material deficiente. É o que se dá com as primeiras convicções que solidificamos, e que se baseiam em experiências infantis. Ora, da infância para a adolescência e da adolescência para a idade madura, passamos por transformações fisiológicas que farão com que certas experiências não voltem mais, e portanto a generalização baseada nas experiências anteriores não servirão jamais para as seguintes, porque o sujeito mudou. O sujeito que viveu aquelas experiências e que generalizou aquelas convicções já não é mais o mesmo que está atuando. Nós nos transformamos orgânica e socialmente, mudamos de casa, de amigos, de profissão, e é muito difícil para a razão dar conta desta massa permanente mudança. É o que faz com que a razão, depois de certo tempo, limite seu âmbito de atuação. Mas para limitar é preciso que ela já tenha feito algumas tentativas erradas. É no curso dessas tentativas que a inteligência pode se deformar completamente (inteligência no sentido amplo: intuição

mais razão, ou capacidade cognitiva).

No curso da elaboração desse quadro de leis e normas, errramos muitas vezes, quase sempre. Este é um empreendimento quase utópico, porque a elaboração do quadro total da experiência do indivíduo não é alcançável por esse indivíduo sozinho, mas somente com o parte de toda a civilização. Um indivíduo, para compreender a si mesmo, precisa praticamente da ajuda de todos os que já viveram antes dele. Nós mesmos, tentando descrever a nós mesmos, estamos pedindo socorro a Freud, Szondi, para a astrologia, etc. Se eu mesmo, por minha própria experiência, tivesse que elaborar todas essas coisas, levaria milênios, como a humanidade levou. A experiência de um único indivíduo é tão complexa que ela necessita da ajuda e do esforço racional de todos os outros seres humanos para ser compreendida e abarcada; em suma, precisa da cultura. Mas a razão começa a funcionar antes que o indivíduo tenha cultura, ou tenha uma cultura aprecível. As outras funções, em certa medida, vão mais ou menos bem sem a cultura, baseadas apenas na experiência individual. Mas quando chegamos na vontade e na razão, aí precisamos compreender que não estamos sozinhos, e não podemos estar. Precisamos da ajuda da cultura, e esta ajuda nem sempre vem. A razão do indivíduo não pode funcionar perfeitamente sem a cultura. Isto não quer dizer que o indivíduo não tenha aptidão para o desenvolvimento desta função. Houve um tempo em que os povos primitivos pensavam muito diferente de nós, isto é, não tinha o uso da razão, e pensavam tudo pela imaginação, por uma espécie de "participação mística" -- teoria do antropólogo Levi Bruhl. Este antropólogo tinha 70 anos quando escreveu o livro que o celebrizou, onde dizia que sua própria teoria, que havia exposto aos 30 anos, estava errada. Se uma sumidade como Levi Bruhl pôde fazer isto, por que não o fazem os astrólogos, diante dos enganos mais patentes?

O primitivo não pensa diferentemente de nós. Pensa exatamente da mesma forma; apenas o material é diferente. A racionalidade é a mesma de qualquer um de nós, só que não o aporte cultural de uma razão desenvolvida pela sociedade humana. Não têm o hábito social do uso da razão. O que transmite, numa sociedade primitiva, de uma geração para outra, é um conjunto tradicional de símbolos, mitos e ritos, e não o conjunto de conhecimentos adquiridos pela razão. Por isso mesmo é que é uma sociedade que não muda, uma sociedade não histórica. A história começa na hora onde as conclusões da razão de uma geração são conservadoras pela seguinte. A história se faz fechando portas, queimando navios para não haver volta atrás.

AULA 22

As faculdades cognitivas não são entidades distintas, mas funções, ou ações diferentes, ou melhor ainda, possibilidades de ação. O mesmo ser tem possibilidades de vários tipos de ação. Sendo tipos que distinguem dentro do mesmo todo, dentro do mesmo organismo, dentro do mesmo sujeito, não pode haver evidentemente uma distinção substancial absoluta, real-real. Existe apenas uma distinção real-mental, que é uma distinção funcional. Por isto mesmo que as tentativas de descrevê-las isoladamente nunca poderão dar certo. Elas se distinguem por oposições e parentescos; oposições, contiguidades, anterioridades, posterioridades, precedência hierárquica -- mas sempre umas posicionadas em relação às outras.

Vimos que a intuição é a função que opera em cima dos dados da sensação, mas também pode operar em cima dos dados já depositados na memória, e ainda operar em cima dos dados da própria razão. A estes dados ela confere a unidade de um ser singular ou, mais teoricamente falando, a unidade, a unidade de uma substância: a intuição substancializa tudo aquilo que ela capta. Ela capta entes ou situações, conferindo-lhes uma unidade que os singulariza. Podemos captar qualquer coisa como unidade ou como substância, embora não sejam propriamente substâncias. Por exemplo, podemos ter uma intuição da atmosfera deste momento. É fácil ver que a atmosfera do momento não é propriamente uma substância. É uma configuração causada mais ou menos acidentalmente pela junção de vários seres numa atividade, num lugar; não é uma substância. No entanto, se consigo captar este ser chamado "atmosfera deste instante", se o capto intuitivamente, capto como substância; ele adquire para mim uma individualidade, uma realidade que é própria dele. Neste sentido, não existe propriamente intuições falsas, mas pode haver uma falsa avaliação ou uma falsa conceituação dos dados intuídos. Se a intuição capta tudo como substância, podemos depois acreditar erroneamente, ao raciocinar sobre o intuído, que são substâncias mesmo. Aí que tomamos uma distinção real-mental como se fosse real-real. Seja a atmosfera de um momento, a qualidade

de uma paisagem, o espírito de uma época, isto é, coisas complexas e pouco etéricas, a intuição de certo modo as substancializa ao que não tem. Porém, como o conceito de substância, de acidente, etc., não são conceitos da intuição, mas da razão, não é a intuição que está errando. Ela está vendo esses entes, esses dados, como se fossem substâncias, mas não está afirmando taxativamente que são. Porque a função da intuição não é afirmar nada nem negar nada -- quem afirma ou nega é a razão.

Tudo pode ser encarado como substância, até mesmo as funções. As faculdades mesmas, posso encarar como substâncias, sabendo que não são. Mas no momento onde intuitivamente capto que existe algo que se chama razão, que se chama intuição, estou conferindo individualidade a essas funções. Portanto, as estou captando como se fossem substância. Mas se logicamente, ao raciocinar, afirmo uma tese explícita de que são substância, aí estou equivocado.

A função da intuição é esta: captar os dados sob a forma de substâncias; em suma, captar as substâncias individuais. Substâncias são existências, qualquer que seja a forma de existência. Aquilo que não existe de maneira alguma, nem imaginativamente, não pode ser intuído.

Por outro lado, a função diametralmente oposta é a razão, que depois, medindo, comparando, julgando, hierarquizando essas várias substâncias individuais captadas e tentando restabelecer os elos entre elas, as colocará então ordenadamente dentro de uma visão que pretende ser um todo. Do mesmo modo que o foco da intuição chama-se substância individual, a organização total do real é o foco da razão. Organização total no sentido de que internamente também estão feitas todas as distinções e todas as relações, não faltando nenhuma. Este todo é todo porque todas as relações estão nele abrangidas. A razão procura permanentemente esta imagem total, como quer que ela a traduza. Não importa se essa tradução é feita através se uma interpretação lógica -- um sistema fisiológico, por exemplo, que em princípio é uma totalidade que pretende explicar todo um continente de conhecimentos. Esse todo se organiza internamente segundo uma cadeia lógica, com começo, meio e fim, que vai dos princípios para as consequências. Porém isso é só uma maneira da razão trabalhar. Ela pode organizar esse todo de uma maneira analógica ou simbólica, que também é atividade. Quando compomos uma totalidade mitológica, ou poética, é também a razão que está organizando o todo.

Para a intuição não existe nem parte nem todo, apenas singularidade. Singularidade é, evidentemente, um todo por si mesmo, não lhe interessando em que grau esse todo é todo. A razão quer saber se este todo captado por ela é um todo ou uma parte; se parte, parte do quê; qual o todo no qual está inserido, qual o papel desempenhado por esta parte no todo; quais são as demais partes; qual o grau de realidade que isso tem, se trata de substância, de acidente, de propriedade, se trata de uma coisa real ou irreal. A intuição não interessa saber se o o que ela captou é real ou irreal. Se capto Pedro ou um dragão, para a intuição é a mesma coisa. A intuição capta essas substâncias enquanto tais. Ela capta essências. Anteriormente refiro-me a existências, porque alguma existência tem que ter, senão se daria a conhecer à intuição. Porém, o que a intuição capta realmente são essências, que é algo que é independentemente de existir ou não. Dragão é dragão, existia ou não.

A existência de algo não é independente da sua essência. Para sabermos se algo existe ou não, precisamos conhecer sua essência, pois se não sei qual é a essência do ente, como poderei saber se ele existe ou não. O totalmente desconhecido, o indefinido, o que é para mim enigma, não posso saber se existe ou não. O conhecimento da essência precede, neste sentido, o da existência, embora do ponto de vista prático, primeiro conhecemos a existência, e depois a essência.

Substância quer dizer um ser separado que tem alguma subsistência, não interessando o grau dessa subsistência. Por exemplo, os seres individuais existem. Pedro existe, mas não no mesmo sentido em que existe um rádio. A existência do rádio é mais condicional do que a existência de Pedro. Pedro existe por obra da natureza; o rádio existe se o ser humano o fizer. Portanto não tem o mesmo grau de existência, mas são substâncias porque são alguma coisa. Dizer que alguma coisa é substância é dizer que ela é efetivamente alguma coisa. Se perguntamos o que ela é, a resposta a essa pergunta será a sua essência, embora possa haver essência sem existência. Por exemplo, Branca de Neve não existe, mas é alguma coisa. tanto que não a confundimos com jacaré, caixa de fósforos, etc. Tudo que pode ser mencionado tem alguma forma de existência, mesmo que apenas existência intencional, existência pensada. Quando conto a história de Branca de Neve estou contando como se existisse, estou pensando-a como existente. Se ela

fosse uma impossibilidade absoluta eu não poderia pensá-la como existente, como por exemplo, o quadrado redondo, impossível de ser sequer imaginado como existente, somente como inexistente. A forma de existência do quadrado redondo é a forma de uma intencionalidade negativa. O quadrado redondo existe sob a forma mais tênue que se pode conceber de existência: ele só existe na minha intenção de negar sua existência. A Branca de Neve é muito mais densa, substantiva, que o quadrado redondo: ela não contém contradição. Ela poderia ter sido, daí que ela é uma possibilidade, e o quadrado redondo uma impossibilidade.

A questão de parte-todo não pode ser resolvido intuitivamente, pois para se saber se uma coisa é parte ou todo, depende de que se capte relações. relações não são substâncias. Relações só podem ser captadas logicamente; elas existem apenas como entes lógicos. A forma da existência da relação não é nem a da Branca de Neve nem a do quadrado redondo, nem a desse copo, nem a de qualquer animal. A relação existe de algum modo, no confronto e na contiguidade dos seres -- é algo que acontece entre os seres. Portanto é algo que acontece, e não propriamente algo que há. Existe sob a forma do acontecer. Ela existe como acontece, por exemplo, uma briga entre duas pessoas não existe por si; não existe uma briga entre ninguém e pessoa alguma, pois não há acidente sem sujeito.

Com relação é um acontecer, ela não pode ser captada como substância independentemente dos sujeitos a quem acontece. A intuição capta os seres, e a relação, para ser captada pela intuição, tem que ser substancializada. Na hora em que a substancializo, vejo-a como uma individualidade. Por exemplo, esta briga é diferente daquela, pois foi de pontapé e aquela foi de soco.

Existe intuição onde existe a instantaneidade, onde não há trânsito de uma idéia a outra. Portanto o pensar, propriamente, não existe, mas apenas os elementos com os quais pensamos, os elementos separados, distinguidos, que podem ser simples ou complexos. Se tenho uma intuição da sociedade brasileira, este é um todo altamente complexo. Quanto mais complexa é uma coisa, mais difícil conhece-la intuitivamente. Seria mais fácil conhecê-la pela razão, parte por parte, remontando as partes no todo. Mas não é possível conhecer intuitivamente um todo complexo, o que frequentemente nos acontece. O problema da intuição é que, sendo instantânea, ela se grava na memória de maneira mais ou menos deficiente: temos a percepção do todo, mas no momento seguinte o esquecemos. Para lembra-lo, temos que raciocinar, pensar , remontar as partes. com a ajuda da razão, recompomos uma intuição que havia sido fugaz. Todas as intuições são fugazes, por definição. Porém, quando são claras, se gravam facilmente na memória. Quando se trata de uma totalidade muito complexa, que tem muitos elementos que escapam por contornos vagos, é mais difícil a retenção na memória, sendo então necessário todo um trabalho da memória e da razão para sua composição.

O trabalho de recordar não é o mesmo que o de pensar. Recordar é esforço de reviver internamente uma intuição que foi dada externamente. Ou reviver a imagem do objeto na sua ausência. É um repetir (re-petir, pedir de novo). Porém, se não conseguirmos repetir o todo, temos que pensar em partes. É quando entra o pensamento, o raciocínio que vai colocar uma coisa no lugar da outra, e a razão, que vai então compor as partes no todo. Por exemplo, queremos recordar o rosto de uma pessoa, e a memória só nos fornece uma imagem vaga. Daí nos lembramos como era a cor dos olhos, o tipo de nariz, e vamos prosseguindo a composição. Este é um trabalho de razão, não apenas de memória. Essa é uma utilização racional da memória.

Todas as funções são auxiliares de todas as outras, como se fossem papéis numa peça. Se considerarmos Otelo e Desdêmona: ninguém confunde em com outro. São de fato seres diferentes, embora sejam absolutamente inconcebíveis um sem o outro. Porque se Otelo não tivesse Desdêmona, ele não teria a quem matar, de quem sentir ciúme. A peça seria impossível. Se Desdêmona não fosse mulher dele, ele não teria a quem matar, de quem sentir ciúme. A peça seria impossível. Todos os atos do personagem Otelo dependem de algum comportamento de Desdêmona e vice-versa, e são inconcebíveis separadamente. Assim se dá com as nossas funções cognitivas. São papéis diversos, com apenas um ator, que somos nós mesmos, que desempenhamos ao mesmo tempo. Sé que quando um deles ocupa o centro da cena, os demais estão fazendo o coro.

Mesmo estando compreendidos os conceitos de intuição e razão, isto não quer dizer que sejamos já capazes de surpreender essas funções em plena atividade. Temos que começar a exercitar distinguindo-as,

primeiramente, em nós mesmos, e saber a cada momento se o conhecimento veio da intuição -- se simplesmente recebemos o objeto como uma máquina fotográfica registra um objeto que lhe está na frente ou, ao contrário, se o construímos laboriosamente montando suas partes. Também precisamos saber se nós captamos a sua individualidade imediatamente, ou se foi por progressiva distinção entre ele e seus circunstantes. São dois processos, como figura-e-fundo, e fundo-e-figura. A intuição ressalta uma individualidade, de maneira que aos poucos a figura vá se ressaltando. Isto nos mostra que, no fundo, essas duas funções são a mesma. O papel da razão e da intuição é nos dar a conhecer as substâncias, ora como partes, ora como todos. Só compreendemos razão e intuição funcionando juntas. De forma que não tem cabimento falar que o conhecimento intuitivo é superior ao racional. Seria como afirmar que a respiração é superior à circulação do sangue. Um é inconcebível sem o outro, e não são nomes de substâncias, mas nomes de ações diferentes. Quer dizer que são completamentares seria impróprio, pois para algo ser complementar a outro algo, um tem que existir sem o outro. Assim, por exemplo, podemos dizer que o homem completa o cavalo no instante em que monta, e que o cavalo se completa no instante em que se torna montaria. Pode existir cavalo que nunca foi montado, e pessoas que nunca montaram a cavalo. O termo complementar se aplica àquilo que tem substancialidade. Razão e intuição não são, portanto, propriamente complementares -- são muito mais do que isso, são coexistentes, são consistentes, são funções coextensivas, como duas faces da mesma moeda.

Podemos imaginar que um recém-nascido possa ter uma intuição sem razão, mas mesmo isto seria falso, pois podemos ver a razão dele não está operando propriamente ainda, mas já está lá. Ele já e racional de pleno direito. Se não fosse sua intuição seria diferente.

Quem tem intuição é um ser humano; este, por sua vez, é racional, ou seja, a razão está nele. Se não tivesse razão, não seria um homem, e portanto não teria intuição humana. A separação que fazemos de um ato intuitivo, de um lado, e to racional, de outro, é uma separação funcional, e, por assim dizer, quantitativa. Queremos saber qual o personagem que foi para frente e qual ficou no fundo, qual está falando, Otelo ou Desdêmona.

Se eu capto um ser como substancia, como unidade, é porque eu sou um. Estou fazendo uma operação racional entre eu e a coisa. A razão está então virtualizada, está colocada no fundo. Mas desde esse fundo, ela dá a forma daquilo que o homem capta. As direções do espaço são análogas a este mesmo tipo de distinção funcional: sei se estou indo para cima ou para baixo, para uma ou outra direção. As direções do espaço são distintas entre si, mas não são separadas: uma se define pela outra. Não são sequer concebíveis como coisas separadas; não são entes, apenas entes são concebíveis ou existentes separadamente.

Os entes reais do mundo físico, estes sim, podem ser concebidos separadamente, porque de fato existem separadamente. Por exemplo, o homem e o camelo: existem separadamente, e um cão é condição de existência do outro. O contrário disso seria a negação da existência do acidente, de coisas que poderiam não ser. Nega também qualquer gratuidade cósmica. Tal pressuposto é um pressuposto determinístico, que supõe que tudo obedece a uma férrea necessidade, e que tudo tem uma função absolutamente indispensável dentro do todo. Se todas as coisas fossem absolutamente indispensáveis dentro do todo, não poderia haver nenhuma hierarquia entre elas: a formiga seria tão indispensável quanto Napoleão Bonaparte. Mesmo que bonito poeticamente, realmente não é assim: se mato uma formiga, nem sua mãe é alterada por isso, se mato Napoleão, mudo a história do mundo. O que significa que Napoleão é mais importante que a formiga, porque ele afeta um numero maior de seres. Dizer que aquilo que afeta um monte de seres, e o que não afeta nenhum são igualmente indispensáveis é um absurdo. Tais opiniões, como a da interdependência de todos os seres (o que implica uma atribuição do mesmo critério de distinção funcional aos seres ou entes reais) decorrem de uma das três ideologias modernas: do romantismo ecológico, um pouco calcado nas idéias dos tradicionais, da qual o holismo é uma expressão; do socialismo, que se debilitou, e da democracia capitalista tecnológica e industrial. Há portanto os que têm uma mentalidade anterior ao capitalismo, os que têm uma mentalidade do capitalismo, e os que querem algo pos-capitalismo. Olhando porém todas essas coisas com olhos sãos, é possível ver que cada uma delas traz benefícios e malefícios para o homem. O julgamento de cada uma dessa coisas em bloco leva a erros, pois seria o mesmo que considerar que palavras são coisas. Tais definições são conceitos universais (como o comunismo), e não coisas que existam historicamente.

Do que foi dito, podemos ver claramente o que é uma distinção funcional, e o que não é. Com relação às

faculdades, que se distinguem funcionalmente, precisaremos de um longo exercício para saber distinguir qual delas está em operação em nós, em dado momento. De todas as faculdades, a mais difícil de se captar em funcionamento é a intuição propriamente dita. A intuição simplesmente não se deixa captar, pois na hora em que vamos captá-la, temos imediatamente outra intuição, que é a recordação da primeira. Logicamente é fácil a distinção entre intuição e razão; na prática, não.

Consideramos uma outra diferença gritante, que é a que existe entre a razão e o sentimento: o sentimento é uma valoração que faço num determinado momento e lugar em face de algum estímulo interno ou externo, valoração que só vale em princípio para aquele momento -- ou seja, uma coisa que me desagrada agora talvez não me desagrade daqui a quinze minutos, e uma que me agrade agora não tenho nenhum compromisso de continuar gostando dela daqui a quinze minutos. No entanto o sentimento tem uma característica que é avassaladora: por ser momentâneo, ele ocupa toda a área da consciência durante o momento em que acontece, e se tende a confundir a intensidade da valoração com firmeza e constância da adesão a esses valores. na hora onde algo lhe atemoriza muito, você pode ser tentado a acreditar que aquela coisa é efetivamente temível, sempre e em todas as circunstâncias. Foi uma confusão da intensidade com a duração. O sentimento mais intenso nada prova quanto ao objeto que o provocou. Porque o sentimento é meu, e é como uma afinação entre o som e tímpano que vibra em resposta a este som. Se bato num gongo, qual o volume do som que vou obter? Isto dependerá da força da pancada, da espessura de diâmetro do gongo, de se tem alguma coisa encostada nele ou não, etc. É a somatória de tudo isso que vai dar a quantidade, o valor do som obtido. O sentimento é a mesma coisa, é uma coisa concreta que acontece efetivamente a um ser real, num espaço real, numa situação real, num momento real para que ele aconteça é necessária a somatória de todos os elementos que compõem a situação.

O sentimento não pode acontecer abstratamente. Pode ser concreto, por variar conforme o espaço, o tempo, etc., entendemos que ele é infinitamente variável, dependendo da infinidade de situações onde podemos nos meter a cada momento, e também da infinidade de estados internos em possamos estar a cada momento. Ele opera segundo a proporcionalidade também. Sua diferença em relação à razão é que o sentimento expressa uma proporção entre o estado de um ser e a intensidade do estímulo que chega até ele. Porém, esta proporção é a que acontece naquele momento e naquele lugar determinado, ao passo que a razão busca permanente entre as relações que ocorrem entre todos os seres; ela busca a fórmula proporcional definitiva. Por isso mesmo que se chama razão, a razão de todas as proporções.

Todas as funções podem confluir e se misturar em sua operação, porque geralmente elas incidem sobre o mesmo real, e porque no mesmo sujeito. Elas se distinguem enquanto operações diferentes. Se perante um estímulo eu me limite a ser alterado por este estímulo, a ser afetado, chamo a isto sentimento; se este estímulo me instiga imediatamente a uma ação desejada, não puramente reflexa, chamo a isso estimativa ou conjetura.

Devemos estudar as faculdades em todos os pares que elas possam formar: intuição-conjectura, intuição-memória, razão-memória, razão-sentimento, razão-intuição, etc. Somente assim as distinções entre elas ficarão perfeitamente claras.

Fazendo um paralelo entre o sentimento e a conjectura, vemos que ambos têm por finalidade neutralizar uma alteração. Quando acontece algo no mundo exterior, uma alteração da energia ambiente, meu sentimento muda proporcionalmente a este estímulo. Onde você estabelece uma proporção, é como se tivesse feito dar zero: houve um estímulo e uma mudança no sujeito na mesma medida; o sujeito respondeu ao estímulo fazendo em si mesmo uma alteração similar, de maneira que à alteração externa correspondesse uma alteração interna, o que significa a neutralização do estímulo externo pela alteração de si próprio. O estímulo é neutralizado se deixando ser alterado por ele. Na medida em que ele alterou o sujeito, já exerceu seu efeito, portanto acabou. A função da estimativa, conjectura ou relatividade (termo que prefiro) faz exatamente o contrário: ela neutraliza o estímulo mediante uma reação -- algo age sobre você, e ao invés de você apenas padecer a ação proporcional à intensidade dela, você reage, pratica uma outra ação que neutraliza a primeira. Portanto, entendemos que tanto o sentimento quanto a reatividade tem algo a ver com o bem estar, com a homeostase, com o estado de equilíbrio interno do indivíduo.

Podemos estabelecer uma relação entre faculdades e as distribuições feitas por Le Senne. Só que Le Senne se preocupa somente com reações globais que afetam o ser inteiro. Por exemplo, se o indivíduo é emotivo,

é ele que é emotivo, não suas emoções. Le Senne não está dividindo o será humano em partes, como nós estamos fazendo. Estamos dividindo o ser humano em várias operações, ao passo que ele esta querendo obter uma somatória do comportamento do indivíduo inteiro. Para que o indivíduo seja emotivo, por exemplo, é necessário a conjunção de várias faculdades: é fácil ver que entrará um componente de memória, de sentimento e reatividade. Esta composição interna não é preocupação de Le Senne. Ele busca medir o quanto deu o no fim. Nosso interesse não é no aspecto quantitativo da resultante, mas na distinção das forças causais componentes: de que se compõe tal ou qual ação? Se compõe de tanto de memória, de tanto de sentimento, de tanto de vontade, etc. É observando isso que podemos chegar a ver que atos voluntários são extremamente raros, os atos de vontade são mais raros que os atos da razão, embora seja difícil conceber a vontade operando sem a razão. A razão se limita a recomendar uma ação, a ver que tal ou qual ação seria mais conveniente dentro desse ou daquele quadro. Ela encaixa aquela ação planejada dentro de um todo, que é como ela concebe a situação. Porém não é ela que decide. Raras vezes as pessoas procuram de fato encaixar as suas ações dentro de uma constelação racional. A decisão racional é rara, mas passar da decisão racional ao ato de vontade -- decisão plena, que se compromete com a coisa toda --, é mais raro ainda.

A utilidade disto é que quaisquer padecimentos humanos só podem ser resolvidos por duas maneiras: ou pelo acaso, ou por atos de vontade. Portanto, se algo na sua vida lhe desagrada, ou você espera que o acaso resolva, ou você vai ter praticar um ato de vontade fundado na razão. Esta é a única esperança do ser humano, pois sentir, ele sente o que pode; intuir, intui o que está na frente; na memória, registra o que acontece; a reatividade age sem pensar. De forma que a única esperança do sujeito, em qualquer pedagogia, psicoterapia, em qualquer decisão de melhorar, reside apenas na vontade e na razão. O resto nada pode fazer por ele, embora ele precise das demais funções.

Mais ainda: se digo que os atos de vontade são raros, mais ainda os atos completos e harmonicos de vontade, em que todas as faculdades concordam e colaboram docilmente para aquilo que você decidiu. Quando, tomada a decisão, a imaginação vem em socorro, nos dando todas as idéias brilhantes de que precisamos, sem haver esquecimento de nada, o sentimento aplaude, deixando-o motivado e contente, o pensamento pensa direito, não errando nenhum silogismo ... Se conseguíssemos esse tipo de harmonia, seríamos homens de grande poder, de grande gênio, de grande inventividade, e seríamos felizes.

Estudando a vida de grandes homens que, além de conseguir fazer grandes coisas, conseguiram ser felizes, vemos que o único segredo era esse: o sujeito era como um maestro, indicando as intenções da partitura, e todas as funções indo atrás. São poucos os exemplos de homens felizes neste sentido. Goethe é um exemplo clássico disto. Mas mesmo Goethe não fez isso sozinho: nasceu numa boa família, num país antigo e culto, teve uma boa educação, teve boas oportunidades na vida e teve, além de tudo isso, o gênio de saber aproveitá-las. A fortuna, a sorte, é um elemento fundamental, embora não suficiente. Kant já é um exemplo de alguém com vida difícil, mais feliz: nasceu sem saúde, teve que trabalhar desde cedo, nunca ganhou dinheiro suficiente, e ainda tinha que sustentar toda a família sozinho, e ainda reclamavam dele. No entanto nunca se soube que ele tenha se queixado da vida: estava sempre rindo, e achando tudo muito engraçado. Se feliz com sorte é mais fácil, porém, sem ela, também é possível, embora evidentemente não decorra neste caso uma vida tão brilhante; tem um encanto, porém sóbrio. Em resumo, o segredo da vida dos homens felizes; ou para uma vida feliz, é uma docilidade das faculdades à vontade, não somente à razão. A razão é uma coisa impessoal, coletiva, e não basta o sujeito ser feliz. Há muitos sujeitos que, justamente por serem racionais, acabaram por concluir que o melhor a fazer era suicidar-se. A vontade é uma faculdade criativa, definida por Kant como "a faculdade que cria o objeto do seu conhecimento". Ela estabelece que algo que não existia vai passar a existir.

O homem pode criar pouca coisa, e mesmo assim dentro de severos limites, e o que pode criar são seus próprios atos. mas se nem o pouco de liberdade que tem ele chega a exercer, deixando que as circunstâncias decidam, que o passado decida, o sentimento decida, o organismo decida, a memória decida, então que passou pela vida e não viveu, não arriscou dar um passo. Viveu como um pato, que a água, correndo, leva junto. Às vezes dá certo: um sujeito passivo, sem criatividade, que se deixa arrastar, às vezes é feliz também, se as circunstâncias ajudam. Porém, isto é como uma loteria. A única chance que efetivamente o sujeito tem é o ato criativo da vontade : fazer algo para o que você não recebeu as condições, algo que você vai se dar. É o ato de negar o determinismo, não em teoria apenas, mas na vida.

Tudo pensando para fazer tal ou qual coisa, decidir que, não sendo isso que eu quero, não vou fazer isso. Um exemplo adequado disso é a mudança de vida que Szondi se impôs: tudo convergia para ele casar-se, e repetir o destino do irmão. Não sabia se o destino que teria fora daquele para o que tudo convergia seria melhor, mas tomou uma decisão, deu o passo sozinho.

Na verdade repousa o limite entre o que em nós é individual e o que é coletivo. A razão é coletiva: é uma só e mesma para todos. O nosso organismo psicofísico é estritamente individual, e não há outro igual. Não há ponte entre a duas coisas, senão isso que se chama vontade, liberdade. O segredo da liberdade é ao mesmo tempo o segredo da felicidade.

Não se pode confundir o que é busca da felicidade com o que é alívio de distúrbios. Para aliviar distúrbios, podemos dizer a uma pessoa que ela se conforme, que deixe tudo como está, que não pense mais nisso e se deixe levar. É algo legítimo. Mas isso não é busca da felicidade, e sim solução de uma situação concreta em particular.

O ato de vontade pressupõe uma avaliação suficiente das circunstâncias em torno, o que implica uma razão bem desenvolvida. Não se pode confundir ato de vontade com desejo. Saber o que se deseja, qualquer um sabe, até uma criança. O desejo é sempre explicado por experiências anteriores, às vezes até por reflexo condicionado. O ato de vontade, não. O desejo tem uma certa necessidade que impele o sujeito a fazer aquilo. Se não o cumpre, o sujeito se sente mal. O ato de vontade, por sua vez, é com frequência extremamente incomôdo. O desejo é algo que empurra, sendo difícil negá-lo. Ele pode ser impedido, reprimido por um outro sentimento. Por exemplo, o sujeito tem um desejo, mas tem também um temor: deseja a mulher do vizinho, mas teme o que o vizinho possa fazer a esse respeito. Há um sentimento que luta contra outro sentimento, a vontade nada tendo a ver com isso. A razão, consultada, surgirá que se pense em outra coisa, pois a razão, quando é razão mesmo, se recusa a trabalhar problemas onde nenhuma solução é possível. No máximo a razão esclarecerá as consequências do ato: se fizer isso, as consequências serão aquelas, e fim. A vontade entra quando o sujeito decide sair desse círculo, o colocado pelo sentimento, e o colocado pela razão. Interromper o debate que se trava no sujeito e que o imobiliza, é papel da vontade.

O ato de vontade é plenamente conseqüente, responsável, pois ele sabe no que vai dar, e decide viver aquilo plenamente. Portanto, se ocorrer de alguém se interromper entre ele o seu objetivo portanto uma arma, o sujeito achará aquilo perfeitamente normal, e já terá de antemão um esquema do que fazer nestas circunstâncias. Porém um ato de vontade deste tipo é algo muito raro. E é preciso lembrar que o que a razão recusa pensar, a vontade ignora.

A razão busca o sentido de coerência. Além da coerência lógica, estética, existe também a coerência biográfica, a coerência do plano de vida: de onde vem, onde está e onde quer chegar. Seja a mulher ou os bens do vizinho, ou coisas do tipo, não fazem parte de um plano de vida de alguém, são apenas distrações. A razão não se ocupa de distrações. A distração é um assunto alheio à meta do indivíduo. Não é uma coisa séria para ser pensada.

Para o sentimento, distrações podem ser coisas sérias: o sujeito pode estar profundamente apaixonado pela mulher do vizinho num dado momento, pode estar absolutamente cobiçoso de seus bens, sem nada poder fazer contra tais sentimentos. E isto configura que o sujeito está com um problema. "Apaixonado" significa "estar sob um padecimento". Significa estar padecendo de um sentimento que até prefereria não ter. Portanto já desistiu de ter nas mãos as rédeas do seu destino, e diz "seja lá o que quer dizer". O sentimento, o desejo em geral, nos tiram o domínio do nosso destino, e nos entregam à mercê das circunstâncias, as quais podem ser favoráveis ou desfavoráveis. Portanto os que governam seu destino pelo sentimento estão sempre com sensação de impotência, à mercê dos acontecimentos. São felizes quando as circunstâncias permitem, e infelizes quando as circunstâncias são diversas.

Por outro lado, nenhum homem tem o governo total do seu destino, nem pode ter. Porque o homem não é o racional ouro, mas o animal racional. Animal que dizer que possui anima, alma: ele sente, ele quer, ele deseja a felicidade. Tem coisas que para ele simbolizam a felicidade num certo momento, ele dificilmente vai renunciar a tais coisas. Portanto, sempre que for presa do sentimento, terá que reconhecer a sua fraqueza, a sua impotência, a sua impossibilidade de governar o seu destino, até que um dia ele chegue a encontrar uma solução para o conflito entre as suas ambições e os sues sentimentos, entre o seu plano de

vida e os seus sentimentos do momento. Há um ditado de um poeta romântico que é assim: "Le je fait des projets, le soir je fait des sotises"(De manhã eu faço projetos, de tarde eu faço besteiras). Geralmente é assim, porque a ambição, que é assunto da razão, faz querer encaminhar a vida num certo sentido, mas a ocasião, as circunstâncias lhe oferecem outras oportunidades, que despertam seus sentimentos, fazendo esquecer para onde estava indo. Se o sujeito decidir esmagar todos os sentimentos para realizar somente o projeto, não resolve o problema, pois cortou com isso a raiz mesma da felicidade. E este é um problema gravíssimo.

Uma vez que tocamos no problema da felicidade, podemos dizer que a astrologia antiga tinha nos dado já algumas indicações a respeito da relação entre a felicidade e as faculdades cognitivas, no instante onde rotulou planetas de benefício e outros de malefícios. Colocando os três benefícios de um lado e os três malefícios do outro, entendemos que essa atribuição tem uma profunda razão de ser. Não porque as funções em si mesmas sejam maléficas, porém a relação entre planetas e funções não é uma relação unívoca: Saturno não é a razão, Sol não é a intuição, Vênus não é memória e imaginação. Sabemos que existe alguma relação entre essas faculdades e os planetas, mas não sabemos o porquê teríamos que estabelecer todo o elo causal, precisaríamos ter uma ciência astrológica, um saber causal, entender todo o encadeamento de causas pelas quais um planeta ou sua disposição no céu chegam a influenciar ou ter relação com a faculdade no homem. E isto é um fato que não sabemos. Mas podemos tecer uma hipótese. Farei esta hipótese apenas para completar o que seria um "buraco lógico"(Quando não temos a explicação lógica inteira fazemos uma explicação hipotética ou fictícia, a ser conferida mais tarde): Suponhamos que exista realmente uma influência física dos planetas sobre o ser humano. Digamos que eles "Emitem"certas vibrações para usar uma palavra muito vaga. A astrologia antiga dizia que era exatamente isto que acontecia, e dizia mais: partindo do princípio de que todos os seres do universo são criados por alguma causa primordial, central, esta causa opera ao nível físico principalmente através do fenômeno da luz. Hoje em dia sabemos que isto também tem muita razão de ser, que a luz é de fato um fator estruturante fundamental na formação dos seres vivos.

Segundo pude interpretar da astrologia antiga, transformando em linguagem teórica e doutrinal o que estava dito em linguagem simbólica e mitológica, entendo que as constelações e as estrelas, os astros todos que nos rodeiam, são como uma rede de padrões, de modelos que, atravessados por essa luz difusa no universo, resultam na produção da diversidade dos seres que povoam a Terra. Ou seja, o zodíaco -- não o do cálculo astrológico, mas o das constelações --, seria como que um filme, e a luz, ao atravessar esse filme, tem aí os padrões cujas várias combinações fornecerão os modelos dos vários seres terrestres. A totalidade das constelações seria, neste sentido, a totalidade dos protótipos, dos seres. Isto tudo, como mais que a astrologia acredita, é apenas hipotético por enquanto.

Ao aproximar-se mais da terra, essa luz passa por uma segunda filtragem, que é dada pelos planetas. A primeira seleção dos padrões que vão dar forma aos seres sofre uma segunda seleção, pelos planetas próximos à Terra.

Retomando as etapas, temos: No limite exterior, o conjunto das constelações. A luz que vem do universo passa por este círculo das constelações, e essa força criadora da luz vai sofrendo uma seleção, vai adquirindo formas mais concentradas. Mais perto da Terra, passa por um segundo círculo, que é o zodíaco das direções do espaço, tal como usamos em astrologia (a divisão do caminho do Sol em doze partes). Ao aproximar-se mais ainda da Terra, passa por uma terceira seleção, dada pelas órbitas planetárias. E, finalmente, ao chegar à Terra, passa por uma quarta seleção, o zodíaco das casas, que dá a posição exata de cada ser na terra, no instante em que nasce. Temos vários zodíacos: o das regências planetárias; o zodíaco das casas. Portanto, se existe alguma astrologia, ela não é nem tropical nem sideral, mas trópico-sideral. Porque o zodíaco usado na astrologia tropical não passa do zodíaco sideral adaptado a uma zona mais restrita do cosmos. Na prática nos limitaremos a desses zodíacos, que é o das regências planetárias e o das casas por uma questão de facilidade.

Se tomamos isto tudo como ponto de partida, poderemos compreender que certos jogos, que se estabelecem no curso do tempo entre planetas, zodíaco, constelações, casas, etc., podem favorecer a eclosão de certas formas vivas, e desfavorecer outras. E que, dentro dos seres, individualmente, essas configurações poderiam favorecer a eclosão de determinadas funções, de determinadas energias, de determinadas faculdades, e inibir a de outros. Isto é a teoria astrológica antiga, traduzida e simplificada por

mim nestes termos.

Isto significa que estes sete planetas, confrontados com os demais zodíacos, resultariam num estímulo, num incentivo, ou numa inibição de determinadas faculdades ou funções para o homem, ao nível puramente corporal. Também podemos compreender, que em resposta a este preconcionamento físico, o homem desenvolve determinadas faculdades com as quais, por assim dizendo, ele enfrenta essas mesmas influências celestes, quando se mostra limitantes. Por exemplo, o fenômeno da luz que chega até nós diretamente através do Sol, é respondido pelo homem com a intuição dos objetos. O fenômeno da variação de energia ambiente, que chega sobretuto através da Lua (todos sabem que os ciclos planetários têm a ver com todo o processo de crescimento e decréscimo dos seres, com os ciclos que incham e desincham os seres, com a quantidade do eletromagnetismo no ar, e assim por diante). Podemos denominar todos esses fenômenos de mutação da energia ambiente. A este fenômeno homem responde com a função sentimento. E podemos continuar raciocinando assim para as demais faculdades. Ou seja, estamos ainda dentro da teoria de S. Tomás de Aquino: astros são corpos, e corpos influenciam apenas corpos; porém, indiretamente, isto terá algo a ver com o mundo propriamente humano, com o mundo da cultura, da linguagem e das ações humanas, através da intermediação das faculdades cognitivas.

Os planetas não são essas faculdades cognitivas. Podemos admitir que haja planetas maléficos, mas não funções maléficas. Seja o planeta maléfico ou benéfico, podemos agora ver as coisas por um outro lado, e nos perguntar por que a astrologia antiga colocou três como benéficos (Sol, Vênus e Júpiter) e outros três como maléficos (Lua, Marte e Saturno). Vamos tentar responder isso não através dos planetas propriamente ditos, mas através das funções que lhes correspondem:

1o O que a intuição, imaginação e vontade têm a ver com o benefício?

2o O que o sentimento, a reatividade e a razão têm a ver com o malefício?

Mesmo não sabendo a resposta inteira, sei que, ao colocar estes três planetas, Sol, Vênus e Júpiter, de um lado, e a Lua, Marte e Saturno, de outro, me parece que a astrologia antiga continua implicitamente uma mensagem ética, no sentido de uma condução dos atos humanos em vista da felicidade. Com isso ela nos mostra que existem três funções que têm algo diretamente a ver com a felicidade, e três outras que podem ter a ver felicidade na mesma medida onde podem ter a ver com o seu contrário. Por exemplo, não podemos conceber um sentimento que seja uniformemente feliz, porque faz parte da natureza dos sentimentos a sua mutabilidade, e o fato de funcionarem como vasos-comunicantes: quando crescem para um lado, decrecem para o outro. O sentimento, na sua relação com a felicidade humana, é necessariamente dúbio. É o sentimento que nós dá a impressão de felicidade, e em seguida nos tira esta mesma impressão. O que o sentimento tem a ver com a felicidade? É ele que nos faz buscá-la. O sentimento faz que nós desejemos que certas coisas, que nos tornaram felizes em certos momentos, se eternizem, e que outras que nos fizeram infelizes, desapareçam. Nunca faríamos isso se não tivéssemos sido alterados por essas coisas, ou seja, se não tivéssemos sentimentos, nem nos lembraríamos de buscar a felicidade. Por isso o sentimento é a função que motiva o homem a buscar a felicidade. No caso da Lua, é fácil entender por que tem relação com o sentimento: porque tem relação com esses ciclos de mutação perpétua, que não deixam nada ficar do jeito que está. Todo ciclo, quando chega num certo ponto, toma a direção contrária, e com o sentimento é a mesma coisa: qualquer sentimento, levado até certo ponto de intensidade, se torna negativo. E nós não nos conformamos com isso. ë o sentimento que nos trás notícia da felicidade e da infelicidade, e que nos faz aspirar pela felicidade. Também é óbvio que se essa felicidade existir não poderá se dar ao nível do sentimento, pois se ela é um estado, portanto estável, não será mais sentimento. Um estado permanente não pode ser dito sentimento: um estado que está calçando o sujeito desde o fundo, e que nunca se altera, não o percebemos como sentimento.

Do mesmo modo, a reatividade nos faz causar felicidade. É pela reatividade que alteramos o meio ambiente. Quando algo que está dentro de nós vai para fora, se transforma em ato e desencadeia consequências para fora, aí tornamos os outros felizes ou infelizes. Portanto entendemos que a reatividade é um instrumento sem o qual não teríamos o menor meio pela felicidade.

Finalmente, entendemos que tem de haver uma função que some essas duas coisas -- a felicidade e a infelicidade sentidas, e a felicidade e a infelicidade causadas por nós -- e que busque dentro da somatória,

dentro de uma interpretação geral da vida, qual a fórmula do equilíbrio certo. A isto chamamos razão.

Portanto estas faculdades têm a ver tanto com felicidade quanto com infelicidade.

As outras três funcionam da seguinte maneira:

Primeiro, a intuição, que nos dá, por assim dizer, o mundo. Se não temos intuição, não temos mundo algum, estamos no escuro, ela me dá os seres e coisas. Se tivesse só sensações, não chegaria a formar seres completos. Um adormecido também tem sensações, só que são sensações entrecortadas, fragmentárias, pedaços de pedaços, não formando um mundo. Um homem adormecido pode ter a sensação de estar totalmente isolado do mundo, até mesmo do seu mundo interno. Estar no mundo, haver um real dentro e em torno de mim, é uma condição sem a qual não é possível ser feliz. A intuição me dá essa plenitude, preenche o espaço em torno de mim, acaba com a minha solidão, me instala num mundo onde também há outros seres. A existência dos seres é por si mesmo uma coisa boa para o homem. Se alguns desses seres lhe fazem bem ou lhe fazem mal é algo que diz respeito ao sentimento. Não é por existirem, apenas, que esses seres fazem bem ou mal. O fato se existirem é necessáriamente bom. A existência é sempre boa, e pela intuição capto a existência.

Segundo, pela a imaginação, conservo os seres que já não possuo mais. E ao mesmo tempo, se o mundo que eu capto me parece limitado, a imaginação me abre possibilidades de outros mundos a conquistar.

Terceiro, e finalmente, posso me lançar na sua conquista por um ato de vontade.

Por tudo isso podemos entender por que a astrologia antiga colocava esses três planetas como benéficos: porque eles são de fato os instrumentos diretos da conquista da felicidade, ao passo que os outros são apenas indiretos. Não digo que seja essa a única razão pela qual classificaram os planetas em maléficos e benéficos, mas certamente algo semelhante ao que eu disse esteve no fundo dessa classificação.

A posição intermediária de Mercúrio é devido ao fato de ser análogo ao pensar, que vai converter uma coisa em outra e a outra nesta uma. Não há o que falar de Mercúrio porque, sendo o pensamento, tudo é intermediário por ele: a minha fala agora, e sua audição neste momento. Ele poderia ter a ver com toda a cultura humana, com toda a linguagem e saber acumulado, que interpreta, registra, passa adiante o que acontece, trabalha, transforma, e isso nada tem a ver com felicidade ou infelicidade humanas.

A mensagem é bastante clara: a intuição, imaginação e vontade se destinam a dar felicidade, neste sentido. Interpretando eticamente o assunto, essas faculdades são as básicas para a conquista da felicidade, e as outras três são instrumentos, ora dóceis, ora indóceis. Mas evidentemente são instrumentos indispensáveis, porque as funções existem separadamente, sendo apenas aspectos umas das outras. Qualquer astrólogo antigo diria que, numa carta astrológica, a posição dominante de Vênus, Júpiter ou Sol assegurariam uma existência afortunada. Por exemplo, Goethe nasceu com Sol e Vênus dominantes na casa X. As conjunções de Júpiter com Vênus são consideradas extremamente afortunadas e, como traço caracterológico, vê-se uma espécie de otimismo permanente nas pessoas que a têm.

Como funcionam as conjunções, oposições, isto veremos depois, mesmo porque vou reduzir a teoria dos aspectos à teoria das casas. Os aspectos não são um fenômeno em si mesmos. São ângulos, como as casas, e, na verdade, tudo na astrologia, de forma que tanto faz explicar por casas ou por aspectos. Deste modo, o aspecto conjunção é interpretado como se fosse o mesmo planeta na mesma casa; a oposição, casas opostas, e assim por diante. Daremos maior relevo ao que a astrologia antiga chamava "aspectos humanos"(em oposição a "aspectos celestes", que são os ângulos mais exatos): aspecto é, por exemplo, quando os planetas estão em casas opostas, mas o ângulo entre eles não é exato. A astrologia antiga dizia que as oposições, quer mudanas, quer celestes, funcionam do mesmo modo. É um dado importante da astrologia antiga que os modernos não levam em conta. Na medida em que fizeram muitas especulações pitagóricas em torno dos aspectos, esqueceram o fato de o aspecto nada mais é que uma especialização, uma particularização da teoria das casas, que é a teoria das direções do espaço. Ao considerar aspectos mais exatos ou menos exatos, introduziu-se uma avaliação quantitativa que não temos meios de medir. O quantitativo imensurável é o nada, de forma que, se mais intenso ou menos intenso, não é possível saber; mas podemos saber se há ou não oposição. Desde Ptolomeu tudo isto é levado em conta. Morin de Villefranche, Guido Bonacci e outros, falam que uma oposição mudana é tão forte quanto a oposição celeste. Algo repetido pelos séculos, observado por pessoas tão diferentes, não deve ser puro equívoco.

Vamos tentar interpretar todas as oposições, quadraturas -- quer mudanas, quer celestes --, do mesmo modo, segundo as casas: I - VII, quadratura, e assim por diante. Não importa se são aspectos exatos ou não. O princípio dos aspectos é o mesmo das direções do espaço. Naturalmente não se nega que possa haver uma distinção quantitativa, que eventualmente um aspecto exato possa ser mais intenso -- teoricamente, até deveria ser. Porém, como não temos instrumento para essa abordagem quantitativa, não faz sentido falar num mais se não sabemos graduar para diferenciá-lo de um menos. Neste sentido, o mais ou menos é a mesma coisa (no mesmo sentido em que mais sapo ou menos sapo).

A astrologia antiga considerava os três planetas benéficos como altamente benéficos quando colocados em lugares dominantes do mapa -- Casa X, Casa VII, Casa I, Casa IV --, ou destacados por algum motivo -- conjunção entre dois deles --, ou ainda regências -- estando os três em suas respectivas casas: Sol exaltado em Áries, Vênus em Touro e Júpiter em Sagitário. Em suma, é uma constante da astrologia, desde que existe, ressaltar o aspecto benéfico destes três planetas. Na hora que traduzimos os planetas para suas correspondentes funções, nos parece que faz o mesmo sentido. Porém tudo isso ainda não é ciência, e sim possibilidades. Conclusões éticas, psicológicas, que tiramos para dar bons conselhos astrológicos, tudo isso existe, mas não é ciência ainda; é lícito, é bom que se faça, mas geralmente levam a uma filosofice que não pode substituir o saber autêntico de maneira alguma.

P . - Por que Júpiter -- vontade --, pressupondo a razão, está antes da razão?

Porque é assim, não sei bem ao certo. A razão também pressupõe a vontade; ela não se move, evidentemente, a não ser por um ato de vontade. Me parece que a vontade e a razão são no fundo a mesma coisa. Se disséssemos: a razão, não considerada em si mesma, como mera combinatória formal, mas quando encarada no indivíduo, que age racionalmente, conduz, pratica ações, transforma o ambiente em torno racionalmente e que representa, por assim dizer, o papel de "alma do mundo"-- isto seria a vontade. Ao falar isso recordo Hegel, quando viu Napoleão (que invadiu a Alemanha como libertador, e não como tirano), disse: "ele é a alma do mundo". Ele não é apenas um indivíduo, mas um indivíduo que está decidindo de acordo com toda a ordenação das leis que governam o mundo, a história, o ser, ou seja, de acordo com a razão. Esta razão encarnada, por assim dizer, e que o homem só se encarna imperfeitamente, momentaneamente, ou mesmo apenas simbolicamente, isto seria a vontade. O ato de vontade é o ato que condensa no indivíduo toda sua individualidade -- que é o animal, o biológico -- com as leis maiores da história, da sociedade, do cosmo; e o ato que dá pleno sentido àquela existência individual através do qual o organismo biológico se transforma em algo mais que biológico, e torna-se propriamente humano. Por isso nenhuma das distinções que fiz é cronológica, no sentido de que aparece primeiro e outra depois; é uma ordem, uma hierarquia lógica. Entendemos que as subsequêntes exigem as anteriores.

P . - Entendi que os atos de vontade levam sempre a pessoa a agir para o bem -- entendi certo?

Entendeu. A liberdade humana é o bem --este é um pressuposto ético meu. Mas não se pode confundir liberdade com arbitrariedade. Liberdade significa também o poder. Só se trem poder quando se está firmemente ancorado no real. Quando se está na fantasia, não se tem poder. Quando um homem, livremente, está instalado no real, e cria a situação por um ato de vontade, certamente isto é o bem, porque não poderia fazer isso numa desarmonia total com o real, pois se é o real, é o bem.

Napoleão fez uma Europa que dura até hoje. Ele fez o primeiro código civil do mundo, e todos os códigos civis estão calcados nele até hoje. O direito de família, por exemplo, foi inventado por Napoleão. Ele pôs ordem num mundo, ordem que dura até hoje. Se não fosse ele, tudo o que a Revolução Francesa conquistou teria desaparecido, teria sido um sonho idiota. A revolução fez o que fez, ele, usando instrumentos exatamente contrários aos da revolução, usando instrumentos repressivos, de um governo autoritário, consolidou as conquistas fundamentais. Jogou fora o que eram sonhos irrealizáveis e codificou o que dava para fazer, do que resultou toda a legislação moderna: democracia, direito da mulher, da criança, etc. Hitler não criou nada de real, apenas suprimiu (dentre elas, seis milhões de judeus). Tudo o que fez foi apagado por si mesmo no dia seguinte. Só atrapalhou. Fazer significa fazer uma ação que tem consequências essas desde o princípio desejadas por quem fez. Como era o caso de Napoleão, que desejou criar uma nova era, e esta nova era tem sido tal e qual ele havia planejado: é quase como um legislador cósmico, um enviado de Deus. Ele tem autoridade (= de autor). Hitler disse que faria um Reich que iria durar mil anos, e só durou doze, que ia acabar com todos os judeus, e estes estão mandando no mundo

mais do que antes. Stálin construiu uma potência econômica e industrial, apesar da crueldade e da violência. Mas é uma obra que permanece em benefício das gerações seguintes. Hitler, Gengis Khan, Átila, foram terríveis para a própria geração e para as subseqüentes. É algo que custa caro e não serve para nada.

A vontade é afirmada, é benéfica para o homem, pois é a liberdade do homem fazer em seu próprio benefício o que deseja fazer. É um ato real, não apenas imaginar algo, mas de fazer algo. No caso de Hitler, tratava-se apenas de reatividade e sentimento.

quando entramos na esfera da vontade e da razão, saímos da esfera do puramente psíquico, subjetivo. Este é um ponto onde a psicologia faz fronteira com a gnosiologia, com a teoria do conhecimento. A vontade e a razão não são como as outras faculdades. A imaginação, por exemplo, é imaginação quando imagina certo e quando imagina errado. mas a vontade não é vontade quando decide o impossível; a razão não é razão quando destaca desmesuradamente uma parte tornando-a desproporcional, e entrando no mundo do falso, do absurdo. Existe uma distinção qualitativa dessas funções em relação às outras. Para essas faculdades funcionarem, o sujeito tem de estar integrado no real. Isto fica mais claro, particularmente no caso da vontade, porque o ato de vontade é um ato real e concreto, não é um ato só passado, do tipo "eu quis fazer". É um fazer efetivo. É a plena inserção do indivíduo em suas circunstâncias reais. A razão é a faculdade da coerência total. Podemos dizer que um determinado edifício de conhecimento é racional quanto mais ele mantém a sua coerência interna e externa. Ele não só é coerente dentro de si, mas coerente com o real externo. Por exemplo, o saber científico que vai sendo acumulado: não basta apenas ele ser coerente internamente; ele precisa ser coerente com o mundo dos fatos, com o mundo da experiência. Por isso mesmo dizemos que é racional, pois se fosse apenas uma coerência interna que não confere com os dados, então seria um absurdo, um mundo Kafkiano, que é lógico mas não racional. Razão quer dizer proporção: proporção entre a representação que o homem faz, e a experiência que ele de fato vive. É algo que está no homem e nas coisas.

O homem nasce com a aptidão da razão, nasce tendo-a em potência, não em ato. Se chegar ao domínio pleno da razão, a ser racional de pleno direito, o sujeito chega a ter uma visão de real que confere com o real, que funciona. para saber se funciona, é só transformar o sabido (ou pretendido como tal) em vontade: aja. Isto é ciência: criar um arcabouço racional que interpreta a realidade e que, uma vez transformado em ato, reflui sobre essa mesma realidade, e é eficaz, não parcialmente, mas totalmente eficaz, nos termos em que se dispôs. Todo o esforço humano é no sentido de atualizar o que está em potência, de transformar a potência da razão em razão mesmo.

Há uns cinquenta anos, virou moda chamar de razão apenas o raciocínio lógico. Porém o raciocínio lógico só pode ter uma proporcionalidade interna. A proporcionalidade externa dele nada tem a ver com a lógica, mas com a experiência. O casamento da proporcionalidade interna com a externa, é a isso que se chama razão. A metade disso se chama lógica. Lógica mais experiência se chama ciência, saber, portanto razão.

Uma coisa não é radical apenas por ser internamente coerente: o mundo kafkiano é internamente coerente. Não há, também, nada mais coerente do que um delírio paranóico, onde os pontos conferem com todos: só que nenhuma coisa confere com o que está acontecendo em torno.

O exercício da vontade depende de condições que nada têm a ver com o indivíduo: depende de uma educação, de o sujeito saber tal coisa existe, de o sujeito acreditar que aquilo é possível, etc. Para alguém que acredita que tudo já está predeterminado, nada é possível. O mesmo se dá com a razão: se o sujeito não acredita absolutamente na possibilidade de o homem chegar a uma visão suficientemente ampla do momento, a qual confira, no essencial, com a experiência de que o rodeia, ele nada tentará fazer. Se desde o início é educado na base de filosofias deprimentes, que advogam que a razão não é eficaz, ela fica apenas uma combinatória formal interna, a vontade inexistindo, porque já está tudo predeterminado, e, sendo, o melhor é suicidar-se. basta tentar, ousar, para ver que essas coisas existem, porque já houve na história homens que disseram "vou fazer isso e aquilo", e que fizeram exatamente isso e aquilo. Se não conseguiram plenamente, conseguiram suficientemente. Dei-lhes o exemplo de Napoleão: fez exatamente o que disse que ia fazer, o feito continuou feito -- isso é o mais bonito de tudo. Júlio César, Moisés, Napoleão, esses homens provam que, se nem todos os homens têm poder sobre o mundo, alguns têm e muitos participando poder deste, e às vezes isto é mais que suficiente para preencher de sentido e

felicidade as suas vidas. neste sentido, não desacredito na espécie humana. Acredito na liberdade humana e na possibilidade que o homem tem de fazer e de mudar os dados do destino. Por outro lado, dá para ficar descrente, ao ver quão pouco as pessoas utilizam isso. Preferem acreditar em UFOs do que na vontade.

AULA 23

Tudo que nós falamos sobre planetas ontem é sujeito a dúvidas e faz parte do que chamaríamos astrologia pura. A colocação e a resolução destes problemas ficará para o segundo ano. Neste ano vamos nos limitar ao aspecto puramente descritivo. Estamos explicando cada uma das funções cognitivas para que possamos depois reconhecer a concomitância de certa posições planetárias com certas características que essas funções assumem em determinadas pessoas. Isto é, toda as astrocaracterologia se baseia na idéia de que estas mesmas faculdades cognitivas operam de modos diferentes. E que existe uma concomitância, uma concordância entre as configurações planetárias no instante do nascimento e o perfil tomado por essas faculdades em cada caso. Este é um estudo puramente descritivo: vamos descrever um fato, vamos mostrar que fulano tem um mapa assim, nasceu quando o planeta tal estava em tal lugar, e de outro lado, as suas faculdades operam deste ou daquele modo, como se pode ver por tal ou qual comportamento registrado por quem conheceu sua vida ou segundo declaro por ele mesmo; e oferecendo, de outro lado, uma espécie de contra prova, contra demonstração, mostrando como na ausência dos planetas os comportamentos seriam diferentes. Isso é um estudo meramente descritivo. A imensa quantidade de teoria que eu estou lhes dando não deve iludí-los quanto à natureza do que estamos estudando. Nós não estamos nem de longe investigando a causa de tudo isto que estamos falando. Estamos apenas preparando os instrumentos para podermos fazer uma descrição. Então não se trata realmente de um estudo teórico. O que estamos fazendo é estabelecer certos conceitos para que possamos depois reconhecer as coisas. Por aí vocês podem ver o quanto teria de ser complicada a elaboração da astrologia pura, isto é, a tentativa de explicação do fenômeno. Essa teoria que eu lhes expus ontem, que seria a luz como formadora dos seres vivos, é somente uma das teorias possíveis para explicar esse fenômeno. É evidente que nós não podemos esquecer esse lado; vamos ter de mexer com ele, mas por enquanto é prematuro. Vamos primeiro acabar de montar o nosso esquema e nos lançar o mais rapidamente possível à descrição.

Como eu lhes disse ontem, existem as coisas de um lado, existem os conceitos de outro, e existem os conceitos nas coisas. Podemos dizer que nós conhecemos alguma coisa quando temos a sua experiência, temos o seu conceito e depois somos capazes de reconhecer o conceito na experiência, e portanto, da experiência deduzir as consequências dos conceitos. Ninguém aqui está apto ainda a fazer isto, não se iludam. Vocês vão precisar treinar, e o exercício que eu lhe propus -- de ver, por exemplo, quando que uma resolução sua foi tomada com base em motivos racionais e quando que raciocínio veio a posteriori, para justificar uma decisão tomada por outros motivos -- é absolutamente indispensável. Ou seja, é preciso que cada um estude a sua vida. Em seguida você vai estudar vidas humanas, destinos humanos, e eventualmente até sentenciar alguma coisa sobre eles. Você precisa estar seguro de que consegue ver esses destinos como uma unidade, isto é, consegue olhar a vida toda do sujeito e traçar uma curva onde as linhas de força principais são identificáveis. Você vai precisar resumir a vida do sujeito e fazer dela como se fosse uma peça de teatro de duas horas, ou um romance de duzentas páginas, ou seja, alguma coisa que resuma as linhas determinantes dessa vida. Isto é extremamente difícil. Às vezes nós perdemos o fio da meada de nossa própria vida ... Mudamos sem perceber, nossos objetivos são repentinamente trocados, as forças que nos rodeiam (forças sociais, as relações interpessoais, os meios de comunicação) estão continuamente mexendo em nós, e uma boa parte das coisas que fazemos não faz absolutamente parte da nossa biografia pessoal, faz parte da história social e cultural do nosso tempo. Muitas vezes, iludidos pela intensidade de certos desejos e motivações que nos são inoculados desde fora, tomamos essa intensidade como se fosse uma demonstração de autenticidade. Como desejamos intensamente algo, achamos que aquilo provém do mais íntimo do nosso coração . Mas pensem no caso da hipnose: se você hipnotiza um sujeito e o programa para pedir um copo de água dez minutos depois de acordar, ele vai pedir um copo de água. Se lhe perguntar por que ele pediu o copo d'agua, ele vai produzir imediatamente uma justificação inteiramente plausível, a qual só virá por terra se você lhe informar que alguém o mandou pedir um copo de água. Então muitas das nossas resoluções são tomadas por um processo hipnótico para proceder assim. Basta não estar prestando atenção em certos setores -- porque sua mente não se limita à esfera do seu foco

de atenção, do seu foco de consciência. Enquanto você está pensando em x ou y, um monte de outros processos estão ocorrendo paralelamente, de uma maneira semiconsciente, dos quais você não têm nenhum controle, e estes pedaços é que estão sujeitos à influência hipnótica. É precisamente por isso que coisas como programação neurolinguística são possíveis e funcionam.

A programação neurolinguística é uma técnica de hipnotizar o indivíduo sem que ele perceba que está sendo hipnotizado. Nada tem a ver com técnicas de percussão. É uma atuação meramente fisiológica: enquanto alguém está falando alguma coisa com você, está ao mesmo tempo transmitindo outra mensagem para o seu corpo, por sinais que você não sabe o que querem dizer. Hoje em dia existem coisas piores do que isso. O tempo todo, de certo modo, estamos sendo bombardeados por mensagens e influências deste tipo. Então, repentinamente, aparecemos desejando x ou temendo y e se esse desejo ou temor é intenso, dizemos que aquilo é a lidima expressão de nosso ser interior. É assim que vemos pessoas, de repente, aderindo a certas modas, e achando que aquela moda é a coisa mais importante da vida. Passam-se três anos e ela esqueceu aquilo completamente. Em suma, nós estamos entrando num estado social onde as pessoas podem mudar de personalidade como mudam de camisa ou de meia. Isto dificulta extraordinariamente este estudo, porque nós estamos estudando o caráter, isto é, aquilo que está grudado no sujeito e não vai embora antes de ele morrer. Temos que distinguir este caráter de todos estes "caráteres" passageiros que grudam no indivíduo, às vezes com bastante verossimilhança, a ponto de enganar a ele mesmo, e que depois desfazem como poeira. Também nós vemos que esses caráteres grupados desde fora são de certo modo assimilados ao caráter. Conforme o caráter de base do indivíduo estas influências tomarão nele tal ou qual direção, elas também estão subordinadas ao caráter. O seu modo de reação dessas influências tem a ver com seu caráter de base. Mas isso já é um estudo muito complicado: podemos pensar se um fulano com tal ou qual caráter recebe uma lavagem cerebral neste ou naquele sentido, como vai reagir, mas isso já são requintes de astrocaracterologia.

Antes disso tudo é preciso desenvolver esta observação sistemática das nossas motivações. Esta é uma disciplina que deveria ser obrigatória a absolutamente todo mundo que lido com psicologia, assistência social, psiquiatria, etc. Infelizmente há um grande número de pessoas imaturas e inconscientes que lidam com isso, e não têm a menor idéia do que elas mesmas estão fazendo. Com as profissões psicológicas e psiquiátricas são profissões, isto é, já são nomes de funções sociais, que têm sua própria estrutura e status, é muito fácil entrar dentro do cargo, da profissão, e agir somente em nome do cargo. Ele se esconde atrás da sua condição de psicólogo ou psiquiatra e pensa que isto basta. Pensa que não precisa se comprometer pessoalmente com o que está falando. Ele diz "a psicologia diz isso, a psiquiatria diz aquilo..." As disciplinas não falam; quem fala é o ser humano. Nunca se enfatizará suficientemente a responsabilidade pessoal que o sujeito tem nisto. Responsabilidade que não é só no sentido moral, mas também no sentido científico mesmo.

Quanto a razão e intuição, até ontem, nas perguntas que foram feitas, eu vi que ainda surgia a dificuldade de distinguir o que é pensamento do que era razão. Então vamos explicar melhor o que é o pensamento:

O pensamento se identifica com a noção de linguagem, da maneira mais ampla ou seja, não somente da linguagem falada ou escrita, mas de todo processo de significação, que ocorre quando você pensa ou se refere a uma coisa através de outra, ou se refere a um ausente através de um presente. Qualquer coisa pode ser usada para significar qualquer outra, dependendo do código que existe ou que seja improvisado no momento. Eu lhes contei o exemplo da moça cega, surda e muda, que aprendeu a falar a partir do momento em que aprendeu a representar o objeto faca com gesto de passar o dorso de uma mão na outra. E assinalei que este signo era sempre duplo, pois expressava ao mesmo tempo um objeto do mundo exterior e uma intenção do próprio sujeito. Onde quer que exista um processo desse tipo nós temos uma linguagem, temos portanto um pensamento. Isso quer dizer que nós nunca pensamos um ser isolado. Quando pensamos num ser nós pensamos o ser, a nós mesmos e a nossa intenção, ou seja, a nossa relação com ele.

Cada signo, cada palavra, cada som, cada grafismo, cada gesto, qualquer elemento de linguagem sempre tem esse encaixe ternário. É esta ternariedade que é característica da linguagem. Não é a toa que, para que a linguagem depois se torne racional, ela também o faça por um processo ternário que é o silogismo -- onde de duas premissas se deduz uma consequência.

O pensar é sempre isto: transcorrer ou discorrer. Por isso que as chama discurso: discorrer ou transcorrer

de uma idéias a outra. Ora, se nós pegamos uma conta qualquer, de 2+2, existe um processo, um transcurso para que eu a execute, pelo menos na primeira vez. Para o adulto parece que é automático, imediato. Mas não para a criança que está aprendendo, requer um meio, que é pensar. Para chegar do primeiro 2 até 4 final houve uma caminhada entre alternativas. Se fazemos abstração do ser humano que está aprendendo a conta de 2+2 e considerarmos apenas os números em si mesmo, 2+2 sempre deram 4. Uma coisa são as relações que existem entre objetos, no caso objetos matemáticos; outra coisa é o transcurso, o caminho que eu percorro para refazer mentalmente a relação a relação que existe entre os números. A relação em si mesma é simultânea: 2+2 não precisa de tempo para dar 4; porém fazer a conta requer transcurso de tempo. Este fazer a conta é o pensar. A relação que existe entre os números em si mesmos, considerados estaticamente, é racional.

Podemos fazer um outro paralelo: se eu desejo, por exemplo, construir uma mesa: sabemos que não existe mesa se não existiam pés e tampo. Pés e tampo não são sucessivos. É a coexistência de pés e tampo numa certa relação -- os pés apoiando o tampo -- que constitui o que se chama de mesa. Porém para fazer uma mesa eu não faço tudo ao mesmo tempo, tenho um percurso. Então esta é uma atividade que requer pensamento. Já a relação entre as partes, consideradas em si mesmas, é racional. Pensar a mesa e conceber sua construção, compreendendo praticamente os encaixes e a relação entre as partes, isto chama-se pensar. O pensar não é nada mais do que o discurso ou o transcurso que ao longo do tempo me leva a perceber uma relação que existia independentemente do tempo. Portanto o pensar, no fundo, é a história da razão. É a razão inserida no tempo humano. A astrologia antiga atribui esse pensar a Mercúrio e a razão a Saturno. A tradição alquímica chama Saturno de Mercúrio velho. Por que velho? Qual a diferença do velho e do jovem? É sobretudo uma diferença de mobilidade. O jovem é uma criança saltitante. Vocês já viram falar de crianças, em seus brinquedos. "Este moleque é um azougue!" O que é azougue? É mercúrio. Quer dizer que ele não pára. Do mesmo modo o pensamento nunca pára. Porém o pensamento não gosta de pensar de volta aquilo que já pensou, para não entrar num circuito fechado, e procura então uma conclusão. Ele busca a estabilidade do juízo, do julgamento, que encerre um determinado assunto de maneira que ele não precise mais voltar àquilo e possa tratar de outras coisas. Justamente porque o pensamento é tão dinâmico, busca uma conclusão estática. Ele precisa apoiar-se em algo estático para poder continuar, do mesmo modo que para andar é preciso que o chão fique no mesmo lugar. Esta é a relação entre raciocínio e razão.

Raciocínio é todo pensamento. Raciocínio é o pensamento que obedece às regras da lógica, e a lógica não é a única maneira de estruturar o pensamento. Nós podemos pensar por imagens visuais, acústicas, motoras, que são micromovimentos do corpo, e que de certo modo estão sempre presentes quando nós pensamos. O pensamento é sempre sublinhado ou ajudado por movimentos, às vezes infinitesimais do corpo, movimentos interiores do corpo. O pensamento sempre se apoia em alguma coisa para designar outra. E pelo menos uma dessas coisas tem de ter uma existência física. Por exemplo, quando usamos uma palavra para designar um conceito abstrato, por exemplo, probabilidade. Probabilidade tem, tanto que vocês a escutam. O pensar consiste apenas em estabelecer uma relação entre esta coisa física e uma coisa que pode ser física ou não, ou seja, chamar esta última coisa pela primeira.

Se o pensamento sempre se apoia em coisas, as relações reais entre essas coisas ficam para o sujeito pensante o modelo daquele tipo de pensamento que está pensando naquele momento. As coisas físicas têm certas relações entre si: se, como aquela moça cega surda e muda, eu designo os objetos por gestos, qual a regra que presidirá minha linguagem, meu vocabulário? Não é o meu próprio corpo? Conseqüentemente, meu corpo, admitindo um certo número e tipos de gestos, e não outros, então o número, a quantidade e a qualidade dos gestos que eu faço será todo o meu vocabulário. A lógica que é natural aos gestos será transposta para aquilo que estou querendo dizer. Posso chegar a um ponto em que a linguagem dos gestos não baste, e precisarei de outra, a dos sons, por exemplo: então terei, por exemplo, um exemplo, um som grosso, grave, e um som fino, sons contrários. Meu pensamento seguirá fielmente a linha da analogia, designando coisas contrários por objetos contrários. cada linguagem tem as suas próprias leis, que são determinadas pela natureza do objeto que serve de signo, mas só até certo ponto, pois a mente não se deixa limitar por essas regras.

Quando chegamos à linguagem lógica, que é uma linguagem de conceitos, então os conceitos em si mesmos têm uma relação uns com outros. É impossível existirem conceitos se certos conceitos não contiverem outros. Por exemplo, se eu faço o conceito de animal, faz parte da natureza dos conceitos. Os

conceitos não são como os sons: um som não está contido no outro, ele está, por assim dizer ao lado do outro. A mesma coisa vale para os gestos. Porém quando entro numa linguagem de conceitos entro imediatamente num mundo hierárquico e classificatório, onde alguns conceitos são mais particulares, outros gerais contêm os mais particulares. Em suma, eu entro no mundo da lógica. A lógica é a relação entre conceitos ou relação entre idéias. A partir daí são estas regras que presidirão minha linguagem, não mais as regras da fisiologia, que determinam a qualidade de gestos e sons que eu possa produzir. É uma linguagem própria com suas regras próprias.

As regras da lógica são quase que naturais. Elas não precisam ser inventadas (são inventadas só no sentido latino da palavra, que quer dizer descobrir). Aristóteles não inventou as leis da lógica, ele as descobriu. E não descobriu todas, mas quase todas. As leis da lógica são os encadeamentos necessário entre os conceitos. Digo por exemplo que é possível formar o conceito de gado sem que ele esteja contido no conceito de animal. Você pode fazer todos os conceitos de qualidades, por exemplo cor, tamanho, odor. Todas essas coisas certamente colocados em algum ser que é designado não como qualidade, mas como substância. Toda qualidade está numa substância, não pode existir fora de uma substância: não se pode ver o azul o amargo ou o feio, pode se ver alguma coisa amarga ou alguma coisa azul, ou alguma coisa feia. Do mesmo modo que existe a relação de gênero e espécie, existem as relações entre categorias. Por exemplo, substância é uma categoria; qualidade é outra categoria. A qualidade e a substância têm um tipo de relação que é irrevogável. Posso conceber que exista uma substância sem que eu conheça suas qualidades, porém eu reconheço que é impossível que exista uma qualidade sem alguma substância que a apóie. Toda qualidade está em alguma coisa, em alguma ente, se não existe ente, a qualidade também não pode existir. Ela pode ser concebida em si mesma, mas não existe em si mesma. Existe alguma coisa azul, outra coisa um pouco menos azul, e assim por diante.

Do mesmo modo que o mundo dos gestos humanos está limitado pela forma, tamanho, força e energia do corpo humano, se eu usar uma linguagem gestual eu não vou poder ultrapassar daí nem que seja acrobata, do mesmo modo o mundo da idéias trem certas regras que presidem as relações dessas idéias, e que são regras absolutamente inescapáveis. A partir do momento em que uso a linguagem lógica, que é uma linguagem de idéias, uma linguagem de conceitos, eu tenho que me submeter a essas regras da lógica, e não tem escapatória. Além de haver este tipo de relação entre gênero e espécie e a relação entre as categorias, ainda existe uma outra relação que se chama implicação, ou implicância: "João é pai de Pedro". Isto implica necessáriamente que alguém seja a mãe de Pedro. É inescapável. Esta é a parte mais conhecida da lógica, a silogística, a teoria da implicação. Esta teoria consiste em dizer o seguinte: quando eu reconheço uma verdade, há outras verdades que também sou obrigado a aceitar junto com elas. As mesmas relações que aplico aos gêneros e espécies, às diferentes categorias, aplicam-se aso julgamentos, juízos e sentenças.

Essas regras estão presentes todas de uma vez na estrutura mesma do pensamento lógico. E isto chama-se razão. Porém o discurso que eu faço e o exercício desta razão ao longo do tempo, o qual não mobiliza ao mesmo tempo as regras, mas somente aquela que se refere ao que estou pensando em particular, chama-se raciocínio. O raciocínio em particular não mobiliza todas as regras da lógica, mas somente algumas.

A relação pensamento e razão é semelhante à que existe entre a lei e a jurisprudência. São coisas totalmente diferentes. A lei é sempre igual, porém os casos que aparecem nunca são perfeitamente enquadrados dentro daquela lei. Não são tão claros; eles se aproximam em mais ou menos. Então é preciso que juiz pense sobre aquilo para ver qual lei se aplica ao caso. Isto se chama juriprudência, um complemento e também um exercício da lei. O pensar é como a jurisprudência, enquanto a razão é como a lei. Tanto são coisas diferentes que, numa República, quem faz a lei é o Poder Legislativo, enquanto a jurisprudência é feita pelo poder judiciário. O judiciário não pode fazer leis, ou seja, aquele que aplica a lei não é o mesmo que faz a lei. Podemos também fazer distinção, por exemplo, o arquiteto e o morador da casa. O arquiteto bola e constrói uma certa estrutura, e aquele que for viver nela vai ter que se adaptar a essa estrutura. Se o arquiteto faz o quarto 4m x 4m não adianta eu querer andar 20m porque não poderei atravessar a parede. Adaptar seus gostos à medida da estrura dentro da qual é diferente de você compor essa estrutura, concebê-la e montá-la. O uso da casa é o pensar; a construção da casa, a razão.

Podemos conceber a razão como uma estrutura eternamente estática. O que é a razão? O conjunto de todas as relações possíveis entre todos os seres, coisas, idéias, pensamentos, qualidades etc. Então a razão

também pode ser concebida entre as coisas reais, e neste caso a razão está presente no mundo mesmo; e pode ser concebida também como o pensar lógico, certo, o pensar que reflete essas relações reais. Eu não me referi, no caso, ao pensar lógico, pois já lhes expliquei que não basta o pensar ser lógico para ser racional. Ele será racional quando, além de lógico, traduzir as relações reais entre as coisas.

Desde que Aristóteles fundou a ciência da lógica, ela foi dividida em duas partes: uma chamada lógica formal, que é o estudo dos padrões de relações entre idéias, juízos etc., e outra chamada lógica material, que é o estudo da relação entre este pensar formal e as coisas efetivamente conhecidas, ou seja, o estudo das condições de conhecimento da verdade. Se você amputar metade disto, fica absolutamente irracional. A lógica formal considerada em si mesma é uma aberração, que só serve para uma coisa: fabricar computadores. Porque para o computador só existe a lógica formal. O computador só pensa, mas não conhece; ele faz metade do serviço, a estrutura lógica, uma parte bastante simples e reduzível a um esquema mecanizável.

Que é a lógica material? É o que chamamos de teoria do conhecimento, ou gnosiologia. Considerar a lógica independente da teoria do conhecimento é uma aberração tão grande quanto decretar que doravante o estudo da anatomia dos pés será independente do estudo do movimento. Estuda-se a estrutura e a função é abstraída. Esquecemos que o pé serve para andar. Ou então vamos estudar o aparelho digestivo sem referência à comida.

O século 20 assistiu a esta tragédia: de um lado um desenvolvimento extraordinário da lógica formal, e por outro lado o seu divórcio da lógica material. As consequências disto vão bem mais longe do que podemos vislumbrar hoje. Entre as consequências que isso tem, a primeira e mais grave é que os indivíduos em geral perderam a confiança no poder cognitivo do pensamento lógico. Ou seja, habituados a separar a experiência real de um lado e a forma lógica de outro, não chegam a compreender que a lógica sirva para você conhecer o mundo real. Acho que não existem pessoas, sobretudo da idade média dos alunos aqui, que tenham uma confiança firme na veracidade da cadeia silogística, quando parte de premissas reais. Isso significa que depois de algumas gerações a argumentação lógica não convence mais as pessoas. O sujeito chega à conclusão que você quer, a admite logicamente, mas algo dentro dele que ainda resiste. Então, não podendo mais ser convencido pela lógica, só tem dois jeitos de o convencer: pela sedução ou pela força.

As pessoas hoje praticamente pedem para ser seduzidas ou para serem forçadas porque a argumentação lógica não convence mais. Ao mesmo tempo nós estamos num mundo onde todos querem democracia, direitos humanos etc. Mas como é possível democracia se não há discussão lógica? A democracia e lógica são irmãs siamesas, são inseparáveis. Num mundo onde só podemos convencer pela sedução, só pela manipulação, ou pela força, como pode haver democracia? Como você vai se informar, como vai julgar o valor de um conceito? Vai ser lógica ou por sedução. Sem lógica a informação de nada serve, porque você não pode julgá-la. E de fato hoje existe muita informação, só que ela não é usada como parte de uma cadeia lógica, mas como simples meio de persuasão imaginativa. Um fato é repentinamente gritado aos quatro ventos, e este adquire, pela intensidade com que foi gritado, uma importância e um poder de convicção que realmente ele não deveria ter. Em geral um homem iletrado não tem muita confiança no poder do pensamento lógico; nunca teve. O que caracteriza justamente a mente preparada é ela entender que, se partir de uma premissa real e raciocinar, a conclusão do raciocínio será tão verdadeira quanto a premissa. Essa transferência da veracidade da premissa à conclusão é a grande conquista da educação, porque isto é que permite que o sujeito saiba muitas coisas sem precisar ter a experiência pessoal.

O homem vulgar, iletrado, não tem esta confiança, não transfere credibilidade à conclusão, porque enxerga a lógica e o raciocínio lógico somente como formalismo, sem realidade. Só que hoje isto não é só característica do homem iletrado, mas também das classes letradas. Neste sentido houve uma decadência, embora eu não acredite muito nesta história de decadência cósmica de teoria dos ciclos hindus. Mas houve uma decadência gravíssima, e a origem disto, por incrível que pareça, está no próprio desenvolvimento da lógica formal, desligada das condições de sua aplicatividade ao mundo real. Porque a lógica formal, quando transformada em lógica simbólica, ou matemática (aliás é errado chamar simbólica, pois não se trata de símbolos, mas de signos), transforma- se num pensamento que não opera mais por conceitos, mas por sinais de conceitos. O conceito é abstraído do real. Por exemplo, o conceito de animal se baseia em caracteres comuns que você vê entre vários animais portanto tem uma referência ao mundo da experiência. Todo conceito provém da experiência, diretamente. Porém se eu pego esse conceito e o substituo por um

sinal, um x, e continuo a raciocinar só com este x, sem nunca mais me referir à experiência, eu entro então no mundo da pura combinatória formal. Quando eu chego à conclusão, já não tenho mais jeito de voltar a aplicá-la à experiência porque o jogo de combinação interna entre signos ficou muito complexo. Eu não sei mais a que se refere. Aqui então temos uma espécie de sintaxe sem semântica. Isto tudo tem a ver com o pensar. Quando eu vejo pessoas dizerem que é preciso estudar matemática para aprender filosofia, eu digo o contrário: se quer entender alguma coisa de filosofia guarde seu estudo de matemática para quando tiver uns trinta anos, porque daí não lhe mais mal. O pensamento matemático tende ao puramente formal, não lida com conceitos reais, é uma espécie de silogística pura, sem conceitos. Isto vicia o pensamento, tornando-o, por um lado, muito fácil e, por outro, irresponsável com relação ao mundo da experiência. Pessoas que estudam informática acreditam que estão vivendo dentro de um mundo inteiramente lógico; só que o mundo lógico onde os conceitos não representam absolutamente nada: isto não é lógico. Trata-se de um mundo de sinais que representam longinquamente uma lógica. É como comer o cardápio do restaurante. Se você toma aqueles sinais por conceitos, então está biruta: são apenas signos de conceitos. Seria preciso refazer todo o processo de concreção, retomar o caminho desde a abstração ao real, para assim voltarmos a saber a que o conceito se refere.

Hoje em dia, mesmo no mundo das ciências e filosofia, as pessoas operam com sinais de conceitos, que são como a moeda sem sinais de conceitos que, teoricamente, representam esses conceitos, do mundo da experiência, não as encontramos mais. Isto é uma imensa desgraça do ponto-de-vista pedagógico.

Bastaria isto para mostrar-lhes o quanto o pensamento é lógico, mas não é racional, absolutamente. É tão irracional, absolutamente. É tão irracional quanto o delírio de um paranóico, e no entanto é lógico, do ponto de vista interno. Se vocês querem esclarecer esta questão leiam um livro de um grande filósofo deste século, Max Horkheimer, O Eclipse da Razão. Não endosso na íntegra todas as perspectivas do autor. Mas as etapas da passagem de um conceito de razão para um conceito vazio estão admiravelmente retratados. Horkheimer, Benjamin, Marcuse, Habermas, Adorno, foram todos ditos pertencentes à escola de Frankfurt, mas não há motivo para agupá-los em uma escola, já que não têm princípios e idéias em comum, os únicos que faltavam mais ou menos da mesma coisa eram Horkheimer e Adorno. A única coisa que se pode encontrar em comum neles era uma espécie de sentimento da absurdidade do mundo capitalista. Lukács escreveu sobre o tema, mas o mais importante de todos foi Horkheimer.

P . - Você fala que a razão é estática, mas ela não tem relação com o momento histórico? Cada sociedade tem a sua forma de estruturar a relação entre as coisas?

A razão não pode ser histórica. A razão é a história por sua própria natureza.

Quando falamos em razão, estamos associando o seguinte: existe o real, o real objetivo, que não depende do homem, não depende da sua história, e neste real objetivo existe um conjunto de relações absolutamente necessárias. Por exemplo, a relação de anterioridade e posterioridade; a relação de continente e conteúdo, a relação de substância e atributo. Tudo isso são coisas que observamos no mundo real, e isto não depende do homem absolutamente, portanto não pode ter história. Houve alguma época em que as qualidades existiam sem a substância? Podemos conceber isto? Isto é impossível de conceber historicamente. O historicismo absoluto -- tudo muda, nada é sempre o mesmo -- é uma grande bobagem.

A razão está presente em nossos atos; em cada ato todas as relações racionais estão dadas, quer você perceba ou não. Já o pensamento, é um modo de apreensão. Vemos o encaixe do homem na razão não pelo pensamento, e sim pelos seus atos, e pensamento apenas ajuda a esclarecer isto. A função do pensamento é tornar claro. Mas os nossos atos, estes sim, são reais, racionais. Por exemplo, se você abre a boca para falar, já não está esperando que eu ouça e entenda? Aqui temos uma reação sujeito-objeto não reversível, porque quem disse isso foi você e quem ouviu fui eu. Aqui está também a relação de anterioridade e posterioridade; não poderia responder antes que você falasse.

P . - A razão seria igual ao real?

Sem sombra de dúvida. O real na sua totalidade.

P . - o real pode ser atingido?

Sim, através do pensamento e através da ação. Agora, se você perguntar se o homem assim atinge o real.

na sua totalidade, eu digo que talvez não. mas ele está constantemente se referindo a essa totalidade. talvez ele não conheça extensivamente, só intensivamente, a não ser que você limite o real àquilo que um determinado homem conhece. mas daí se cai no idealismo mais idiota determinado homem conhece. mas daí se cai no idealismo mais idiota.

É claro que no Brasil as tendências dominantes na opinião pública são perfeitamente irracionalistas, românticas, misticóides, absurdas, e por isso mesmo esse país não vai para frente. Também num país com 10% de doentes-mentais, 20% de bêbados e incapazes, 20% de menores abandonados, sem contar 80% da população universitária, constituída de analfabetos funcionais, o que se pode esperar? E as pessoas seguem esse romantismo misticóide pensando que são idéias orientais, mas estão tão desinformados que não sabem que são ecos das idéias de Rousseau, pensem que é chinês. Este romantismo pega em certos grupos de intelectuais perfeitamente separados do movimento social real e que, excluídos, sentindo-se à margem e não podendo atuar de maneira alguma resolve partir para a fantasia: "Já que as minhas ações não terão nunca que ser levadas a efeito, mesmo porque não tenho meios de efetivá-las, eu parto para o mundo dos sonhos. "Essas idéias pegam nestes meios, e pegam em países e sociedades que estão colocados à margem da história do mundo. O que é perfeitamente o nosso caso.

Podemos definir o real com alguns exemplos:

1) Chega o fim do mês, você recebe seu salário e diz: "Deixa eu ver o que realmente dá para fazer com este dinheiro ... dá para pagar a luz, a conta de água, o aluguel, e é só. "Isto é estar no real racional.

2) No Rio de Janeiro tem aquela faixa da praia, que é uma das zonas imobiliarias mais caras, e no fundo aqueles morros cheios de barracos. Imaginem um moleque que vem descendo o morro e olha aquilo tudo. Vê pela janela a dona tomando champagne. Que idéia deve ocorrer na cabeça daquele moleque? Se ele for fazer as contas, o que vai dar para fazer para ele chegar lá? Ele vai concluir que não vai dar nem para começar, e seus planos vão parar por aí mesmo.

Querer agir é próprio do ser humano, mas se ele já está abaixo da condição, para quê querer conhecer este real, do qual ele já está excluído desde o início. Se nada do que você queira fazer será real jamais, você já está colocado no mundo da fantasia. Nisto também estão grupos letrados intelectuais que também são marginais, impotentes, porém nem tanto. Estes grupos se apegam a teorias de cunho projetivo, mitológico.

Se partimos para idéia de que todo mundo e toda razão que conhecemos é apenas um esquema imaginário, projetivo, desta ou daquela sociedade, então podemos parar por aqui. Se não existe o real objetivo, então toda ação se perderá no relativismo, onde todas as causas acabarão sendo anuladas. Procurem ver ao longo da história do mundo houve algum grande governante, chefe revolucionário, legislador, reformador social, que agisse com base nestas teorias. Todos eles acreditavam que existe o real objetivo, que existe uma temporalidade objetiva histórica externa, e por isso agiram e deu certo. Agora, outro pode proclamar suas teorias, defendê-las num circuito de letrados, mas quando chegar a hora de por em prática, ele não vai seguir essas teorias. São teorias que de dato não foram defendidas por nenhum grande pensador. Hoje em dia o guru da época chama-se Nietzsche. O único que tentou levar as teorias de Nietzsche a esse efeito foi Hitler, e deu no que deu. Hoje tenta-se desculpá-lo: "Ele não entendeu Nietzsche." Ele entendeu perfeitamente bem. O homem que chega para você e diz: "Eu sou o anticristo", só pode estar louco.

P.- O que a razão teria de estático? Não seria a procura de uma coerência? A gente não se aproxima do real?

Sim, é obvio, o indivíduo, o indivíduo, o grupo social se aproxima e se afasta do real, e isto é a prova de que o real existe. Por exemplo, o dinheiro existe? Sim, e alguém o possui, ou se aproxima de tê-lo, nos apossamos dele, perdemos uma parte. Os indivíduos humanos e até as coletividades nunca chegam a possuir o real na sua totalidade e quer na medida da sua necessidade. Isto é uma tragédia. Porém se nós partimos da idéia de relativizar o real, só porque não podemos pega-lo, estamos agindo como no caso da "raposa e as uvas". Quer dizer, se eu não consigo captar o tal do real, então ele deve ser relativo à minha subjetividade, está resolvido o problema. Uma solução covarde, para a qual se inclinam as camadas letradas, que ficam como o moleque do morro: vê a dona tomando champagne e diz: "Não é para mim; estou ferrado desde já".

Houve uma época no Brasil, entre 1968-69, em que a influência dominante de intelectualidade brasileira

mudou. O pensamento dominante até então era o marxista -- o marxista pode ter sues limites, mas ele é realista, isto é, acredita no real objetivo, numa temperalidade histórica. Acontece que os movimentos de esquerda foram estraçalhados pelo inimigo, foi todo mundo para a cadeia. Os que não foram, ficaram isolados na sociedade. Começaram então a ler Allan Watts, Timothy Leary, Aldous Huxley, e esses passaram a ser os gurus da nova geração. Depois de ter lido Karl Marx, deviam ter subido de nível, lido S. Tomas de Aquino, Aristóteles. Nunca nos recuperamos dessa tendência. Até hoje estes gurus continuam em vigência e são a influência dominante. Também houve a introdução de idéias pseudo-hindus, pregando o despreendimento da matéria, a lei do cara, etc. Quer dizer, além do sujeito nascer pobre, impotente, ineficaz, ainda achar que existe algo a ver com seus antepassados que foram maus, e lhe prescrever preceitos ascéticos de uma moral especializada de monges hindus brahmanes, tudo isso é o cúmulo. O sujeito está pobre, e ainda se sente mal ao pensar "sou ambicioso, quero a matéria". Todas estas teorias estão em nosso meio há uns vinte anos. Também o surgimento do espiritismo e da macumba como religiões oficiais do Brasil aconteceu no Brasil nestes vinte anos.

O Brasil passou por uma grande tragédia. Lamentamos não haver um historiador para poder contar esta transição de mentalidade psicológica. Vinte anos atrás estas coisas, espiritismo, chás, comida natural, preocupação com a saúde, hipocondria, eram coisas de velhinhas. Coisas como essas acontecem no refluxo de transição de civilizações: as novas gerações ficam intimidadas, existe um recuo da vida. Hoje vemos uma juventude sem rigor, preocupada com o futuro, sem viver o presente: O que será de mim? Será que eu vou morrer? E começamos a se queixar da saúde, com preocupações absurdas, doenças imaginárias. Isto é realmente muito triste, pois o normal do jovem é esbanjar energia, passar por cima da doença, não reparar coisas. Quando vemos que há vinte anos os jovens eram extermamente ativos, militantes, estudantes, trabalhadores, e que vemos agora é triste de observar.

Esta revisão de fenômenos culturais que estão por trás das convicções, hábitos mentais da presente geração não tem nada a ver com o nosso assunto, mas acaba sendo indispensável.

Voltemos à razão. No homem a razão opera da seguinte maneira: opera como padrão de coerência final a que o homem aspira, que ele sabe que lhe é possível, mas opera como uma medida ideal -- empiricamente falando o homem raramente a alcança. E quando se fala em coerência, não quer dizer somente a coerência do pensamento consigo mesmo, que é a lógica (coerência de um pensamento a outro). A coerência de um pensamento ou totalidade dos pensamentos com a totalidade da experiência em volta, isto significa razão. A razão, neste sentido, aparece para o homem não como uma propriedade, mas como uma necessidade. A razão funciona no homem como o alimento. O alimento é uma coisa que não nasce no homem, ele possui o alimento sob a forma de uma ausência. Está presente no homem sob uma forma de necessidade, em parte por uma fatalidade biológica, isto é, o homem está colocado desde o início num mundo em torno que lhe parece hostil e ameaçador, um mundo que não favorece em absolutamente a sua sobrevivência, um mundo no qual ele parece de início não ter os instrumentos mínimos para lutar que em face disto o que lhe resta fazer é tentar uma ação organizada. O homem inicialmente recua para dentro de si, concebe uma ação complexa que leve a atingir fins que diretamente ele não poderia atingir. Na hora que ele recua para dentro de si ele estabelece uma ação ideal, ou se quiserem, a idéia de uma ação. Desde o início ele vê que ele só poderia vencer tanto como indivíduo como espécie se ele conseguisse organizar a totalidade da sua ação dentro do mundo.

Então, em primeiro ligar por esta fatalidade bilológica, o homem aspira à razão, ou seja, à inserção perfeita de seus pensamentos e ações dentro das exigências do mundo externo, e isto surge primeiro como uma aspiração, e não como a posse final. Em decorrência, a imagem de mundo que ele forma também tende a ser progressivamente mais coerente.

Por outro lado, os vários dados recebidos podem se desligar dentro da cabeça dele, isto é, ele viu uma coisa e viu outra e depois esqueceu a conexão, mas que no ela continuam conectados. Por exemplo, a imagem de um animal e o comportamento possível dele. Tem animais cuja simples presença física já traz imediatamente a promessa de um perigo, mas tem outros que não. Se você vê um urso a promessa de um perigo, mas tem outros que não. Se você vê um urso a sua reação é dar risadas, mas o urso é muito mais perigoso que um tigre ou um leão: então é preciso a experiência. Quer dizer que certos dados que estão conectados no real e têm uma relação constante no real nem sempre aparecem unidos no pensamento

humano.

Então, como uma segunda etapa desta evolução, o homem vê a necessidade de coerir cada vez mais todos os dados da experiência com todos os outros dados da experiência, ou seja, formar uma constelação completa.

Numa terceira etapa ele vê que não consegue fazer isto sozinho: é necessário aproveitar a experiência das gerações anteriores. Tanto a evolução do indivíduo quanto da cultura vão no sentido de buscar uma coerência e uma totalidade da imagem do mundo, e de poder retransmitir esta imagem através da educação às gerações seguintes, para que isto aumente o poder e a eficácia da ação humana no mundo. Esta razão que o homem entrevê no mundo objetivo, esta coerência que ele enxerga aos pedaços e que tentando reconstruir idealmente dentro de si surge em primeiro lugar, como um caráter, um traço do próprio real, traço este que ele precisa imitar idealmente, de forma que a idéia venha a ter a coerência do real externo, não uma coerência qualquer, inventada, que só serve para pensar mas não para agir. Para você conceber mentalmente uma ação às vezes é fácil porém para inserir esta ação no curso real das coisas você tem que levar em conta uma infinidade de variáveis. Uma idéia em si mesma pode ser coerente consigo mesma e com suas premissas, porém nem por isso está já coerenciada com as outras linhas causais, que no entanto incidem no lugar e no momento da ação. Esta abrangência cada vez maior da imagem, esta coerência interna e a coerência externa, isto é que se chama razão.

O homem não chega a realizar a razão? Eu acho que o homem é animal racional por direito de fato; se ele fosse animal racional de fato seus *** estariam resolvidos há séculos. Só houve duas grandes definições de homem, a primeira dada por Aristóteles -- o homem é um animal racional -- e a segunda dada por um grande filósofo deste século, Eric Weil, que o corrigiu: ele é o animal que tem a potência da razão. No fundo foi o que Aristóteles quis dizer, mas não disse; ele não quis dizer que o homem é sempre, efetiva e plenamente racional, mas que ele é o único que pode e que se aproxima de sê-lo na medida em que é o animal cuja intenção se realiza harmoniosamente no mundo da experiência real, segundo o encadeamento interno que responde à ordem efetiva das coisas em torno. Para isto o instrumento dele chama-se pensar, mas pensar até um gato, pensa. Macaco pensa, macaco faz silogismo, mas o silogismo dele é limitado, ele pode partir de uma ou duas premissas, mas ele não consegue ter uma simultaneidade de linhas de raciocínio que reflita a totalidade de uma situação em torno. Nós podemos dizer que o pensar do macaco, do gato, só tem coerência interna e que a consciência efetiva do animal com o mundo exterior não é estabelecida ao mundo exterior não porque pensou, mas antes mesmo de pensar, pelo instinto. a adaptação pelo instinto é parcial, evidentemente, pois se você o coloca num ambiente totalmente estranhos à sua espécie ele vai se dar muito mal, ele não é adaptável, e em segundo lugar, o pouco de pensamento que ele tem é subjetivo demais, é um pensamento de fantasia: o dom da fantasia -- memória e imaginação -- os animais, também têm, e às vezes o têm melhor do que os homens, mas é preciso; um cachorro tem memória de coisas que se passaram há muitos anos. E pensar um computador também pensa. O próprio do homem não é o pensamento, mas sim a razão. Esta idéia de coerência total e externa, coerência do pensar com o experimentar, isto é, com realidade de vi e com o fazer, do quer nós concebemos com o que nós fazemos, formando uma espécie de círculo, é a perfeita adaptação do indivíduo ao real, pelo menos idealmente, dentro dos limites da vida humana.

O máximo de perfeição, o máximo de realismo que vemos é o realismo da razão histórica eficiente que prolonga seus efeitos para além da vida do indivíduo ou da geração que a empreendeu, seguindo uma linha dentro da expectativa prevista. Um exemplo, Napoleão Bonaparte -- ele sabia o que era, sabia o que dava para fazer e soube fazer. Isto prova que o homem é capaz de conhecer o real, não o real total, mas é capaz de conhecer totalmente aquele aspecto do real que se ofereceu à sua experiência, portanto é prova de que o homem pode ser racional, embora nem sempre o seja. Não só na ação histórica, mas na ação psicológica, na ação sobre si (conhecer-se, reformar-se), às vezes mais complexa que a ação histórica, e tão difícil quanto reformar o país. Encontramos o gênio da ação histórica -- Napoleão --, encontramos o gênio da ação psicológica -- Goethe -- que, não como personagem público, mas como indivíduo, pelo autoconhecimento, pelo auto- aperfeiçoamento, pelo autodomínio a que chegou, foi um prodígio. agora nas épocas em que predominam estas idéias de ideologias subjetivas ninguém consegue fazer nada, é muito mais fácil esperar os UFOs descerem para reformar o mundo de que empreendermos nós mesmos a reforma.

A razão neste sentido nos aparece como uma necessidade imperiosa. O homem precisa dela a cada momento desde que ele queira agir, desde que ele não queira cair na impotência animal, ser uma mera vítima ou seja, a razão tem de ser e não pode deixar de ser. A razão de ser. A razão surge para nós como uma ausência, uma ausência de uma coisa preciosa, é a ausência de uma verdade, verdade que ao mesmo tempo é poder e sendo poder, é segurança, sendo segurança é a neutralização do medo, e portanto é uma condição para a felicidade. Conhecemos a razão sob esta forma e sob os atos que vamos fazendo em busca do domínio do real.

A intuição, por outro lado, também é difícil de ser apreendida diretamente porque toda intuição é fugaz, e o objetivo de intuição não surge como objetivo de uma operação mental nossa, mas nos surge como se fosse a própria realidade, ou seja, quando falamos aqui em realidade nós queremos dizer o conjunto das coisas intuídas, e se não temos intuição, não temos o real. As sensações não batam para compor o real em torno de nós. O homem adormecido, hipnotizado, inconsciente, tem sensações tanto quanto nós, e no entanto não há um real para ele. É a intuição que preenche a nossa consciência com o real, portanto é a intuição nos oferece um problema, e não haveria sequer problema se não existisse a intuição. O homem necessita da razão porque tem intuição. Se não intuísse não iriam perceber coisa e não iriam sequer levantar o problema. A razão às vezes escapa à nossa compreensão justamente porque a conhecemos idealmente, como uma carência, como uma necessidade a ser preenchida. E a intuição escapa à nossa apreensão justamente porque ela nos parece identificada com o próprio real, estamos no mundo da intuição como um peixe está na água. (Tem aquela célebre estória do peixinho que perguntou para a mãe: "O que é água?" Ela pensou e disse: "Tá bom eu te explico, mas primeiro você me traga algo que não seja água.") Do mesmo modo vivemos no mundo de intuições, tudo para nós são atos intuitivos. Então me mostre algo que não seja intuição, e eu lhe explicarei o que é intuição.

Podemos compreender o que é intuição somente por oposição à razão. Porque a razão é precisamente o que não conhecemos, o que nos falta conhecer, e o que não pode ser jamais objeto de intuição para nós. A intuição é a posse plena da totalidade, da forma de um ser que está diante de nós, a posse plena e imediata. E a razão é exatamente o contrário, é aquilo que nunca possuímos plenamente, mas que precisamos possuir absolutamente, e não estamos satisfeitos enquanto não possuímos. Quando colocamos lado a lado a intuição e a razão compreendemos as duas, porém, se queremos saber só o que é intuição ela nos escapa, e se queremos saber só o que é razão, também nos escapa. A intuição e a razão nos surgem como uma espécie de dois limites, um inferior e outro superior (o inferior que é a base e o superior o que nós aspiramos). Dentro destes dois limites é que se desenrola tudo aquilo que nós chamamos mundo, vida, experiência, conhecimento etc. Compreendemos que se esses dois pontos de baliza estiverem firmemente fixados, as demais funções serão relativamente fáceis de definir e de conhecer.

Na astrocaracterologia prática o estudo das formas de intuição e de razão no indivíduo precede tudo o mais que nós possamos conhecer sobre ele, ou seja, é a junção do tipo de inteligência racional que dará os limites do quadro dentro do qual podemos descrever o indivíduo, precisamente porque estes dois pontos -- o seu tipo de inteligência intuitiva e o seu tipo de inteligência racional -- são os limites que lhe separam de tudo aquilo que não é você. São eles que delimitam o que é sujeito e o que, estando para fora, é o objeto. Particularmente a intuição faz com que o indivíduo se identifique com aquilo que conheceu, q que no entanto não é ele. E isto vai ser um dos pontos mais dramáticos desta psicologia -- nós veremos que a intuição não pode penetrar em certos domínios, ela têm de ser cega para certas coisas. Tudo aquilo que é intuído é tomado pelo indivíduo como realidade imediata e não como operação psicológica. Por exemplo, quando pensamos algo, sabemos que estamos pensando e que foi pensado pode não ser assim, pode ser de outra maneira, existe uma distinção entre o conhecido e a operação cognitiva. Na intuição isto não acontece, o objeto de intuição nos aparece como se fosse o real mesmo, não existindo este intervalo, nós acreditamos imediatamente no que foi intuído sem jamais questionar. Aquilo que é intuído como um todo traz junto todo o mundo de valores e de sentimentos que estão colocados naquela forma, naquele momento, e nós não podemos nos impedir de sentir aquilo tudo. Por exemplo, se tenho a intuição de uma forma bela, quem sente a beleza? Eu. Mas não há distância entre a beleza que eu senti e o objeto visto, também não há distância entre o sentimento de beleza e a apreensão daquele objeto -- veio tudo junto. Podemos compreender que certas realidades que sejam muito complexas, ou muito feias, terríveis, não podem ser intuídas sem a destruição da psique, porque a psique participa imediatamente daquela mesma confusão, daquela mesma feiura, porque o conhecimento direto implica identificação com o objeto. Tudo

que é intuído modela imediatamente o sujeito cognoscente. Isto quer dizer que, no momento em que tenho a intuição da coisa bela, eu sou o sentimento de beleza, estou envolvido, não posso separa. Toda intuição tem um reflexo imediato no sentimento.

Como paramos para refletir sobre a intuição? Não podemos refletir sobre ela diretamente, mas pela recordação. E para recordar a intuição devemos primeiro objetivá-la, e é que faz a arte. A arte reproduz a memória de uma intuição, e sobre isto é que refletiremos.

A imediatez da intuição é um dos grandes dramas do ser humano. assim não podemos olhar para o Sol, não podemos olhar para a intuição diretamente. Se pudéssemos, seria um conhecimento direto demais, e por isto mesmo deficiente, no sentido de que não nos permitiria domínio sobre o dado. existem então limites para esta intuição, do contrário exporíamos o sujeito a ser totalmente absorvido pelos objetos em torno.

Os animais quando nada estão intuindo, estão dormindo. Se não há intuição, não há consciência. No animal não há intervalo. A separação do homem de seu objeto de conhecimento é dada pela razão e pelas outras faculdades, que criam o seu mundo interno, onde ele vê os objetos refletidos como num espelho da alma, de acordo com as formas que ele mesmo cria para representá-los. Isto é o que dá ao homem poder sobre os objetos. Por isso é uma distorsão dizer que o conhecimento intuitivo é superior ao racional. Se a única coisa que se deseja intuir são realidades divinas, esquecendo os filtros racionais, o que se verá não será tais realidades, mas aquilo que está mais imediatamente na frente.

É claro que o homem se identifica com o que está sendo intuído, tomando o objeto como se fosse ele próprio. A intuição nos informa da presença, e para adquirir poder sobre o percebido é preciso recuar para dentro de si, para encontrar a sua medida dentro do quadro real das coisas. Isto quem faz é a razão.

Quando o indivíduo se deixa fascinar pelo que conhece, permanece inerte, incapaz de reflexão, isto caracteriza uma espécie de loucura, que é justamente não se capaz de dar proporção às coisas, e portanto não ter domínio suficiente sobre o quadro relacional. (No mito contado por Apuleio, Psique era proibida de olhar Eros.) Mas também pode acontecer o contrário, quando se suprime o objeto: o paranóico só tem razão, não tem intuição.

O ato intuitivo é imediato. E o que é imediato? É o que não tem mediação, algo que parte instantaneamente da sua psique. para romper com o encanto é necessário que você corte no ato cognitivo, o que foi cognição -- isto é, sujeito -- e que foi conhecido -- isto é, objeto. Isto é possível pelo pensar. Ernest Cassirer definiu o pensar como a capacidade de unir e separar. Então a intuição só une, o pensar corta e a razão reúne distintamente. É uma espécie de síntese inicial confusa, análise, e síntese final distinta: intuição, pensamento e razão.

A razão e a intuição constituem então balizas pelas quais será possível distinguir as demais funções.

Um livro que recomendo sobre este assunto é Arte e Mito, do filósofo ítalo-alemão Ernesto Grassi. Quando ele veio pela primeira vez à América Latina e olhou pela janela do hotel, ficou imediatamente confuso, pois a proporção entre as árvores e as montanhas era muito diferentes das proporções da paisagem européia, a que estava acostumado por dez séculos de pintura. Ele notou que não conseguia pintar a paisagem andina, mas só coisas isoladas. Ele não conseguia enquadrá-las, e assim certas plantas assumiam às vezes uma importância que não tinham. Conclui então que para pintar a paisagem andina deveria assimilar uma proporcionalidade diferente da européia.

P.- Existe uma representação a priori do objeto dentro do indivíduo? Estou me referindo ao arquétipo junquiano.

O que existe é o fato do indivíduo ser racional. O seu pensamento, que se baseia na sua forma corporal, está predisposto de tal forma que se encaminhará à razão. A razão é o padrão de todas as relações, de maneira que as regras da razão já estão dadas de certo modo na própria forma do indivíduo. O famoso debate entre empiristas e aprioristas -- se o conhecimento é dado apenas pela experiência ou se é dado a priori -- é resolvido, assim, pela tese de Aristóteles: não existe conhecimento a priori do objeto, mas uma estrutura cognitiva que é dada a priori.

Piaget, na sua obra, demonstrou este ponto, ou esta etapa do processo cognitivo: o que tem nesta fase são formas combinatórias, as regras do jogo, mas ainda não há objetos, não há peças. É como se fosse um

tratado que desse as regras do xadrez, mas não há tabuleiro nem peças.

A discussão entre platônicos e Aristóteles também é resolvido. Plantão, que só via o conhecimento como anamnese, errou. Mas existe algo que é dado a priori, mas não sob a forma do objeto, e sim sob a forma cognoscente do ser. Quando você nasce, você tem uma forma predisposta a conhecer as coisas de maneira proporcional a essa forma. Por simples introspecção podemos descobrir muita coisa sobre as regras, mas não sobre os objetos.

Uma psicóloga americana, em seu livro Desenvolvimento da Linguagem, descreve o seguinte fato: durante três anos ela gravou o que três crianças de dois anos falavam, desde os primeiros sons até quando conseguiram frases completas. Quando uma criança aprende uma palavra, ela experimenta usá-la dentro de várias regras, por exemplo, como verbo, adjetivo, etc. O significado da palavra a criança desconhece, e o fato de que ela erre ou acerte significa que a palavra nada lhe diz, mas que já há a aplicação de uma regra. Depois que a criança conhece novos contextos externos, ela duplica a experimentação, usando as palavras de várias maneiras, em vários contextos, e assim aos poucos, ela vai compondo a gramática real dentro de uma estrutura prévia que seria a gramática geral.

Piaget e Chomski confirmam desse modo Aristóteles, em três domínios: no campo do aprendizado da língua, desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático e da percepção.

AULA 24

Vamos ler um trecho de O Eclipse da Razão, de Max Horkheimer, que deverá esclarecer o conceito de razão:

"A força que, no fim das contas, torna possíveis as ações racionais é a faculdade de classificação, de interferência e de dedução, qualquer que seja seu conteúdo específico. É o funcionamento abstrato do mecanismo do pensamento. Pode-se chamar esse tipo de razão subjetiva. Ela se preocupa essencialmente com os meios e os fins, e com a congruência dos métodos."

Neste conceito atual de razão, a razão se limita a três coisas: os meios, os fins e a congruência dos métodos.

"Quanto aos fins, ela ou se ocupa pouco deles ou admite que servem ao interesse do sujeito, sob o aspecto da conservação de si, conservação do indivíduo tomada em particular ou conservação da comunidade. Que um objetivo possa ser racional em si, com base nas virtudes que o conhecimento nos faz perceber nele, e esta sem qualquer referência a uma forma qualquer de proveito ou vantagem subjetivos, é uma idéia totalmente estranha à razão subjetiva. Durante muito tempo prevaleceu uma concepção de razão diametralmente oposta a esta de que falamos. Ela afirma a existência da razão enquanto força não somente no espírito individual, mas igualmente no mundo objetivo, nas relações existentes entre os seres humanos e as classes sociais, nas instituições sociais, na natureza e em suas manifestações".

Se, neste conceito da razão ela se ocupa fundamentalmente da congruência dos meios aos fins, então isto mesmo é a finalidade da razão. A finalidade da razão seria congruir os meios aos fins para que sejam alcançados, e os instrumentos com que se realiza esta congruência são a classificação e a interferência, ou seja, o mecanismo abstrato do pensamento. Quanto à discussão dos fins dos fins mesmos é algo perfeitamente alheio ao mundo da razão.

"Os grandes sistemas filosóficos, como aqueles de Platão e Aristóteles, a escolástica, o idealismo alemão, fundaram-se numa teoria objetiva da razão. Esta visava constituir um sistema abrangente ou hierárquico de todos os seres, incluindo o homem e seus objetivos. Este conceito não havia jamais excluído a razão subjetiva, mas considerava tal item como uma expressão parcial e limitada da racionalidade universal. O esforço supremo deste tipo de pensamento visava a reconciliação da ordem objetiva do racional com a existência humana. A teoria da razão objetiva não estava concentrada na coordenação entre conduta e objetivo, mas a idéia do bem maior, sobre o problema do destino humano e sobre a maneira de realizar os fins últimos".

Segundo diz Horkheimer, durante quase toda a história humana vigorou um conceito de razão que abrangia tudo o que foi mencionado. A razão acopola a ordem do real objetivo à ordem natural e à ordem

do mundo humano, sendo que destes dois se tiraram os fins da existência humana. Que fins são esses? Um encaixe harmônico da ação humana dentro da ordem mesma do real. Para a reabilitação desses fins vamos contar com o pensamento. Então aí entra a segunda acepção de razão como ordem do pensar, através sobretudo dos processos de classificação e dedução, que permitiriam a congruência dos meios aos fins, tudo isto se fechando numa totalidade.

O que é maior bem? a realização dos fins na ordem da existência humana. O centro da razão apenas o simples ajuste da conduta a esses fins, mas os fins mesmos.

"Do ponto de vista subjetivista, o termo razão se refere exclusivamente à relação entre, de um lado, tal objeto ou tal conceito e, de outro lado, um objetivo, e não remete de maneira alguma ao objeto ou ao conceito propriamente ditos. Ela não tem jeito racional enquanto tal."

Veja, se abandonamos o conceito da razão objetiva, não apenas os fins enquanto tais saem da esfera da razão, mas a própria realidade objetiva também não pertence mais à esfera da razão. Assim a razão se refere apenas aos pensamentos, não aos objetos; portanto todos os conceitos a partir daí passam a ser mais ou menos convencionais. Eles não têm de corresponder a um ser objetivo, são apenas meios com os quais, de alguma maneira, manipulamos o real, mas em si mesmos, os conceitos não possuem qualquer referência a objetos. Amputamos a razão da referência primeiro à totalidade real, depois aos fins da existência humana dentro deste real, e enfim aos próprios objetos. O que restou? Restou o esquema da combinatória, a silogística, ou seja, a lógica de computador.

"Do ponto de vista histórico, o aspecto subjetivo e o aspecto objetivo da razão estavam ambos presentes desde as origens, e foi preciso uma longa evolução para que se estabelecesse uma predominância do primeiro. A teoria pitagórica dos números, que havia nascido da mitologia astral, tranformou-se, no platonismo, numa teoria das idéias que tenta definir o conteúdo supremo do pensamento como objetividade absoluta, finalmente situada para além da faculdade de pensar, ainda que esteja em relação com ela."

A razão começa a operar ao nível do pensamento humano através da classificação e dedução, porém seu objeto e objetivo último é a ordem mesma do real, situada para além deste pensamento, ou seja, uma ordem que independe de ser pensada por um sujeito humano.

Hoje em dia isso parece quase inconcebível. Como pode o pensamento atingir coisas que estão para além dele? A idéia de uma necessidade intrínseca que é captada pelo pensamento, mas que dele não depende, parece que escapa às pessoas hoje. Por exemplo, às vezes parece difícil aos indivíduos entenderem que a idéia como a de prioridade e de posteridade independe de ser pensada; que a unidade e a multiplicidade independem de ser pensadas para existir; a idéia de causa e consequência existem independentemente do pensar. Isto não são apenas categorias do pensamento, mas categorias do real. A diferença, por exemplo, entre substância e atributo também independente de ser pensada; quando digo que esta mesa é azul, digo que a mesa é uma substância e que o azul é uma qualidade desta substância, qualidade que não poderia existir independente da substância. E esta realidade que estou expressando independe absolutamente de que qualquer ser humano saiba disto ou não. Quando tentamos conceber que uma qualidade possa existir independentemente de uma substância, nos deparamos com uma possibilidade intrínseca.

Quando entendemos que certas coisas são prioritárias a a outras, quer no sentido temporal, quer no sentido temporal, quer no sentido lógico, será tão difícil de entender que não é de uma realidade meramente pensada que estamos falando, e sim de uma realidade que independe do homem? assim também a realidade de que a existência do pai parece necessáriamente a existência do filho. Nós captamos isto pelo pensamento lógico, mas ao mesmo tempo entendemos que a realidade disto independe do pensamento lógico. Se lhes mostro a fotografia de um elefante, este foi captado pela máquina fotográfica, mas sua existência não depende dela.

É cada vez mais difícil as pessoas intenderem que o pensamento lógico consegue captar coisas que estão para além dele, que são de uma necessidade e realidade absolutas, contra a qual o pensamento nada pode. A tendência geral é achar que tudo que é pensado por nós é apenas a combinatória interna do pensamento, e que nada tem a ver com o real. Esta é uma convicção tão arraigada, que se divulgou tanto nos meios universitários que já é um dogma, algo que ninguém nem discute. Uma parte desse princípio diz que o

pensamento nada pensa fora de si mesmo. Daí derivam proclamações como "esta é minha verdade". Evidentemente existem coisas que são verdades subjetivas, que valem apenas para sua experiência, porém há outras coisas que independem da experiência pessoal e de quem quer que seja -- por exemplo, as galinhas talvez não saibam que, no tempo, a existência do ovo precede a do pintinho e, no entanto, precede como se soubesse.

A ordem do real é a ordem da necessidade e da fatalidade, daquilo que é e não pode deixar de ser, daquilo cujo contrário implicaria uma impossibilidade absoluta, não apenas uma impossibilidade do pensar -- podemos até pensar, tanto que fizeram um filme como o "Exterminador do Futuro", onde um sujeito volta ao passado para alterar sua vida futura. Portanto o absurdo é até pensável e imaginável, porém trata-se de uma impossibilidade absoluta, não relativa.

Tudo isso é pensável, mas ao mesmo tempo entendemos que contraria fundamentalmente o real. Mas as pessoas acreditam em pensamentos deste tipo, ao menos implicitamente, ou seja, agem como se acreditassem, o que é pior, porque julgam as coisas em cima desses pressupostos. Por exemplo, qual dos presentes não acreditava mais ou menos que cada um tem a sua verdade? Entretanto ao mesmo tempo desejam a democracia parlamentar. Pergunto, para que um parlamento se cada um tem sua verdade? Por que, então, discutir? Se tudo é uma questão subjetiva, então o que tiver mais força decide.

As convicções de ordem mística sempre coincidiram com regimes ditatoriais; democracia mística é impossível. Se você quiser democracia, então teremos de discutir. E qual será o método de discussão? Vamos usar a persuasão racional ou um método irracional de dominação psíquica? Aí será ditadura de novo.

Todo o mundo quer os direitos, mas se você não quer usar a razão, como vai querer os direitos? Praticamente toda a juventude universitária atual pensa estas bobagens. Foi assim que se foi criando um senso de impotência que isola os indivíduos e torna impossível qualquer ação conjugada para qualquer fim; sempre que se propõe um fim, ele é negado na mesma hora. Estão ficando bobos; e em todo meio universitário brasileiro não há um professor que diga o que estou dizendo, simplesmente porque estão imbuídos da mesma coisa.

"A crise atual da razão consiste fundamentalmente em que, em certo ponto do pensamento, ou esta se tornou incapaz de conceber tal objetividade, ou ainda começou a negá-la, não vendo nela mais que a ilusão. Todos os conceitos de base, esvaziados de seu conteúdo, transformam-se em simples invólucros formais. A razão se formaliza à medida mesma em que se subjetiva. As implicações teóricas e práticas desta formalização da razão são extremamente graves. A receptividade dos ideais, os critérios de nossas crenças, os princípios diretores da ética e da política e todas as nossas decisões finais vêm, enfim, a depender de outros fatores que não a razão. Admite, por hipótese, que eles são matéria de escolha e de predileção, e isto vai situar a ética numa categoria diferente da ciência".

Isto se deve, em parte, ao próprio enfraquecimento da faculdade do pensar. O homem de pouca inteligência não é atingível pela persuasão, porque ele acompanha o raciocínio, segue a conclusão, mas continua rejeitando a conclusão interiormente, ou seja, a razão é demasiado abstrata para que possa persuadí-lo. Este indivíduo só pode ser persuadido por sentimentos ou sensações que o sacudam, que o emocionem ou o toquem. É fácil perceber que se o indivíduo só pode ser persuadido assim ele poderá ser persuadido apenas de poucas coisas, porque é muito complexo produzir sensações ou transmitir experiências de vida que o toquem e o sacudam por dentro. Portanto, esse indivíduo vai se deixar persuadir por duas ou três coisas simplórias em sua vida, e nelas vai acreditar firmemente. Mas, se ele só pode ser persuadido por experiência vivida, não pode ter crítica de sua própria experiência, ou seja, ele está limitado ao círculo daquilo que vive diretamente, exatamente com os animais.

Quando este estado de imbecilidade é promovido como se fosse um estado superior, quando o indivíduo acha que sentir as coisas é superior a ele pensar, não somente ele está preso dentro deste círculo puramente sensitivo, mas também está impossibilitado de sair. Porque toda vez que sair vai se sentir esquisito e estranho. Não são poucos alunos que aqui chegando de aterrorizam quando começam a pensar, simplesmente por não estarem habituados. Naturalmente, já que nosso curso é um curso que exige reflexão sobre si, não há meio de prosseguir sem passar por este tipo de considerações. Talvez para muitos a razão

seja uma experiência nova.

A razão é uma faculdade que todo ser humano tem e que lhe permite captar coisas que estão para além do pensamento e que são perfeitamente reais. Portanto, a razão é um poder. Mas se você abdicou da razão e optou pelo meramente sensitivo, saiba que aqueles que lhe convenceram disso certamente não abdicaram dela. Quando Gurdjieff ou outro palhaço desses convencia os discípulos que precisavam de uma experiência para transcender a razão, ele mesmo não tratava de trancendê-la porque não era louco; ou, loco si, pero no tonto. Do mesmo modo, todos os gurus ensinam mística e agem por ciência, porque não são tontos, e isto sem exceção. Ou temos o uso da razão e somos capazes de conhecer o real, pelo menos o real suficiente para nossas vidas, ou então vem algum guru iluminado dizer como que é.

Se a razão é de fato a ordem universal, ela também é uma só para todos, ainda que os pensamentos sejam diferentes, ou seja, ainda que os trajetos que percorremos para chegar às mesmas conclusões sejam infinitamente diversificados.

O real e o certo podem ser muito difíceis de se conhecer, e de fato o são, porque, como já disse, o homem não é o animal racional, é apenas o animal com direito a razão. Ele tem o direito como um herdeiro tem direito a uma fortuna herdada de um tio que morreu no Mato Grosso; mas se ele não for ao Mato Grosso buscar a fortuna, vai continuar pobre. Esta herança humana, que o homem joga fora, é como a história de Esaú e Jacó, onde o primeiro joga fora sues direitos de primogênito por um prato de lentilhas; neste caso, o prato de lentilhas da mística.

A razão define a condição humana. é a coisa mais valorosa que temos, e muita gente morreu por ela, e morreu feliz. Sócrates preferiu a morte à vida que lhe era proposta.

Uma perda como esta é ainda mais agravada em meio como o nosso, um meio sobretudo misticóide, o único país do mundo que se diz espírita, o único país do mundo onde a sociedade teosófica ainda faz sucesso. Tudo isso acabou para os europeus, que experimentam tudo até ver que não leva a nada e largam; mas nós continuamos. O espiritismo nasceu na França, com o mesmerismo, foi para os EUA, com as irmãs Fox, voltou à França com Alan Kardec e novamente voltou aos EUA, e daí espalhou-se para a América Latina; foi esquecido em todo o resto, mas no Brasil é a religião nacional. Chico Xavier é mártir, profeta e legislador cósmico.

Este meio, onde a primeira universidade foi fundada na década de 30, estragada já na década de 60, onde a população está isolada do que se passa no mundo, primeiramente pelo desconhecimento de idiomas estrangeiros, é mais fácil fazer as pessoas acreditarem em Gurdjieff, Mme. Blavatsky ou qualquer besteira dessas do que fazer as pessoas acreditarem em Platão, Aristóteles ou S. Tomas de Aquino, porque fazem o sujeito pensar, o que dá trabalho. E as coisas que vêm envolvidas numa aura de névoas místicas são mais atrativas, sobretudo para as mentes juvenis.

Particularmente o meio astrológico, do qual alguns de vocês provêm e aonde alguns ingressarão, é reino da burrice. A astrologia é um assunto gravíssimo para ser tratado desta maneira.

Se vocês repararem, há um parágrafo em que Horkheimer afirma: "A teoria pitagórica dos números, que nasceu da mitologia astral, se transformou numa teoria das idéias que tenta definir o conteúdo supremo do pensamento como objetividade absoluta. "Ou seja, deste sistema de que constitui o zodíaco, evolui a teoria pitagórica dos números, que é a teoria das categorias universais, das espécies de seres e o conjunto de tudo aquilo que pode acontecer aos seres, como no aristotelismo: substância, quantidade, relação, etc. Desta teoria pitagórica evolui a teoria dos arquétipos platônicos, que é a teoria das leis eternas que presidem a todo o real e que não dependem do pensamento humano, leis como o anterior é anterior ao posterior e o posterior é posterior ao anterior. Como o princípio de causa, o princípio da razão suficiente, etc., estes são os verdadeiros arquétipos platônicos. Tudo isto nasceu da astrologia, e tudo isto está perdido. Está perdido por sua substituição por uma teoria que reduz ao seu instrumental, e que se defronta por isso mesmo com a impotência ao tratar de qualquer assunto sério, e tem que decidir todos os assuntos baseados no desejo, na emoção, na preferência, na mística, na verdade subjetiva. Mas como voltar com esta "razão", com esta "lógica" a que tudo foi reduzido, ao estudo da astrologia?

Se não existe o real objetivo, se não existe a razão cósmica, se não existe ordem do real, como entender

uma concepção astrológica do cosmos? É absolutamente impossível.

Este texto não foi escolhido por acaso, mas porque tem esta menção a teoria pitagórica. E ele coloca esta teoria pitagórica, saída do mito astral, como o protótipo mesmo da razão objetiva. Platão dizia que o percurso dos astros no céu era o modelo de nossos pensamentos e que nós devemos modelar nosso pensar pelas figuras matemáticas que os astros delineiam no céu em seu percurso, porque, sem nos apoiarmos neste modelo, que é um símbolo corporificado da razão objetiva, o nosso pensamento erra, cai na subjetividade. isto é a essência da astrologia.

Dá para perceber que todas as pessoas que saem do conceito de uma razão objetiva e real, e que não obstante, querem estudar astrologia, não sabem o que estão fazendo. Simplesmente o objeto lhes escapa das mãos, não são astrólogos. Astrólogos só seria de fato aquele que conseguisse modelar o pensamento humano por estes esquemas da razão objetiva, tal como se corporificam simbolicamente nestes ciclos planetários. Apenas então se é como o próprio "cosmos pensando".

Para aprender isto há um enorme trabalho, mas se estará sempre no real. Mas sem a mudança de certas concepções de base não é possível sequer arrancar o objetivo do que possa ser uma verdadeira astrologia.

O conflito hoje entre partidários e adversários da astrologia é um conflito na base de, um lado, ancorados apenas na razão subjetiva, os que se atêm ao estudo da adequação dos fins e meios, ou seja, busca uma ciência que se destine a produzir tecnologia apenas, e, de outro lado, os que desejando ainda pensar sobre quais sejam os fins da existência humana e não conseguindo pensá-lo racionalmente, passam a fazê-lo pelo sentimento, pela emoção, etc. Este conflito é resultado de uma esquizofrenia contemporânea, e não será curada pela tomada de um ou de outro partido, mas voltando a uma idéia realista e universal: existe uma realidade objetiva que tem uma ordem, e a ordem do nosso pensar, as leis da lógica, simulam esta ordem do mundo. Na medida em que a ordem de nosso pensar se afasta da ordem do real nos escapa. Isto significa que a lógica não é a razão, mas apenas uma parte dela, e que deve se modelar por ela para progredir e se tornar cada vez mais perfeita. Se ao contrário nós reduzimos a lógica à razão subjetiva, que é o campo da lógica formal, nos afastamos do real.

No simbolismo astrológico a faculdade humana da razão é aquela que encontra uma correspondência com Saturno, e a faculdade de pensar em geral com mercúrio. Não existe o planeta da lógica -- este seria uma mistura de Mercúrio e Saturno, um pensamento racional. Sendo assim vocês não terão dificuldades em perceber que, ao longo da história todos os grandes lógicos e matemáticos tinham algum aspecto significativo entre Mercúrio e Saturno. E ainda a astrologia antiga dizia que o planeta Mercúrio colocado nos signos de Saturno -- Aquário e Capricórnio -- dava aptidões lógicas.

Não devemos confundir pensar com razão. O pensar é discorrer de uma idéia a outra, através de simbolização tanto lógica quanto não lógica, pois mesmo o pensamento ilógico é pensamento também. Ao pensar contrariamos as leis da lógica, o sujeito prova, no mesmo ato, a independência da razão do pensar. Se o pensar fosse idêntico à razão nós não poderíamos pensar nada de simbólico ou mitológico, ou fantástico, nem ao menos narrar histórias, e muito menos errar. Nosso pensamento seria sempre lógico.

O pensar, sendo uma faculdade de simbolizar e discorrer, pode se modelar pela cronologia (que nada tem a ver com a lógica), quando narramos acontecimentos, uma história, que nem sempre é contada numa ordem lógica de hierarquia de causas e efeitos, mas pela simples seqüência temporal. Quando descrevemos algo que vemos, uma mesa por exemplo, modelo meu pensamento pela forma física desta mesa. O pensamento é uma faculdade infinitamente plástica, que é modelada pelo objeto de que está falando. No momento em que se perdeu a idéia de razão como ordem universal real, a ordem lógica teve de passar a ser considerada um atributo do próprio pensamento.

Temos então este segundo conceito de razão: as regras do pensamento que modelam ele mesmo. O pensamento seria auto-regulado, inventando e aplicando a si mesmo sua própria regra, não se modelando por nada além dele. mas quando o pensamento conta uma história, por exemplo, não está inventando sua própria regra, mas estas estão dadas pela natureza do acontecer.

Se o pensamento possui uma regra própria, esta regra chama-se significação: uma coisa remete a outra, e esta a uma terceira. Este é o módulo do pensamento. Esta regra, em última análise, é que se chama

analogia; o pensamento é presidido pela analogia.

Basta isso para percebermos que o pensamento em si mesmo não é lógico e não tem porque sê-lo. Ele somente tem que ser lógico se quiser sê-lo, ao obedecer a razão e refletindo a ordem do real em sua totalidade. O pensamento se torna e modela pelas leis da lógica só com este fim. Como já disse René Guénon, as leis da lógica nada mais são que as leis do ser, transpostas a um nível microcósmico do pensamento humano; as mesmas leis aplicadas a um domínio mais restrito que é o domínio do pensar humano.

O pensamento pode se modelar até pelo sentimento e pela memória. Por exemplo, o homem, para ser sincero, precisa que seu pensamento se modele pela memória dos pensamentos reais. O que obriga o pensamento a refletir os sentimentos reais? Nada. Tanto que na maior parte dos casos pensamos num sentimento e falamos de outro. Como no esplêndido filme "Testemunha de Acusação": nele, uma velhinha que é testemunha, inquirida pelo advogado de defesa: "a senhora é antagonista do réu?', responde: "não ele é um maldito, desgraçado; eu o odeio, mas não sou sua antagonista". O sentimento é ódio, mas no pensamento a mulher é neutra. O pensamento não refletiu o sentimento não refletiu o sentimento real neste caso.

O pensamento é plástico. Por isto mesmo mercúrio é um metal líquido, que assume a forma do recipiente em que é colocado. Se este recipiente for sentimento, sua forma é sentimento. Se for memória, e assim por diante. Quando o pensamento reflete a intuição denominamos arte: o artista vê uma vaca e depois representa exatamente como a viu: isto é o pensamento modelado pela vontade é ética ou moral: o pensamento que é obrigado a pensar em certa coisa não porque reflita a intuição, mas porque reflete a sua decisão livremente escolhida -- assim é o mundo da moral. O pensar modelado pela ação prática é a política.

Todas as manifestações da cultura humana vão ser expressões do pensamento conforme ele se modele pelas várias faculdades com vistas aos distintos fins que o ser humano almeja.

Dissemos a pouco que o pensamento pode ser modelado pela intuição, mas não é bem isto; a intuição é fugaz, e o pensamento só poderá ser modelado pela memória da intuição, a partir de onde o sujeito constrói, através de sua técnica artística, a reprodução da intuição gravada na memória ou na imaginação.

No começo de nosso curso eu lhes disse que para que exista uma astrologia é necessário que a interpretação de cada planeta seja totalmente independente da de outro planeta, porque a posição de um planeta no céu não exige a posição de outro; eles são desconectados e sem elo causal. esta condição se aplica inteiramente aos planetas, exceto em parte a Vênus e Mercúrio. Por serem planetas internos à órbita terrestres, vamos vê-los sempre próximos ao Sol. Concomitantemente, constatamos que as três faculdades representadas por estes planetas estão interligadas. É fácil ver por que a interpretação de cada deve ser destacada uma da outra, pois para que haja a síntese é preciso que haja os elementos. Mas no caso de Vênus, Mercúrio e Sol suas interpretações estarão mais imbricadas, desde que suas posições no céu têm certo grau de interdependência.

Também entre as faculdades representadas por estes planetas existe o mesmo vínculo. Assi, a intuição só nos chega através da memória, porém a memória não basta a si mesma. É preciso uma faculdade que objetive ou expresse o dado da memória, primeiramente para nós mesmos, través da reflexão. Desta forma compreendemos e abrangemos nossa intuição não de forma racional, mas artística. Mercúrio representa esta faculdade expressiva que, através de alguma forma de linguagem, dá uma existência objetiva externa à matéria de nossas intuições, conservadas em nossa memória.

O maior filósofo da estética do século 20, Benedetto Croce, chama de intuição aquilo que nós entendemos por Sol, Vênus e Mercúrio, astrocaracterologicamente. Ele diz que a intuição é a captação do dado através da memória (e imaginação) e da linguagem (expressão).

Entendido isto, entramos na astrocaracterologia prática, e veremos como eventualmente os conceitos dos vários planetas poderão ser transpostos a uma prática astrocaractelógica, ou seja, a uma astrologia particular a cada indivíduo. Também espero que tenham entendido que, se as faculdades são as mesmas para todos os indivíduos; elas só pedem se distiguir entre eles por duas meninas: primeiro pela quantidade, ou seja, alguém pode ter mais intuição ou mais memória que outro; segundo pelo objeto visado pela

faculdade em particular. As diferenças de indivíduo serão conforme essas faculdades estejam mais desenvolvidas ou menos desenvolvidas, e conforme os indivíduos estejam habituados a aplicar estas faculdades a tais ou quais objetos. Tudo isto corresponde ao que a antiga astrologia chamava dignidade planetária r à situação dos planetas nas várias direções: signos e casa. Entendemos que a possessão dos planetas indica a seleção dos objetos das faculdades que são sempre as mesmas. Isto é o cerne da técnica astrocaracterológica.

O problema do holismo na astrocaracterologia é a tremenda confusão que faz: se alguém possui Mercúrio em posição desfavorável; isto não pode ser compensado por outro planeta, porque cada um é um. Se você contrata uma cozinheira e uma faxineira, o fato de a cozinheira não trabalhar e sua casa estar limpa não melhora sua alimentação. A solução para o prejuízo de uma faculdade não está nas outras. Só há ajuda vinda de fora, pela cultura, pela educação. Nenhuma posição planetária compensa nenhuma outra, assim como a qualidade da faxineira não compensa a preguiça da cozinheira. Também se misturam muito as interpretações de signos e planetas. Nesta visão um planeta fora do lugar que lhe convém é compensado pela presença de outro planeta no lugar que convém ao primeiro. É a mesma coisa que dizer que a cozinheira, trabalhando no banheiro, compensaria a ausência de uma faxineira. Os planetas são coisas, e portanto, até certo ponto, podemos considerá-los como forças, mas os signos e as casas são apenas lugares. Já as constelações são coisas, e podem ser consideradas como forças causais atuantes. percebem que uma teoria tem de considerar tudo, mas limitando um campo por facilidade prática. Como disse também no início do curso, a astrocaracterologia tem de levar em conta quatro zodíacos: o zodíaco das constelações, o zodíaco tropical, o zodíaco dos planetas, ou seja, as regências e os signos, encarados como lugares daqueles planetas, e o zodíaco das casas, sendo estes escolhidos dentre muitos outros, entre o zodíaco do próprio corpo humano.

Aqui estamos estudando a psicologia, o caráter do sujeito, não a educação que teve ou sua posição social. Digo isto para lembrar que ninguém faz sua vida apenas com os elementos de sua personalidade: esta encontra sua matéria no mundo externo. Entre o indivíduo tem uma história, e não apenas um caráter.

Se a astrologia clássica tem razão, e esta correspondência entre as faculdades e os planetas num mapa indicará uma ou mais faculdades dominantes, assim como as faculdades menos significativas.

Tudo isso faz parte de um corpo de hipóteses que estamos caminhando para verificação, mas estamos bem longe de poder fazê-lo agora. Para isto será necessário completar os estudos biográficos, e então levantar o caráter do biografado sem levar em conta seu horóscopo. Feito isto, cruzaremos ambas as séries de dados -- -- biográficos e astrocaracterológicos. Sem ter feito isto ninguém poderá ter o domínio da técnica astrocaracterológica.

Para compor nosso conjunto de critérios, duas correntes astrológicas estão sendo cruzadas: uma é a teoria clássica da regência; outra a teoria astrocaracterológica propriamente dita. Ambas as coisas fazem parte de nosso corpo de hipóteses, que não devemos considerar verdades de fato, mas apenas fruto de dedução teórica e filosófica. Para saber se elas se aplicam no mundo real, vamos ter de primeiro completar a exposição da teoria, resumí-la, e então ir aos fatos munidos de um critério de identificação da teoria com os fatos. Ou seja, teremos de fazer o raciocínio de que "se tal conceito é verdadeiro, tal fato deverá suceder em tais situações".

Já dissemos que o estudo biográfico será indispensável, mas antes de um estudo biográfico sistemático, é preciso ter material biográfico escolhido e lido, isto antes de consultar o mapa do personagem, porque isto criaria um viés, através do qual toda a interpretação da biografia tomaria uma certa direção premeditada. Se por acaso o mapa do personagem lhe tiver chegado inadvertidamente, será preciso uma autofiscalização muito trabalhosa.

Sem o levantamento biográfico geral prévio, nós não vamos conseguir tirar a informação específica que precisamos, que é a informação caracterológica. É preciso antes conhecer vários fatos da vida do sujeito, incluindo as circunstâncias, para depois, por meio de certas perguntas-chave, poder observar o personagem sob um ponto de vista especial.

Paralelamente teremos já escrito todas as posições planetárias chave, detalhadamente, não nos contentamos apenas com o princípio de cada uma.

As faculdades são sete, e se distinguem pela dominância, e pela posição em signos e casas. A primeira distinção é de caráter quantitativo, por estabelecer qual a faculdade dominante e qual a secundária (quase no mesmo sentido em que fala Jung). A segunda é de caráter direcional, ou seja, quais faculdades se aplicam preferencialmente a quais tipos de objetos. Ainda está faltando explicar o que quer dizer este "preferencialmente", o que faremos mais tarde. Sendo assim, ainda não estamos na condição de partir para uma descrição astrocaracterológica de ninguém, muito menos de vocês mesmos; estamos ainda num campo bastante abstrato.

Retomando a faculdade reflexiva, o pensamento: alguns acham que a linguagem é a expressão do pensamento, quando antes o pensamento é expressão e é linguagem. Todos os atos intencionais são expressões, porque apesar de não haver neles conceituação -- que é papel da razão --, há um encadeamento de uma coisa com outra, e isto é pensar. mesmo o andar pode ser entendido como pensar, porque ele não seduz ao movimento das pernas: afinal, se alguém anda, anda em direção; assim, existe uma conexão entre o movimento feito e o objetivo com que é feito. Esta conexão é a linguagem. Não há nada que o homem faça que não seja linguagem, a não ser que seja um ato involuntário. Alguém que padeça da doença de S. Vito não está expressando nada em sua agitação corporal, apenas não consegue parar com ela; ainda assim, esta agitação pode ser encarada como uma linguagem do organismo, que por esse sintoma revela a doença. É incrível que existam teorias querendo afirmar que a arte se dê por um processo semelhante, porque há uma diferença abismal entre o que emana do corpo e o que é feito com ele para alguma finalidade. A idéia de arte como automatismo, que era a proposta surrealista, resultou em obras que hoje nada dizem, por outro lado os artistas declaravam que trabalhavam por automatismo, mas na verdade essa impressão de automatismo em suas obras era intencional, calculada. Outra besteira é a pretensão de que a arte tem de ser inconsciente. Na verdade pouco importa se o material artístico vem do consciente ou do inconsciente, porque a arte só começa no momento em que se expressa; portanto, se o material artístico não passar pelo consciente não haverá arte alguma -- ninguém pinta dormindo. Só quem nunca tentou realizar alguma forma de arte pode fazer tais juízos. A arte não se define pela sua matéria, mas pela forma de expressão, qualquer que seja o objeto exprimido.

O pensamento é sempre um movimento. Não pode haver pensamento estático, mas sim recorrente, que vota ao mesmo ponto. pensar é transito, discurso, mudança. Pensamento é significação, é assimilar uma coisa através de outra, e é sempre indireto e reflexivo. O pensar é uma força plástica, que se amolda a objetos infinitamente diferentes, conforme suas necessidades. até as outras faculdades podem lhe servir de modelo. Dá para entender agora porque o pensamento é tão difícil de ser definido, talvez a faculdade mais difícil de ser definida.

Enfim, tudo é pensamento, ele nunca pára, mesmo quando dormimos. Pensamento é linguagem, portanto expressão, que vai além de seu objeto, transformando-o subjetivamente. Todo elemento de linguagem é sempre material. O pensamento é expressão da existência objetiva, do dado da memória, o qual vem da intuição. Por isso mesmo, quando Croce identifica intuição, memória e expressão (ou linguagem), ele não está totalmente errado, porque, na prática, funcionam como se fossem uma única faculdade. Assim, a intuição de algo não é conhecimento, mas a simples constatação da presença de um objeto; depois, refletindo, o pensamento separa o que era objeto, sujeito e ato cognitivo. Somente então conheço. a função própria da intuição não é conhecer, mas dar a conhecer, apresentando um objeto que se transforma em conhecimento após ser guardado na memória e submetendo a reflexão, que objetiva a intuição memorizada. A intuição fornece um material já recortado do fundo, e neste sentido já é conhecido, porque impõe uma forma; já não é um pastiche como o material da sensação pura.

Sendo assim, os animais também conhecem um mundo real, porquê têm tanta intuição quanto nós; conhecem um mundo de entes distintos: o gato sabe distinguir uma sardinha de uma vassoura.

Todo conhecimento é um lento processo de formalização. Os sentidos dão a matéria inicial, a intuição produz a percepção, fazendo uma primeira seleção que recorta seres distintos, notando suas presenças. Porém só tomo conhecimento disso quando essa intuição é guardada na memória, e depois o pensamento a objetiva novamente para mim.

O sentimento não fornece conhecimento. É uma reação marginal a todo o processo cognitivo, porque quando temos uma intuição também temos uma reação interna a ela. Mas o sentimento nada revela sobre o

estado do sujeito. Mais tarde a reflexão sobre o sentimento será fundamental oara o autoconhecimeto; antes disso ele é apenas uma força que move o processo cognitivo, porque sem nenhuma reação interna não há atenção ao objetivo, o sentimento é motivação do conhecer.

A linha do processo cognitivo é intuição; memória; retorno à intuição memorizada, ou reflexão. O sujeito faz tudo isso porque tem o desejo de fazê-lo, mas o desejo não é cognitivo. Não pode haver intuição sem objeto; a memória por sua vez se baseia na intuição; o pensamento vai refletir sobre o objeto intuído conservado na memória. Mas, dando um objeto, não está dado o sentimento; ele não decorre do objeto, não existe conexão lógica entre eles. Em momentos distintos pode haver sentimentos sobre o mesmo objeto. O máximo que o sentimento vai fazer é incentivar ou deter o processo cognitivo, sem fazer parte da estrutura cognitiva. Deste ponto de vista, a intuição é um pressuposto do sentimento, e este por sua vez é pressuposto do restante do processo cognitivo. Portanto a linha completa do processo cognitivo. Portanto a linha completa do processo cognitivo seria assim, sentimento, memória e pensamento.

A questão do "conhecimento direto" é uma metáfora mal colocada. Pois, se é conhecimento, trata-se de uma relação sujeito-objeto. Mas quanto a uma plena identidade entre ambos, ela só poderia ser do ponto de vista da anterioridade de sujeito e objeto ao processo cognitivo, enquanto dois pólos que fazem parte do mesmo real. Se há conhecimento, ele é indireto. Uma percepção intuitiva da totalidade da estrutura do real seria uma intuição do conhecimento racional, ou seja, contemplação. Ela é dita direta e imediata porque não é mais necessário refazer todas as cadeias dedutivas, que já estão pressupostas. Portanto é conhecimento direto somente em sentido metafórico, porque todo o caminho que leva a ele já foi percorrido.

Diz-se que Saturno tem algo a ver com o tempo, o que não é verdade. Isso resulta de uma confusão semântica entre Cronos e Kronos, de onde vem a palavra "coroa", que é símbolo de poder. Por circunstância, todos os problemas saturninos demoram muito tempo para se resolver, mas podem se resolver rapidamente se o sujeito for inteligente. de fato, o desenvolvimento da razão só é atingido na idade madura, se chegar a acontecer. Mas não há uma ligação intrínseca com o tempo; ao contrária, a razão é temporal, pois forma um quadro estático que tem mais a ver com o espaço do que com o tempo.

Nas próximas aulas veremos com cuidado o problema da quebra do esquema de coerência (o esquema racional), com a noção de absurdo, que é quando o sujeito rejeita informações de outras faculdades, e as toma como perigosas e intimidatórias, e por fim, absurdas. Com isto rejeita também a própria atividade das faculdades. É o trauma cognitivo, que iremos estudar.

Podemos dizer que qualquer função que mantenha aspectos com Saturno dificilmente será encaixada num quadro racional, e portanto parecerá absurda, e talvez depois de alguns anos seja aceita como razoável, talvez tarde demais. As funções correspondem a necessidades humanas, mas a suprema necessidade, mais que o sentir e o pensar, é a necessidade de coerência. O homem não suporta o absurdo, tem de achar uma explicação para tudo. Qualquer outra necessidade, confrontada com a de coerência, sai perdendo. O homem prefere uma tristeza imensa ao absurdo, a miséria ao absurdo. O absurdo contraria e dissolve a forma humana, ninguém a deseja, mesmo a morte é aceitável, a partir do momento em que não é considerada absurda. A morte é um dos símbolos do absurdo.

Quando não há nenhuma função fazendo aspectos com Saturno, o confronto de ambas fica adiado, ou seja, não é sugerido desde cedo.

Outubro de 1990.

AULA 25

Texto: BIOGRAFIA E DESTINOLOGIA

1) Princípios de estudo biográfico

2) O conhecimento biográfico é preferencial nos estudos do ser humano

3) A psicanálise é esquema auxiliar mas não fundamental

4) A cronologia de carreira é feita segundo um princípio de seleção que

não é intrínsico à biografia do indivíduo.

5) Você não compreenderá no outro o que não compreende em si mesmo.

AULA 26

BIOGRAFIA E DESTINOLOGIA

- Introdução -

É evidentemente impossível pronunciar qualquer julgamento, que se pretenda científico ou ao menos intelectualmente relevante, sobre um ato, um episódio, um traço de caráter ou uma qualidade de um homem, sem tomar como pano-de-fundo e pressuposto, implícito ou explícito, consciente ou inconsciente, patente ou inconfessado, um quadro de valores e critérios, uma visão geral da vida e do destino humanos, uma antropologia filosófica qualquer, ou, para resumir, uma antropovisão. Por trás de qualquer julgamento particular, por trás mesmo da simples constatação de "fatos", existem sempre princípios gerais que delimitam, enquadram, esquematizam e mesmo determinam nossa visão e nossa avaliação das coisas, seres e situações.

Nem sempre estamos conscientes desses princípios, que muitas vezes absolvemos passivamente das crenças e hábitos do meio-ambiente, e que passamos a aplicar sem nenhum exame crítico.

Nas épocas de forte consenso coletivo quanto aos valores e metas da vida humana, esse automatismo no julgamento dos casos individuais não chega a ser prejudicial, porque o hábito de julgar sempre com base nos mesmos princípios -- por errôneos ou estreitos que sejam em si -- faz com que as pessoas, com o tempo, desenvolvam uma habilidade, uma espécie de sabedoria prática, que as ajuda a avaliar corretamente as situações concretas, compensando a estreiteza dos princípios.

Porém nas épocas de mudança acelerada de valores e critérios, não pode mais o homem apoiar-se no automatismo, sem risco de erro. Pois os consensos em que crê apoiar- se são limitados no tempo, isto é, destinados a perecer cedo ou tarde sob o impacto da crítica, ou limitados no espaço, isto é, restritos a determinados grupos sociais, cuja voz não teria por que desfrutar de autoridade sobre a sociedade como conjunto. Aí não resta ao homem honesto outra alternativa senão entregar-se ao laborioso esforço de examinar criticamente os pressupostos de seus julgamentos, até poder chegar a um critério maduro e, tanto quanto possível, independente. É numa situação assim que nos encontramos.

A necessidade desse exame é tanto maior para as pessoas que estejam profissionalmente, ou por hábito intelectual, envolvidas na compreensão e avaliação de atos humanos; refiro-me particularmente aos psicólogos, juristas, médicos, sociólogos, assistentes sociais, pedagogos, etc. Os astrólogos não teriam como deixar de incluir-se nesse grupo, dada, sobretudo, a crescente importância social do seu ofício.

No entanto, tenho constatado que os quadros criteriológicos em que a maioria dos astrólogos de hoje apoia suas análises e interpretações se constituem freqüentemente de um amálgama improvisado e grosseiro de crenças absorvidas, sem exame, do meio- ambiente ocultista em que os astrólogos vivem, e depois irresponsavelmente impingido aos clientes, como norma e padrão absoluto para o julgamento de seu horóscopo, dos trânsitos planetários e, enfim, do seu destino individual.

Não me refiro à técnica interpretativa, nem à linguagem simbólica da astrologia, que os profissionais do ramo em geral dominam com suficiência. Refiro-me, isto sim, à sua antropovisão, que é o critério e fundamento pelo qual se avaliam os dados astrológicos, e que serve de guia para a orientação psicológica e

psicopedagógica do cliente.

Absolvendo, sem crítica, noções éticas, morais, metafísicas e psicológicas que simplesmente "estão no ar" no ambiente ocultista, muitas vezes os astrólogos deixam filtrar- se, nas suas interpretações, as maiores absurdidades, de que, nem sempre se dão conta.

Ocorre, por mal dos pecados, que juízos particulares aparentemente sensatos podem originar-se em princípios gerais perfeitamente absurdos; e só são aceitos na medida em que estes princípios permanecem inconsciente ou inconfessados. Uma análise lógica das interpretações dadas pelos astrólogos a uma infinidade de situações concretas particularmente acabaria por trazer à plena luz do dia esses princípios latentes, o que bastaria para evidenciar a sua obscuridade.

Por exemplo, quando um astrólogo interpreta os ângulos desfavoráveis de Saturno, de Marte ou de Plutão como "lições" para o "aperfeiçoamento moral ou espiritual" do indivíduo, ou propõe que "sutilizando as energias" desses aspectos planetários o cliente poderá ascender a níveis mais elevados de consciência e de existência, que é que está querendo dizer, no fundo? Ou antes: que é que está afirmando implicitamente? Em que pressupostos se apoia? Vejamos apenas dois:

1o - - Tal interpretação se baseia na convicção de que a sutilização energética, a passagem de um nível mais denso a outro mais fino de energia, tem por si um significado moral espiritual positivo; mais ainda, que sutilização e espiritualização sejam coisas idênticas. A diferença entre matéria e espírito fica assim reduzida a uma graduação quantitativa, escamoteando-se o abismo que existe entre realidades de diversa natureza ou essência. É o que o Dalai Lama chama "materialismo espiritual".

É preciso ser muito ingênuo ou mal-intencionado para professar uma doutrina tão boba, mas acontece que no campo astrológico muitos a aplicam sem professá-la, quer dizer: seguem-na inconscientemente.

Creio que doutrinas como essa são postas em circulação por inimigos da humanidade, que com elas pretendem sujeitar a escárnio a inteligência humana. Tais indivíduos são o que as religiões chamam de diabos. Um diabo é uma criatura empenhada em aviltar a inteligência humana, dando ao homem todas as oportunidades de erro para em seguida "provar" que é incapaz de ater-se à verdade. Os alunos aqui presentes já são bem grandinhos para poderem compreender que o que as religiões falam sobre os pecados -- gula, luxúria, etc. -- não passa, às vezes, de um conjunto de metáforas destinadas a significar os erros e desvarios da inteligência, que conduz a vontade. Que a gravidade de tais advertências tenha, ao longo dos séculos, se rebaixado ao zelo idiota de padrecos que fiscalizam meninos para não se masturbem, é, a meu ver, somente mais um sinal de quanto o diabo tem sido bem sucedido na sua empresa de reduzir ao ridículo a inteligência humana.

Para que se perceba o quanto é grotesca e aberrante a doutrina do materialismo espiritual, basta notar que ela implica serem as pedras mais densas, espiritualmente inferiores à energia elétrica, e esta, por sua vez, muito menos santa do que a sutilíssima energia atômica. Por essa teoria, a bomba que "sutilizou" os muros de Hiroxima e Nagasaki foi um esplêndido benefício espiritual para a humanidade.

É claro que essa é uma doutrina que só serve para indivíduos lesados, incapazes de aprender o que quer que seja do reino do espírito, que é o reino da verdade, da universalidade e da liberdade, e que nada tem a ver com energias, sutis ou grossas, nem com a falta delas, assim como a forma do círculo não tem nada a ver com o papelão, a madeira, o metal ou qualquer matéria, grosseira ou fina, em que o recortemos. Não se pode atingir o espírito por sutilização da matéria, tal como não se pode alcançar o infinito pela soma de qualidades indefinidas, por maiores que sejam.

2o -- A referida interpretação pressupõe ainda que o cosmo físico tenha sido propositadamente construído de modo a favorecer o aperfeiçoamento moral do homem. Toda a natureza estaria, assim, repleta de lições quanto ao certo e ao errado nos comportamentos humanos, faltando apenas, para cada evento natural, extrair a respectiva moral da história. É o que eu chamo moralisno cósmico.

Essa ideologia enfatiza a continuidade -- para não dizer a identidade -- entre o mundo da necessidade física ou natural e a esfera da liberdade moral humana. Não enxerga a menor diferença entre o fenômeno da influência astral em si mesmo, fisicamente ou energeticamente considerado, e o significado que possa ter para este ou aquele indivíduo ou para este ou aquele grupo social. Lê nos eventos cósmicos uma

intencionalidade psicopedagógica e direta; e, quando, ao fazê-lo, professa estar usando de "interpretações simbólicas" ou analógicas, demonstra apenas não saber o que é a linguagem dos símbolos, pois esta, sempre variável e dúplice por natureza, é incapaz de fazer por si mesma qualquer advertência ou recomendação, sem o auxílio de um quadro axiológico previamente dado, que possa aferir o valor moral e prático das significações apontadas.

Ao misturar numa pasta confusa o mundo da natureza e o mundo moral humano -- sem ter em conta as múltiplas transições e atenuações dialéticas que intermedeiam o seu relacionamento --,, essa doutrina, se assim cabe chamá-la, omite a distinção entre causalidade e significação, que se tornou clássica nas ciências humanas desde Weber. O resultado prático desta omissão é que o indivíduo, o cliente, é implicitamente convidado a abdicar da liberdade da sua consciência moral, isto é, da capacidade de escolha racional dos fins, para deixar a condição de seus atos à mercê do arbítrio do cosmos físico, doravante incubido de nos ditar os comportamentos a adotar ou a evitar em cada situação. Acreditando elevar-se a uma "consciência cósmica" superior, tudo o que o indivíduo consegue é amortecer a única consciência de que efetivamente dispõe, para tornar-se daí por diante um mero sensor de sinais e presságios. Retorna assim à mais arcaica e grosseira superstição dos augúrios naturais, que acaba por substituir a consciência moral racional em dissolução.

A doutrina do moralismo cósmico surgiu como uma reação, até certo ponto cabível e justa, contra o pendor da astrologia antiga de rotular como benéficos ou maléficos os planetas e aspectos planetários, sem qualquer contrapeso dialético. Ocorre apenas que a astrologia fazia tais julgamentos apenas desde um ponto de vista dos fins práticos mais óbvios de ação humana individual, vendo um bem naquilo que a apoiava e um mal no que lhe oferecia obstáculo, no mesmíssimo sentido em que na vida diária acreditamos topar com oportunidades e impedimentos, sem que isso implicasse louvor ou censura moral aos astros, aos aspectos ou muito menos ao cosmos, como um todo. Ao contrário: basta notar o quanto a cosmovisão dos astrólogos e pensadores astrológicos de antigamente era dependente das concepções religiosas -- greco-romanas, cristãs, judaicas ou islâmicas -- para perceber que eles simplesmente não poderiam sequer chegar a conceber que uma força natural qualquer fosse por si algo de intrinsecamente maléfico ou benéfico, pois todas essas concepções religiosas, o mal e o bem só podem existir como tais na esfera da liberdade moral, estando, por definição, excluídos do reino da necessidade natural. Quando, portanto, Ptolomeu ou Bonatti ou Ibn Arabi ou Morin de Villefranche ou Fledd falavam do maléfico ou benéfico dos planetas, se referiam exclusivamente aos efeitos coadjuvantes ou impeditivos que exerciam sobre os fins e atos humanos, que, estes sim, podiam ser bons ou imorais, nobre ou vis.

Em suma: não havia nenhuma conotação moralizante nos rótulos de benéfico ou maléfico, os quais se referiam tão-só àquilo que era conveniente ou inconveniente aos fins práticos de ação humana. Não existia maior intenção moral nessas qualificações do que existe na máxima de Chico Buarque de Hollanda: "Antes rico e com saúde que pobre e doente." E os que enxergam nelas tais intenções estão somente se deixando enganar pelo sentido aparente das palavras "bom" e "mau", subentendendo que, se tais palavras são usadas em matéria moral, então devem ter um sentido moral onde quer que se encontrem.

A reação equivocada e pedante contra tais denominações se inspira numa extensão equivocada e pedante da rebelião contemporânea contra os códigos morais. Explica-se pelo fato de que, em certos indivíduos, essa rebelião atingiu um tal ápice de ojeriza e nervosismo, que tais pessoas não podem sequer ouvir falar as palavras "bom" e "mau", sem reagirem com furiosa indignação contra uma inexistente madre superiora, que sua imaginação enxerga por toda parte como um símbolo universal e onipresente da odiosa repressão.

Ora, uma rebelião contra a moral é, evidentemente, uma atitude moral. E, se a doutrina antiga sobre os planetas maléficos e benéficos era prática e não moral, a reação atual contra ela, inspirando-se em motivos morais, não poderia deixar de ser moral e não prática. Uma postura sistemática e rígida contra um moralismo não pode ser outra coisa senão um moralismo às avessas, só que procurará enxergar o mal onde seu adversário via o bem, e vice-versa. Assim, Saturno e Marte, se eram maus para o corpo, adquiriram, por uma prodigiosa confusão de planos, a fama de serem bons para a alma; de causadores de febre e anemias, tornaram-se professores de ética; de inimigos naturais, tornaram-se amigos e mestres espirituais. O sentido moralista e bobo de toda essa inversão é demasiado evidente para que seja preciso insistir neste ponto.

A doutrina do moralismo cósmico pretende, como foi dito, extrair conseqüências morais diretamente de fenômenos naturais. Com isto, confunde o plano da teodicéia, que é da justificação moral da criação cósmica, com o plano imediato e prático das conveniências da vida, esquecendo que nem tudo que é bom para o cosmos como um todo é bom para o indivíduo enquanto tal, e vice-versa, e de que, mesmo no plano mais geral da teodicéia, o reino universal do bem não excluiu a existência de uma infinidade de males específicos e particulares que, nem por contribuírem, em última instância, para o bem universal, deixam de ser males no seu próprio nível e esfera.

Em segundo lugar, essa doutrina, como a anterior do materialismo espiritual, confunde o plano da necessidade natural com o da liberdade moral, pretendendo enxergar nos fatos da natureza intenções moralizantes, aliás duma vulgaridade sem par, e esquecendo, novamente, que a interpretação de símbolos não pode, por si, levar à afirmação positiva de um "faça" ou de um "não faça" sem a intermediação de um código moral que, por sua vez e pelas mesmas razões, tem de ser dado antes e independentemente dos fatos naturais e simbólicos considerados, e que não poderia jamais ser deles deduzido.

Em terceiro e mais grave lugar, ao introduzir no estudo do fenômeno astral considerações morais absolutamente extemporâneas, a astrologia abandona o seu campo legítimo e específico para arrogar-se a posição de uma superciência que seria ao mesmo tempo metafísica, ética, pedagogia, psicologia, medicina e jurisprudência. É tão habitual entre os astrólogos, hoje, encararem sua ciência como uma espécie de sabedoria universal, e não como uma ciência especializada e limitada, que não percebem que não há mais razões para deduzirmos consequências éticas do fenômeno astral do que as há para deduzi-las dos fatos biológicos ou químicos. Afinal, se tudo é símbolo, se a natureza fala; não há por que privilegiar os astros em vez das amebas, infusórios, sulfetos e nitratos. A diferença é que os biólogos e químicos têm um pouco mais de compostura. A inflação do campo da astrologia, no entanto, tem explicação: é um caso clássico de compensação, no sentido adleriano. Quanto menos seguro o astrólogo se sente do seu saber, no campo rigoroso dos fatos e das leis científicas, mais tende a enfatuar-se em generalizações pseudofilosóficas destinadas a apaziguar a dolorosa consciência da vacuidade do seu saber.

Todo e qualquer estudo da natureza pode levar a conclusões filosóficas ou éticas de grande valor, mas que diríamos de um biólogo que, pouco ou nada sabendo de certo acerca da biologia, estendesse seu campo de investigação tão-somente a essas conclusões, abandonando ou desleixando o campo específico do fenômeno biológico? Teria deixado de ser biólogo, sem conseguir tornar-se mais que um pseudofilósofo.

A astrologia, nesse sentido, não é nem pode ser uma sabedoria mais do que o são ou podem ser a física ou a mineralogia. Uma ciência deve, antes de tudo, buscar as leis que governam os fatos, ao invés de, partindo de fatos mal observados e pior explicados, pretende ver neles "intenções" ou "significados" misteriosos e sutis. Uma astrologia sapiencial só é legítima na medida em que não pretenda sorrateiramente ocupar o lugar da ciência astrológica faltante. Foi isto que, já num curso dado em 1986, proclamei ao dizer que, se a astrologia pretende chegar ao significado espiritual de fenômenos naturais, então a astrologia natural deve preceder necessariamente a astrologia espiritual, a qual, sem ela, é ôco fingimento.

***

Muito bem. Estamos aqui reunidos, nesta 6a rodada de aulas do Curso de Astrocaracterologia, para entrar agora no estudo da biografia, o desenho da vida humana. O caráter, como foi dito, é o fundo de uma vida que é incessante mudança. Para encontrá- lo, devemos coar a biografia, a narrativa das mudanças, até que se deposite no fundo da peneira o resíduo fixo.

Não é só por isto que o estudo da biografia nos importa. Em toda atividade psicológica, ou psicoterapêutica, ou pedagógica, ou em qualquer dos campos com que a astrologia faz parede-meia, o que o profissional tem diante de si é uma vida humana; uma vida, não em sentido biológico, mas em sentido biográfico, existencial. Uma vida feita de esperanças, de atos, de derrotas e vitórias, uma vida, enfim, que só se compreende ao contá-la. Devemos, pois, preparar-nos no estudo desta forma especial de conhecimento que é a narrativa. Conheço um indivíduo, no sentido existencial, quando ele me conta a sua vida, quando assisto ao seu desenrolar, quando, em suma, sei narrá-la.

A narrativa de uma vida pressupõe uma seleção e ordenação das partes e episódios, de modo que a massa confusa adquira um perfil, uma forma narrável. Esta seleção e ordenação, precisamente, requer o concurso

de um critério, de um esquema de avaliação, ou seja, daquilo que denominei antroposição, ou, se quiserem, antropologia filosófica.

Vimos, nos parágrafos anteriores, como a antropovisão corrente entre os astrólogos é defeituosa e insuficiente; vimos como, por ela, pouco podemos compreender da vida individual humana -- seja da vida de grandes personagens, ou seja da vida do mais humilde de nossos clientes.

Redigi estas páginas pensando que o estudo da antropovisão, como critério do estudo biográfico, requeresse tais palavras de advertência.

O que vamos fazer em seguida é um empreendimento da mais alta significação não só para a formação intelectual e profissional dos alunos, mas para a avaliação da vida e dos valores de cada qual, pois, se é compreendeno-nos a nós mesmos que chegamos a poder compreender os demais seres humanos, é contando a nossa vida que aprenderemos a contar a alheia. Este ponto do nosso curso requererá dos alunos um extremo esforço de veracidade, de objetividade, de fidelidade à própria consciência. Ele será um mata-burros onde sem dúvida tropeçarão todos os arrogantes e pretenciosos, que, construindo sua vida sobre ilusões, necessitem cultivar ilusões, inversas e complementares, sobre os demais seres humanos.

Até o momento, esta turma de alunos tem revelado capacidade e sinceridade. Não me falhem agora.

PRINCÍPIOS DO ESTUDO BIOGRÁFICO

1. Sou essencialmente idêntico ao indivíduo estudado.

2. Sou existencialmente diverso.

3. O homem é sujeito (autoconsciente) das suas ações.

4. O homem é objeto (consciente ou não) das ações alheias.

5. Princípio historiográfico de Karl Marx: os homens fazem sua própria história, mas não a fazem num cenário livremente escolhido.

6. Princípio historiográfico de Ortega y Gasset: a reabsorção da circunstância é o destino concreto do homem.

7. Todo ato tem significação.

8. Todo ato tem causa.

9. A vida individual começa a completar-se na morte.

10. Prossegue completando-se depois, pelos resultados.

11. A vida individual pode e deve ser julgada: cada um julga sua vida, e age conforme este julgamento.

12. A primeira coisa a conhecer é a meta ou aspiração.

13. A meta tem sua história. Não surge pronta.

14. A meta possui um aspecto endógeno e outro exógeno.

15. A significação depende da meta.

16. Onde não há meta, a vida explica-se pelas causas.

17. Um ato inteiramente redutível às causas não tem significação subjetiva, mas pode ter significação objetiva.

18. Não se deve recorrer à explicação pelas causas objetivas enquanto não se esgota pelo significado subjetivo.

19. Estabelecer, em cada caso, a proporção entre significado e causa.

20. A descrição do cenário deve ser feita em três perspectivas: (a) segundo a ordenação de valores ditada pela meta; (b) segundo a ordenação de valores vigentes no cenário mesmo; (c) segundo a nossa atual

ordenação de valores.

21. Pode haver momentos e eventos sem significação mas não sem causa.

22. Equilibrar a identificação simpatética e o distanciamento crítico segundo as três perspectivas indicadas no ítem 20.

23. Biografia é drama.

24. O protagonista é a consciência e liberdade.

25. O antagonista é a lei de inércia.

26. Há inércia positiva, reabsorvível.

27. E há a fatalidade.

28. Há vidas interrompidas no meio.

29. Há vidas que cessam antes do fim.

30. A meta implica papéis, acidentais ou essenciais.

31. Certas vidas expressam a autoconciência do cenário mesmo.

32. Noutras, a autoconsciência é absolvida no cenário.

33. Contar uma vida é julgar a nossa própria vida.

VERSOS PARA MEDITAR

I. Tel qu'en lui-même enfin l'éternité le change (Mallarmé).

II. E forse io solo/so ancora/que visse (Ungaretti).

III. Du musst dein leben andern (Rilke).

Muito bem, agora vamos entrar numa parte particularmente grave, que é o estudo da biografia:

A primeira e a mais óbvia a utilidade deste estudo é que facilitará o seu trabalho a respeito dos biografados escolhidos para isso. Mas não é por isto que vamos estudar a biografia -- é porque o conhecimento biográfico é preferencial em todos os trabalhos e estudos que se referem ao ser humano. Nas profissões que temos em vista, tais como a de psicólogo, psicoterapeuta, jurista, advogado, delegado de polícia, assistente social, astrólogo, em todas elas o dado inicial é o conhecimento de uma biografia, no todo ou em parte. O médico tem que fazer a anamnese, que é o contar da história médica, na qual entram alguns detalhes que talvez não sejam diretamente médicos, mas podem influenciar no estado de saúde do sujeito. O que faz o delegado de polícia? Ouve a história, o depoimento, testemunhos. O psicoterapeuta faz a mesma coisa: escuta a história do paciente.

Em todos esses aspectos a biografia é um dado absolutamente fundamental, e de fato me surpreende que o estudo (não da técnica de elaborar biografias, que é um problema exclusivo do historiador, mas a compreensão das biografias), nunca tenha sido uma matéria em nenhuma das faculdades afins. Acho isso um absurdo! Se um indivíduo não entende qual é o processo que dá forma à narração de uma vida humana, então ele vai avaliar aquela parte que lhe foi contada com uma espécie de régua de borracha, de maneira inteiramente subjetiva.

Imaginemos o caso de um delegado de polícia: ele ouve o sujeito contar uma parte de sua vida como um aspecto abstrativamente selecionado, quer dizer, vai se ater somente àquelas partes que interessam ao inquérito policial. Porém, conforme se lê no código de Processo Penal, é obrigação do delegado e do juiz informar-se sobre as circunstâncias da vida da vítima, do réu e, para fazer isso, ele certamente necessitaria de uma técnica interpretativa, do mesmo modo como um médico. Quem disse que quando alguém vai ao médico vai contar os pontos que são verdadeiramente significativos? Pode contar outras coisas e isso se

torna mais grave no caso dos médicos homeopatas, cujo diagnóstico é baseado quase que inteiramente na narrativa e na resposta do paciente.

Quer dizer que o depoimento do sujeito é peça fundamental para o seu diagnóstico, o que leva a supor, às vezes erroneamente, que ele está contando os pontos significativos. Para saber se o episódio interessa ou não é preciso projetá-lo contra um pano de fundo que, às vezes, é uma vida inteira ou pelo menos uma parte da vida.

Para qualquer desses setores, qualquer área de estudo ou prática que lide com a vida de indivíduos, saber contar uma vida e saber compreender uma vida que está sendo narrada é essencial.

É fácil ver que todas as vidas se desenrolam no tempo, ou seja, o indivíduo nasce em algum ponto e morre e considera-se que a biografia acabou aí. Podemos conjecturar a respeito de suas vidas anteriores ou futuras, mas isso não faz parte da biografia. Entendemos também que todas as vidas se dispõe numa seqüência, isto é, numa ordem cronológica, num "antes" num "depois". E entendemos uma relação qualquer entre o antes e o depois, o que significa que os episódios se unificam e o ponto da unidade deles é o que chamamos de sujeito humano, indivíduo humano. Porém, até que ponto os eventos que sucederam a este indivíduo interessam à sua história pessoal? Quais são os acontecimentos relevantes? Quais se dissolvem numa espécie de massa anônima que pertencem à vida de outros indivíduos? ou à vida de ninguém? Qual é o processo seletivo que nós devemos usar?

Por exemplo, logo que você nasceu, qual era a cor da sua chupeta? Azul, rosa, amarela? Que importância isso tem? Depois do Freud, a humanidade toda acredita que os acontecimentos da primeira infância podem ser decisivos, podem ser determinantes, podem ser causas eficientes de eventos que vão se produzir vinte ou trinta anos depois. Mas dos eventos da primeira infância, poucos testemunhos há, poucas testemunhas restam, a memória deles é deficiente, pode ser que ninguém se lembre. Neste caso, a parte mais significativa da vida do indivíduo estaria escondida e praticamente inacessível. Vejam então que, tão logo começamos a contar a vida, já começam a nos faltar elementos, ou seja, a narrativa se torna problemática já no primeiro lance, quer dizer, na primeira infância.

P. : E a questão do inconsciente?

Segundo Freud,

O inconsciente é gerado, não é algo que o indivíduo possui ao nascer, concepção aliás contrária à Jung, que supunha um inconsciente pré-existente ao indivíduo, um inconsciente coletivo. Mas o inconsciente de que fala Freud tem sua história, ele é formado ao longo do tempo. Se o Dr. Freud tem razão em dizer que o inconsciente é a instância decisiva da vida humana, então oitenta por cento da sua biografia já estaria escondida, o que impossibilitaria fazer a biografia de alguém, a não ser que conjecturalmente, pelos seus atos, interpretemos o seu subconsciente. De fato, a psicanálise teve uma influência muito grande na parte da biografia. Muitos dos bons biógrafos que surgiram no século XX se inspiraram muito na psicanálise, tentando interpretar os atos, de maneira a possibilitar retroativamente a reconstrução de uma espécie de arqueologia da história do inconsciente, com maior ou menor sucesso.

Porém, vocês devem perceber que a psicanálise já é um esquema interpretativo, e um entre uma infinidade. Também podem perceber que a psicanálise incide sobre um determinado aspecto da vida do indivíduo. Por exemplo, a psicanálise não terá nada a dizer sobre as condições econômicas em que o indivíduo nasceu. Isso é alheio à psicanálise. Portanto é fácil entender que como esquema interpretativo, a psicanálise pode ser um elemento auxiliar mas não o fundamental.

O fundamental seria o quê? Uma espécie de antropologia filosófica, um critério interpretativo que servisse para você abarcar todas as vidas individuais humanas, uma teoria da biografia. A teoria da biografia interessou muito profundamente a um dos maiores teóricos da história da ciência que foi Ortega Y Gasset. Que eu saiba, foi o único que penetrou a fundo nesta questão, na estrutura da vida individual, na estrutura desta narrativa da vida humana e o que veremos a seguir devemos muito -- não tudo -- a Ortega Y Gasset.

Podemos ver que se todas as vidas são compostas de tempo, eventos, atos, então todas são compostas da mesma coisa: coisas que acontecem ao indivíduo e coisas que ele fez, daí a fórmula de Ortega y Gasset. "A vida é que fazemos e o que nos acontece", vida no sentido biográfico.

Genericamente falando, todos os conteúdos de todas as atitudes humanas são feitos disto, de coisas feitas e de coisas acontecidas. Precisamos então começar diferenciar as vidas, a nos perguntar em que elas podem ser diferentes. Se todas as vidas se compõe dessas mesmas espécies de elementos, ou seja, de atos e acontecimentos, como elas se diversificam? A primeira e mais óbvia maneira de diversificar a vida chama-se cronologia. Podemos dizer que uma vida durou mais que outra, que uma vida começou antes da outra ou depois da outra. Cronologia significa assinalar alguns pontos importantes. Um ponto evidentemente importante é o nascimento, porque se o sujeito não nasceu, nada pode ter feito ou ter-lhe acontecido.

Assinalamos dois eventos imprescindíveis na vida do indivíduo, o nascimento e a morte. Quando, porém, tendo assinalado esses dois acontecimentos que são uniformemente importantes para os seres humanos, procuramos assinalar mais algum, as complicações começam: depois do nascimento, qual é o primeiro evento que vamos destacar? Qual a coisa mais importante que aconteceu?

Peguem uma enciclopédia ou um dicionário biográfico e procurem ver que acontecimento se destaca, qual é o primeiro acontecimento que o biógrafo (ou enciclopedista) coloca logo após a data do nascimento? Verão que na quase totalidade dos casos será assinalado algo referente aos estudos. Pode ser também algo referente às circunstâncias, mas não a ele, a não ser que tenha acontecido algo excepcional, que reconhecidamente tenha tido importância na sua vida como, por exemplo, a morte do pai de Dostoievski quando ele tinha cinco anos. Isto é universalmente reconhecido como importante pelos seus biógrafos porque o grande tema dele será, depois, o assassinato do pai. Na vida de Dotoievski é fácil assinalar esse acontecimento importante, mas em geral os dados que serão assinalados numa biografia típica de um dicionário de enciclopédia serão dados referentes aos estudos e à carreira do sujeito. Isto é assim porque a enciclopédia, o dicionário, encaram o sujeito não pela sua vida pessoal, mas pela sua vida pública, que transcorre através de canais que são os mesmos para todos os seres humanos, canais que têm uma certa uniformidade -- estudo e trabalho.

Isto nos dá um esquema do seguinte tipo: "Fulano nasceu em tal lugar, filho de Beltrano e Ciclana. Fez os estudos primários, secundários, terminando em tal data e foi trabalhar em tal e qual coisa, a partir de tal data. Depois, fez tal ou qual trabalho, meteu-se em tais encrencas, após o que sucumbiu."

Isto é biografia? Não é uma cronologia de carreira.

Qual é o princípio de seleção que orienta a confecção de uma cronologia de carreira? Qual é a meta que o biografado se propôs? Como podemos saber isso?

O sujeito biografado já era conhecido por si mesmo. Tornou-se conhecido para os outros. Portanto, o princípio de seleção de uma cronologia da carreira não está no indivíduo, está em nós, faz parte de nossa biografia.

A carreira de Dante Alighieri chegou até nós através de seus atos, de uma ação por ele praticada -- escreveu A Divina Comédia, cujas consequências se prolongaram pelos séculos e chegaram até nós. Para nós, sem dúvida, este ponto de sua vida é muitíssimo importante. Mas Dante poderia ter escrito outras coisas, talvez até melhores. E se tais coisas se perdessem? Por exemplo, vemos na biografia de Camões que algo assim quase aconteceu: naufragou e lançou-se a nadar, carregando os originais de Os Lusíadas. Por pouco ele não desapareceu da História.

E se acontecesse precisamente isso, se aquele livro se perdesse? Ele poderia ir para casa e escrever tudo novamente, de forma que o livro chegasse até nós. Para nós o que seria importante? Os originais que ele perdeu ou o livro que ele escreveu e chegou até nós? Naturalmente que, para nós, o importante seria o livro que chegou até nós. Para ele mesmo, o mais importante seriam os originais perdidos.

Por aí se percebe que a simples cronologia da carreira pode ser diferente da biografia. A cronologia da carreira é feita pelos resultados de uma vida, pelos seus efeitos. Esses efeitos podem ter pouco a ver com as intenções do indivíduo, podendo até ser-lhe opostos. Como o caso da morte de Júlio César, fato de imensas consequências. Certamente que ele não morreu porque quis.

A morte de certos indivíduos no meio de uma carreira, no meio de um trabalho, no meio de um empreendimento, pode ter consequências históricas, mas essas consequências fazem parte da nossa vida atual e não da dele.

Este é o primeiro mata-burros que nós temos que transpor: o esquema cronológico de uma carreira é feito segundo um princípio de seleção que não é intrínseco à biografia do indivíduo. É feito segundo os efeitos e resultados que desta vida resultaram para outros indivíduos que o biografo não conheceu. De qualquer modo, vocês compreendem que a cronologia é um preliminar indispensável. Se não temos a cronologia, então não podemos contar a vida, porque não sabemos o que aconteceu antes e o que aconteceu depois.

A cronologia nos permite estabelecer diferenças entre biografias que se situaram umas em relação às outras. Porém, ela não nos dá o conhecimento efetivo do indivíduo. É absolutamente necessário, para conhecermos profundamente o indivíduo, que saibamos a seqüência exata dos acontecimentos? Entre as pessoas que você conhece e supõe conhecer bem, quais são as que você conheceu pela ordem dos acontecimentos? Nenhuma, a não ser seu próprio filho. Que dizer que quando você conhece o indivíduo, ele já está vivendo e o instante em que ele lhe conhece também é um instante de sua vida e este é o primeiro evento que você fica sabendo dele.

Com o conhecimento cronologicamente desordenado de uma pessoa, às vezes podemos chegar a uma compreensão muito profunda. Conhecer a ordem exata em que as coisas aconteceram, não lhe garante o conhecimento profundo do indivíduo. Porque o que interessa não é a seqüência cronológica, mas a ordem lógica, que é a hierarquia dos fatores.

Se sabemos quais os eventos que foram os mais importantes e tiveram mais peso para conformação geral da personalidade daquele indivíduo, e sabemos que outros eventos menores estão hierarquicamente colocados abaixo daquele, então o conhecemos de maneira suficiente e podemos dispensar a cronologia .

Tudo isso que disse até agora é só para vocês verem que contar uma vida ou conhecer uma vida não é uma coisa tão fácil quanto parece, e como o exercício de você contar sua própria vida pode levar a imensas decepções quanto ao conhecimento que você tem de si mesmo. Pode ser que você omita coisas que para pessoas que o conheceram pareçam extraordinariamente importantes.

O fato de você ser essencialmente idêntico ao indivíduo estudado (regra no 1) e existencialmente diverso (regra no 2) significa que você e o indivíduo pertencem à mesma espécie. Portanto você deverá compreendê-lo segundo as mesmas categorias com que você se compreende. As categorias que não sirvam para a sua autocompreensão não servirão de nada para você compreender o outro indivíduo. Curiosamente na vida prática existem coisas que sabemos dos outros e não sabemos a nosso próprio respeito. Por exemplo, estamos plenamente conscientes das condições econômicas em que nasceram os indivíduos mais jovens que nós, e, às vezes, não estamos conscientes da condição econômica em que nós mesmos nascemos. Uma boa parte não sabe, mas tem gente que sabe, certamente. A mãe sabe. Isto é um fato muito importante da sua biografia, que você mesmo não sabe mas que um outro sabe. Se não sei qual era a condição econômica de minha família no instante de meu nascimento, dificilmente o saberei a respeito de outro. A máxima de Cristo, de você tratar o outro como você quer ser tratado é um preceito científico em ciências humanas, não moral. Partindo do princípio dessa identidade essencial, não é um "veneno" em grande parte a postura do profissional (psicólogo, Psicoterapeuta, médico, etc) que examina seu cliente de uma maneira enormemente falsa porque não olha o indivíduo pela identidade essencial mas pela diferença existencial? Não olha o indivíduo como se olha a si mesmo?

Porque se sou psicólogo e um indivíduo vem se consultar, eu olho para o indivíduo através da minha profissão de psicólogo, e o paciente me vê como profissional; é uma relação totalmente desigual, é uma relação em dois planos diferentes e essa duplicidade de planos pode levar a enxergar o indivíduo seletivamente, só segundo o que lhe interessa profissionalmente. Só que esta visão não é real, ela é abstrativa, ela recorta um pedaço, ela corta uma camada e olha só aquela determinada camada. Isto pode levar a uma distorção completa, esse fato pode fazer você não compreender absolutamente nada do que está se passando.

Dessas duas regras -- do conjunto de 33 regras dispostas de maneira mais ou manos casual, de forma a servirem apenas como lembretes -- tiramos uma terceira que é comparar-se. Ao estudar uma biografia, procure o seguinte: se o que você fica sabendo do indivíduo você sabe o correspondente em você mesmo. Por exemplo, é fácil, ao estudarmos a biografia de Dostoievski, dizemos: ele ficou traumatizado com a morte do pai, e isso fez com que ele mais tarde escrevesse Os Irmãos Karamázov. Mas como eu posso saber concretamente isso? Não saber apenas em palavras porque eu li num livro, mas como é que eu posso

compreender o que é isso, se eu não sei o que se passou entre mim e meu pai? Comece por separar o que você compreende e o que não compreende, porque você não compreenderá no outro o que você não compreende em você mesmo.

Isso se refere aos personagens cuja vida você estuda, às pessoas com quem você convive e eventualmente, a seus clientes e alunos, às pessoas que você trata imaginativamente ou intelectualmente, àquelas com que você convive na sua vida cotidiana e àquelas com que você trata profissionalmente.

Se psicólogos, juristas, médicos, etc, se ativessem a essa regra, se não tivessem a pretensão de estar compreendendo sobre o outro aquilo que não compreendem sobre si mesmos, cometeriam menos erros.

Suponham, por exemplo, que se possa explicar os atos de um indivíduo por trauma de infância, pela ideologia de sua classe social, ou por qualquer intenção subconsciente que suponham que ela tenha. Façamos a pergunta contrária: sou capaz de me explicar dessa maneira? Sou capaz de me conhecer dessa maneira?

O hábito que se disseminou, sobretuto graças à Psicanálise, de interpretar o subconsciente alheio, faz com que qualquer psicologia hoje se torne uma espécie de raio-x apontando sobre o subconsciente alheio, procurando as intenções subconscientes o tempo todo, procurando enxergar no indivíduo aquilo que ele mesmo não enxerga.

Há pessoas que raciocinam assim o tempo todo. Mas invertamos a pergunta: o meu subconsciente é tão transparente para mim a ponto de poder, a partir do conhecimento que tenho dele, poder servir de chave para visão que tenho dos atos alheios?

Se não é assim eu estou apenas jogando com palavras. Vamos deixar de lado o tão afamado subconsciente. Porque compreender as intenções conscientes de um indivíduo, conscientes e declaradas, já pode ser algo suficientemente difícil e, aliás, o grande teórico da biografia, Ortega y Gasset, fazia a seguinte observação: "Nunca em toda a história humana ninguém jamais escreveu um livro que explicasse perfeitamente bem por que alguém fez alguma coisa." E este foi o homem que mais meditou sobre a vida individual humana, sobre suas biografias.

Esta será nossa próxima tarefa e o dia que você conseguir reconstituir a cadeia causal que levou o indivíduo a agir desta ou daquela maneira, em algum momento de sua vida, e que você possa ter plena certeza do peso de cada elemento, então você estará apto a compreender a vida de uma pessoa e pelo menos uma vez na vida você vai ter que se dedicar a este trabalho. Pessoas que antes de ter uma formação cultural suficiente, antes de conhecer arte, história, filosofia, etc, são jogadas, aos 18 anos, dentro de uma faculdade de Psicologia, depois de três anos são capazes de explicar, ou pelo menos se acham capazes de explicar as causas subconscientes de praticamente qualquer ato humano. Interpretam pelo inconsciente ou pelo inconsciente coletivo ou pelos anéis de Reich, ou pelo "raio que o parta", tudo o que se passa no mundo. Isso porque não se deram ao trabalho de tentar alguma vez na vida pensar por que alguém fez alguma coisa.

Porque qualquer ato humano, pela multiplicidade de causas concomitantes, pode ter uma causa subconsciente, uma causa lógica, uma causa freudiana, ou ser explicado pelos anéis de Reich, pela influência planetária, pela ideologia da classe social, pelos reflexos condicionados ... Ora, certamente tudo isso pode ser entrado ao mesmo tempo e se você, nem mesmo uma única vez, tentou ver a complexidade das causa, o universo total das causas e reconstituir a hierarquia para saber o que importa e o que não importa, então certamente a sua visão está destorcida. Se você estudou psicanálise freudiana, vai explicar tudo pelo inconsciente do indivíduo, não porque seja realmente a força determinante do caso e sim porque é a única coisa que você conhece. Se você teve uma formação marxista, você vai explicar tudo pela ideologia da classe do sujeito, não porque isso seja, realmente, determinante nos seus atos, mas porque é o critério que você conhece. Vamos tentar então uma única vez enfocar um ato, algum episódio e reconstituir o universo das causa. Não totalmente, porque isto só Deus sabe, mas estendendo ao máximo o número dos pontos-de- vista, os ângulos explicativo que poderiam coincidir, sejam reflexos condicionados, traumas de infância, ideologia, hábitos, tudo o que você queira para um caso bem simples e depois mapear para saber o que foi determinante, sem excluir uma causa muito importante que as pessoas geralmente esquecem que é a liberdade do sujeito.

Há muitas coisas que têm causas subconscientes, porém a causa subconsciente não é determinante, porque ela por si só não poderia levar o indivíduo a fazer algo.

...

Imaginemos um caso qualquer: alguém me oferece dinheiro e aceito. Pode ocorrer de o sujeito saber todas as causas psicológicas e ocultas que me levam a aceitar o dinheiro. Pode só não saber a razão que explicitamente apresentei. Ele então me compreende em função de um outro esquema interpretativo que não é o meu, o que significa que ele compreende tudo, menos eu. Esta é uma doença que está dissimilada nos meios psicológicos e particularmente nos meios ocultistas.

Aquelas duas advertências iniciais se destinam a corrigir isto, a corrigir o hábito de explicar o indivíduo por categorias pelas quais vocês não podem explicar a si mesmos. A diversidade das motivações humanas é quase infinita, porém, uma motivação que escapa totalmente às minhas possibilidades, uma motivação que seja totalmente impossível para mim, que eu não consiga conceber, certamente eu não vou conseguir compreendê-la em outro ser humano.

Observemos que o homem é sujeito autoconsciente de suas ações e o homem é objeto consciente ou não das ações alheias.

Atendo-nos aquela primeira regra, vamos perguntar o seguinte: A respeito de mim mesmo, quando conto a minha vida, sei distinguir quais são os atos que pratiquei livremente como sujeito autoconsciente, senhor de minhas ações? e as ações das quais fui objeto? o que fiz porque quis e o que fui levado a fazer por força das circunstâncias que naquele momento me arrastam sem que eu percebesse, e que retroativamente depois assumi dizendo que quem agiu fui eu?

Veja que todas as regras para compreensão de uma vida humana são sempre uma questão de simples bom senso. Se tentássemos usar o bom senso, ao invés de usar a psicanálise, o marxismo, ou o estruturalismo talvez chegássemos a uma antropologia filosófica suficiente, na qual todos esse fatores, ou todos esses ângulos teriam o seu devido lugar.

Como nós mesmos somos humanos, que dizer, somos essencialmente idênticos aos demais indivíduos, isso significa que o único ponto-de-vista que é privilegiado para eu compreender o outro é o ponto de vista abrangente, e que o ponto-de-vista psicanalítico, sociólogo, e psicológico são ponto-de-vista secundários.

Como diz o Dr. Freud, eu tenho algum subconsciente, mas do mesmo jeito que eu tenho, eu tenho uma conta bancária, tenho dúvidas, do mesmo modo tenho laços de parentesco e uma língua pátria. Devo me explicar por algum desses motivos? Qual desses pontos-de-vista é fundamental? Qual é o determinante e quais são os determinados?

O adepto da psicanálise dirá: o inconsciente é a realidade fundamental e as outras secundárias. Mas a isso se poderá objetar, por exemplo, que o fato de minha família e meus antepassados serem ricos ou pobres nada tem a ver com o meu inconsciente, de forma que este pode ser causa daquela riqueza ou pobreza.

Se existe uma hereditariedade, como diz Ortega y Gasset, que "tenho no instante em que nasço", então a história do meu inconsciente pessoal, que Dr. Freud estudou, nada tem a ver com isso. A minha hereditariedade não pode ser explicada pela história do meu subconsciente. Do mesmo modo, a história do meu inconsciente pessoal também não pode ser explicada pela hereditariedade. As várias ciências, várias escolas, correntes, modalidades de abordagem, se perguntássemos qual delas é determinante, qual serve de eixo para a construção de uma biografia, para compreensão do ser humano, a respostas é: nenhuma delas. Porque por meio de cada uma delas eu encaro o outro ser humano seletivamente, abstrativamente e não concretamente.

Existe, porém, um ponto-de-vista que realmente é preliminar a todos estes: eu sei que sou um ser humano e o outro também o é. Já está dado de antemão. Essa nossa identidade essencial não é nem psicanalítica, nem sociológica, nem econômica, nem nada, é uma coisa prévia. Foi a partir desta constatação que Ortega y Gasset percebeu a necessidade de estruturar, de dar uma forma intelectual coerente ao que se chama vida humana, ou que quer dizer, vida pessoal humana, vida biográfica. A primeira forma do ser humano compreender o ser humano chama-se biografia.

O ponto-de-vista biográfico, ou seja, saber que o indivíduo tem uma vida que se desenrola no tempo e que

é constituída de atos e acontecimentos, este é o ponto-de-vista fundamental, é ponto-de-vista anterior a qualquer outra compreensão.

O ser humano é aquele que tem uma vida biográfica e que pode e é capaz de contá- la. Em primeiríssimo lugar, a vida humana é a história da consciência desta vida humana mesma.

Se eu souber tudo a respeito de um indivíduo e não souber o que ele acha de tudo isso, nada sei a respeito dele. Se conheço a opinião, os valores do indivíduo, sem saber os acontecimentos de sua vida, sei algo a seu respeito. E esta é uma outra regra: o ponto-de- vista dele mesmo é soberano, porque ele é humano, porque pode ter um ponto-de-vista, uma opinião a respeito. Não podemos contar a história de um ser humano como contamos a de um gato ou a de uma pedra, que não têm um ponto-de-vista pessoal a respeito. Então, o ponto-de-vista do personagem é privilegiadíssimo, porque, diz Ortega y Gasset, "nossa vida é o que fazemos e o que nos acontece."

Temos que entender que aquele indivíduo é um agente que se pretende livre e autoconsciente, como nós e, portanto, o ponto-de-vista de sua consciência é privilegiadíssimo. Se eu acredito saber as motivações subconscientes do indivíduo, mas não conheço suas intenções declaradas, como é que eu posso avaliar se essas pretensas causas subconscientes têm importância ou não? Por exemplo, na biografia de Dostoievski, aos cinco anos seu pai morreu, o que resultou mais tarde em um livro Os Irmãos Karamázov. Qual é a diferença entre Dostoievski e todas as outras pessoas que perderam o pai aos cinco anos? Em termos de fato, não tem diferença alguma. A diferença está na consciência dele, no que, para ele, isso significou. O ponto-de-vista da consciência do indivíduo é fundamental e os demais ponto-de-vista serão subordinados a este.

O estudo da biografia é então o estudo do ponto-de-vista do personagem. Sobretudo, neste estudo, estaremos tentando compreender o personagem tal como se conscientizava a si mesmo. Se eu não sei isto, o resto não significa nada.

Se um psicólogo tivesse isso em vista quando atendesse a um cliente, cometeria muito menos erros. Porque mesmo que haja, por exemplo, um trauma de infância, se tal trauma não alterou a consciência que o indivíduo tem das coisas, então que importância tem tal trauma? Se um indivíduo está neurótico é justamente porque sua consciência está doente. Se a consciência está sã, o que pode importar o que está no seu subconsciente? Em nada, pois não tem força causante. A consciência é determinante, sobretudo a autoconsciência. Se tentarmos explicar o indivíduo pelo subconsciente ou por qualquer outra coisa que não seja ele, que está fora, atrás, do lado, antes, então estamos perdendo o foco.

Quando o indivíduo está procedendo de uma maneira tal que pela sua intenção racional eu não consigo explicar o que ele está fazendo, então suponho uma outra causa não consciente. Se pergunto ao indivíduo por que está fazendo isso, e ele me dá uma explicação completamente satisfatória, para que eu vou sondar o inconsciente, se ele está consciente da causa? Mesmo que não seja a causa mais importante, ele já possui uma causa. Só quando os atos são totalmente incoerentes com o discurso é que você deve procurar uma outra causa fora do âmbito da consciência do sujeito.

Como segunda regra, é valido o exercício de contar a própria vida, e discernir quando se é agente criador, o agente determinante dos próprios atos, e quando se é receptor, agente passivo de uma causa externa a qual depois, retroativamente, atribuímos uma intencionalidade própria, nossa, que na época não havia. Também existe o procedimento contrário: faço algo por minha livre e espontânea vontade e depois digo que fui levado pelas circunstâncias. Geralmente é assim: os atos que deram certo, dizemos que fomos nós e os que deram errado, dizemos que fomos levados pelas circunstâncias. Não é uma atitude científica. Para estudarmos uma biografia, temos que entender estes tópicos.

Pode acontecer de o sujeito ser agente do ato porque de certa forma foi levado aquilo. Neste caso, o sujeito assumiu a situação a que foi levado, empurrado.

Para compreender qualquer ser humano, é preciso saber quando o homem é ou não sujeito dos seus atos. Ele é também objeto de ações alheias; ele pode se adaptar voluntariamente às circunstâncias. Por exemplo, tenho uma dívida e vejo que o dinheiro não dá. Adapto-me a esta situação e não pago o que devo. Porém, sou agente da minha ação de não pagar.

A experiência me diz que na maior parte das pessoas, sobretudo na faixa social em que nós nos encontramos (classe média, alta, paulista e carioca), este é um ponto em que as pessoas não têm nenhuma idéia, ninguém sabe o que fez ou o que foi feito, porque contam a história cada hora de um jeito (o que já vi incontáveis vezes). O sujeito age depois diz que não fez e ele é sincero nos dois momentos, o que é pior. A dificuldade de se discernir um ato voluntário de um involuntário nesta faixa social é muito grande. Também saber se isto foi sempre assim ou se é uma contingência histórica. é algo que ainda vamos averiguar.

Reconstituir as causas de um ato é reconstruir, não conjecturamente, não explicativamente, e sim historicamente, atendo-se aos dados existentes, sem se arriscar a procurar um por quê. Não estamos aqui para explicar, mas sim para contar o que aconteceu e depois tentar montar a hierarquia, segundo o que estava acontecendo no momento, não segundo as explicações genéricas, do tipo "foi o destino" "estava escrito", "no fundo você queria isto"... tudo isso são conjecturas. Eu quero saber, na hora em que o ato estava desenrolando, o que estava efetivamente em ação. Quando saímos do genérico e entramos no particular, no caso concreto de um ato, aí começamos a compreender.

Se decidimos contar alguma coisa, podemos chegar à perfeição da narrativa, ou quase perfeição. Os fatos sedimentam a compreensão, quer dizer, a mutabilidade não é tanta quanto nós gostamos de imaginar.

O futuro altera o passado, mas nem tanto, há coisas que vieram para ficar. Por exemplo, se um acontecimento deixou-me nhuma cicatriz, posso modificar o significado que lhe atribuo, mas não a sua presença. Não estou preocupado com o significado, mas em narrar a história.

Existe uma coisa fundamental que se chama memória - eu me lembro! Eu posso explicar de uma maneira diferente, posso narrar de uma maneira totalmente subjetiva, mas real, porque eu me lembro. Para chegar ao conhecimento verdadeiro é preciso, naturalmente, medir as dificuldades. Mas se você praticar isto durante um tempo, você saberá realmente porque fez isso ou aquilo, e não tem nada no seu futuro que possa modificar isto, quer dizer, a dialetização, a mudança, a interpretação do passado pelo seu transcurso do futuro, não é absoluta. Se o é em termos teóricos, não o é na prática. A avaliação pode mudar, mas não a narrativa.

Na primeira aula deste curso citei uma frase de Hegel "A consciência de si é a terra natal da verdade" : não adianta querer objetividade por exclusão da sua própria subjetividade. Isto é a mesma coisa que você arrancar os olhos para enxergar melhor , apagar a luz para enxergar melhor o escuro. Isto é um erro metodológico gravíssimo, que faz as pessoas acreditarem que nas ciências naturais é possível mais objetividade que nas ciências humanas. Isto é uma aberração! Isto é totalmente subjetivo. Se eu não tenho objetividade para narrar os meus estados interiores, muito menos vou ter fidelidade para estudar física. Se eu sou mal testemunho do meu próprio estado, nunca poderei chegar à conclusão real a respeito de nada.

...

A prática de tentarem descrever um momento qualquer de sua própria vida é útil ao estudo que visa a saber por que alguém fez alguma coisa. Se nunca tentou isso em relação a algo em particular, então tentar explicar coisas maiores, fenômenos mais genéricos é no mínimo uma temeridade. Deve-se começar tentando enfrentar problemas pequenos, depois ir crescendo. Há quem seja capaz de explicar por que há crise no Golfo mas quando tenta entender por o bebê está chorando, desespera-se: não sabe se é porque ele sujou a fralda, se é porque está com sede, com fome. O circuito de motivações de um bebê é bastante restrito, mas assim mesmo pai e mãe sabem como é difícil decifrá-los. Crianças que estão aprendendo a falar e que, repentinamente, começam a chorar sem que se saiba por quê: decifrar isto é um bom exercício. Corrigir a criança antes de saber exatamente o que ela está querendo é um subterfúgio para não ter justamente o trabalho de entendê-la. Se com crianças é tão difícil, é possível imaginar como é com seres humanos adultos.

A primeira vez que você colocar seriamente este problema isto vai ter um efeito paralizante sobre a sua mente. Você vai perceber que não está entendendo nada há muito tempo. Mas, de fato, toda nova ciência que se começa a estudar tem que ter esse efeito paralisante, este efeito de espanto. Se não tiver, quer dizer que você não captou a dimensão do problema. Goethe dizia que o amador é um sujeito que está sempre pronto a atacar problemas para os quais não tem o mais mínimo recurso. É alguém que não mede

corretamente as dificuldades. A plena consciência das dificuldades de um empreendimento ou de uma questão é o requisito número um para que você possa ter um saber efetivo. A consciência das dificuldades pode exercer um efeito desanimador, mas se nós estamos procurando sempre escorregar para fora da consciência das dificuldades, realmente não queremos saber absolutamente nada. Queremos justamente uma concepção confortável que nos dê impressão de que sabemos tudo e de que tudo está resolvido, e de que se está cheio de razão. Porém coisas desse tipo se pedem a bispos. Estudar é desconfortável.

Quanto à compreensão biográfica, naturalmente que sempre somos as duas coisas, sujeito e objeto. É como um bolo: entra ovo e farinha. No fim, combinados, viram bolo. Porém, uma quantidade maior de ovo ou de farinha vai fazer a diferença. O fato de duas coisas estarem misturadas não quer dizer que devamos compreendê-las só de uma maneira sintética. Temos que saber a dosagem de cada uma, a participação maior ou menor de uma ou outra. às vezes é extremamente difícil fazer isso. O dístico "conhece-te a ti mesmo" é algo de que todos ouviram falar. Mas o interesse maior é, conforme amiúde se vê, conhecer o eu transcendental, o profundo, aos aspectos superiores da consciência, etc. Porém, sejamos modestos e tentemos conhecer o eu que temos aqui e agora. Este eu já tem tantas profundidades que no primeiro exame fica-se uma impressão de abismo. Muitas vezes, tentamos escapar para um objeto mais nobre ou mais elevado justamente porque aquele objeto inferior que está na nossa frente é de fato superior a nós. Só que ao invés de reconhecermos a dificuldade e humildemente continuarmos nos esforçando para obter conhecimento, escapamos, pora algo que nos pareça mais elevado, o que acabou tornado- se regra geral hoje em dia. O mundo está cheio de metafísicos, mas se dermos a cada um desses metafísicos um livro de geografia, ele não consegue entender o livro; assim como está cheio de alquimistas que não conseguem entender química. Está-se criando uma pseudocultura para o uso das multidões e que é constituída de detritos, de resíduos das ciências espirituais. O que ofereço a vocês não é nada disso.

O trabalho de uma vez na vida pelo menos (na verdade, teria que ser todo dia), tentar ver numa ação qual era o jogo de forças que estava em ação, em que medida sua vontade foi livre, foi criadora, em que medida houve influência de outras causas, em que medida foi-se levado a agir desse ou daquele modo, deveria se visto como uma obrigação. Se não se fizer isso, como saber quem é responsável pelo quê?

Por este exercício, podemos chegar a discriminar o fato dominante, se é a emoção, a reatividade etc.

Quando entrarmos na astrocaracterologia propriamente dita, vamos ter uma visão muito clara, muito límpida de quais são as faculdades que estão em ação. Mas isto já é uma coisa mais difícil ainda de observar, porque as faculdades estão todas em mim, são aspectos meus. Se, porém, não sei discernir se fui eu ou o vizinho quem fez algo, como vou conseguir discernir qual parte minha prevaleceu? Não consigo discernir qual parte minha prevaleceu? Não consigo imaginar como existir um curso qualquer de psicologia sem essa base prévia. O que se estuda numa faculdade de psicologia -- Freud, Jung, Reich, Adler -- no Brasil é um mundo de problemas gnoseológicos. Essas escolas, todas elas, só levantaram dificuldades, sem ter conseguido resolver um problema qualquer até agora. Talvez os seus fundadores estivessem conscientes dessas dificuldades. Como, porém, dessas teorias provêm imediatamente certas técnicas e essas técnicas por sua vez se transformam em profissões, então elas continuam a ser excedidas ao sabor da necessidade prática não do paciente, mas do profissional, que por sua vez tem que trabalhar em alguma coisa para ganhar dinheiro. Deixa tal técnica de ser objetivo de exame e a única desculpa que resta ao profissional para aplicar uma técnica e não outra é que ele só sabe aquela. É como ir numa farmácia e perguntar se têm penicilina e respondem que não, só possuem Sonrisal, de forma que você terá que escolher entre uma coisa e outra. Do mesmo modo, se na faculdade só ensinaram Freud e Skinner, um dos dois terá que ser usado, pouco importando o que o paciente tem, o que afinal será um problema dele. Quanto ao terapeuta, só fará aquilo que sabe fazer, o doente que se adapte a ele. E não estou fazendo caricatura alguma -- a realidade é cômica e trágica.

É claro que se você só tem aquela técnica, então você está dentro dela como o peixe no mar e não pode ter consciência das dificuldades dela; caso contrário ficaria aterrorizado. Mas já observei que certas reações de terror ou pânico de que o estudante é acometido na primeira vez que a gente faz a primeira crítica ao único autor que ele estudou são o resultado disto. O sujeito entrou na faculdade aos dezoito anos de idade, mal saiu do secundário, não lê uma língua estrangeira, não tem cultura, não tem conhecimento de filosofia, de metodologia, de gnoseologia nem nada. Ele é uma vítima inerte que compraria o que lhe vendessem. Se ao chegar na faculdade alguém lhe propusesse o espiritismo, compraria o espiritismo; como ofereceram

Freud, comprou Freud. Não só seu mundo cultural mas também sua própria personalidade acaba sendo moldada por aquele ensino. Tratam Freud, Jung, como ícones, como coisas sacrossantas, impedindo que os tratemos como homens de ciência, que é o pretendiam ser.

Se digo, por exemplo, que Freud colocou um problema e inventou um método para tal problema e do estudo desse problema particular ele deduziu uma técnica possível, e mais, foi somente isso que ele fez, e alguém acha que a psicologia humana pode ser reduzida a uma única pergunta, só posso concluir que essa pessoa é desinteressada no conhecimento do que quer que seja. É preciso ser muito burro para não perceber que não existe uma psicologia geral em Freud e sim uma psicologia especial, especializada num determinado ponto. Todo o seu trabalho foi desenvolvido a partir do estudo da histeria e aí ficou, sendo aliás a única coisa que a psicanálise cura -- a histeria. Ela nada tem a fazer face a um esquizofrênico.

Como se pode desenvolver toda uma concepção do mundo, da vida, da história, a partir de um trabalho especializado sobre a cura da histeria? Por que não sobre a construção de pontos ou a biologia dos gafanhotos?

Nem Freud nem Jung abordaram sistematicamente os assuntos que mencionaram. Por exemplo, não existe uma psicologia freudiana da religião. Ele nunca tratou desse assunto em particular, fazendo apenas uso de alguns exemplos tirados à religião para ilustrar certas coisas que ele estava colocando a partir do estudo da histeria. Ele colocou um problema inicial -- a histeria -- e de fato nunca saiu disso.

Alguns tentam colocar Freud como autor de uma concepção antropológica, de uma concepção sobre cultura humana, pelo fato de no fim da vida, ele ter escrito, Totem e Tatu e outros livros que davam algumas idéias, algumas sugestões sobre o papel que a regressão dos instintos poderia ter na cultura. Mas apenas isto não é uma concepção da cultura. Por exemplo, se eu escrevo um livro sobre a influência da moda na cultura, isto não é de maneira alguma uma concepção, uma filosofia da cultura. Do mesmo modo, não há em Freud uma concepção da cultura; ele não distingue entre o que é geral e o que é especial. Talvez se possa desenvolver uma filosofia da cultura que leve em conta essas coisas, porém hoje em dia as contribuições dessas escolas são hipertrofiadas. Freud primeiro é transformado de psiquiatra em psicólogo, coisa que ele não é; depois, de psicólogo clínico é transformado em psicólogo geral e depois disso é transformado em antropólogo ; de antropólogo é transformado em filósofo; de filósofo em teólogo e de teólogo é transformado em guru. Ele ficaria espantado vendo essas transformações.

Pode-se comparar uma psicologia geral apenas com outra psicologia geral. Um grande psicólogo do século XX é Maurice Pradines, que desenvolve uma concepção geral de psicologia. Outro grande, que leciona no Brasil, George Dumas. Dentro da psicologia geral, a parte estudada por Freud e Jung têm lugar.

Naturalmente que qualquer pessoa, que em qualquer situação de vida, seja como estudioso de história, seja na sua vida diária, seja no trato com pacientes, pretenda com compreender algo que outro fez, estará usando uma visão antropológica, pelo menos implícita. Se não explicitarmos essa visão, não poderemos criticá-la, saber se ela é ou não adequada aos nossos fins. Se queremos entender a biografia de alguém, seja do personagem que estudamos, personagem histórico, seja de um paciente qualquer, temos que começar por perguntar o que é esta biografia, o que é a vida do indivíduo, a vida de um homem. Em outros termos, o que é conhecer um homem. Então vamos partir do geral para o particular.

A mais velha definição é aquela que diz que o homem é um animal racional. Porém este racional, é fácil ver, tem duplo sentido. Racional não é apenas aquele que procura ter um pensamento coerente, porque um pensamento coerente um computador também tem, mas também aquele que procura agir coerentemente. Esta razão, tal como está nesta definição, tem um duplo aspecto: um cognoscitivo e um ativo. Então vamos redefinir, como se faz hoje em dia: prefere-se definir o homem como aquele que é capaz de agir, ou seja, de transformar seu meio ambiente segundo finalidades e meios racionais. A razão fica dividida em um aspecto cognoscitivo, quer dizer, a faculdade capaz de ter um conhecimento coerente e, por outro lado, a faculdade de agir coerentemente de acordo com o conhecimento havido, e portanto, de alcançar resultados que ele mesmo havia previsto e desejado.

O homem é capaz de planejar e agir racionalmente. Esta é a definição geral do homem. Se é definição geral, significa que não há nenhum que possa escapar disto. Qualquer indivíduo que não seja capaz de se propor uma finalidade qualquer e encadear conceptualmente os atos necessários à consecução de tal fim, e

em seguida agir para atingir este fim, evidentemente está abaixo de homem.

Absolutamente, tudo que o homem faz é neste sentido: ele deseja algo e para atender a seu desejo, procura agir de maneira que haja uma conexão lógica entre os atos e os resultados, de modo que o resultado seja o esperado.

Quando se diz que o homem é um animal racional, pode-se ser induzido a pensar ser o homem apenas o animal que pensa racionalmente. Porém, ao definir o homem assim, Aristóteles quis referir-se ao animal que pensa e age em consequência do que pensou, ou seja, é o animal em cujas ações percebemos o fio de uma racionalidade intencional e isto é fundamental, porque uma racionalidade existe atrás das ações de qualquer ente. Por exemplo, uma pedra que você joga para cima e cai não está agindo de maneira racional? Claro, está agindo de acordo com uma lei que é a lei da gravidade. Portanto, seu comportamento tem uma explicação racional. Porém, esta explicação racional, quando aplicada aos animais, às plantas, aos planetas, etc, visa apenas à racionalidade que existe nos atos, ou seja, que existe naquele ser, mas que não existe para ele -- não é uma racionalidade intencional. Não foi ele que criou um esquema racional para agir assim ou assado. Quando a pedra cai; ela está obedecendo a um esquema racional, mas que não está dentro dela intencionalmente, é um esquema de uma racionalidade física, que está à sua volta. Ela, a pedra, só sofre ação, está presa ao encadeamento das causas e efeitos e este encadeamento, por sua vez, é racional, tanto que podemos compreendê-lo.

O homem, porém, tem uma racionalidade intencional. Isto quer dizer que ele procura conceber ativamente, criativamente, sequências racionais de procedimentos que o levarão a determinados resultados. O que caracteriza o homem é justamente esta capacidade o que não quer dizer que ele a exerça sempre, porque se poderia dizer, por exemplo, que o homem durante um terço da sua vida está dormindo, e quando está dormindo não está concebendo nenhum esquema de ação, não está fazendo nada. Há também outras pessoas que raramente pensam. Mas o que define o homem é esta capacidade, embora o seu exercício possa variar enormemente. Se dizemos que um animal é mamífero, isso quer dizer que ele tem a capacidade de sobreviver com o leite da mãe. Porém, se a mãe morre e ninguém lhe dá leite, mesmo assim ele não perde sua condição de mamífero. Ele deixaria se ser mamífero apenas se perdesse a capacidade de sobreviver a partir do leite da mãe, se ele precisasse ser alimentado fundamentalmente de outra coisa, se o leite da mãe não o servisse.

Transformar o mundo, muita gente transforma. Um bando de gafanhotos depois que passa por uma plantação, vê-se, transformou-a. Porém, se perguntamos por que o gafanhoto fez isto, não é porque houve um gafanhoto engenheiro que fez um esquema, um planejamento econômico da desgraça que iam fazer. O gafanhoto fez isso porque não pode parar de fazê-lo; fê-lo devido a seu código genético e não devido a sua intencionalidade. A intencionalidade caracteriza a liberdade, o poder fazer ou poder não fazer. O bezerrinho que mama não tem liberdade alguma, não está agindo por uma intenção racional, tanto que ele não poderia optar entre mamar ou ser vegetariano. Ele não tem esta opção, assim como também não a têm os leões, tigres. O que os animais fazem tem uma forçosidade intrínseca, portanto não precisa haver intencionalidade para fazerem o que fazem.

O homem, só o homem, decide, por exemplo, fazer uma casa. Ele não está obrigado a fazê-la, pode parar no meio. Nada o obriga a continuar agindo de acordo com uma seqüência racional de procedimentos. Se eu quero fazer uma casa, ela tem que ter um fundamento, um alicerce, pregos, e em cima coloco paredes na vertical. E se eu quiser colocar as paredes todas na horizontal o que impede? Não tenho essa liberdade? Não sou forçado a fazer qualquer casa de maneira que ela fique de pé.

O homem concebe um plano e concebe a seqüência de atos que levarão à consecução do resultado desejado e segue este plano voluntariamente, livremente. Este é o animal racional.

Mas além de ser animal racional, o homem também é muitas outras coisas, acidentalmente. Por exemplo, o homem pode ser rico ou pobre, sem deixar de ser animal racional. Pode ser branco ou preto, doente ou sadio, bom ou mau. Tudo isto não afeta em nada a sua condição de animal racional.

Quando contamos a biografia de um homem, devemos levar em conta a questão: o que ele é essencialmente e o que ele é por acidente? Se vou estudar a filosofia do bacalhau, sei que o que vou estudar é peixe. Mas suponhamos que o peixeiro de quem comprei o bacalhau para estudar tenha brigado

com alguém e agrediu seu adversário com golpes de bacalhau. O bacalhau foi acidentalmente transformado em arma. Digamos que meu vizinho comeu bacalhau demais e passou mal. Neste caso, o bacalhau não é mais encarado como peixe e sim como causa da doença do meu vizinho. Nem todo bacalhau, porém, é usado como arma e nem todo bacalhau causa doença, mas todo bacalhau é peixe. Se vou estudar a filosofia dos bacalhaus ou seu comportamento, devo começar por encará- lo como peixe. Se isto é tão óbvio quanto aos bacalhaus, por que também não seria com relação aos seres humanos? As psicologias que estão na moda estudam o homem sob todos os aspectos, por exemplo, como ser social. Mas as formigas e até as plantas, que necessitam de outras para poderem viver, são seres sociais. Ou estudam o homem como portador de desejos -- qualquer bacalhau tem desejos. É lógico que o homem pode ser estudado sob qualquer desses aspectos secundários e acidentais, porém isto somente terá sentido se todas estas visões especiais estiverem ordenadas contra o pano de fundo de uma visão geral que tome como centro aquilo que o homem essencialmente é, ou seja um transformador racional da realidade. Com isto, a psicologia ainda teria o mérito de considerar o homem num ponto onde a sua perspectiva se articula com as perspectivas dessas outras ciências, ao passo que se começa a estudar o homem de um ponto-de-vista muito especial, que só interessa à psicologia, mais ainda, a uma parte da psicologia, então o meu ponto de partida já não tem nenhuma conexão orgânica com as outras ciências, e terá de será articulada a posterior, mediamente alguma espécie de operação pirotécnica, por exemplo, como no caso da fusão da psicanálise com o marxismo.

Marx parte da definição do homem: o homem é transformador racional da realidade. O ponto de partida de Freud é outro. Parte do princípio de que o homem, antes de ser grande, foi criança, o que também se aplica aos bacalhaus, às minhocas, etc. Aborda o homem por um aspecto que não é essencialmente humano, por um aspecto que ele tem em comum com os outros seres.

Como vamos articular então a psicanálise com o marxismo? Claro que, se os dois tiverem razão, em algum ponto vão coincidir. Se o que os dois estão falando faz algum sentido, alguma relação tem que haver, como deverá existir alguma relação entre a ciência da balística e a economia de mercado. Tudo que é real, alguma relação tem entre si. Porém, concepções como a psicanálise e o marxismo são muito difíceis de se articularem, a não ser artificialmente, porque seus pontos-de-partida são muito desconexos.

É fácil perceber as relações do marxismo com a filosofia de Aristóteles. Para se saber quais são os pontos onde Aristóteles e Marx estão de pleno acordo e onde divergem, dá para se saber facilmente porque os dois partem do mesmo enfoque , hierárquico, que aborda as coisas pelo aspecto essencial e depois vai descendo para o acidental.

Alguém que começasse a estudar o mesmo tema por algum aspecto lateral, por exemplo, "o homem respira", como iniciou Reich e Gaiarsa continuou. Mas respirar, todo mundo respira, aliás todos os mamíferos, todos os animais respiram. Neste caso estou partindo de algo que, embora presente no homem, é comum aos outros animais. Isto quer dizer que está me escapando o foco, e esta visão da psicologia da respiração, se não for inserida dentro de uma psicologia geral, que pegue o homem pela sua essência, vai ficar um fragmento boiando num caos. É o que acontece com a psicanálise de Reich, de Adler, assim como a do próprio Freud. São pedaços que nunca saberemos o quanto valem, a não ser que consigamos inseri-los dentro deste referencial.

Isto não quer dizer que só seja possível comparar obras que partam do mesmo ponto. Elas podem ser comparadas mesmo que partam de pontos bastante heterogêneos. Porém você tem que descobrir onde está o elo. No caso, o elo entre a psicanálise e o marxismo é evidentemente remotíssimo. É o caso de alguém que leu Marx e ahou que ele tinha razão; leu Freud e achou que este tinha razão. Se ele lesse um livro sobre a filosofia dos bacalhaus e achasse que também tinha razão, e como tendo razão não podem se discordantes, tentaria corrigi-los. Mas isto é quase impossível, não teoricamente, mas na prática. Claro que não há impossibilidades teórica. Todas as descobertas que sejam verdadeiras devem coerir-se por uma teoria comum que as sustentem. Isto é um pressuposto de toda ciência -- todos os conhecimentos particulares, que sejam comprovados, devem ser inseríveis dentro de uma teoria geral. Porém, na prática se a questão de que partimos é muito heterogênea em relação a outra com a qual queremos coeri-la, eu teria que desenvolver uma delas num sentido e a outra no outro sentido até que viessem a se encontrar num determinado ponto. É portanto, pura perda de tempo fundir psicanálise e marxismo. Só porque duas coisas são verdadeiras, embora uma não tenha nada a ver com a outra , não há nenhuma razão para

obrigatoriamente acharmos a teoria geral por trás delas.

Compreendemos então que se vamos estudar um caso, a vida de um ser humano, seja porque estamos fazendo sua biografia, seja porque é nosso parente e queremos compreendê-lo, seja porque é nosso paciente, devemos encará-lo em primeiríssimo lugar exatamente como homem que é capaz de conceber um plano, um fim e conceber também a seqüência de atos para chegar a este fim. E aí está a chave de todas as biografias. Toda vida humana deve ser encarada primordialmente como um caso particular de uma regra geral. Assim como, se vou estudar a filosofia de um mamífero em particular, vou partir do fato de ele ser mamífero e não do fato de ele ter, eventualmente, pelos pretos ou marrons, ser gordo ou magro ou alguma outra coisa acidental. Se o que temos diante de nós para estudar é um homem, então o esquema geral dentro do qual temos que colocá-lo é a própria definição de homem, e não um aspecto acidental qualquer, embora ele admita também ser estudado sob aspectos acidentais. Mas isso nunca primordialmente.

Todo e qualquer homem deve ser encarado em qualquer situação da vida como dono da faculdade da razão e portanto da vontade racional. Significa que ele tem objetivos, não vive só no passado, ele busca alguma coisa, vivei para o futuro. Este futuro ele o concebe e se concebe como capaz de alcançar esse futuro, por mais modesto que seja. Todo e qualquer homem visa a isto.

Agora suponhamos que você pegue um sujeito que está numa depressão tremenda e não faz mais planos para nada. Quando lhe dá vontade de ir ao banheiro, ele erra e entra na cozinha. Ela pára de fazer planos a curtíssimo prazo, até, como ir a cozinha beber água. Sabemos que isto é gravíssimo porque ele não está podendo usar a razão. Está-lhe faltando algo que não é acidental, mas essencial. E se faltasse outra coisa? Por exemplo, o interesse por sexo. Isto não é tão grave quanto não conseguir ir ao banheiro sozinho, porque sexo outros bichos também têm. Se ele não fosse mais capaz de andar, também não é algo essencial nele que foi atingido. Naturalmente que andar, sexo, são coisas necessárias, sem dúvida, mas nada disso é essencial. O que impedir o indivíduo de exercer seu aspecto animal é o que vai lhe causar a morte biológica. Aquilo que o impedir de exercer plenamente os benefícios da razão está liquidado com sua parte humana. Se somos psicólogos ou terapeutas, etc, não estamos fundamentalmente interessados na parte animal do homem, porque senão teríamos de mandá-lo a um médico, a um fisiologista, a um patologista. Isso quer dizer que as falhas da parte animal, em princípio, não nos dizem respeito.

O primeiro padrão para conhecer, compreender, avaliar e poder desenhar uma vida é o delineio do padrão de sua racionalidade, ou seja, ver o sucesso ou fracasso, o domínio maior ou menor que o indivíduo tenha da seqüência de atos necessários para alcançar determinado fim. E é por aí que o homem tem que ser olhado em primeiríssimo lugar, porque isso é o que ele é.

Quando olhamos assim, chegamos a deduzir disto estas mesmas regras que já expusemos. Em primeiro lugar, eu mesmo que estou examinando aquele indivíduo, também sou homem, também sou ser humano, também me suponho capaz de conceber um plano para chegar a um objetivo. No meu caso o plano é compreendê-lo, seja para tratar dele, ler seu horóscopo ou qualquer outro fim. Também me suponho capaz de estar na sua posição. No entanto, vejo que o indivíduo acaba de chegar e eu mal o conheço. Tudo que sei dele é uma generalidade, que ele é um animal racional. Tenho então que comparar esta regra geral com o caso particular que tenho à minha frente.

Aí compreendemos que nem tudo o que o indivíduo faz emana da sua razão ou da sua vontade, mesmo porque o indivíduo não nasce com plena posse de sua razão e da sua vontade. Entendemos que esta vontade, esta aptidão para razão, embora esteja nele desde o instante em que nasceu, terá de ser desenvolvida até um certo ponto para que o indivíduo, a partir daí tenha uma certa autonomia. Entendemos também que neste processo podem acontecer muitos acidentes, assim como, por exemplo, as vacas têm por definição a aptidão de dar leite, mas pode acontecer algum acidente de percurso na sua criação, na sua história, que a impeça de exercer o seu ofício. Isto quer dizer que não podemos explicar toda uma biografia somente pelo intuito do indivíduo e pelo plano racional que ele concebeu. Esta também é uma das regras: o homem também é objeto, nem sempre é só sujeito., O homem enquanto sujeito sempre pode ser encarado como animal racional, mas enquanto objeto, não. Porque ele padece ações só enquanto animal. Se cai um tijolo em cima da cabeça de um homem, foi enquanto animal racional que pareceu isto? Ora, os danos causados pelo tijolo que caiu causariam danos também numa tigela, assim como num cachorro, um gato. Isso quer dizer que o homem sofre ações enquanto corpo, enquanto animal, mas o homem só age enquanto

animal racional. onde o homem age, ele é animal racional; onde o homem padece é simplesmente um ser. O aspecto racional, e portanto, auto-consciente de um homem, está ligado a sua ações; o aspecto não racional, o aspecto simplesmente existencial, que ele tem enquanto ente, é aquele que nós vemos nas ações que ele padece. A vida do indivíduo será dividida exatamente nesses dois aspectos. "A vida é que fazemos e o que nos acontece", diz Ortega y Gasset. O que fazemos, certamente é enquanto animal racional; o que acontece pode ser enquanto qualquer coisa. Assim como o bacalhau pode ser usado como arma, eu também posso sofrer ações alheias, não enquanto animal racional, mas enquanto simples corpo, enquanto simples animal.

Se alguém me dá uma injeção, a qual altera completamente o meu comportamento, não é enquanto animal racional que sofro esta ação, que não depende de minha racionalidade mas de minha filosofia. Em todo ser humano existem esses dois aspectos, todos nós somos sujeitos racionais, auto-conscientes de nossas ações e somos objetos irracionais de uma infinidade de ações. Isto quer dizer que em cada um de nós existe um aspecto pelo qual nós podemos nos responsabilizar e dizer: este sou eu. E outro que não é propriamente eu. Eu sou responsável pelo que se passa comigo, pelo que me acontece? Se cai um tijolo na minha cabeça, será que isto foi um plano racional que fiz e portanto sou autor disso? Eu que fiz a planta do prédio calculando o cronograma de sua construção de modo que tal dia, a tantas horas, quando eu passasse embaixo, caisse um tijolo na minha cabeça? Fui eu quem fiz isto? Certos defensores da teoria do Karma dizem que sim.

O homem pode também sofrer acontecimentos externos de duas maneiras, enquanto animal e enquanto homem. Porém, este aspecto passivo do sofrer a ação não está vinculado à sua racionalidade, não tem ligação orgânica com ela, enquanto que as ações que o homem pratica têm. Que dizer que todas as ações humanas, o que se pode dizer que um sujeito fez, ele o fez racionalmente. O que quer dizer que estava certo. Fez por um procedimento racional, mas poderia ter partido de fatos ou premissas errôneas, pode ter se equivocado no silogismo, mas de qualquer maneira, certo ou não é racional. Uma conta errada é matemática do mesmo jeito.

...

Onde a ação foi sua, houve uma justificação racional, seja na hora mesma em que você agiu, seja um pouco antes. Viu motivos suficientes e endossou racionalmente aquela ação, não como desejo, o que é muito importante.

Há coisas que você deseja e faz, mas que não aprova racionalmente e nisto é um sujeito dúbio. Nós podemos dizer que o sujeito que fica doido e estupra uma garotinha de cinco anos é um autor livre e consciente de tal ato? É muito difícil afirmá-lo. Quer dizer que há uma infinidade de atos que são desejados mas que não podemos dizer tratar-se de atos pessoais. É algum aspecto do sujeito, que estava nele, mas que não é propriamente ele. Podemos dizer que foi seu subconsciente. O subconsciente é uma zona indefinida, uma zona intermediária entre dois aspectos, entre o eu e o não-eu em mim. Mesmo o meu subconsciente não é totalmente eu, porque não endosso tudo que nele está, principalmente porque não fui eu que coloquei tudo que lá está, em segundo lugar porque não sei o que está lá -- foi papai e mamãe que puseram, foi a sociedade, foi alguém, mas não fui eu.

A distinção do racional e do não racional no homem é a mesma distinção do pessoal e impessoal. Disso entendemos que o aspecto essencial de qualquer ser humano é aquilo que nele existe de intencional, ao menos em potência, de racional e pessoal. É aí que temos que começar a observá-lo, não pelo meio ambiente, não pela classe social a que pertence, não pelo subconsciente. Porque tudo isso só adquire algum significado em função desta parte racional, pessoal, intencional, voluntária. Este é o centro causal do ser humano. Mais tarde pretendo demonstrar que a idéia de que é o inconsciente que move o homem, tão disseminada hoje em dia, idéia em que todos acreditam, sem nem saber porque, é uma idéia que esquece que o inconsciente, como a própria palavra diz, é algo que se define negativamente, é um não, é uma coisa que não está no consciente. Isto significa que ele não pode existir sozinho. Se tudo fosse inconsciente nós nunca usaríamos a palavra inconsciente. Todas as categorias com que estudamos o inconsciente são tiradas do consciente. O contrário não é possível fazer.

Tudo aquilo que esteja em mim, que seja componente da minha fisiologia, da minha psique, da minha personalidade, mas que eu não endosse voluntariamente, racionalmente, certo ou errado, não é

propriamente eu. É algo que eu tenho, algo que está grudado em mim, uma propriedade ou um acidente, mas não é eu. Isto se aplica a mim como a todos os seres humanos. E se querermos de fato entender por que alguém fez alguma coisa, a primeira coisa a perguntar é como ele se explicou o que estava fazendo. Porque, se o indivíduo não pensou absolutamente nada, não teve intenção alguma, então podemos dizer realmente que foi ele que fez? Não agiu como sonâmbulo? Isto fará parte da sua biografia na parte referente ao objeto. Se eu tenho em mim forças, tendências, hábitos, etc, que se opõem às minhas finalidades conscientes, isto entra na minha biografia, mas só adquire um significado em função do que eu desejo conscientemente. Se tenho um plano, casei, tenho um monte de filhos, desejo trabalhar para sustentar minha família a quem desejo o bem, quero ver todos bem alimentados, saudáveis, porém, tenho uma preguiça invencível. Suponhamos algo diferente: casei, fiz um monte de filhos sem nem perceber, nunca pensei que seria necessário trabalhar para sustentar a mulher e os filhos e não consigo entender que a mulher reclama. A tendência orgânica para a preguiça é a mesma nos dois casos, mas a biografia é diferente. No primeiro caso, é a biografia de um infeliz, de um desgraçado, de um homem que fracassou. No segundo caso, é a biografia de um ser sem vergonha, cínico. As duas não vão correr paralelas. A primeira é cheia de sofrimentos, de dilaceração moral, e a segunda pode ser até feliz, sob certo aspecto. Tudo aquilo que esteja em mim, independente de minha vontade, só adquire significado em função desse vontade, e que portanto a minha biografia tem que tomar como ponto inicial de referências o que eu desejo, o que eu, como sujeito livre, racional, consciente e capaz, desejo. Esta vontade livre do indivíduo coloca o primeiro ponto que vai delinear alguma forma dentro do caos da existência. É a partir dela que vai começar o desenho, ou seja, o que o indivíduo quer, o que ele pensou que deveria fazer, onde quis chegar a cada momento, porque pode ter tido muitas metas diferentes na sua vida. Porém cada uma de suas ações vai ser explicada por ele de alguma maneira. Claro que a explicação que ele vai dar pode ser falsa. O objetivo pode ser inatingível, utópico, absurdo, inconveniente, inadaptável para a pessoa dele, para o meio. Mas alguma racionalidade tem, e é por aí que tem que começar a explicação.

Olhar o indivíduo em primeiro lugar como sujeito, não como objetivo, é um preceito científico e, ao mesmo tempo, uma máxima moral; "Ama a teu próximo como a ti mesmo". Cada um de nós gosta de ser encarado como sujeito humano, não como objeto inconsciente. Sempre se espera do outro respeito. Respeitar deriva do latim respicere, é como olhar para trás, quer dizer, medir o outro por si mesmo -- olhe para si e olhe para o outro, trate-o igual. Se perante o personagem histórico, perante o paciente, perante pessoas de convivência diária, eu encaro a mim como sujeito racional, consciente, pensante e o outro como objeto passivo de condicionamento, como animalzinho que obedece a ações e reações perfeitamente inconscientes, como pedra ou como composto químico, eu simplesmente o estou desrespeitando, o que é algo moralmente ilícito. Em segundo lugar, é algo cientificamente falho: eu estou me atribuindo uma espécie de superioridade gnoseológica, colocando-me num estatuto gnoseológico que não tenho, estou partindo do princípio de que eu enxergo e ele não, ou seja, de que eu ajo como sujeito criador e ele só como objeto. E isto é falho, falso.

Ontem surgiu o problema do que é objetividade. Durante muito tempo, por influência sobretudo de certas correntes de filosofias científicas surgidas no fim do século passado e início deste, acreditou-se que a maneira de conseguir uma objetividade científica seria fazendo-se uma abstração do eu observador, quer dizer, recortando-se os fatos observados, mantendo-se somente aquelas partes que poderiam ser observadas identicamente iguais por qualquer outra pessoa. Acontece que com isto você faz uma operação tão drástica que sobra só uma espécie de esqueletozinho de realidade. Aquilo que todos podem enxergar igualzinho ao mesmo tempo é muito pouco, em primeiro lugar. Em segundo lugar, este preceito acredita que o indivíduo por si mesmo não é capaz de objetividade, que esta só é capaz a partir da intersubjetividade, isto é, da confirmação do grupo humano. Mas isto é um absurdo, porque se você junta vários indivíduos incapazes de objetividade, então a soma de várias incapacidades vai dar uma incapacidade maior ainda. Se a visão subjetiva não é capaz de veracidade, a inter-subjetiva também não o é. Mas, se você disser que é capaz de objetividade, eu posso levar em conta não somente o que eu vejo, mas aquilo que você diz que vê. O testemunho alheio terá que ser legitimado de novo pelo meu testemunho. Então, o juiz é sempre a consciência do indivíduo. Porque o testemunho da intersubjetividade terá que ser ratificado por cada um dos membros da comunidade de novo. O problema retorna, todo ele, ao ponto inicial.

Este conceito de que a objetividade requer primeiro a exclusão do subjetivo, a exclusão do eu observador e

em segundo a confirmação intersubjetiva, a confirmação do meio-ambiente ou do grupo, isto hoje em dia já se entende como algo falacioso, que é a pseudo-ciência. Se tem que haver um conhecimento objetivo, veraz, com fundamento, não é por aí que devemos buscá-lo. Deve haver outro critério mais firme. Onde encontrar este critério mais firme? O testemunho do grupo que valor terá para mim? Certamente não valerá mais do que o meu próprio testemunho, mesmo porque a única testemunha de que o grupo diz aquilo que diz, sou eu mesmo. Então, o fundamento da veracidade terá que ser procurado no próprio sujeito cognoscente, no indivíduo.

E aí voltamos ao preceito dado na primeira aula: só existe uma maneira de ser veraz. Esta maneira se chama memória. Todo o conhecimento humano, científico, começa com a fidelidade da memória. Se a memória for falha, ou essencialmente falha, a memória do grupo vai ser mais falha ainda, vai ser a soma de falhas. O homem começa a subir do mundo dos sentidos para o mundo da razão a partir da hora em que ele conserva a memória dos conhecimentos anteriores e não pode mais negá-los, ou seja, na hora em que ele aprende a distinção entre o que é uma intuição interna e uma externa. Isto significa que aquilo que eu vi exteriormente não é mais fidedigno do que aquilo que eu vi interiormente. Eu ver esta parede não é uma coisa mais firme, mais segura, do que eu me lembrar de um sentimento que tive ou de algo que eu mesmo pensei. Quer dizer que o testemunho dos sentidos externos não é mais fidedigno do que o sentido interno, é a mesma coisa. Se eu minto com relação ao sentido interno, também vou mentir em relação ao externo. A memória é uma só, ela conserva ali tudo, e sou eu que vou discriminar. Eu é que sei se, ao imaginar um tigre, também toquei o tigre. Eu é que sei se era um tigre tridimensional ou um tigre bidimensional, porque fui eu que o vi, eu sou a única testemunha.

Toda a noção de objetividade do conhecimento repousa neste ponto: contar a própria história e dar o testemunho. Todo conhecimento começa com o conhecimento histórico. A história é a narrativa do que passou. Isso quer dizer que um único indivíduo que recorda os fatos é testemunha melhor que toda uma coletividade que não recorda. É preciso não apenas recordar, mas saber que recorda. É preciso saber também que o sujeito daquela percepção foi você mesmo. Na medida em que o indivíduo é capaz de se recordar do que fez, viu e padeceu, e distinguir essas três coisas, então ele se torna testemunha fidedigna. Isto foi descoberto no séc. XVIII por um grande filósofo chamado Jean Batista Vicco, que dizia: "Nós não conhecemos nada melhor do que aquelas coisas que fazemos". Portanto, o mundo exterior quem fez não fui eu, foi Deus. Para Deus deve ser muito claro o mundo exterior, mas certamente para mim ele é muito menos claro do que aquilo que eu mesmo fiz.

O primeiro padrão do conhecimento objetivo é a minha própria história, a história das minhas ações e do que eu pensei ou intencionei na hora que fiz. Depois Hegel, certamente estudando Vicco, afirmou que "A consciência de si é a terra natal da verdade". Em metodologia científica até hoje não se tiraram completamente as conseqüências desta descoberta de Hegel. Quer dizer que o método científico atualmente em uso ainda está baseado na idéia da intersubjetividade. O que tem levado ultimamente a certas conseqüências terríveis, que logo terminarão por extinguir esta metodologia. Uma das conseqüências é a seguinte: examinando o homem "objetivamente", ou seja, fazendo exclusão da minha subjetividade e aceitando apenas o testemunho intersubjetivo, posso chegar a certas conclusões que me indiquem que o homem não tem subjetividade alguma, que na verdade nem ele tem e nem eu. Porque ele tem um amálgama de eus que são dados pelo meio, e que vão se grudando, uns após os outros, e a unidade do sujeito cognoscente é um mito. Mas na hora que eu chego a esta conclusão, que hoje em dia é defendida por antropólogos seriamente, pergunto: qual dos muitos eus do antropólogo está defendendo esta teoria?

O príncipe desta corrente, que se chama Hans Gadamer, escreveu recentemente um trabalho no qual advoga a teoria de que o eu cognoscente não tem unidade, ele é apenas um resíduo de papéis sociais e, portanto, o indivíduo em si mesmo jamais pode ser juiz da objetividade do que quer que seja e sim culpar o contexto. E reclama que o ensino universitário na Alemanha só treina os indivíduos para o exercício profissional e não desenvolve a liberdade de juízo crítico. Se ele já demonstrou que a liberdade de juízo crítico não existe, para que desenvolvê-la? Se o eu não tem consistência alguma, se o sujeito cognoscente é apenas um aglomerado de papéis sociais, então a minha opinião é colada em mim pela sociedade sem que eu possa fazer nada. Portanto, não posso ter liberdade de juízo crítico de maneira alguma e não adianta cultivá-lo. Como é que um simples programa universitário teria o poder de revogar a condição do homem? Gadamer então propõe que as universidades cultivem o juízo crítico que ele demonstrou que não existe.

Essas conseqüências aberrantes são produzidas justamente pela crença de que a confirmação intersubjetiva predomina gnoseologicamente sobre o testemunho do indivíduo, o que é a mesma coisa que dizer que a soma de vários zeros produzirão o um, o dois e o três. Se o indivíduo enquanto tal não é, ao menos potencialmente capaz de conhecimento veraz, a comunidade também não há de ser. Se na narrativa o indivíduo distorce, seu vizinho vai distorcer mais ainda. Se o próprio indivíduo, testemunha primeira, pode mentir, quanto mais não o poderá um outro que não observou seu processo interior, não sabe o que ele pensou. Isto significa que para conhecer um homem, lamentavelmente, estamos à mercê do testemunho dele mesmo, sem que haja nada que possa compensar isso.

Perguntam se o processo descritivo da linguagem não é suficiente para transmitir, por exemplo, a emoção. Suficiente é, mas se a minha linguagem falha para descrever o meu sentimento, quanto mais não falhará na descrição do sentimento do vizinho. Eu, que tive a intuição, não sou capaz de descrevê-la, como outro será capaz de descrevê-la, outro que não a teve?

Isto significa que a possibilidade do conhecimento do homem pelo homem repousa na fidedignidade do testemunho. Se formos todos mentirosos, jamais vamos nos conhecer. É uma situação terrível. Todas as ciências humanas, os psicólogos, sempre tentaram escapar disto, inventar um jeito de escapar dessa situação desconfortável, querendo conhecer o homem como se se pudesse colocar de fora o acima dele e não depender do seu testemunho. Porém, isso sempre foi tentativa vã. Quanto mais se tenta isso, mais se começou a mentir, mais se começou a colocar-se numa posição gnoseológica que não corresponde com sua posição ontológica. Você se colocou num ponto-de-vista divino sem nenhuma justificativa. Se você pode me ver objetivamente, por que eu não posso ver você? Se você me ver pelas costas, por que eu não posso ver você também pelas costas? Se você pode sondar o meu inconsciente sem que eu perceba, por que eu não posso sondar o seu? Se você pode me olhar apenas como objeto que padece os efeitos das causas em torno, por que eu posso fazer a mesma coisa com o cientista que me estuda assim?

Este grande erro das ciências humanas teria sido evitado se a psicologia, ao invés de se desenvolver a partir de muitos pontos de partida desconexos (como a psicanálise, behaviorismo, etc, que se desenvolveram a partir da observação de fatos particulares), tivesse desde o início tentando manter uma certa unidade, o que não aconteceu. A psicologia se desenvolveu desde pontos diferentes e sobretudo independentemente das demais ciências humanas. Porque este problema que estou referindo já estava formulado e resolvido antes de Freud, por Weber, quando referiu-se aos dois tipos de explicação intencional e explicação causal.

P - Esta questão da transmissibilidade dos sentimentos, não se resolve com a

arte?

Sim, a arte foi feita para isto, só que nem todos os indivíduos têm acesso à arte. A arte é fundamentalmente curativa, na medida onde a experiência interna pode será objetivada, quer dizer, externalizada por ela e portanto, a partir daí, pensada e compreendida. Quer dizer que a compreensão imaginativa sempre precederá a compreensão racional. Depende da capacidade expressiva do sujeito expor os conteúdos da sua intuição. Benedetto Croche tratou da identidade da intuição e expressão, uma das grandes coisas da filosofia do século XX que os psicólogos nem têm idéia de que exista.

Se perante o indivíduo, em qualquer circunstância, seja a de estudar sua biografia, de tratá-lo como paciente ou de procurar conhecê-lo, nós tentamos olhá-lo pelas cosas, por que fazemos isso? Em primeiro lugar, por uma auto-defesa. Se eu procuro olhar o indivíduo apenas pela classe social a que pertence, ou apenas pelo seu subconsciente, isto me poupa de olhá-lo cara-a-cara e de ser, portanto, julgado por ele. Se me coloco numa posição inatingível, estou como o padre no confessionário, que estuda os pecados alheios mas não conta os próprios.

Se o que eu desejo é dominar o indivíduo, fazer com que ele me obedeça, fazer com que ele faça o que eu quero, então pouco me interessa o que ele é. Neste sentido, a postura prática é contrária à postura cognitiva. O poder é sempre invisível.

Perante a infinidade de objetos que nos rodeiam, o homem tem dois graus de relacionamentos com estas coisas. O primeiro é cognitivo e o segundo é prático. A entrada no domínio prático faz que cesse a postura cognitiva. Você pára de conhecer para, a partir da,. manipular. Quando o primeiro homem das cavernas

decidiu derrubar uma árvore para fazer dela um banco, uma cadeira, ou qualquer outra coisa, para fazer isto ele parou de perguntar o que é árvore. Ele conheceu a árvore até certo ponto e depois quis transformá-la em outra coisa. A entrada em cena da ação prática interrompe o circuito cognitivo. A partir do momento em que eu transformo a árvore em cadeira, não conheço mais a árvore enquanto tal, só conheço o meu plano -- o foco de atenção mudou. Antes se prestava atenção na coisa, no objeto, e agora tenho em mente uma outra coisa que não existe ainda, chamada cadeira.

Por isso mesmo é um absurdo o marxismo dizer que o conhecimento provém da prática, que a motivação do conhecimento é uma motivação fundamentalmente prática. O conhecimento ter uma origem prática seria uma impossibilidade manifesta, porque a entrada em cena da prática interrompe o conhecimento do objeto, dissolve o objeto e o transforma numa outra coisa.

Uma cadeira é uma das infinitas coisas que eu posso fazer com uma árvore. No instante em que decido transformar a árvore em cadeira, desconheço todas as outras possibilidades e desenvolvo apenas uma das propriedades da árvore e passo a me interessar somente por esta propriedade. É o conhecimento seletivo. Eu poderia talvez fazer outras coisas com a árvore, poderia esperar que desse frutos para tirar as sementes e plantar uma outra árvore, poderia transplantá-la para outro lugar, poderia fazer inúmeras coisas. No entanto, apago tudo isto. De agora e diante a árvore como totalidade não me interessa mais, interessa a mim apenas só uma de suas propriedades, que é a de ser serrada, virar tábua para virar cadeira e mesa.

O cognitivo é primeiro, o prático, o segundo. Claro que do prático eu criei outro objeto, agora criado por mim mesmo e posso ter uma atitude cognitiva em função deste objeto. Mas o cognitivo é primordial e o prático é secundário. Quem quer que tenha um bebê em casa pode confirmar isto: o bebê começa a conhecer antes de começar a agir. Isto é de uma obviedade tão grande que não sei como um gênio como Marx pôde ignorar uma coisa dessas!

P - Piaget diz que as duas coisas acontecem simultaneamente, não é?

Não. Há um processo dialético, mas alguém tem que dar o lance inicial da dialética. O bebê estava vivo antes, mas viver é uma coisa e agir é outra. A partir do momento em que ele está vivo, tem sensações e percepções. Já começou a cognição e a ação não começou. A possibilidade da ação será sugerida ao garoto depois de uma infinidade de percepções que ele já teve. Sintetizando uma milhão de percepções é que lhe ocorre fazer alguma coisa para obter algum resultado. A cognição tem um aspecto mais passivo que a ação, embora a cognição não seja totalmente passiva. A cognição é uma ação do espírito. Porém, em termos de quantidade de ação, ela está um grau abaixo da prática. Para haver prática, que já é um grau mais elevado de síntese, precisa haver cognição, senão não é possível.

Nas relações com todos os seres podemos ter esta dupla atitude: ou estamos procurando conhecê-lo ou estamos procurando transformá-lo. É claro que na vida prática dificilmente estamos interessados em conhecer o que quer que seja, sempre supomos que o conhecimento que temos é suficiente. Porém, quando da postura prática cotidiana passamos para uma postura científica, ou seja, queremos transformar algo, mas transformar cientificamente, então o momento cognitivo tem que se estender. A cognição é um momento do processo prático, do processo da ação. Porém, um momento que, na maior parte dos casos, é breve, uma fase que você ultrapassa rapidamente e passa para a ação. Mas, se é uma ação científica, então o momento cognitivo se estica, para que a ação depois possa ser mais exata e mais precisa. Ou seja, há um acréscimo de racionalidade na ação. Quando nos colocamos seriamente o problema de conhecer alguma pessoa, precisamos evidentemente abandonar a postura prática. A postura prática é postura de dominar um objeto, dominar para transformá-lo no que ele não é.

Por exemplo, tenho um armazém e ponho uma placa dizendo que quero um moleque para fazer transporte. Chega o moleque para trabalhar e, evidentemente, se ele vem para trabalhar no meu armazém é porque ele não trabalhava antes. Vou dar uma série de instruções a ele para transformá-lo num carregador, coisa que ele não era antes, era apenas um moleque.

Se entro num determinado ambiente e desejo fazer com que as pessoas me considerem simpática, também estou tentando transformar as pessoas, porque se antes não me conheciam, como poderiam me achar simpático ou antipático? Não estou interessado nas pessoas, no que elas são, mas no que elas podem fazer, e quero induzi-las a fazer isto ou evitar aquilo.

Se queremos conhecer efetivamente uma pessoa, vamos ter que adiar o momento prático e esticar o momento cognitivo. Se a postura prática é uma postura de domínio, ela é, em si mesma, não cognitiva. Isto quer dizer que para conhecer o indivíduo, vamos ter que abandonar, ao menos temporariamente, a postura prática, e portanto, a postura de domínio. Vamos ter que aceitar o indivíduo tal como ele é e tal como ele está.

Com relação aos seres humanos, como se opera esta passagem? Começo a conhecer o indivíduo na hora em que desisto de encará-lo sob o aspecto do poder que eu possa exercer sobre ele e consinto em conhecê-lo tal como ele é. Isto significa que já não posso mais olhá-lo pelas costas, porque tudo aquilo que está no subconsciente dele, tudo aquilo que está nele e ele não sabe, são como alças por onde posso pegá-lo e posso transformá-lo naquilo que ele não é, mas não conhecê-lo.

Se eu desejo o seu voto numa eleição, você será meu eleitor. Só me interessa em você as forças latentes que podem transformá-lo em meu leitor, o resto não me interessa. Se você é corinthiano ou palmeirense, não faz diferença. Se eu souber que você é corinthiano ou palmeirense, posso usar isso para ganhar a sua simpatia, dizendo que sou corinthiano ou palmeirense também. Mas você só me interessa por este aspecto.

De maneira que o conhecimento prático é sempre seletivo e o princípio dele não está no objeto, mas no interesse do sujeito. Enquanto estou olhando o indivíduo pelas costas, estou procurando nele as alças, os fios ou os botões por onde posso transformá-lo no que ele não é. Esta é uma postura fundamentalmente desrespeitosa e que só é lícita quando o indivíduo consente.

A outra postura é a de total objetividade, que é a de um semelhante olhando para um semelhante. Portanto, olhando para o ponto onde ele está olhando. Olhando nele aquilo mesmo que ele está olhando em mim, e tendo um relacionamento perfeitamente simétrico. Suponhemos uma situação de aula, como o professor vai conduzir a sua aula, para onde ele tem que olhar no aluno? Exclusivamente para sua inteligência, o resto não interessa, porque se estou aqui como professor, estou comunicando neste plano, então quero ser recebido neste plano. Se a posição é a do psicólogo perante o cliente, também aí olhar o sujeito pelas costas não é legítimo, até que você tenha esgotado as possibilidades de relacionamento no mesmo plano. Ou seja, posso começar a buscar causas desconhecidas nas ações do indivíduo somente quando esgotei as intenções. Porque quando o cliente vem me consultar, se eu sou psicólogo, ele supõe que conhece as minhas intenções. Se você vai consultar um médico, que intenções você acha que o médico tem com relação a você? É dada já como conhecida: ele quer curá-lo e ganhar seus horários e você não vai investigá-lo além deste ponto.

Enfoquemos agora a questão da causa e significação.

Onde acreditamos poder explicar um evento pelas suas causas é porque acreditamos que este evento obedece a um processo causal onde, dadas as causas, o efeito se seguirá necessariamente. Por exemplo, se desejo explicar por que jogando para cima as coisas, caem na terra, encontro algo chamado "Lei da gravidade", que vai explicar a relação necessária entre o efeito e a causa. Portanto, o enfoque causal só é perfeitamente adequado onde o enlace entre causa e efeito é necessário, porque se existe uma possibilidade do enlace ser cortado, ou seja, dada a causa, não se seguir o efeito, não adianta saber a causa. (E a sincronicidade?)

Se vamos estudar resultados da Loteria Federal, porque deu tal número, sabemos que não é possível detectar alguma causa, pois não há um elo causal necessário que faça dar um número ou outro. Desistimos então do enfoque causal. Nos atemos a uma descrição estatística. Não há explicação estatística, só um processo descritivo. Você descreve quantitativamente um fenômeno justamente porque não pode explicá-lo.

Quando no fenômeno estudado existe um elemento de arbitrariedade, o enfoque causal se torna deficiente. Se averiguarmos a mais mínima das ações humanas, vamos ver que o enfoque causal é deficiente graças à multiplicidade de causas convergentes. Ou seja, o enfoque causal jamais consegue esgotar alguma coisa, e é por isso mesmo que Ortega y Gasset disse que jamais ninguém escreveu um livro que explicasse perfeitamente bem por que alguém fez alguma coisa. A enumeração das causas seria infinita, todas elas seriam legítimas. Porém existe um elemento que interfere justamente neste arbítrio. Porque o arbítrio que faz dar um número ou outro na Loteria Federal não é do mesmo tipo de arbítrio que faz com que o

indivíduo vote neste ou naquele candidato. Você não vota num ou noutro por sorteio. Não existe alguma causa que obrigue a dar 27 na loteria ou na roleta. Não existe alguma causa que obrigue você a votar num ou noutro candidato. Existe um coeficiente de arbítrio aí, porém, o arbítrio é diferente. Em um caso o árbitro é totalmente aleatório e no outro caso existe um agente causal, que produz o efeito, ou seja, ele é a origem da causa. O sujeito votou neste ou naquele candidato porque quis. Isto se chama intenção. Onde existe intenção, começa uma cadeia causal -- não tem causa antes. Isto significa que o ser humano pode ser encarado como originário, como ser que origina coisas. Ele votar neste ou naquele candidato não se explica por causas, não se explica por um passado, não houve um processo causal anterior, onde o acúmulo de causas o forçasse a votar num ou noutro candidato. Ele votou num ou noutro candidato não em função de algo que havia no passado, mas em função de algo que ele deseja no futuro -- um bom governo. Isto não é propriamente causa, porque um e outro candidato não fizeram já um bom governo, a eleição é antes do mandato. Existe uma expectativa de algo futuro, e a esta expectativa é que vamos chamar intenção, ou seja, o que o fez votar em outro não foi uma causa, foi uma intenção.

A intenção é expectativa de um processo causal futuro. Onde existe o elemento intencional, o ato cometido é explicado em função de expectativas, valores, significados, ou seja, toda uma constelação de representações subjetivas que o indivíduo faz e que para ele justifica o ato. Pode justificar certo ou errado. Ninguém é obrigado a votar em alguém assim como uma pedra jogada para cima é obrigada a cair. Neste caso, não adianta buscar causas e, sim, intenção.

A intenção e o significado da intenção é que completarão para mim a descrição do ato. O fato de se votar em tal ou qual candidato é o fato de se executar uma intenção. Aquele ato, em particular, está dentro de toda uma constelação de significados e somente a descrição desta constelação de significados pode me explicar realmente o que ele fez. Porque poderia acontecer o seguinte: eu ia votar em tal candidato, mas na hora eu errei o quadrinho e votei no outro candidato. Não sou eleitor do adversário daquele primeiro candidato. Isto tem um significado totalmente diferente, por exemplo do fato de o segundo candidato votar em si mesmo -- nosso voto foi igual, porém com significados diferentes.

Existem muito motivos diferentes que podem justificar para diferentes indivíduos, um ato que é formalmente o mesmo.

Temos portanto dois tipos de explicações: explicação pelas causas, quando existe um processo de forçosidade, e explicação pelos motivos, intenções e significados, quando o próprio ser humano é agente causal, é criador da causa, e onde o ato se justifica não por força externa co-agente, mas por uma intenção voltada a um futuro, por expectativas, valores, etc.

Podemos compreender, que existem muitos atos humanos que não têm significação alguma, coisas que o sujeito fez sem pensar, sem ter intenção alguma. Como votar num candidato porque, ao tentar votar num, a caneta escorregou e votou noutro. Isto não tem significado, mas tem causa. No caso, uma simples causa mecânica, um reflexo errado. Tudo o que acontece portanto tem causa, mas nem tudo que acontece tem significado.

Se tudo o que acontece tem causa, aquilo que tem significado também tem causa. Isto quer dizer que um ato dotado do significado e de intenção entra dentro de um contexto de causas já existentes. Se o sujeito votou em tal candidato, então o voto dele irá fatalmente se somar aos outros, a não ser que haja um erro de computador. Uma vez cometido o ato livre e intencional, ele entra dentro de um circuito de causas, a partir do que é dotado da força do automatismo, que antes não tinha. Não há automatismo que o obrigue neste ou naquele candidato.

Também, para que eu possa cometer aquele ato, é preciso que haja outras causas, que já estão se desenrolando, por exemplo, já existe uma eleição. Eu já recebi esta seqüência de causas e simplesmente inseri meu ato dentro delas. Isto significa que em todo e qualquer ato humano vamos ter que cercar pelo lado do significado e pelo lado das causas, e poderá haver, em certos casos, amplo predomínio da ação significativa ou intencional, ou amplo predomínio das causas.

Quando estudamos astrologia e dizemos que Plutão está lá para lhe dar lições, estamos fazendo uma abordagem não pelas causas, e sim pela significação, o que significa pressupor uma intencionalidade. Esta intencionalidade é de Plutão ou de Deus? Tiremos Deus da jogada e este tipo de astrologia acabou. A não

ser que a gente pressuponha que Plutão também tem suas idéias. A abordagem significativa, no caso de um fenômeno natural, depende da postulação de uma intencionalidade transcósmica, divina, portanto entramos na teologia. Se teologia não queremos, vamos ter que parar com isso. O que vai interessar na astrologia propriamente dita é o estudo descritivo do fenômeno e o estudo causal. O estudo do significado é muito problemático, porque vai variar segundo os valores humanos, não os valores de Plutão, que não foi consultado, que não se pronuncia, não fala em linguagem humana.

Como saber o significado e a intenção? Como saber o que o indivíduo queria com seu ato? Esta pergunta parece extremamente difícil porque estamos acostumados a usar uma abordagem causal para com os outros e uma abordagem significativa ou intencional com relação a nós mesmos. Temos uma espécie de ilusão cognitiva que nos transforma sempre em protagonistas da história e, todos os outros, em simples cenários.

...

Quase sempre esquecemos que o outro também pensa. Tudo isto acontece por causa do problema da palavra eu. Porque um sujeito diz "eu sou eu" e o outro diz "eu também sou eu". O que significa "ser eu"? Significa ser sujeito auto-consciente de seus atos, significa ser capaz de atos significativos, de atos intencionais, de atos não redutíveis às causas, significa também ser causa, ser criador de alguma coisa.

O homem cria situações, ao passo que os animais, as pedras, etc, só continuam os elos causais já dados anteriormente. Então, como estamos acostumados a esta ilusão cognitiva, conhecer as intenções alheias nos parece um mistério insondável.

Porque achamos tão fácil explicar os atos individuais por causas e, às vezes, até sondamos causas inconscientes, que são desconhecidas pelo próprio indivíduo, e entramos num abismo quando perguntamos qual é a intenção do indivíduo. Isso quer dizer que neste caso se acha que o subconsciente dele é mais claro que o consciente. E o meu? Exatamente o contrário. Então eu conheço o meu consciente e o subconsciente alheio. Isto nunca vai dar certo, nunca vai gerar um relacionamento igual, legítimo, verdadeiro, claro.

E se adquiríssemos o hábito contrário, e perante cada ação nos perguntássemos qual é a intenção do indivíduo, como ele se explicou aquilo? Isto significa que vou colocar- me no lugar dele e pensar como se fosse ele. Significa que, em primeiro lugar, vou buscar o que existe de razoável na ação dele, o que existe de racional, de lógico, de conseqüente, de humano. Só depois de esgotar esta parte, se eu chegar à conclusão de que este ato não pode ter fundamento racional, não pode ter fundamento humano, de que isto é uma absurdidade flagrante, daí eu vou supor que o que explica o ato dele não é um significado, mas uma causa, daí mudarei meu ponto de vista; vejo que aquele indivíduo não agiu como um sujeito livre, humano, racional, mas como objeto inerme que sofre a ação das suas paixões subconscientes, do meio ambiente, do reflexo condicionado. Mas isto só depois de ter esgotado as possibilidades da ação significativa.

Isto é o preceito metodológico de Weber, o de só partir para as explicações irracionais quando as racionais falharem. Porque senão tenho que explicar as minhas próprias ações assim também, a não ser que eu justifique de alguma maneira a minha superioridade cognitiva perante os demais, dizer "eu sou Deus, eu sei tudo, eu enxergo tudo e vocês são todos uns cegos. Estou aqui instalado no consciente e vocês estão todos nas trevas, no abismo do subconsciente, são um bando de idiotas e o único que enxerga sou eu". Se eu conseguir justificar uma besteira desta, daí sim, está certo explicar as ações alheias pelas causas e, as minhas, pelas intenções.

Quando quiseram interpretar por que Freud fumava charuto, ele disse que, às vezes, um charuto é apenas um charuto, despojado de qualquer simbolismo inconsciente. Eu digo: só o charuto dele, porque o charuto alheio era sempre um símbolo fálico.

Esta duplicidade de métodos -- interpretação pelas causas e pelas intenções -- não é uma duplicidade de tipo antagônico. Não temos que optar entre a explicação pelas causas e a explicação pela significação. Em todo ato humano haverá um amálgama das duas coisas, porque dificilmente o indivíduo humano é um ser totalmente personalizado, dificilmente o homem chega a desfrutar plenamente de seu estatuto de ser racional, livre, voluntário, etc. Existe um elemento consciente, um elemento de sujeito e um elemento de objeto em cada um de nós. Saber exatamente onde termina um e onde começa outro seria um divisor de

águas muitíssimo importante -- até onde sua ação é significativa, e a partir de onde sua ação e apenas causada.

Como vocês estão estudando biografias de vencedores na vida, poderão supor que uma boa parte das ações destas pessoas são ações significativas, que o indivíduo chegou a fazer o que queria, que foi ele mesmo a causa de suas ações. E, se estivessem estudando vidas, ao contrário, de pessoas que são mais vítimas das circunstâncias do que autores do seu projeto, veriam então, que a parte causal prevalece. Porém, em qualquer dos casos, a abordagem pela significação é primordial, porque é ela que vai definir o limite da outra, e não o contrário.

Em primeiro lugar, portanto, devemos entender o discurso do próprio indivíduo, entender como ele justifica os seus próprios atos. Isto significa também ouvir o indivíduo e, sobretudo, desistir da postura da superioridade cognitiva, de dizer que o psicólogo é você e o importante é que quem enxerga é você. Seria assim como um empate entre ambos. Mesmo que você saiba muito mais do que ele e enxergue muito mais do que ele, você pode até ser um sábio, mas, a respeito da vida dele certamente ele sabe muito mais que você. É preciso que ele conte a história. Você pode, no máximo, ajudá-lo, pode ser que falte uma palavra, o sujeito não sabe expressar direito suas intuições e você pode tentar ajudar.

Posso achar que quando ele agiu não foi isso que ele pensou mas estou querendo entender sua lógica, não a minha. Não a lógica do melhor, mas a lógica do que aconteceu de fato. Depois posso até dizer que seria melhor ele ter feito isto ou aquilo, mas somente depois. Se não cheguei a entender sequer a parcela de razão que ele tinha, não posso consertar o raciocínio dele. Por exemplo, se faço uma conta errada, dada uma equação resolvo de modo errado, se você não consegue entender a conta errada que estou lhe mostrando, como vai corrigí-la? Você vai ter que fazer a conta também, ver qual foi a minha lógica.

Isto também nos vai indicar o predomínio da descrição sobre a explicação. Esta é outra regra metodológica: primeiro o que é, depois o por quê.

P - Como fica isto na relação com os astrólogos?

O astrólogo não lida diretamente com o cliente: ele tem um intermediário que é o mapa. E na verdade é o astrólogo que fala e não o outro. Mais tarde vamos ter de ver uma espécie de técnica de entrevista, onde você procurará ler toda aquela constelação de fatores de modo que o indivíduo sinta a sua própria coerência, a sua própria coesão. Isto é extremamente difícil e quando se consegue, é muito bonito. O astrólogo está na posição de ter que expressar algo sobre o indivíduo um pouco melhor do que ele mesmo expressará, mas tem que ser o discurso do cliente, apenas artisticamente melhorado. Sobretudo porque, como veremos mais tarde, o mapa expressa uma espécie de padrão cognitivo, por onde o sujeito enxerga as coisas. Este padrão não pode ser mudado e um padrão é tão bom quanto outro, não podendo ser trocado. Seria preciso então explicar este padrão e ao mesmo tempo justificá-lo, mostrando como o sujeito tem razão de ver as coisas daquele modo. Dizer que se estivesse no lugar dele (ou qualquer um outro que aí estivesse) enxergaria do mesmo modo, enxergaria exatamente isto.

Há uma frase de Chesterton: "o seu ponto de vista é necessariamente verdadeiro porque senão não seria o seu ponto-de-vista". Daí de onde você está, tem que ver exatamente o que está vendo. Isto é real.

No que diz repeito a leis gerais, princípios universais, você pode corrigir as pessoas, mas com relação ao conhecimento de sua própria vida, a descrição de seu próprio ponto- de-vista, só há uma autoridade, que é ela mesma. Só a pessoa mesma sabe contar sua própria vida.

AULA 27

Composição das biografias

Partindo da definição do homem enquanto animal racional, animal capaz de agir racionalmente, de estabelecer uma finalidade por si mesma racional e, ademais, capaz de formular os meios para que, desencadeando certas causas, atinja os efeitos desejados, isto nos dá o critério com o qual devemos enfocar qualquer vida, inclusive a nossa mesma. É claro que esta definição implica numa orientação de toda vida humana, mas não implica que esta meta da vida humana seja algo sempre consciente nos indivíduos em toda a sua plenitude. Ao contrário, isso não poderia ser assim porque, embora o homem nasça sendo

homem, ele conquista esta condição congênita aos poucos. O homem, não nascendo pronto, não pode se comportar plenamente como animal racional desde o início. Também esta definição não implica que todo homem chegue a tomar posse dessa hominidade em toda a sua plenitude, o que não modifica sua condição de ser homem. Do mesmo modo que, se temos o conceito de uma certa espécie de entes, mesmo que todos os entes desta espécie sejam deformados, lesados, e não consigam desempenhar a função que lhes cabe, isto não mudaria a sua natureza.

Aqueles que já leram algum material biográfico de seus personagens, tentem então articular suas vidas de acordo com este critério, o de dividir a vida do sujeito em dois elementos: o que é ele e o que não é ele.

Vamos esquematizar o modo de enfocar estes dois pontos-de-vista sobre o indivíduo:

a) Qual o ponto onde o indivíduo se esforçou para chegar durante toda a sua vida? Quais esquemas e meios que ele concebeu para chegar lá?

b) Contra o que ele lutou? -- material artístico dado, cenário social, etc, no

qual ele quis introduzir modificações e quais modificações.

Nem tudo que está em nós é nós, nem tudo que está em mim sou eu. Portanto uma transformação de si mesmo pode ser interpretada do mesmo modo.

Por exemplo, Albert Einstein: (Sol na X, Lua na VI, Vênus na XI, Marte na VIII, Júpiter na IX e Saturno na X). Sabemos que se trata de uma vida linear, com um objetivo único. Qual a meta então que norteou essa vida? Sabemos que no caso de Einstein, sua vida era totalmente voltada para a construção intelectual. O seu drama era interno e portanto os acontecimentos externos serviram apenas para atrapalhá-lo ou ajudá-lo em seus objetivos. O impulso da vida de Einstein seria o de encontrar ordem e harmonia no seu mundo real interno, na sua concepção física do mundo, a desordem se apresentado como desafio, desafio de conciliar a vida real com os dados de conhecimentos científico. Isto seria a curva central e sabemos isto através de hipóteses prováveis.

Podemos constatar que às vezes existem acontecimentos e oportunidades na vida do sujeito que servem para um encontro com sua meta principal, e que também estes acontecimentos podem servir para desnortear o sujeito, a fim de tirá-lo deste encontro com sua meta. Em primeiro plano, devemos observar para ver se houve um acontecimento que ajudou esse indivíduo, qual foi esse acontecimento e também do ponto-de-vista negativo, o que contribuiu para tirar o sujeito do seu caminho. Vemos também que existem casos que negam a existência deste acontecimento fortuito na vida do sujeito, quando o indivíduo alega que o que aconteceu já estava preparado no seu interior -- o que quer dizer que os acontecimentos que corriam serviam apenas para um reconhecimento do que em seu interior já estava.

De posse então da definição do homem e deste esquema geral, vamos buscar os fatos destas vidas e, sem sair deste esquema geral, veremos que os fatos destas vidas combinam com este esquema geral e que os modos de realizar esta racionalidade animal são infinitamente variáveis, sem que a condição de animalidade de cada um se perca, evidentemente. Devemos delinear o modo de realização desta racionalidade naquele indivíduo em particular, evitando assim cair em novas leis gerais, procurando sempre o que é particular, próprio daquela vida.

...

Se nós não temos uma idéia muito clara de quais são as grandes dimensões da atividade humana-arte, ciência, religião, filosofia, política, etc. Muito menos conseguiremos entender algo da vida de indivíduos que estiveram envolvidos com essas coisas. É preciso nunca esquecer que arte, ciência, religião, economia, vida prática, familiar, tudo isso são modos da existência do ser humano, portanto modos da animalidade racional. O que está em todos eles é fundamental a mesma coisa. Um caso pode ser mais complicado do que o outro, mas será uma diferença de quantidade, mas não de essência. Quer dizer que a mãe de família que procura, distribuindo os alimentos, fazer o cardápio diário, está fundamentalmente fazendo a mesma coisa que Pablo Picasso. Tudo isso é atividade humana. Só não e atividade humana no homem aquilo que é puramente animal: respirar, dormir; mesmo assim isso será feito pelo homem de uma maneira humana, haverá uma interferência da racionalidade até nessas coisas. Mas tudo que seja atividade tem que ser encarado como uma modalidade da razão, a razão nesse sentido mais amplo que eu estou

dizendo, e não razão como faculdade cognitiva em particular.

No caso da arte, arte é simplesmente isto: Atividade expressiva. Mas, para expressara alguma coisa, é preciso que esta coisa esteja primeiro dentro, para poder ser exteriorizada. Agora, estar dentro é fácil, porque como diz Miguel de Unamuno, "por dentro até caranguejo resolve equação". O que nós temos por dentro pode ser enormemente rico, mas o fato é que não é nosso -- porque entra e sai. Acontece, e passa. Faz parte do objeto em nós; faz parte do impessoal em nós. É no momento onde termos a intuição clara, é no momento em que tomamos consciência daquilo, que ele se torna nosso. Senão os homens se diversificam pela quantidade de espetáculos diante deles. O que interessa não é a quantidade do conteúdo que você tem dentro, do que se passa dentro de você, porém se o conteúdo é seu ou não, ou seja, se aquilo chega a ser dotado de uma forma humana, de uma forma objetiva. É justamente essa primeira tomada de posse do mundo, das sensações, dos sentimentos, etc, que se chama arte. É lógico que a criação tem vária etapas, e a etapa principal é interna. Depois tem uma etapa externa: você vai ter de mexer com o lápis ou com a máquina de escrever, ou com alguma coisa; só que isto é o fim do processo. A etapa principal é puramente intuitiva.

Todo mundo pensa que esta é a parte mais fácil, que o difícil é aprender a lidar com lápis, pincéis, telas. Mas isto é fácil, desde que você tenha nítida a forma do que você deseja representar. E o fato é que não temos. Se cada um de nós perguntar: "Por que eu não consigo ser um pintor retratista?" Eu digo: "É simples. Quando você lembra da cara de sua própria mãe, você só a lembra esquematicamente; inclusive de sua própria cara". Portanto, o que você desenhar, vai ter uma vaga semelhança com a sua mãe, suficiente para que você a reconheça; ou seja, aquilo não é um retrato da sua mãe -- é um lembrete da sua mãe. Assim como você pode usar qualquer detalhe como lembrete, porque aí o que conta é o uso do detalhe como sinal: por exemplo, uma correntinha de ouro que sua mãe lhe deu quando você era um bebê; isso é uma lembrança de sua mãe, embora não se pareça com a mãe de ninguém. Esses sinais, que são suficientes para ativar nossa memória, estão longe de ser uma intuição. Aí você está operando ao nível da racionalidade. São sinais que, colocados num computador, este reconheceria: correntinha = lembrança da mamãe. Ou seja, toda vez que se falar correntinha, você vai se lembrar da mamãe. Agora isso nada tem a ver com intuição.

Entretanto, se não consegue lembrar-se do rosto, quanto mais da atmosfera sentimental. Claro que tudo muda conforme a pessoa: isso também depende do tipo de memória que você tem, o tipo de intuição, o tipo de objeto que atrai sua atenção. Mas não é disto que estou falando. A diferença do artista para o não-artista não é a de que o artista repara em certas coisas e a pessoa comum repara em outras: é que o artista repara direito. E conserva sua impressão, não apenas em sua memória, mas impondo aquela forma a um objeto externo -- é quase um milagre.

Numa forma extremamente concentrada e simples de arte, como o sumié, a contribuição racional, a contribuição construtiva será pouca. Os elementos intuitivos vão predominar. Toda a arte vai implicar alguma contribuição da razão, sem dúvida, maior ou menor, conforme o caso. Quanto menor for ela, mais você se aproxima do simples.

Na arte o problema é fundamentalmente o mesmo: como é que se faz uma figura extremamente simples? Quanto mais rápida for a passagem da intuição para a exteriorização, melhor: porque você está interessado não em recordar, mas em objetivar, colocar para fora de você, não em sua memória. Se o conteúdo for complexo, a memória vai ter que ser solicitada.

O que há de diferente entre o traço do artista e do amador? É muito simples: aquele traço é exatamente o traço que o artista concebeu, e não o que a mão dele fez. Já o nosso traço, feito com a caneta, foi o que a mão fez: não tem nada de interno, é determinado por um automatismo muscular. Agora este desenho extremamente simples da arte chinesa e japonesa, é de extremo domínio do interior sobre o exterior, extremo domínio da intuição sobre a reprodução mecânica. E quem quer que tenha tentado desenhar, olha aquele traço, e diz: "Esse é um tremendo artista!" Quem nunca tentou, nunca terá esta intuição. Se você perguntar o que é o suprassumo da arte abstrata, eu lhe direi que é esta, onde a intuição é uma intuição que só acontecerá de novo a um outro artista. Neste tipo de arte que citamos, o esforço do sujeito é para reter na memória, pelo mínimo de tempo possível, usando o próprio papel como se fosse sua memória. Isso é uma espécie de jogo, jogo de habilidade artística.

O artista é aquele indivíduo que o que ele vê do objeto é exatamente o que ele vai desenhar. A intuição do sujeito já está treinada de maneira que ele já seleciona no real, por assim dizer, o que é desenhável, ao passo que nós queremos botar no desenho muita coisa que não é desenhável. Nós queremos que a galinha do nosso desenho cacareje e bote ovo.

A arte mais simples que existe é aquela a que nós estamos acostumados. É a arte do retrato. Qualquer um é capaz de dizer que um retrato se parece com a pessoa. Ou então dá até a impressão de que o sujeito está falando. Aquele que der a impressão de que o sujeito está falando, de que é vivo, vai ser aquele artista que menos pensou nisto. Por exemplo, se você pegar um retrato de Velásquez -- Velásquez talvez tenha sido o maior retratista do mundo -- era um sujeito exclusivamente visual. Quer dizer que ele, quando via o mundo, o real para ele era apenas a parte pintável: o resto não interessava absolutamente. Justamente por causa dessa extrema seleção é que dava a impressão de coisa completa.

Se acontece que a minha percepção não é deste tipo, sou um sujeito cinestético, não sou visual, eu me lembro de uma atmosfera geral, onde entram elementos visuais, auditivos, táteis, etc. É uma percepção de outro tipo. Certamente então a pintura não será meu campo de expressão. Poderá fazer cinema, que contém todos esses elementos, onde se consegue reconstituir toda uma ambientação com muito mais facilidade que com uma tela. É por isto que existo várias artes no mundo: porque as pessoas prestam atenção em coisas diferentes.

A escrita implica numa relação indireta, bastante indireta. Na escrita entra, mais do que em qualquer outra arte, a consideração sobre o espectador. Literatura é uma espécie de arte de parceria com o leitor. Você não pode fazer literatura fazendo abstração do leitor, ao passo que pintura pode.

Se queremos fazer um desenho que imite as proporções da figura real, estas proporções terão que ser mais ou menos as mesmas para todas as pessoas: o modelo não vai engordar e emagrecer conforme o espectador. Nas aulas de desenho ensina-se a atenção para que se estabeleçam comparações entre as várias medidas, as várias direções do corpo a ser desenhado, até que se consiga reproduzi-lo. Isto não é arte ainda, isto é uma ciência, uma técnica. Veja este copo: todo mundo está tendo a sensação do copo. Além da sensação, você vai ter a intuição: guarda na memória a imagem deste copo e, na hora em que fecha o olho, o copo fica completamente diferente. Na hora de desenhar, você desenha o copo que imaginou e não o copo que todos estamos vendo. Você terá então que aprender a comparar o copo com o ele mesmo e reproduzi-lo. Você vai imaginar de novo o copo, que será mais parecido com o copo real que aquela primeira reprodução, ou seja, a imagem interna vai parecer cada vez mais com a imagem externa, até que você consiga desenhar a imagem externa. com isto você aprendeu a reproduzir imagens, que é o primeiro passo. Se não souber isso, muito menos saberá reproduzir os conteúdos fluidos da vida interna.

Geralmente concebem a arte uma espécie de expressão expontânea, como uma externalização do que está diretamente ligado aos sentidos. Mas esta é uma concepção errada. O sujeito que não conseguiu reproduzir o que está fora, algo a que ele pode retornar tantas vezes quanto necessário, não poderá reproduzir o que lhe é interno, fluido, móvel. Ele vai imaginar um conteúdo e a mão vai desenhar outro. Vai sair um pastiche. E é para evitar isso que serve a ciência da arte: para você aprender a copiar um objeto, aprender a observá-lo. Este, ainda não é arte, é apenas ciência, técnica, que carece de ser dominada para a fixação de instrumentos que permitam a reprodução das próprias intuições. Este é o elemento racional da arte.

Com toda a técnica, ciência, não se fará um artista. Ele pode aprender a reproduzir tudo que lhe está fora, porém, não consegue conceber nada. Ele apenas copiará. Ele sempre fará um copo igual a outro, a outro e a outro. Ele é um técnico, não chegou a ser um artista.

Pode haver anormalidades, como o automatismo de processos subconscientes, como no caso do Gaspareto, onde há uma constante repetição de conteúdos já dados, saímos fora da categoria de arte. Também quando o fenômeno do mercado da arte, mercado editorial, que hipertroficamente valorizam uma determinada obra -- ou uma produção qualquer carente de valor artístico -- enquanto outros reais valores artísticos são relegados ao anonimato. Depois que um determinado objeto está pronto, alguém pode ganhar dinheiro com ele.

Existe uma escola muito interessante, onde se procura fazer -- num mundo onde tudo é simulado, tudo é reprodução, onde não há intuições -- um objeto de arte, que acabe sendo valorizado não pelo seu valor

intrínseco, mas pelo seu preço no mercado de arte. Foi criação de um artista americano, que imaginou fazer algo que não valesse rigorosamente nada, a não o seu preço no mercado. Ele tenta reproduzir a intuição da falsidade total, do simulacro total. Algo dificílimo de fazer: Isto é arte: reprodução de intuições, mesmo sendo a intuição de uma espécie de vazio, de uma ausência de significação total. Por horrível e diabólico que isto seja, é possível ser vivenciado, por ser algo verdadeiro.

O artista, quando faz isto, está nos ajudando a compreender o que se passa. Ele está dando forma sensível a uma coisa que difusamente todos nós estamos vivenciando. Como na Bienal, onde um sujeito comprou revistinhas em quadrinhos, pintou-as com pás de arado e expôs como obra sua. Pegaram para vê-la. E aí a coisa se completou -- se não pegassem, a obra estaria incompleta. Como no caso de uma tela com colagem de dólares -- falsos!

Tudo isto são maneiras de dar forma a conteúdos intuitivos pobres. Na medida em que muitas pessoas, como estas, têm o mesmo conteúdo intuitivo, a intuição vai ficando cada vez mais pobre e a arte cada vez mais cara, isso virou um outro tipo de arte, que não é mais arte plástica: é o que se chamam happening. É um evento: montagem de uma situação que é a representação da coisa intuída. Por demente que isto pareça, é arte.

A primeira vez que se faz uma coisa dessas, nota-se uma grande capacidade artística. Quando isso se torna algo mecânico, repetitivo -- como se tornou -- o seu valor se perde, não sendo isso capaz de levar a nada. Assim também como nada vale e nada leva a arte como contestação. A arte não contesta nem afirma -- simplesmente expressa. Se o conteúdo intuitivo do artista é de crítica, de ódio, de rejeição a alguma coisa, ou, ao contrário, de admiração, afirmação, não importa: a arte apenas expressará o conteúdo em questão. Artisticamente, não pode ser contestado ou defendido. Apenas filosoficamente. Algo que tem valor artístico serve para nos libertar do mundo subjetivo. O que significa dizer que aquilo que era mistério para mim, aquilo que me fascinava, hipnotizava, exposto artisticamente, deixa de ser um fantasma a me atormentar. Esta é a função libertadora da arte: pela expressão do conteúdo, ajuda a compreensão, o que por sua vez ajuda no domínio intelectivo da coisa. Liberta, portanto. É o oposto do que acontece quando em todo canto se vêem repetidas reproduções de intuições já tidas por todos. Seria como tentar libertar alguém de uma prisão da qual ele já saiu.

O problema do artista é o mesmo de todo mundo: Transformar o real a partir de intenção racional e segundo modos de ação racionais.

Suponhamos agora Picasso. Quando ele pintou Guernica, ele estava na França. Ele ficou sabendo que houve bombardeiro aéreo sobre Guernica. Ele não viu o bombardeio, pois não havia televisão dotada de tantos recursos como hoje naquela época. Ouviu então notícias fragmentadas. Desenhou portanto Guernica não como ele a veria se estivesse lá, mas tal como as notícias de Guernica chegaram a um habitante de outro país. As notícias chegam aos pedaços, uns barbaramente aumentados, como notícias de rádio, como fotografias, como susto. Ele compôs então um painel feito de pedaços. Ele reproduziu a intuição que teve. O mundo moderno, no qual o homem recebe tudo por pedaços, por partes, de maneira simultânea, este é o mundo de Picasso, dado que ao estudar suas obras percebemos a reprodução deste mundo que ,com tanta maestria, expressou.

Se estivéssemos falando de outro indivíduo que fosse de outro campo da atividade humana, envolvido com quatro, cinco coisas diferentes, como foi o caso de Arthur Koestler, mesmo assim teríamos que interpretar esse caso à luz do mesmo princípio. Arthur Koestler viveu no sentido de um esforço ordenador e transformador da própria razão em cima de muitas coisas diferentes -- sua vida como que começa diversas vezes algo extremamente diferente da de Einstein.

André Gide: não desejo ser nem um pouquinho melhor do que sou, não desejo parecer nem um pouco melhor do que sou. Então, tenho que ser literalmente o que sou a cada momento. Neste caso, trata-se de uma vida que não forma uma curva: é uma sucessão de instantes. Como se tratasse de um milhão de pessoas. Sua vida, seus escritos e atos deverão representar esta instantaneidade. Mas o problema continua o mesmo: a vida coerenciada pelo intuito, pela meta.

A meta é sempre formulada em palavras. Para sua formulação contribuem também elementos que são, em parte, internos, constitucionais do indivíduo; também elementos externos, por imitação de modelos,

podendo-se o indivíduo ser uma imitação feliz ou infeliz do modelo que escolhe.

No caso de Picasso, seu intuito é reduzir os fragmentos de intuição a uma unidade pictórica e visual, somente isto e não unidade filosófica. No caso de Einstein, é diferente, ele buscava uma teoria que coerisse o cosmos físico inteiro. Uma só teoria. Porém, se consideramos Napoleão Bonaparte, (Sol na X ?) vemos ser um caso diferente do de Einstein: este desejava unificar e ordenar todo o cosmo físico na sua mente e na dos físicos que fossem capazes de compreender sua teoria. Napoleão procurava unificar a Europa, criar os Estados Unidos da Europa, unificar correntes históricas. Porém, não apenas em sua cabeça, o que o tornaria um historiador, um filósofo político ou algo semelhante. Não, ele tentou unificá-la materialmente, não em si mesmo.

Existe uma unidade infinita de manifestações do animal racional, ou seja, o tema, é o mesmo , sempre é a unidade de um eu, a unidade de um projeto vital que tenta perseverar por trás da variedade de situações que vive. É a tentativa de expressar esta unidade. Como no caso do Profeta Mohammad (Maomé): só há um Deus e todos deverão obedecer ao mesmo Deus. No caso de um profeta, este intuito é levado ao máximo. O que busca é a unificação total do mundo inteiro. A verdade é que nenhum consegue isto.

... O esforço de Graciliano Ramos (Sol na VIII, Lua na X, Vênus na VI, Marte na XI, Júpiter na I, Saturno na VII) foi um esforço estético. Naturalmente, pelos comentários em aula, por parte de quem está estudando sua vida, enfocou-se um linha de conduta moral que se resume no fato de que ele procurava compreender o outro naquilo que o outro podia ser, não no que deveria ser. Raciocínio de tipo: se eu estivesse no mesmo lugar eu teria feito a mesma coisa, portanto, não é injusto ele fazer comigo o que está fazendo. É claro que em algum ponto ambas as coisas -- o esforço estético e o intuito moral -- interagirão.

O artista -- como qualquer homem -- é um animal racional, é aquele que transforma o mundo com um intuito que por si se justifica perante a razão, e que é executado por meios racionais. O artista dá forma à matéria, mediante o domínio formal do mundo intuitivo, dando-lhe expressão. O artista da arte narrativa, a que tipo de intuição ele dá forma? A narrativa é feita de personagens e acontecimentos, é uma vivência temporal. O que fará o artista da palavra,(e mais particularmente um sujeito sensível às situações de equilíbrio entre direitos e deveres recíprocos, sobretuto sensível ao dever de compreender a outra pessoa desde o ponto de vista dela)? Ele contará a história a partir do ponto-de-vista de cada um, como se fosse dele mesmo. Este é o problema fundamental de Graciliano Ramos. Ele conta a história do ponto-de-vista de pessoas bastante diferentes dele. É assim que o problema moral é esteticamente transposto. Isso quer dizer que a arte narrativa coincidirá com a preocupação dele, o seu sentimento moral se corporificá em intuições.

Nem todos que possuissem esse sentimento moral seriam capazes de contar a história. Posso ter sentimento de compreender o outro desde seu ponto-de-vista mas não possuir a arte narrativa. Neste caso, não sou capaz de imaginar a história tal qual ela seria vista pelo ponto-de-vista do outro. Teria que recorrer à argumentação, que é uma preocupação minha, para a qual não tenho uma tradução estética à altura.

Também há o caso do sujeito moralmente rigoroso, que não é capaz de ter a intuição correspondente ou mesmo de compreender aqueles que o circundam.

Quando, ao abordar Graciliano Ramos, o que se destaca nos comentários foi o sentimento moral, ficamos diante não da biografia de Graciliano Ramos, mas da de quem a comentou. Uma vez que o esforço máximo de G. Ramos foi o esforço estético, é por aí que devemos olhá-lo. Senão não compreendemos por que Graciliano Ramos foi um grande homem e por que escreveu tantos livros.

Toda esta bondade poderia se exercida num outro campo: como juiz de direito, por exemplo. Sentenciaria de forma justa cada caso. Seria então sentença justa e não arte. Mas ela vivenciava sua preocupação com arte de maneira estética e não sob a forma de princípios gerais, axiomas, máximas, normas e leis. G. Ramos a vivenciava através de histórias imaginadas por ele e através de histórias reais. Ele conta tão bem a que imaginou quanto a que conheceu. Ele vivenciava os personagens como os descrevia. Ele os imaginava do mesmo jeito que os descrevia. Não é uma preocupação moral primeiro e depois estética. A preocupação moral já é estética no primeiro lance. Se se pedisse a ele para formular máximos morais ele não responderia. Cada pessoa que ele conhecia, parava para perguntar o que tinha feito, porque agira assim ou assado, nesta ou naquela situação, que razão tinha. Um de seus personagens, Paulo Honório -- da obra São

Bernardo -- é descrito com uma coerência do princípio ao fim, no sentido de que G. ramos o tratava como se fosse ele mesmo. Quando descreve uma situação vivida, -- em Memórias do Cárcere -- ele a trata com a mesma coerência estética e domínio dando expressão verbal à crença de que todas as coisas têm o seu motivo e esse motivo pode ser encontrado. Em sua obra Infância, a maneira de abordar cada personagem obedecerá também a esse modo, ou seja, esta busca de dar uma forma que mantenha viva a coerência dos atos e das razões dos atos. Toda a obra se desenvolve sobre os personagens que conheceu e personagens imaginários. Isto lhe permite falar por boca de personagens que são muito diferentes dele, conferir a justificativa que ele mesmo vê, dar razão ao personagem, sem discutir com ele.

P - Pode-se dizer que havia nele uma tensão constante de manter isso assim, como um artista que não quer deixar a arte escapar das suas mãos?

Existem muitos bons biógrafos que são maus narradores, pois contar uma biografia não é propriamente apresentar uma narrativa bruta, mas oferecer uma compreensão. Há biografias mais teóricas como um ensaio sobre a vida do sujeito.

P - Graciliano Ramos se mostra através de suas obras?

Sim. Por empatia, quando alguém comunga com uma preocupação moral que também é a sua, dá para compreender certos aspectos, o que dará maior verosimilhança ao personagem.

Para compreender o sujeito nos seus próprios termos, não é uma questão de ternura, mas de objetividade científica. Qual é o centro de esforço do sujeito? No caso de G. Ramos é evidentemente estético. É a única coisa que faz com seriedade e devemos explicá-lo desde aí. Se houve uma preocupação moral, o que importa é que ela é vivenciada esteticamente e não de modo teórico. Para nos orientarmos numa biografia, olhamos primeiro para o centro do esforço, depois para a natureza deste, para que a vida vá adquirindo uma forma. É mais fácil conhecer aqueles que têm um centro de esforço pronunciado e evidente, do que os que têm uma vida dispersiva. Neste caso, é necessário observar mais. No caso de G. Ramos, podemos concluir que ele tinha um índice de ternura alto, já que percebia o outro intuitivamente, não por esforço intelectivo. Existe, no seu caso, uma curiosa fusão da estética com a moral. Fazia justiça tanto a personagens reais como imaginários. Quando a gente examina a sua obra pelos cânones do realismo tradicional, percebesse-se que a verossimilhança falha o tempo todo. Ele consegue dar verossimilhança a personagens que quando examinado à luz da razão são totalmente inverossímeis. Por exemplo, Paulo Honório, um fazendeiro grosseiro, com impulsos assassinos, que escreve sua própria narrativa como se fosse Eça de Queirós. É um absurdo estético. No entanto, lendo a obra não se tem, enquanto a lê, essa impressão.

Antônio Cândido se engana quando, analisando G. Ramos, diz que ele se adapta à língua dos personagens. Todos dizem que é uma narrativa realista. Paulo Honório, porém, narrando sua própria história demonstra um domínio da arte narrativa que é próprio dos artistas, mas é algo não verossímil. Como isso funciona? Como entendê-lo? Como acreditar, se o discurso não combina com o personagem? É que ele torna tão justo o ponto- de-vista, que este adquire uma dimensão universal. É uma intuição que o sujeito eleva ao nível do arquétipo. Não é o Paulo Honório histórico que ele está descrevendo. É perante Deus que ele está contando a sua história.

AULA 28

Vejamos alguns casos de biografados.

- Meu biografado é Fernando Pessoa e o que eu li até agora não foi o suficiente para me esclarecer o seguinte ponto: toda sua obra, que é reconhecidamente poética, está marcada por uma investigação de si mesmo (ele pergunta muito a respeito de si mesmo e do ato criativo). Por que ele não foi psicólogo (apesar de ele ter tentado se estabelecer como astrólogo durante um período em Lisboa?) Na realidade, toda sua produção foi eminentemente estética e inclusive fala algo curioso sobre a poesia e filosofia: "Eu era um poeta animado pela filosofia, não um filósofo com faculdade poética. Gostava de admirar a beleza das coisas, rastrear no imperceptível do minuto que passa a alma poética do universo". Depois ele fala das coisas que percebe e que tudo tem poesia e define poesia como espanto e admiração "como alguém que ao

tombar dos céus com plena consciência de sua queda olhasse atônito para todas as coisas; como alguém que conhecesse as coisa nas suas almas, tudo fazendo por não recordar-se, desse conhecimento lembrando-se de que não foi assim que as conheceu, não foi sob essas formas e essas condições, mas de nada mais lembrado."

Por que ele não foi psicólogo, se a sua busca era a investigação de si mesmo?

Olavo: No que um psicólogo se diferencia de uma poeta?

- É uma diferença de expressão. O poeta dá forma à sua intuição, o psicólogo ao pensamento.

O. : Isso mesmo. Uma coisa é você conhecer o si mesmo empírico, real, concreto e outra coisa é você querer conhecer no nível conceptual. Uma coisa é você desejar ter conhecimento intuitivo do seu eu e outra coisa é você desejar ter conhecimento conceptual, racional do eu em geral. Acho que ele mesmo já matou a charada quando diz "Eu sou um poeta animado de filosofia e não um filósofo dotado de expressão poética".

Quais são os campos fundamentais, básicos, onde o esforço humano se situa? ë importante que vocês diferenciem isso.

Há um quadro que nos é dado por Benetto Grocce que é seguinte:

Crocce parte da dualidade da razão e da intuição. Intuição é um conhecimento singular, razão é um conhecimento universal, ou seja, o espírito humano só tem dois tipos de atuação: a intuição e razão e esses dois tipos se aplicam de um lado à teoria e de outro à prática. Todos os demais campos de atuação humana resultam da combinação desses dois, não se constituem realidades independentes. Isto quer dizer que tudo o que o indivíduo faz, ou ele faz arte de alguma maneira, ou ciência ou age utilitariamente ou economicamente -- econômico no sentido de tudo o que é útil -- ou então está praticando ação moral.

A ação utilitária é a que visa a um fim singular, particular. A ação moral está voltada para um fim universal ou, por assim dizer, a um fim racional.

Crocce diz que a economia é como se fosse a estética da prática e a moral como se fosse a lógica da prática.

Os quatro campos são, portanto, Lógica, Estética, Economia e Ética ou Moral.

Qualquer coisa que um sujeito faça visa a obter um conhecimento de leis e conceitos universais ou leva ao conhecimento de um fenômeno, de algo singular (de uma experiência real). Ou visa a alcançar um bem particular ou visa a alcançar um bem universal. Divisão mais detalhada disso é possível combinando-se essas quatro formas.

Vocês devem enquadrar os personagens em estudo neste quadro. Ninguém conceituou isso tão bem quanto Crocce.

Necessariamente, o personagem não se enquadraria em apenas um dos quatro tipos. Porém, há um -- desses quatro -- que articula os outros. Por exemplo, Fernando Pessoa, o que ele é? Um poeta? Um filósofo? É um poeta-filósofo ou um filósofo -poeta? Nietzsche é um filósofo-poeta, assim como Parmênides. Aonde Fernando Pessoa quis chegar? A um conhecimento conceptual ou universal ou a uma intuição de si mesmo? A intuição de si mesmo.

Goethe, como ele expressa a experiência adquirida? Em um sistema de conceitos e juízos ou em um sistema de imagens? Em um sistema de imagens. Goethe seria colocado na estética, portanto. Também ele é um poeta-filósofo.

Deve-se ver que tipo de conhecimento o sujeito buscou, que forma usou para expressa-se, pois supõe-se que a forma de expressão adotada é adequada àquilo que ele conheceu. Não fosse assim e seria a mesma coisa que conhecer uma coisa e falar de outra.

P. : A política seria algo no campo prático? Poderia estar tanto no âmbito da ação moral quanto utilitário.

Sem dúvida. Consideramos Mussolini. O que ele procurava? Poder pessoal, nem pensar, pois dizer isso seria fazer um julgamento moral dele e não era assim que ele se entendia.

O objetivo de qualquer ação é sempre um bem. Mesmo que alguém queira fazer mal para alguém, dado que um mal para meu inimigo pode ser um bem para mim. Se eu roubar, por exemplo estou buscando um bem para mim. O mal na ação é acidental. Tanto que se eu pudesse ter dinheiro sem precisar roubar, eu não roubaria. O que não quer dizer que o bem despenda de um julgamento moral. Existem vários tipos de bem: O bem para o indivíduo (bem individual) e o bem universal. O sujeito que rouba, logicamente não está fazendo um bem universal. Ele também não está procurando o mal para si mesmo. Pode ser até que consiga o mal: ao tentar roubar, algo dá errado e ele vai para a cadeia. Conseguiu fazer o mal para si mesmo. Mas não era visto que ele queria. Portanto toda e qualquer ação visa a um bem, absolutamente toda ação, a não ser que seja uma ação diabólica, que exige o mal para todo mundo, inclusive para o sujeito da ação. Ela visa isto conscientemente e deliberadamente.

Mesmo uma ação particular pode gerar outros resultados maiores, mais universais. Por exemplo, o sujeito deseja enriquecer. Ele quer ficar milionário e para isso monta uma pequena empresa e, na medida em que vai ganhando dinheiro, vai montando outras empresas e assim vai indo longe. Nesta algura, gerou emprego para muita gente, melhorou o meio social. Porém, tudo isso foi efeito secundário. Da mesma maneira que o sujeito pode querer um bem universal e fazer um mal particular. Também pode fazer o mal para todo o mundo. Porém, não é nossa preocupação ver as consequências que a ação do indivíduo teve acidentalmente para outros. Queremos ver o que é e quis, aonde ele queria chegar -- seu objetivo, meta, intenção.

No caso de Hitler, visava a um bem particular ou universal? Se a raça alemão era a melhor de todas e ele queria colocar a raça alemã numa hierarquia, no ponto alto da pirâmide, isto não era instaurar a ordem cósmica, na sua visão? Então é uma ação moral, evidentemente. Dificilmente você vai encontrar na política um indivíduo que tenha ocupado muito espaço e que desejava um bem particular.

A ação moral é uma ação que se funda em conceitos. Ela se funda numa justificativa racional do bem a ser alcançado. O sujeito age segundo um princípio moral, pode ser o princípio certo ou errado ... O que visa a um bem pessoal, não está agindo em nome de princípios quaisquer. Ele age mais calcado no conhecimento intuitivo, do tipo: quero determinada coisa e vou lá pegá-la. Não é preciso ter um princípio moral abstrato para dizer que quer comer chocolate, que quer dinheiro.

p. : A mesma ação pode ser utilitária ou moral em função da intenção? No caso do empresário que visasse somente gerar empregos a melhorar a condição social e acidentalmente ficasse mais rico, seria uma ação moral?

Sim. Por exemplo, o político que deseja reformar o mundo. Para isto ele tem que adquirir poder e com o poder vem o dinheiro e aí ele fica rico, embora isso não decorresse de uma ação fundamentalmente utilitária, mas moral. O que vai explicar as ações do sujeito é fundamentalmente a sua intenção, e não suas consequências acidentais.

Podemos interpretar Hitler porque, no seu entender, ele visou um determinado bem, porém as consequências do que fez foram tão más que vemos que foi uma ação diabólica, embora o sujeito agente supusesse que estava fazendo o bem. Ele foi enganado pelo destino. Essa não pode ser uma interpretação? Porém, como posso fazer uma interpretação antes de saber o que o sujeito imaginava estar buscando? Mesmo quando for explicado que a causa das ações foi de fato outra que não aquela que ele imaginava, temos que saber qual ele imaginava. Este é sempre o princípio da interpretação: Onde o indivíduo quis chegar e como é que se formou para ele sua meta? Esta mesma coisa poderia ser referida como partes ativa e passiva, Yang e Yin, as consequências que a ação desencadeou sendo secundárias. Primeiro o um depois o dois, primeiro o protagonista e depois o antagonista.

Para saber o que o sujeito quis fazer é preciso saber o que ele fez e dar o nome certo àquilo que ele fez.

Às pessoas imaginam que essa intenção de que estamos falando é um segredo psicológico que está escondido dentro do indivíduo. Conhecendo a quase totalidade dos atos que o indivíduo faz, os mais significativos, então ou teremos que supor que ele fez nada do que quis, isto é, que ele sempre queria uma coisa e fazia outra, ou então temos que reconhecer que já conhecemos as intenções dele. Se o indivíduo passa noventa por cento do seu tempo fazendo música, qual é a sua intenção? Fazer música é claro!

Este esquema do Crocce não é difícil de aplicar. Só é difícil se a gente complica com uma pseudo

profundidade psicológica. Se a gente imagina que existe um profundo mistério -- que o indivíduo faça uma coisa querendo outra -- aí complica tudo. Pode haver casos em que realmente seja assim. Para o indivíduo, porém, conseguir imaginar toda uma vida falsa, dar a impressão de que está fazendo uma coisa quando está fazendo outra, completamente diferente, ele precisaria ser o gênio da mentira.

É preciso olhar o que o indivíduo fez efetivamente, pois o feito traduz a intenção, por si mesma, revela se é uma intenção moral, de fé, utilitária ou prática. Não dá para explicar Hitler pela utilidade prática. Fazer tudo o que fez apenas para ficar rico, isto é inconcebível.

Se se estudar, por exemplo, a vida de Balzac, será possível ver que ele só pensava em dinheiro, ele queria ficar muito rico. Mas era nisso que ele pensava o tempo todo? Era aí que estava concentrada toda a sua atenção? Evidentemente que não. Claro que ele queria o conforto, uma vida mansa, bebidas e mulheres. Mas não era aí que estava concentrada a sua atenção. Era uma ação estética coordenada com uma ação utilitária.

Não é por coincidência que a intuição e a ação utilitária estão colocadas na mesma linha do singular. Não se opõem, não há conflito entre elas. Porém, entre uma ação utilitária e uma ação moral, a relação é bastante complexa. Quer dizer que se você aprecia esteticamente uma coisa, ao mesmo tempo que esta coisa é útil, não tem nada de mais. Porém, sabemos que entre um bem singular e um bem universal há conflito. É mais fácil o poeta ficar rico do que o santo ficar rico.

Há inúmeras combinações possíveis.

... Retomada do texto "As camadas da personalidade" (foram lidas as 12 camadas).

Essas quatro classificações dadas por Crocce estão na camada do "personagem". (XI) Essa descrição contribui para delinear o personagem, isto é, o indivíduo perante a história humana, perante o campo extensivo de atuação da humanidade. Isto não se identifica absolutamente com a profissão do indivíduo, e também não se identifica com as tendências caracterológicas dele, no sentido de Le Senne.

Os traços caracterológicos que vocês vão encontrar nos seus personagens devem ser considerados independentemente desta meta. Não serão os traços caracterológicos que farão do indivíduo um homem teorético, um homem estético, um homem moral ou um homem prático. O que decide qual será o campo de atuação do indivíduo, neste sentido, é um fator misterioso, que nada tem a ver com o caráter. Portanto, em cada uma das quatro classes encontraremos indivíduos com todos os caracteres e perfis astrológicos possíveis e imagináveis. Portanto, não venham me dizer: "Fulano foi um homem estético porque tinha Vênus no meio do céu", porque aí vou lhes responder que Bismark tinha Vênus no meio do céu; nem "Fulano foi um homem moral porque tinha Júpiter não sei onde", porque nem Júpiter, nem Vênus, nem a Cauda do Dragão, nem os miolos do dragão tornarão o indivíduo nem homem moral, nem homem estético, nem homem prático, nem homem teorético. O que vocês vão descobrir depois é todo um padrão de comparações entre as duas coisas, e saber como é que certas configurações caracterológicas ajudam ou atrapalham uma meta. A configuração astrológica não determina a meta de uma pessoa; você pode testar, averiguar em milhares de mapas, não vai achar nenhuma constante. Você pode achar uma constante de grupos profissionais, o que é outra coisa, totalmente diferente.

P. -- O que seria o destino final, essa última camada da personalidade?

É se o sujeito foi para o céu ou para o inferno, ou se não foi para parte alguma. Isto é: quem é ele perante Deus, perante o bem e o mal tomados num sentido universal. Então, só há três hipóteses: foi para o céu, foi para o inferno, ou foi recusado em ambos os departamentos. Estou brincando, mas Dante disse que existe um departamento de seres tão desprezíveis, que até no inferno não passam da porta. São pessoas das quais, diz ele, é melhor não falar: "Non raggionam di lor ma guarda e passa".

Todo mundo alguma vez se perguntou: "O que será de mim depois que eu morrer?", então, alguma idéia disso o sujeito tem, mesmo que ele decida não pensar mais no assunto, é uma atitude possível. Quer dizer que a postura que o indivíduo tenha perante o que imagina ser seu destino último, é determinante do seu comportamento. A vida de alguns indivíduos é totalmente explicada em função do que eles acreditam que pode lhes acontecer depois de morrerem. Mas o fato é que não sabemos o que vai acontecer mesmo. Podemos usar a postura do sujeito perante o seu próprio destino final como um traço caracterológico, mas

não podemos julgar se essa postura é verdadeira ou falsa, pois isso não é mais um problema caracterológico. Também não é um problema teológico, pois é algo que só Deus sabe. Para nós é indiferente saber se o sujeito foi para o inferno ou para o céu, mas não é indiferente saber se ele acreditava que ia para o inferno ou para o céu e por quê. Pois o que ele entendia ou imaginava a respeito, certamente influenciou seus atos, sentimentos e estados interiores durante a vida. Por exemplo, o temor do inferno, será que Dante teria escrito a Divina Comédia se não tivesse temor do inferno? Evidentemente não. Então, quer Dante tenha ido para o céu ou para o inferno, não importa, o fato é que essa questão pesou na sua biografia.

Ficou clara essa idéia de uma conformação, de uma forma total da existência, que tende para algum lugar e que, de uma maneira, às vezes clara ou obscura, direta ou indireta, feliz ou infeliz, vai se encaminhando de uma maneira cada vez mais definida em uma direção? Certamente, em alguns casos essa meta se delineia claramente já desde a infância. Se perguntassem a Mozart aos oito anos de idade o que ele queria ser quando crescesse, ele já saberia. Mas há outros casos em que é possível perceber uma enorme hesitação, como se a consciência do sujeito estivesse lutando com as trevas, com a confusão e ele não conseguisse se definir perante si mesmo. Há casos onde a meta, a vocação do indivíduo, é uma luta consigo mesmo para vencer tendências que se opõem à meta, ou então, uma luta contra um obstáculo do mundo exterior que pode ser extremamente hostil. Por outro lado, também há casos em que a vocação brota naturalmente, com toda facilidade, encontrando apoio nas tendências caracterológicas do indivíduo, e noutros casos, encontrando apoio mesmo no ambiente exterior.

Podemos colocar, como caso extremo desta última hipótese, Goethe, (Sol na X, Lua na IV,Júpiter na IV, Marte na II, Vênus na X, Saturno na I) cujos grandes objetivos vitais já encontraram apoio numa conformação caracterológica de nascimento. Ele era perfeitamente dotado para aquilo que mais gostava, além de ter vivido num ambiente familiar propício.

Um dos grandes critérios para o estudo da biografia consiste em saber o que o indivíduo queria e o que ele podia. Em outras palavras, o que ele podia realizar, em primeiro lugar, pela sua conformação caracterológica, e, em segundo lugar, pelos recursos que o meio lhe oferecia.

É importante lembrar que caráter não é destino. O destino não pode ser deduzido do caráter, caso contrário haveria uma identificação entre ambas as coisas a isto seria maravilhoso. Não haveria injustiça, nem acaso; tudo seria: "de cada um conforme suas possibilidades; a cada um conforme suas necessidades".

Há quatro versos que vou citar agora, onde está contida toda a arte da compreensão das biografias. O primeiro deles é de Mallarmé: Tel qu'en lui-même enfin l'eternité le change. A morte encerra o ciclo de transformações. Ela tampa, dá o limite do que o indivíduo pode ser. Por isto, dá forma à vida. Existe um simbolismo no caixão de defunto que explica perfeitamente esta idéia. Ele é feito de madeira sextavada, pois as direções do espaço são seis. Isso quer dizer que, em todas as direções, o indivíduo foi até onde podia chegar. Quando fechado, o caixão forma uma figura hexagonal.

O segundo verso é este: E forse io solo/so ancora/ que visse. É um verso de Ungaretti onde ele conta a história de um imigrado árabe que conheceu em Paris. Ele largou seu país, seus costumes, conseguiu um emprego insignificante, morando numa pensão de quinta categoria. Para se adaptar ao novo meio ambiente ele até mesmo mudou seu nome de Mohammed Sead para Marcel. Mas não conseguiu se transformar num francês. Um dia morreu e foi enterrado num cemitério qualquer. "E forse io solo/so ancora/que visse." "E talvez somente eu ainda saiba que ele viveu." Eu sou a última testemunha. Que significa isso? Viver para o outro. Se não houvesse nenhuma testemunha, ele teria simplesmente desaparecido, mas no entanto, foi imortalizado na poesia de quem é talvez, o maior poeta do século.

Lamentavelmente, a maior parte das vidas são vidas fracassadas. Há pessoas que têm um destino feliz e sabem que o têm, há outras que pensam que todos os destinos se realizam com facilidade, porque assim é o destino delas. Por exemplo, um filho banqueiro considera normal possuir um banco ou possuir dinheiro. Mas a pessoa que pensa assim nunca vai entender como é o drama da biografia humana. Somente depois de ter estudado milhares de casos é que será possível perceber como quase tudo é incompreensível, como existem casos onde as pessoas topam com obstáculos que as transcendem infinitamente. Isto significa que além de ser uma imensa felicidade, é uma coisa muito rara a realização plena de um destino.

O outro verso de um poema de Rilke: "Du musst dein Leben ändern, quer dizer, "precisas mudar de vida". Aqui ele vai descrever uma obra da estatuária grega, onde em 13 das 14 linhas que compõem o soneto, ele passa descrevendo a perfeição da forma do modelo. No último verso, ele pára a descrição e coloca isto: Du musst dein Leben ändern. Aquela imagem de perfeição exige uma postura moral por assim dizer. É insuportável permanecer tão imperfeito diante de uma coisa tão perfeita. Isto significa que o estudo de vidas realizadas terá certamente um efeito sobre vocês. O efeito deve ser fundamentalmente este: não é possível se conformar com o tipo de vida que se está levando em face do que certos homens conseguiram realizar. E quando você estudar o contrário, isto é, vidas mutiladas, feias, esmagadas pelo peso da necessidade exterior, que é o caso da maioria, você dará graças a Deus pelos recursos que possui.

O objetivo dessas aulas é apenas o de que vocês percebam que a vida tem uma forma, e quando você começa a delinear essa forma é a hora de perceber a divisão entre o Yang e o Yin. Isto é, uma parte Yang, um aspecto que é reativo, que parte do indivíduo, aquilo que ele coloca voluntariamente, livremente; e uma parte Yin, que é passiva, que resiste. É somente delineando o limite entre um e outro que se tem a forma da vida.

No caso das biografias que estamos estudando, qualquer que tenha sido a qualidade do destino dos biografados, é importante saber que a parte Yang predominou a tal ponto que até hoje ouvimos falar desses personagens. Evidentemente, isto não se identifica com a fama do indivíduo. Para ser famoso é preciso ser vitorioso, mas nem todo vitorioso é famoso. Certamente, há pessoas que obtiveram vitórias espetaculares na vida e das quais nem ouvimos falar. O que importa, no que diz respeito à compreensão da forma da vida, é a somatória final do jogo entre protagonista e antagonista, que se delineia na morte. A morte encerra o jogo. Então é possível fazer a somatória: Quem ganhou? Quem perdeu? É justamente este placar que exibe a forma da vida humana.

Há vidas em que tudo parece indicar uma certa direção e que, repentinamente, são truncadas. Por outro lado, há vidas que alcançam plenamente a sua meta e depois continuam, como se ainda houvesse o que fazer. É o caso de Rimbault, que realizou tudo o que tinha de realizar até os vinte anos, e depois continuou vivendo mais trinta, como mercador de armas na África.

Tudo isso serve para mostrar a imensa elasticidade de padrões. Ou seja, temos o princípio do desenho biográfico, mas este princípio não deve ser entendido como um molde que determina completamente a história daquela vida. Temos apenas o padrão, o modelo, a regra do jogo, mas não temos a menor idéia do resultado final. Para saber o resultado, é preciso estudar os fatos da vida.

P. -- Qual o critério para prosseguir a avaliação do meu biografado, no que diz respeito à divisão entre o que é dado e o que é a vontade dele?

R: Você pode descrever a meta e a história da meta. Para cada um, a história da meta pode ser diferente: ela pode ser clara já desde a infância, tendo o indivíduo a possibilidade de vislumbrar o que o espera. Ele pode, ao contrário, não ter idéia alguma e, por um equívoco, bater na porta errada, permanecendo a vida toda numa espécie de névoa, não conseguindo sequer definir-se a si próprio. Isso acontece muito no caso dos sentimentais. No caso do seu biografado, Fernando Pessoa, parece ser um sentimental "de livro". Por isso mesmo, não é de se espantar que ele, até o fim da vida, não soubesse claramente onde queria chegar.

Entre os tipos sentimentais, acontece muito do indivíduo lutar contra uma vontade que é frouxa e que ele desejaria ver fortalecida. Mas no curso dessa luta, ele chega mesmo a se conhecer, e assim, consegue até realizar algo interessante. E esse algo interessante é justamente aquilo que para nós representa o valor de sua vida, embora ele mesmo não o perceba. Esse é o caso do indivíduo que está equivocado quanto ao próprio destino. No entanto, este equívoco existe num sentido irônico. Ele pensa que fracassou, mas nós dizemos que isto não é verdade. Por exemplo, Manuel Bandeira no verso, "a vida toda que poderia ter sido e que não foi", contempla todas as oportunidades perdidas e diz: "Agora é tarde". Este é o conteúdo da poesia de Manuel Bandeira. Mas e a obra? Não vale nada? Nos tipos sentimentais é frequente essa vitória inconsciente. Para o indivíduo, o que ele fez tem pouco valor, mas para nós tem muito!

À medida que se delineia a trajetória do personagem, pode surgir uma pergunta: o indivíduo percebe claramente o que deve fazer para alcançar a sua meta, ou fica tateando? Esse tateamento assume uma forma trágica, ou assume a forma de um "feliz engano"? Por exemplo, Goethe, no começo da vida, pensou

que tinha vocação para ser ator de teatro, depois pensou que poderia ser um escritor, um poeta, um cientista. Enfim, a história de uma falsa vocação tornou-se o grande assunto dele. Finalmente, a grande obra dele será a história do Fausto, que trata justamente de uma falsa vocação teatral. Neste caso, a falsa vocação foi aproveitada, o antagonista transformou-se no protagonista, o que poderia ter sido trágico foi resolvido de um modo feliz. É a isso que o texto se refere quando fala da "reabsorção da circunstância". E o que é circunstância? É aquilo que está em torno do eu auto-consciente. Portanto, a circunstância quase sempre faz o papel do antagonista mas é justamente ela que fornece o material do qual será feita nossa vida. Se não houver antagonismo, se não houver circunstância, onde vamos realizar nossa vida? No vazio? Sem o outro não há história. Então, este "outro", este antagonista, esta circunstância termina sendo aproveitada e reabsorvida de algum modo, termina sendo transformada e, por assim dizer, alquimizada.

Ainda no exemplo de Goethe, à medida que os anos passam, existe uma consciência cada vez maior da motivação. Finalmente, ele vai elaborar toda uma ética da limitação, a ética daquilo que não dá para fazer. Ele encara os obstáculos como algo precioso. Na medida em que há consciência do que não dá para fazer, é possível se concentrar exclusivamente naquele pedacinho que dá para fazer. Desse modo, o indivíduo termina por levar a vida de um modo produtivo e criativo. O homem maduro vai operar justamente em cima da limitação. Goethe recomendava aos poetas que nunca planejassem trabalhos de longa extensão, mas que se limitassem a trabalhar naquilo que o dia permitisse, e que, se quisessem realizar uma obra longa, que o fizessem por acúmulo de pedaços. Assim ele conseguiu realizar grandes obras, isto é, planejando apenas o estritamente possível. Cada dia traz sua limitação, seu fardo. A tarefa do homem consiste, então, em resolver aquilo ali, nada mais. Essa é uma maneira particularmente sábia de reabsorver as circunstâncias. Goethe leva isso à perfeição.

Uma outra maneira de reabsorver as circunstâncias é criando uma firme oposição, defendendo ferozmente a própria independência. A vida de Beethoven é um exemplo disso. Quando as circunstâncias se opunham ao que ele pretendia fazer, ele se opunha ainda mais. Nunca desistia de fazer aquilo que queria, mesmo que fosse com prejuízo. É um outro jeito de lidar com a vida. No caso de um Goethe, trata-se de uma personalidade mais sábia, mais plástica, mais serena; no caso de um Beethoven, trata-se de uma personalidade mais belicosa.

Um outro personagem fascinante é Henri Miller, que aos quarenta e poucos anos dizia: "sou um fracasso, em toda a extensão da palavra". Dito isso, foi para Paris e começou a contar a história de seu fracasso, e escreveu um livro maravilhoso. O fracasso, neste caso foi transfigurado literariamente e assumiu uma outra forma. É isso que vocês verão aos poucos: tudo no homem é forma. O conteúdo não interessa tanto, mas é a forma com a qual você monta o conteúdo que vai determinar tudo.